



B s R x E L e y

L I B R A R Y

U N I V E R S I T Y O F C A L I F O R N I A

ae aer - -

NO TEXT ON PAGE

This page does not contain any text recoverable by the OCR engine.

HIST ORIA Do BRASIL.

T0 M0 II.

PARIS, -NATYPOGRAPHIA DE CASIMIR, ° RUA pE LA VIRILLR-MoNNAIE, 12.

HISTORIA

DO BRASIL,

De si) e

0 SEU DESCOBRIMENTO POR PEDRO ALVARES CABRAL ATÉ Á ABDICAÇÃO DO IMPERADOR D.  
PEDRO 1.,

-

POR

FRANCISCO SOLANO CONSTANCIO, ww

M. D., membro das Sociedades de Medicina e de Historia Natural de Edimburgo, Linneana de New York e  
Paris; autor do Diccionario Critico e Etymologico da Lingua Portuguesa, etc.

C O M H U M M A P P A D O B R A S I L.

TOMO II.

PARIS,

NA LIVRARIA PoRtU GUEZA DE J. P. AILLAUD,

Qu A 1 v o L T A 1 R E , N° 11.

1839.

--\*,-----°\* - S-----°° - \*---»-----°\*-----

---N°



-----

Fz s: S42 - - V, 2 HISTORIA

DO BRA SIL.

CAPITULO VII. 1657 a 1706.

Morte de D. João IV; menoridade de D. Affonso VI e regencia da Rainha D. Luiza. — Paz definitiva com os Estados—Geraes. Tratado com a França.—Paz com Hes panha.—Reinado de D. Affonso; sua abdicação forçada; regencia e reinado de D. Pedro II.

Regencia da Rainha D. Luiza. — Havendo D. João IV fallecido a 6 de Novembro de 1656, deixando a Rainha viuva D. Luiza regente do Reino, na menoridade de seu filho D. Affon so VI, procurou a Córte de Hespanha aprovei tar esta conjunctura para reconquistar Portu gal; e a Hollanda tendo feito a paz com In glaterra, renovou as suas pretencões á posse do territorio que havia conquistado no Brasil, ameaçando com suas armadas os portos e com mercio portuguez. Luiz XIV offereceo a sua mediação, e o Governo portuguez mandou hum

embaixador para entrar em negociacão. Os Hol ll, l

7Q8

landezes para intimidarem a Regente de Portugal, e obterem as indemnidades que exigião, mandarão huma esquadra de quatorze navios de guerra á barra de Lisboa, debaixo do mando do almirante Wassenaar, e levando a bordo os commissarios Teenhoven e de Witt. O almirante tinha ordem de interceptar a frota do Brasil e de declarar a guerra, caso que as condições propostas não fossem concedidas. IVegociacões entre Portugal e os Estados Geraes. — Em quanto não chegava Ruyter que cruzava no Mediterraneo, e que se esperava para tomar o commando da esquadra hollandeza, desembarcárão os commissarios e apresentarão á Rainha hum memorial em latim, no qual se exigia a restituição de todo o territorio situado entre o rio S.— Francisco e o Ceará, com toda a artilharia e municões tomadas nos differentes fortes, e igualmente as propriedades particulares pertencentes aos Hollandezes nas ditas provincias. A Companhia Occidental exigia mais dos Brasileiros mil bois proprios á lavoura, mil vaccas, trezentos cavallos e seiscentos carneiros cada anno, por tempo de seis annos; e seiscentos mil florins pagos em seis mezes, e treze mil caixas de assucar em treze annos. Exigião igualmente a restituição de Angola e da ilha de S.-Thomé. Havendo o ministro de Portugal partido para

a Haya, afim de aquella cidade conferir com o embaixador de Franca, decidio-se que se trataria com o embaixador de França, accreditado junto á Corte de Lisboa. Os commissarios holandezes, depois de terem consentido em algumas modificações, insistirão sobre a restituição, como condição sine qua non. Os negociadores portuguezes responderão que essa concessão era contraria á religião e ás leis fundamentaes do Reino, as quaes não permitião a alienação de parte alguma do territorio durante a menoridade do Rei, o qual, alem d'isso, não tinha meio algum de constranger os seus vassallos do Brasil. Os commissarios holandezes abandonarão então as suas pretensões sobre Angola e S.-Thomé, exigindo a faculdade de commerciar livremente naquelles portos, e o direito de construir huma fortaleza na enseada do Soto, ou nas margens do rio Coanza ou Lucala. Insistirão todavia sobre a restituição de Pernambuco, declarando não estarem autorizados a tratar a não ser concedida, e exigirão alem d'isso, huma indemnidade de tres milhões de florins pagaveis dentro de oito annos, em dinheiro ou em assucar. A Rainha mandou pôr hum embargo nos navios holandezes que estavam nos portos de Lisboa e de Setuval. Os commissarios holandezes protestarão, e, retirando-se (em Outubro), deixarão

## 4 HISTORIA

hum carta sellada ao Secretario de Estado da Rainha, que encerrava hum declaração de guerra. Ruyter chegou pouco depois, tomou o commando da esquadra, esperando aprezar a rica frota do Brasil que se esperava por dias, e que constava de oitenta e quatro navios; hum temporal a dispersou na altura de 51 graos, e Ruyter esteve dois dias em meio de quarenta navios d'ella, mas envolvido em hum denso nevoeiro só poudé tomar sete navios. 1658 a 1660. — O Rio de Janeiro constituido Governo separado. No mez de Septembro (a 17), Salvador Corrèa de Sá e Benavides, que se ti nha assignalado na retomada de Angola, foi nomeado Governador-General do Rio de Ja— neiro. Os seus antepassados tinham fundado esta colonia, com o auxilio dos Jesuitas Nobre— ga e Anchieta, e Salvador de Sá tinha sempre mostrado grande affecto á Companhia de Jesus, cujos missionarios havia estabelecido em San tos e em São-Paulo, o que suscitou contra elle o odio dos Paulistas, inimigos acerrimos dos Jesuitas, em razão da proteccão dada pelos padres aos Indios, e do imperio que sobre elles tomavão, oppondo-se a serem reduzidos á es cravidão pelos colonos. Salvador Corrèa de Sá partio para Santos, em 1659, em busca de minas de oiro, deixando em sua ausencia o governo a seu parente Tho

D o BRASIL. 5 mé Corrèa de Alvarenga, que já tinha sido go vernador; mas o povo descontente d'elle se amotinou, a 8 de Novembro de 1660, e apo derando-se da casa da Camara, alli declarárão deposto o Governador e o seu lugar—tenente, nomeando Agostinho Barbalho Bezerra, para governar a provincia conjunctamente com os officiaes da Camara. Forão encarcerados Tho mé Corrèa, o sargento-mór, o provedor e ou tras pessoas do governo. Barbalho, que se ti nha refugiado em hum convento, foi lá desco berto, e receando ser morto, aceitou o governo, e o mesmo motivo determinou os officiaes da guarnição a reconhecé—lo por tal. Nos dois dias immediatos o novo governador offereceo passa portes aos partidarios do antigo, para pode rem sahir do Rio de Janeiro, mas declarou se que passado este prazo, todo o individuo que procurasse formar hum partido a favor d'elle, ou que tivesse com elle corresponden cia, seria preso, desgraduado e desterrado para Angola por dez annos. Os chefes do levanta mento decidirão os Paulistas a fazer causa commum com elles, e a Camara resolveo re sistir ao Governador, se elle tentasse reassumir

a autorida de voltando ao Rio de Janeiro. Cor

rèa, que se tinha descuidado de fazer registrar a sua patente na Camara de S.-Vicente, se apressou de o fazer, mandando copia d'ella aos

o .

-

-

-.  
-

-

- -

-

## 6 HISTORIA

Vereadores de S.-Paulo. Barbalho publicou huma proclamação offerecendo hum perdão aos culpados, ameaçando castigar exemplar mente todo o que não quizesse submeter-se. Partio depois para S.—Paulo onde se occupou de trabalhos publicos de maneira tão util aos habitantes, que obteve a approvação geral. Os membros do Conselho, depois de haverem go vernado alguns mezes em nome do Governador, nomearão a João Corrêa, filho de Salva dor, para supprir o pai, o qual não tardou a ser restituído ao seu cargo. O Procurador do povo, e o Senado da Camara, que não quizerão submeter-se, forão presos e remettidos para Lisboa. 1658. — Eapulsão dos Jesuitas de S.-Luiz do Maranhão. A Camara de Belem, favoravel á continuacão da escravidão dos Indios, escreveo huma carta áCamara de S.-Luiz, convidando a a restabelecé —la, e a solicitar d'Elrei que privasse os Jesuitas de toda a autoridade tem poral sobre os Indios. A proposição foi aceita, e mandou-se a Vieira huma representação, em que se fazia huma pintura das desgraças que resultarião da prohibição do traffico dos escra vos, e pedindo-lhe a autorisação de fazer huma expedição ao Sertão para colher escravos. Vieira respondeo a este memorial, que os males a que alludião os supplicantes, provinhão de outras

causas, as quaes erão : 1º a difficuldade das communicacões; 2º a escassez da caça e do peixe; 5º, a falta de mercados; 4º a carestia das mercadorias de luxo estrangeiras, e O baixo preco do assucar e tabaco; 5º em fim, a grande mortalidade entre os escravos indi genas. Ajuntava que, nos ultimos seis annos tinham morrido mais de mil e oitocentos escra vos, e tres mil colonos livres; e que se prepa rava huma missão para o paiz dos Tupinam bás sobre o Iguassu, atravessando as margens do Tocantins, e que, se o desejassem, se reco mheceria o Araguaya ramo d'aquelle rio, nas margens do qual se dizia haver muitos es CI'a VOS. A Camara fez segunda representação, em que pretendia que os Indios livres não tinham prestimo algum, e pedia licenca para ir fazer escravatura nas margens dos rios Madeira e Ne gro, no paiz dos Cambebas e duas outras tribus. Terminava pedindo a abolição da autoridade temporal dos Jesuitas. Ao mesmo tempo os partidarios da escravidão fizeram disposições para resistirem ás autoridades, e mandarão por seu procurador a Lisboa Antonio de Al buquerque, e fizeram partir deputados para o Maranhão com copias da sua correspondencia dirigida a D. Pedro de Mello, que os favorecia sob capa. Os habitantes de S.-Luiz se amotiná

## 8 HISTORIA

rão, arrancarão os Jesuitas das suas cellas, e os conduzirão a bordo de hum navio que devia transportá-los. Vieira ameacou em vão as ca maras, mas foi preso e remetido para Lisboa. Em 1660 foi creada a villa de Paraty na pro vincia do Rio de Janeiro, e o seu territorio foi erigido em condado. 1661. — Vidal, governador de Pernambuco, accusado pelos habitantes de diversos actos tyrannicos e arbitrarios, foi deposto por Bar reto, mas este lhe permittio depois exercer as funcções do seu cargo até á expiração do tempo do seu governo. O seu successor, Jero nymo Mendonça Furtado, igualmente accusado pelas pessoas principaes da cidade, de não cuidar senão dos proprios interesses, foi preso e remetido para Portugal. Tendo desembar cado em Lisboa pouco depois da deserção de seu irmão Francisco para Castella, foi posto a tratos e condemnado a huma detenção perpe tua em huma fortaleza da India. 1661. — Paz definitiva com a Hollanda. Finalmente, por intervenção da Inglaterra, em consequencia do casamento da infanta D. Ca therina, irman de D. Affonso VI, com Carlos II Rei de Inglaterra, foi assignado hum tratado na Haya entre Affonso VI e as Provincias Uni das a 6 de Agosto, publicado a 1o, pelo qual os Hollandezes renunciavão ao Brasil, a Angola



e S.-Thomé. Portugal se obrigou 1º a pagar ás Provincias-Unidas quatro milhões de cruzados, em dinheiro, assucar, tabaco e sal, em dezaseis pagamentos; 2º a restituir aos Hollandeses toda a artilharia tomada no Brasil e marcada com as armas das Provincias—Unidas ou da Companhia Occidental; 5º a conceder o privilegio de comprar todos os annos sal, ao mesmo preco por que se vende em Portugal e nos portos do seu dominio; de commerciar com Portugal e o Brasil, e de carregar nos seus portos todos os generos e mercadorias, pagando os mesmos direitos que os nacionaes, e gozando de privilegios iguaes aos dos Inglezes. 1662. — Francisco Barreto de Menezes que se tinha distinguido na guerra de Pernambuco, foi nomeado Governador General do Brasil. Henrique de Sousa Tavares da Silva, então conde de Miranda e depois marquez de Arronches, foi mandado a Hollanda como embaixador extraordinario, e conseguiu consolidar a paz com as Provincias-Unidas. Barreto levou instrucções para obter dos habitantes do Brasil 120:000 cruzados annuaes por dezaseis annos, afim de preencher a somma estipulada pelo tratado com as Provincias Unidas. A Camara da Bahia não só annuo, mas votou tambem 20:000 cruzados annuaes por dezaseis annos a titulo de dote da infanta. A Bahia

## IO HISTORIA

se obrigou a pagar 80:000 cruzados annuaes, sendo o resto da contribuição repartido pelas outras treze capitanias “. O padre Antonio Vieira apenas chegou a Lisboa, occupou-se com tanto zelo em restabe lecer a autoridade dos Jesuitas no Brasil, e em defendera causa dos desgraçados Indios contra a tyrannia e cubica dos colonos, que obteve facil mente da Rainha regente o que desejava. En tretanto foi nomeado governador do Maranhão Rui Vaz de Sequeira, que tinha servido com distincção na campanha do Alemtejo, e partio mui favoravelmente disposto a seguir os dicta mes do padre Antonio Vieira, e a fazer execu taras leis protectoras dos Indios. Porém quando chegou ao seu destino, e apenas surto no porto, foi visitado pelos officiaes da Camara, os quaes se informárão se com elle vinhão Jesuitas ou al gum syndicante, e só quando forão certificados de que o novo governador não trazia ordens para restabelecer os Jesuitas, e prohibir o traffico dos escravos, he que o acolhérão com respeito. Na casa do Senado da Camara lhe fizerão assi gnar hum papel confirmando a dita declaração, e então lhe mostrarão hum assento lavrado nos livros da Camara, pelo qual os cidadãos havião \* Rocha Pitta diz que Barreto fóra nomeado governa

dor em 1557. Governou seis annos e teve por successor D. Vasco Mascarenhas, conde de Obidos.

determinado não o receber, caso que viesse restabelecer os Jesuitas na provincia. O novo governador temporisou por algum tempo, e condescendeo com os habitantes, aconselhado

pelo antigo governador D. Pedro de Mello que

era seu parente. Todavia mais tarde conseguiu persuadir os mais influentes dos habitantes a tornarem a receber os Jesuitas restituindo lhes os seus conventos, sem com tudo lhes dar poderes temporaes. Publicou tambem em nome d'Elrei hum perdão geral, e declarou que se alguem tentasse perturbar o estado, e obstará readmissão dos Padres da Companhia, seria se veramente castigado por huma multa de 400:000 réis e cinco annos de servico militar em Africa, sendo pessoa distincta; e por casti go corporal e desterro perpetuo, sendo peão.

1665. — Negocios do Maranhão. Expedição contra os Indios sublevados do rio Urubu. Os es forcos do padre Antonio Vieira se tornárão in fructiferos por ter D. Affonso VI tomado as redeas do governo. Este joven rei tinha por conselheiros fidalgos e frades, igualmente ini migos dos Jesuitas por diversos motivos, sendo hum d'elles o bem fundado receio da sua con nexão com Castella, e a sua desmedida ambi cão. No mesmo dia em que confirmou o per dão proclamado pelo governador Sequeira, decretou, segundo os desejos dos procuradores

dos habitantes do Maranhão, que os Jesuitas não exerceriam poder temporal sobre os Índios, e que este pertenceria às Camaras, sendo o poder espiritual common a todas as ordens religiosas (a 12 de Setembro). Logo que esta resolução foi conhecida no Maranhão, os colonos começaram de novo as suas correrias no sertão em cata de Índios escravos. Huma expedição conduzida pelo sargento-mór Antonio Arnau Villela e o padre Raymundo, obteve do Governador Sequeira a autorização de ir buscar os cravos às margens do Urubu. Tendo remonta do este rio e desembarcado, Arnau se fortificou com estacadas, e mandou ao interior dez soldados e cem Índios, que foram derrotados pelos Caboquenas e Guanevenas. Apresentarão-se depois diante das trincheiras com alguns dos seus atados como escravos, dizendo a Arnau que os Portuguezes os tinham comprado e tinham ido em cata de outros. Arnau illudido os admitte no forte, mas os Índios apenas se vêem dentro, matarão o chefe e todos os mais que não puderão salvar-se nos barcos. D'alli foram os Índios em quarenta grandes canoas atacar outro destacamento na aldeia de Saracá, nas bordas do lago do mesmo nome que desemboca no Urubu. Para tirar vingança d'esta traição, o Governador Sequeira mandou hum destacamento com

posto de quatro companhias de infantaria e quinhentos Indios ás ordens de Pedro da Costa Favella. Este os fez embarcar em trinta e quatro canóas, e tendo-se demorado na grande aldéa dos Tabajós, no rio do mesmo nome, recebeu hum reforço de algumas tribus alliadas. Com estas forças Favella queimou trezentas aldéas inimigas, matou setecentos guerreiros, e trouxe quatrocentos prisioneiros agrilhoados a Belem. 1664. — O Governador Sequeira descontente das leis que o privavão do direito de nomear os commandantes das expedições contra os Indios, propoz a suspensão d'estas leis em quanto não chegava a ultima decisão d'Elrei, e a das Camaras de Belem e de S.—Luiz. A primeira se declarou a favor das ordens regias; em consequencia do que o Governador tirou o mando a Francisco de Seixas, e nomeou em seu lugar outro capitão-mór; mas pouco de pois o Procurador Adão Corrêa fez despregar a bandeira real no dia do Corpo de Deos, soltou o Vereador, e proclamou as leis suspendidas por Sequeira. - 1666. — Este foi hum anno calamitoso para o Brasil, de fome, e doencas mortíferas, que a superstição dos tempos attribuiu a hum cometa que no anno precedente tinha apparecido. Na Bahia o mar elevando-se de repente inundou as praias, e retirando-se as deixou cobertas

de huma enorme quantidade de peixe miudo. Ao mesmo tempo grassou huma terrivel epidemia debexigas em Pernambuco, que se extendeu depois até o Rio de Janeiro, e nas provincias meridionaes. A mortalidade foi tão grande que faltarão os braços para a cultura da terra e fabricação do assucar, do que resultou huma fome.

1667. —O tempo do governo de Sequeira tendo expirado, Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, filho do primeiro governador d'esta provincia, foi nomeado em seu lugar. Logo que tomou posse do cargo annunciou a confirmação da supressão das leis relativas aos Indios, com tanto que a distribuição d'elles fosse feita pelo primeiro juiz, e não pela Camara. O novo governador quiz continuar o commercio dos escravos e o das especiarias por sua propria conta, e tomou por pretexto as expedições dos missionarios. Mas tendo a Camara de Belem feito representações á Corte (1669), deo-se-lhe por successor (em 1672 ) D. Pedro Cesar de Menezes. 1667.— Por hum tratado de liga offensiva e defensiva assignado a 51 de Março em Lisboa entre Luiz XIV e Affonso VI, contra Elrei de Hespanha, estipulou-se que até ao dia em que a Franca declarasse a guerra á Hespanha, Elrei de França daria ao de Portugal hum subsídio annual de 1.800:000 libras torneas, ou

900000 cruzados, para o indemnizar dos gastos da guerra. 1668. — Por outro tratado, concluido em Lisboa a 15 de Fevereiro 1668 entre Carlos II, Rei de Hespanha, e D. Pedro, Regente ° de Portugal, por mediação de Carlos II, Rei de Inglaterra, foi reconhecida a independencia de Portugal, e a dynastia de Bragança como legitima sobe rana do Reino, conservando este os seus antigos limites e as suas dependencias e colonias, com a unica excepção de Ceuta, cedida á Hespanha. André de Barros Rego, juiz ordinario do Senado da Camara, e chefe do corpo politico de Pernambuco, suppria as vezes do gover nador Jeronymo Mendonça Furtado, o qual, como já dissemos, se havia tornado odioso pela sua tyrannia e dilapidacões, á nobreza e cida dãos da cidade de Olinda, os quaes o tinham deposto e remettido para Portugal. Depois de cinco annos de huma boa admi nistracão, Vasco Mascarenhas teve por suc cessor em qualidade de governador e capitão general do Brasil, Alexandre de Sousa Freire, homem distincto por suas qualidades e ser vicos. \* Este principe derribou do throno a seu irmão, que

obrigou a abdicar, fazendo-se proclamar Regente pelas Córtes de Lisboa a 27 de Janeiro de 1668.

1668-1669. — Descobrimento do Rio-Negro. Pedro da Costa Favella, encarregado de hum expedição para castigar os Indios Encabelados, soube que as margens do Rio - Negro, que os indigenas denominão Guyari, estavam occu padas pelos Tarunas. Acompanhado do padre Theodosio que tinha prégado o evangelho aos Anaquis, foi visitar estes Indios e depois os Ta runas, e fundou depois o primeiro estabelecimento do Rio-Negro. O forte na sua embocadura, foi construido por Francisco da Mota Falcão, por ordem do Governador Albuquerque; e Angelico de Barros foi o primeiro com mandante. A foz d'este rio tinhá sido re conhecida pelo capitão Teixeira que visitou algumas tribus que alli habitavão. O sargento mór Guilherme Valente que servia na guarnição do forte, conseguiu reduzir os JVaracoacinos, fez depois alliança com os Caburicenos, os Caragais e os Manaus, e casou com a filha de hum dos caciques d'esta ultima tribu ".

\* Em 1725 e 1726 alguns corpos de tropa remontarão as cachoeiras d'este rio, até quasi ao Javita que desem bocca no Rio-Negro, perto da sua origem, e a vinte jornadas acima do Caciquary.

As margens superiores do Rio-Negro forão exploradas mais tarde, em 1743 e 1744, pelas tropas do Resgate que ião buscar escravos. Passarão por este rio até ao Ori noco, pelo braco Paravá ou Caciquary.



1669.—Neste anno chegou ao Brasil huma frota de mais de cincoenta navios mercantes commandada por João Corrèa da Silva, em que ião muitos passageiros. A nao capitanea naufragou em huma das fozes do Camaragibe, na costa do Rio-Vermelho, e o commandante João Corrèa da Silva morreo afogado. 1670.— Neste anno foi fundada a villa de Sorocaba “na provincia de S.—Paulo, na margem esquerda do rio do mesmo nome, e a quinzelegoas da capital. O fundador foi o donatario D. Luiz Carneiro de Sousa, conde da ilha do Principe. 1671. — Gunipy, aldeia situada na bahia do mesmo nome, na provincia de Pará, foi erigida em villa. - - 1672. Expedição contra os Paulistas. — Os aventureiros da provincia de S.—Paulo tendo renunciado ás hostilidades e correrias contra as Reduccões dos Jesuitas hespanhoes, dirigirão as suas expedições contra as tribus Tapuyas do Tocantins, as quaes pedirão soccorro ao governo do Pará. O novo governador expedia

\* Sorocaba he hoje humacidade consideravel. Em 1808 contava 1700 familias, e o termo tinha 10:248 habitantes, dos quaes dois terços erão brancos. A tres legoas da cidade está a fundição de ferro de S. João de Ipanema, onde se recebe o mineral das ricas minas de Araçoiaba. Havia tambem no districto huma mina de prata

cujá exploração foi abandonada, por pouco abundante.

Francisco da Mota Falcão com hum destaco mento para proteger os Indios; mas foi logo informado que os Paulistas commandados pelo seu mestre-de-campo Manoel Paez de Araujo, proseguirão as suas correrias contra os Indios, e que já havião subjugado os Guajaras. Falcão escreveo a Paez exigindo que se retirasse, visto pertencer o territorio que elle occupava nas margens do Tocantins, ao governo de Mara nhão. Paez não attendeo a esta representação, e dispunha-se a atacar Falcão, que se vio obri gado a retirar-se a Belem. 1675. —OGovernador indignado contra Paez, preparava huma expedição mais forte para marchar contra elle, quando o padre Antonio Raposo Tavares chegou de Lisboa com a mis são de explorar as minas do paiz do Tocantins, sobre o qual Paez tinha transmittido informa cões miudas. Pedro Cesar vio-se obrigado por dever, a mandar para este objecto huma expe dição debaixo das ordens de Raposo, que foi encarregado de cooperar com Paez; mas este tendo morrido antes de o encontrarem, foi frustrado o objecto da expedição. Pedro Cesar transferio o assento do gover no, de S.-Luiz para Belem, situação mais fa voravel para fazer exploracões no interior, e para receber os productos naturaes do paiz. Tentou suspender a lei de 1665, que restringia

a autoridade do governador, mas a Camara a fez proclamar. Pedro Cesar indignado fez prender o primeiro juiz e o vereador, e os fez embarcar presos para Lisboa. Elrei mandou re prender a Camara. Os clérigos, frades e outros individuos formáram o projecto de assassinar o Governador; mas foi revelado, e elle escapou. Depois de hum administração de sete annos, teve por successor Ignacio Coelho da Silva. 1671-75. Incursões dos Guaranys na provincia da Bahia e terras adjacentes. Fundação de Santo - Antonio. — A tribu dos Guaranys, ramo da nação Aymore, começou as hostilidades contra os Portuguezes matando muitas familias. Para reprimir estes selvagens, construiu-se hum forte em Cayru, e da Bahia se lhe mandou hum guarnição ás ordens do capitão Manoel Barbosa de Mesquita, mas este official foi morto pelos Guaranys no caminho. Alexandre de Sousa julgou então necessario completar a conquista d'esse territorio, e alguns annos depois alistou hum corpo de Paulistas debaixo de João Amaro; mas como a Bahia distava mais de trezentas legoas de S.- Paulo, esta tropa auxiliar não chegou senão em 1675. Hum destacamento da guarnição e da milicia local se unio á expedição que se fez á vela para Cayru, e depois de ter effectuado o

## 20 HISTORIA

seu desembarque, dirigirão-se ao oeste do rio S.—Francisco e ao norte da fronteira da Bahia, e destruirão os estabelecimentos dos Guerens, matando grande numero d'elles, e levando o resto prisioneiros á capital, onde forão vendidos como escravos. João Amaro foi recompensado dos seus serviços por huma concessão de terre no muito extenso, e o senhorio de hum esta belecimento que elle havia fundado da banda da Bahia, denominado Santo-Antonio, e que depois tomou o nome do fundador, quando este chefe vendeo a sua propriedade ao coronel Ma noel de Araujo Aragão, para voltar a S.—Paulo.

1674-75. Earpedição para descobrir minas.— O governador Affonso Furtado, tendo expulsa do os Guerens e fundado hum estabelecimento no Piauhy, quiz assignalar a sua administração pela descoberta de minas. Hum habitante do Sertão tendo-lhe trazido huma amostra de hu ma rica mina de prata, Furtado mandou a Lis boa seu filho João Furtado de Mendonça a com municar tão interessante nova á Córte. O na vio em que elle se embarcou deo á costa perto de Peniche, e assim se perdérão os despachos e as amostras da mina. João Furtado escapou, e fez conhecer a sua missão, e o Governo fez embarcar tudo o que era necessario para a ex ploração das minas; mas antes da chegada d'este navio ao Brasil, tinha morrido o certa

nejo que havia trazido a amostra da prata, sem deixar o menor indicio sobre o sitio onde se achava a supposta mina. Em vão o Governador mandou explorar o paiz, mas não achou senão amethystas, topazios e crystal de rocha. Foi tal o desgosto que isto lhe causou, que morreo de paixão. Segundo a sua ultima vontade, encarregou o Senado da Camara, os nobres e as autoridades, de nomearem huma junta para reger a provincia. Osmembros della forão o chanceller da Relação, o mestre-de-campo, e o juiz da Camara, descendente de Caramuru, que forão confirmados pelo regente do reino D. Pedro. Governarão tres annos até a chegada do novo governador, o Mestre-de-Campo-Genera l Roque da Costa Barreto. 1674. Principio da conquista da provincia de Piauhv.—Domingos Affonso de Mafra possuia huma grande fazenda de criar gado na margem septentrional do rio S.—Francisco, que foi molestada pelos Indios do centro do Piauhv. Tendo resolvido conquistar o paiz da banda do norte, ajuntou gente e passou a Serra dos dois Irmãos, onde encontrou Domingos Jorge, que andava á caça de Indios. Atacados pelas forcas

reunidas d'estes chefes, forão obrigados afugir.

Domingos Jorge tendo-se retirado com os es cravos que havia tomado, Mafra ficou de posse do paiz, e foi em breve reforcado por novos

aventureiros, de que se fez capitão, intitulan do-se senhor do Sertão. Estabeleceo nelle cin coenta fazendas de gado, e antes de morrer deixou a administração de trinta d'ellas aos Jesuitas do collegio da Bahia, determinando por testamento, que parte dos rendimentos seria destinada a dotar raparigas, a soccorrer viúvas e pobres. Depois da extincção dos Jesuitas esta propriedade cahio no dominio da Córôa. 1676.- A Igreja da Bahia foi elevada a séde metropolitana, e as de Pernambuco, Maranhão e Rio de Janeiro ao de cathedraes. D. Gaspar Barata de Mendonça foi nomeado arcebispo da Bahia; D. Estevão Brioso de Figueiredo, bispo de Pernambuco; D. Fr. Manoel Pereira, bispo do Rio de Janeiro; e D. Fr. Antonio de Santa Maria, religioso capucho, bispo do Maranhão. Estas nomeações foram confirmadas pelo papa Innocencio VI. Ao mesmo tempo foram enviados muitos missionarios para trabalhar na conversão dos Indios. 1677. — Neste anno foi fundado na Bahia o mosteiro das religiosas de Santa Clara do Deserto, que tinham vindo na frota d'aquelle anno. 1679.- Neste anno se fundou na mesma cidade o convento dos capuchos italianos de Nossa Senhora da Piedade, pelos padres Fr. João Romano, e Fr. Thomás de Sora. -

-

Expedição contra os Taranambazes. Estes Indios anthropophagos, habeis nadadores, ti nhão por uso ir mergulhar no mar perto dos navios, cortando os cabos das ancoras, saltan do depois a bordo para devorar a tripolacão, e roubar as embarcacões e cargas. O governador Ignacio Coelho da Silva mandou contra elles huma expedição commandada por Vidal Ma ciel Parente, capitão-mórdo Maranhão, que matou toda a tribu, sem distincção de idade nem de sexo. -

1680.— Contestação com Hespanha sobre a Colonia do Sacramento. Durante os sessenta an nos que Portugal tinha sido sujeito a Hespanha, havião os Portuguezes fundado muitas colo nias na proximidade do Uruguay. Depois a Córte de Portugal, querendo fundar huma nova colonia na margenm septentrional do Rio da Prata, perto da ilha de S.—Gabriel, deo ordens a este effeito ao mestre-de-campo Manoel Lobo, nomeado governador do Rio de Janeiro (a 8 de Outubro 1678). Este official foi á villa de Santos a 5o de Outubro 1679, onde se de teve até ao mez de Dezembro; então se fez á véla para o seu destino com quatro compa nhias de duzentos homens, para se defender contra os Mimanés, tribu inconstante e sempre disposta a sublevar-se. Foi acompanhado por varias familias de colonos. Chegado á emboc

cadura do Rio da Prata, no 1º de Janeiro 1680, o Governador escolheu hum lugar conveniente ao seu projecto, na posição já mencionada na vizinhança de Buenos-Ayres, e durante seis mezes occupou-se na construcção de obras de defesa e fortificações : deo ao estabelecimento o nome de Colonia do Sacramento. O governador do Paraguay D. Philippe Rey Corbelon tendo reclamado em vão contra esta empreza da Coróa de Portugal, a qual, pelo tratado de Tordesillas de 1492, não tinha direito ao territorio sobre as margens do Rio da Prata, convocou o conselho de Buenos-Ayres, para fazer reconhecer os direitos da Coróa de Hespanha sobre este territorio. O Conselho declarou que o Brasil da banda do Paraguay tinha por limites a provincia de S.-Vicente. A Córte de Madrid, informada d'este negocio, mandou instrucções ao abbade Maserati, seu ministro na Córte de Lisboa, exigindo a evacuação d'esta ponta de terra. O infante D. Pedro e o seu secretario d'estado Pedro Sanches Farinha com vierão da justica da reclamação, e promettérão fazer evacuar a nova colonia, mas debaixo de varios pretextos eludirão esta promessa. O Governo hespanhol, vendo isto, deu ordem a D. José de Garros governador do Rio da Prata, de expulsar pela força os Portuguezes do territorio usurpado. Este levantou gente nas provin



cias de Santa Fé, Correntes e Tucuman. O superior das reduções do Uruguay fez partir tres mil neophytas, de infantaria e cavallaria, capitaneados pelos missionarios jesuitas. Estes padres, mais ambiciosos que philanthropicos, aproveitando as boas disposições da Córte de Hespanha, á qual tinham feito tantos servicos, sendo hum d'elles a entrega de Portugal, no reinado do cardeal infante D. Henrique, fundarão nas margens do Uruguay hum grande numero de estabelecimentos a que derão o nome de reduccões. Alli vivião em aldeas os Indios convertidos de varias tribus doces, sobre as quaes os Jesuitas exercião hum imperio absoluto, e que tinham disciplinado e sujeito a hum governo, mais militar que ecclesiastico. Era huma verdadeira colonia jesuítica, bem administrada, e em que florescia a agricultura. Os Jesuitas indignados contra os Paulistas, e em geral contra os colonos portuguezes, auxiliárão com o maior fervor os Hespanhoes de Buenos-Ayres contra os Portuguezes da Colonia do Sacramento. Garros, tendo reunido as suas forças, fez explorar o paiz por terra até á vizinhanca de S.- Paulo, e pelo rio Paraná, e depois de reconhecer o novo estabelecimento portuguez, voltou a Buenos-Ayres, e expedio hum messageiro a D. Manoel Lobo, mandando-lhe perguntar com

que direito occupava aquella posição, e exigin do que a evacuasse. Lobo respondeo que o ter ritorio estava desoccupado, e que os Portuguezes tinham direito de se apossar d'elle; e para apoiar esta pretensão produzio huma carta geografica feita em Lisboa em 1678, por João Teixeira Albornoz, na qual o territorio pertence á Coróa de Portugal se extendia desde a embocadura do Rio da Prata até ao Tucumán, comprehendendo trezentas legoas de Costa. Garros não podendo admittir tão injustas pretencões, recorreo ás armas, e deo o com mando de huma expedição ao mestre-de-campo D. Antonio de Vera Muxica, composta de quatro mil homens, comprehendidos os pretos e os mulatos, e bem provida de viveres, munições e artilharia. Chegado diante da fortaleza do Sacramento, Muxica intimou ao commandante portuguez que entregasse a praça, e recusando este, a investio e entrou de assalto e por surpresa, a 7 de Agosto. Na consternação causada pela entrada dos inimigos, muitos dos sitiados procurão escapar nas chalupas que estavam no posto; huns se afogão, outros forão toma dos prisioneiros. O resto defendeo-se heroica mente, e até as mulheres combaterão com valor. Emfim a praça capitulou, depois da perda de duzentos homens. Só sete pessoas con

seguirão escapar, e se mantiverão sobre huma rocha vizinha da colonia. O governador Lobo, feito prisioneiro, foi embarcado em humalan cha e mandado a Buenos-Ayres, onde morreo de paixão”. A perda dos Hespanhoes foi menor. Os Indios Guaranis das reduccões combaterão com muita coragem. Este revez decidio o infante D. Pedro, re gente de Portugal, a entrar em negociacões, que terminárão pelo Tratado provisorio assi gnado em Lisboa, a 7 de Maio 1681, por parte da Hespanha, pelo duque de Juvenazzo, e por parte de Portugal, pelo marquez de Fronteira, o duque de Cadaval, e o bispo Fr. Manoel Pe reira, secretario de Estado. Por este tratado em dezasete artigos, Portugal conservava a posse da colonia do Sacramento, com toda a artilharia e mais effeitos tomados na praça, que devião ser restituídos. A Côte de Hespanha promettia fazer reprehender o Governador de Buenos-Ayres porter atacado o estabelecimento portuguez. Nomeárão-se dois commissarios de cada nação, para decidir definitivamente a questão dos direitos das duas Corôas, e esti pulou-se que, se não pudessema concordar, se

\* Rocha Pitta diz que Lobo foi mandado a Lima, onde morreo na flor da idade.

submetter a decisão ao Papa. Foi igualmente convencionado que se não construísse no Sacramento nenhum forte, e não fosse permitido a mais de quatorze famílias portuguezas residir na colonia. Os Hespanhoes conservavão o direito de commerciar com a praça, e o Governador de Buenos-Ayres o de a fazer visitar. Os Portu guezes forão obrigados a restituir trinta mil Indios, e os gados de que os Paulistas se ti nhão apossado. 1680.—Restabelecimento dos Jesuitas. D. Gregorio dos Anjos primeiro bispo do Maranhão, tendo visitado as aldeas dos Indios convertidos, reconheceo que as leis relativas a estes indigenas não erão observadas, e que o traffico dos escravos continuava a fazer-se da maneira a mais barbara. Este bispo tendo feito huma exposição ao Regente do Reino, este fez promul gar novos decretos e ordenacões para reme diar a estes horriveis abusos. O decreto de 51 de Marco prohibia aos governadores e a seus dependentes commerciar, grangear terras, ou monopolisar os productos do solo. O regulamento de 17 de Fevereiro 1675, posto em vigor no Maranhão e no Pará, prohibia aos governadores, aos officiaes da fazenda e de justiça e aos militares commerciar, estabelecer monopolios, e taxar o preco dos generos e o frete dos navios. Por outro decreto do 1º de

Abril S<sup>o</sup>, fo de movo abolida a escravidao dos \ndios. O Ouvidor teve ordem de prender os infractores d'esta lei, e de os embarcar para Lisboa, para alli serem castigados. Todos os In dios que estavam retidos em custodia devião ser distribuidos em aldéas. Por outra lei de 1 o de Abril foi limitado o tempo de trabalho dos Indios a dois mezes consecutivos. Por outra lei de 1o de Abril forão de novo postos debaixo da direccão dos Jesuitas. Os Indios das aldéas forão repartidos, em tres classes : a primeira destinada a cultivar a terra; a segunda destinada ao servico dos missionarios nas suas expe dicòes; a terceira devia ser distribuida aos ha bitantes na conformidade dos regulamentos. Os membros das Camaras se oppuzerão a estas leis, e particularmente á que limitava o servico dos Indios livres a dois mezes, dizendo que para a cultura das cannas de assucar e outras plantaçòes, erão necessarios, pelo menos, quatro mezes. Mandárão a Lisboa hum procu rador para solicitar huma modificação d'esta lei, e a abrogação das outras. Neste intervallo, expirou o tempo do go verno de Ignacio Coelho, e teve por successor Francisco de Sá de Menezes, que se tinha dis tinguido na guerra de Hespanha, e que fôra secretario da embaixada portugueza em Ingla terra no protectorado de Cromwell.

1680. — Companhia do Pará e Maranhão. Concedeo-se a alguns negociantes de Lisboa o privilegio exclusivo de commerciar com o Pa rá e Maranhão, por vinte annos, obrigando-se a Companhia a introduzir quinhentos escravos da Africa todos os annos, a razão de cem mil réis por cabeça. 1682. — Antonio de Sousa de Menezes succedeo a Roque da Costa Barreto, como Gover nador-general do Brasil. Estava em idade ni mamente adiantada para poder reprimir as dissensões e sublevaçõs que perturbárão o paiz durante o seu governo. Teve por succes sor Antonio Luiz de Sousa Tello de Menezes, marquez das Minas, o qual conseguiu facil mente apaziguar estas desordens. Este Gover nador fez grandes servicos aos habitantes, a quem prestou todo o auxilio possivel durante a terrivel epidemia que durou até 1687. 1684. — Os habitantes de Pará, sentindo-se lesados nos seus interesses geraes e particula res, fizerão representaçõs á Córte. No Mara nhão o monopolio concedido aos negociantes de Lisboa, excitou o maior descontentamento entre os habitantes, que formárão e executárão o projecto de sublevação de que Manoel Beck man foi o chefe. Os insurgentes prendérão o capitão-mór Balthazar Fernandes, e convocá rão huma junta dos tres estados, que decidio a

deposição do Governador generale do capitão mór, a abolição do monopolio e a expulsão dos Jesuitas. Todavia dentrode pouco tempo mui tos dos partidarios da insurreccão se retirárão; mas Beckman e os seus socios obtiverão o socorro de hum pirata que infestava as costas do Brasil, chamado D. João de Lima. A nova d'esta insurreccão causou grande inquietação em Lisboa. Receava-se que os Franceses tendo-se estabelecido em Cayenna, quizessem renovar a tentativa de fundar hum colonia nas margens do Orelhana, renovando as suas pretencões sobre o Maranhão. Nesta critica conjunctura resolveo Elrei ° mandar hum novo governador, homem de talento, probidade, e reconhecido valor. Gomes Freire d'Andrade”, que possuia todos estes requisitos, foi escolhido para o importante cargo. Depois de se ver contrariado por mil intrigas, conseguiu por fim d'Elrei D. Pedro II, plenos poderes, e partio a bordo da nao Conceição, e a 15 de Maio, chegou á barra do Maranhão, onde lancou ferro. Beckman e seus socios mandárão a bordo hum ajudante para

\* Por morte de D. Affonso VI em 1683, foi D. Pedro II acclamado Rey.

\* Tinha sido armado cavalleiro no campo de batalha, emidade de quinze annos. Era sobrinho de Jacinto Freire de Andrade, autor da Vida de D. João de Castro.

saber se era o novo governador, ou hum navio do pirata D. João de Lima. Gomes Freire o acolheu bem, e manifestou as disposições as mais favoraveis aos habitantes; disse que em Lisboa tinha conferido com Thomás Beckman, irmão do chefe dos levantados, o que fez crer aos sublevados que nada havia a recear. O Governador, aproveitando a occasião, pediu ao official que levassem para terra duas pessoas que tinham soffrido muito durante a viagem, e a quem o ar da terra seria mui util para restabelecer a saúde, ao que elles annuirão. Embarcou-se pois Francisco Teixeira Moraes, e Francisco da Mota Falcão. Este voltou a bordo, e informou Gomes Freire que não havia na cidade preparativos de defesa, e que os habitantes estavam inteiramente confiados no resultado das representações dos seus procuradores em Lisboa. Mas Beckman tendo resolvido excitar o povo a oppôr-se ao desembarque do Governador, fez partir o procurador e o secretario do Senado da Camara para irem a bordo com o primizar Gomes Freire, mostrando-se dispostos a reconhecer a sua autoridade, mas persuadindo-lhe que quizesse demorar o seu desembarque até ao dia seguinte, para dar tempo aos aprestos para o receberem dignamente; mas elle facilmente descobrindo o artil, lhes disse que ia publicar huma amnistia geral,



e que desembarcaria na maré immediata; e logo expedio dois officiaes com cincoenta soldados que se apoderarão do forte sem resistencia. Beckman e alguns dos seus sequazes fugirão para o interior; o chefe se retirou ás suas fazendas nas margens do Miary a sessenta legoas da capital, mas voltarão pouco depois e tentarão de novo apoderar-se da cidade e matar o Governador. Tres dos principaes chefes, Eugenio Ribeiro, Manoel Serrão, e Jorge de Sampayo, forão presos. Beckman tinha conseguido escapar, mas foi trahido por Lazaro de Mello, joven de quem era padrinho e tutor. Este procedimento excitou a indignação geral; e quando se apresentou para tomar posse da sua companhia, os soldados recusarão reconhecê-lo por capitão. Viveo retirado e desprezado, e a sua morte, posto que accidental, foi attribuida a castigo do céo. Beckman e Ribeiro forão condemnados á morte, e executados em 1685. Gomes Freire portou-se com singular moderação e generosidade. Depois de ter feito quanto d'elle dependia para salvar Beckman, assignou a ordem de execução com mão tão tremula que apenas se podia reconhecer a firma, e morto Beckman, comprou os bens d'elle e os restituiu á inconsolavel viuva a quem tinham ficado duas filhas solteiras. Beckman morreu com dignidade. •

1685. Epidemia. — Huma doença epidemica chamada o bicho rompeo em Pernambuco, onde morrerão mais de duas mil pessoas; d'alli passou á Bahia. Observou-se com admiração que não atacava os negros, os mulatos, nem os Indios, e os mestigos. O padre Valentin Extancel, celebre astrologo, attribuiu a hum eclipse de lua no 1º de Dezembro, que tinha sido precedido por outro do sol. Rocha Pitta diz que a procissão feita pelos Jesuitas da Bahia em que levárão a imagem do glorioso S.-Francisco Xavier (novo thau maturgo), fez suspender o brago da justiça divina. Todavia a epidemia não cessou se não em 1688. Esta doença era huma dysenteria putrida, em que o intestino recto se gangrenava. Gomes Freire restituiu aos seus cargos todas as pessoas que os insurgentes tinham deposto; restabeleceu o monopolio do commercio, aboliu o dos escravos Indios, e chamou os Jesuitas que Beckman tinha expulsado do Pará. Desejoso de formar com a população superabundante do Maranhão novos estabelecimentos nas margens dos rios Itacu e Mory, propoz á Corte de elevar alli duas fortalezas para servir de protecção contra as hostilidades dos Indios, que, perseguidos de huma banda pelos aventureiros do Piauí, e da outra pelos Paulistas

que descia o Tocantins, se tinham retirado áquelles sitios. - Expedições no interior. — Ao mesmo tempo fez partir huma expedição contra os Indios que infestavão o Miary. Constava de cem soldados portuguezes e duzentos e trinta Tapuyas, con duzidos por João Saraiva. Depois de alguns dias de marcha, este official atacou os Indios inimigos, e lhes matou muita gente. Construiu então hum forte junto ao rio, e fez hum estabelecimento a que deu o nome de Santa-Maria. A expedição encarregada de abrir huma communicacão com a Bahia pelo interior, foi conduzida por João Velho do Valle, que con seguio executar esta arriscada empreza. Fez a paz com as tribus que habitavão as margens dos rios Mony, do Itapicuru, e o Parnaiba, e traçou hum mappa do caminho até á Bahia, onde morreo de huma doença causada pelas grandes fadigas que tinha padecido. 1686. Expedição contra os Indios inimigos, do rio Orelhana.—Durante o governo de Francisco de Sá, a tribu dos Caravares tendo manifestado o desejo de se pôr debaixo da protecção dos Portuguezes, o Governador fez partir huma expedição commandada por Goncalo Paez de Araujo, com ordem de os estabelecer todos em huma aldeia. Este official chegou a Xingu, foi alli surprehendido pelos Taquanhapés e os

Gerunas ou Jaruunas, que habitavão as margens e as ilhas d'este rio, e que tinham até alli vivido em boa harmonia com os Portuguezes. Todos os criados Indios, trinta Caravares e hum Portuguez forão mortos. Paez ferido escapou, e foi refugiar-se entre os Indios amigos. Anima dos por este successo as tribus dos Anaquizes, e os Caripatenas tomárão as armas e cahirão sobre algumas partidas de mercadores. A frotilha dos Gerunas era composta de mais de trinta canóas, e a do Cacique trazia, em vez de bandeira, a cabeça de hum sargento que tinham morto. Para castigar estes Indios, mandou Gomes Freire no fim do anno huma expedição de cento e vinte Portuguezes, e numero igual de Indios, debaixo do mando do capitão-mór Hilario de Sousa. Este official chegando a Camuta achou alli hum reforço de Indios com canóas, que tinha sido preparado por Antonio de Albuquerque Coelho. Proseguindo o seu caminho Sousa entrou em huma aldeia de Nheengaibas nas margens do Aracuru. Achou-a quasi abandonada pelos Indios, que havendo obtido armas dos Francezes de Cayenna, se tinham retirado a Cabo do Norte. D'alli foi a Curupa, cuja fortaleza, quasi de todo desmantelada, não tinha por guarnição mais de dois officiaes e treze soldados invalidos. Deixou-lhe hum reforço, e

ordem de fazer vir provisões da aldèa de Xin gu, situada junto ao rio do mesmo nome, para á sua volta castigar os Taquanhapés. A frotilha portugueza entrou no granderio, e fundeou no porto de Jugaraca, onde foi reforçado por alguns Indios guerreiros, e passando para a margem esquerda do rio devastou algu mas povoações inimigas, e aprezoou hum chefe baptizado de Curupatuba chamado Sebastião Orucura. Depois foi ao encontro da frotilha ini miga no rio de Aroquirés e destruiu a principal povoação dos Caripatenas. Então fortificando se nas margens do rio, mandou hum destaca mento de duzentos homens, pela maior parte Indios, que foi batido; partio depois com setenta Portuguezes e quatrocentos e setenta Indios, destruiu Caysava, segunda povoação principal dos Caripatenas. Quiz marchar depois contra os Taquanhapés, mas a estação estava já avançada, e depois de seis mezes de campanha a fro tilha voltou a Belem, não tendo perdido senão hum Portuguez, tendo morto mais de mil Indios, e cativado alem de quinhentos. 1686. — Neste anno foi fundado o seminario de Belem em huma bella planicie, perto da villa de Nossa Senhora do Rosario da Cachoei ra, a quatorze legoas da costa da Bahia, pelo padre Alexandre de Gusmão, jesuita. 1687. — Depois da conquista de Cayenna

pela expedição do conde d'Estrées em 1676, os Francezes tentárão entrar no Orelhana, apezar da reclamação do capitão de Curupa. Gomes Freire defendeo os direitos da Coróa de Portugal; por ordem d'Elrei expedio Antonio de Albuquerque com hum engenheiro e gente practica do paiz para construir fortificações na capitania do Cabo do Norte, empregando para este fim os Indios das aldeas dirigidos pelos missionarios. Gomes Freire, chamado por Elrei, largou o governo com bem pezar dos habitantes. Tinha vendido a sua prata para pagar os soldados nas expedições contra os Indios do interior. Teve por successor Arthur de Sá de Menezes. 1690. — Neste anno os Paulistas formárão o estabelecimento do Sabará perto das minas de oiro, que forão descobertas dois annos de— pois. 1691. — Continuarão as contestações entre os Francezes e os Portuguezes, pretendendo o governador de Cayenna M. de Ferrol toda a margem septentrional do Orelhana ou Amazo nas. Antonio de Albuquerque, governador do Maranhão e Pará, reclamava por parte de Portugal ambas as margens do rio e os territorios adjacentes. Tinha construido hum forte em Cabo do Norte junto ao rio Caman. Neste mesmo anno, hum bando de facino

rosos conduzidos por cinco homens de boas familias commettérão horriveis violencias e crimes, na capitania de Porto-Seguro e até dentro da cidade. Foi preciso mandar huma forza militar contra elles. Cinco dos principaes chefes forão tomados e enforcados na Bahia. 1694. — Elrei estabeleceo casas de moeda em Pernambuco e no Rio de Janeiro. 1695. — Destruição de Palmares. Alguns centos de negros escravos, quando os Hollan dezes desembarcárão no Recife, se tinham re fugiado no interior da capitania perto de serra de Barriga, a vinte legoas do mar, e forão de pois successivamente augmentando em nume ro, fazendo amiudadas incursões nos distric tos de Porto-Calvo, Alagóas e S.—Francisco do Penedo. Vinhão commerciar com alguns habi tantes de Pernambuco, que lhes vendião ar mas, municões e mercadorias da Europa. O seu principal estabelecimento chamado Pal mares, chegou a conter mais de vinte mil in dividuos em hum recincto de quatro a cinco milhas de circuito, defendido por duas estaca das. Tinha só tres entradas por onde se podia penetrar, e cada huma d'ellas defendida por huma plataforma. No interior havia hum pequeno lago e muitos ribeiros de agua cor rente que lha davão em abundancia. Outras habitacões menos importantes chamadas Mo

## 4o HISTORIA

cambos, proteção as plantações. Tinha este escolhido um governo electivo e republicano, mas depois elegerão por seu chefe ou Zambi<sup>o</sup>, o mais valoroso e prudente. Fizerão leis severas contra o roubo, o homicídio, e o adultério, e as observarão rigorosamente. Os escravos que vinham agregar-se á sociedade, eram reputados homens livres; mas, se depois fugiam, sendo apanhados, eram punidos de morte. Os prisioneiros ficavam captivos, mas em caso de deserção não incorriam pena alguma. Dava-se á cultura da terra, e viviam felizes, fazendo de dia em dia novos progressos na civilização, que os Portuguezes poderiam ter aproveitado, se não fossem dominados por maximas e arbitrariedades de tyrannia para com os desgraçados Africanos reduzidos á escravidão. O governador de Pernambuco, Caetano de Mello de Castro, tendo determinado destruir os negros de Palmares, pediu soccorros ao Governador-general, o qual lhe mandou o mestre-de-campo Domingos Jorge com um regimento de Paulistas para se reunir em Porto-Calvo com as tropas mandadas de Olinda e Recife e a milicia do districto. Estas forças em numero de seis mil homens, parte Indios, foram acam

Zambi na lingua Bunda, significa Deus, Divinidade ou Senhor supremo.



\

par diante de Palmares, de que Domingos Jor julgava poder apoderar-se facilmente. Por espago de dois dias, os dois partidos se obser várão mutuamente, não ousando o comman dante portuguez atacar o forte recinto de pal lissadas feitas de pao o mais duro; mas no terceiro dia estando huma parte dos sitiantes a devastar huma plantação de bananeiras, os negros sahirão em grande" forca da cidade, e travárão com as tropas hum renhido combate em que houve mais de oitocentos homens de ambos os lados mortos ou feridos. Domingos Jorge se retirou a Porto-Calvo, onde Bernardo Vieira de Mello tinha junto seis mil homens, dos quaes muitos erão habitantes abastados, que voluntariamente se tinham alistado para servir nesta expedição. Bernardo Vieira tinha conse guido surprehender hum destacamento de Palmarinos, e em razão d'este successo foi no meado chefe da nova expedição. Bem providos de viveres e municões partirão para Palmares, onde os negros, depois de haverem abandona do todos os seus Mocambos, tinham concentrado as suas, forças, em numero de oito a dez mil combatentes armados de arcos, frechas, lanças e espingardas. Os Portuguezes não trazião ar tilharia, e os Palmarinos não tinham senão di minuta provisão de polvora. Os sitiados repel lirão o primeiro assalto, mas tendo exaurido

as municões e viveres, virão-se obrigados a render-se. O Zambí, seguido dos mais valentes guerreiros, preferindo morte honrosa á escravidão, subiu a hum alto rochedo, que occupava o centro da cidade, e chegado ao cume d'elle, se precipitou com os seus briosos companheiros. Homens capazes de tão heroica resolução erão bem dignos de viver livres e independentes. Os desgraçados aprisionados na cidade, forão reduzidos á escravidão; hum quinto d'elles foi reservado para a Corôa, e o resto distribuido entre os vencedores. As mulheres e as crianças ficarão captivas em Pernambuco. 1696. — Neste anno a capitania de Seregipe d'Elrei foi agitada por hum sedição, que cus tou a apaziguar. Os chefes presos e condemnados obtiverão o perdão d'Elrei com condição de subjugarem os Tupinambazes, o que elles executarão submettendo parte d'estes Indios; o resto cedeo ás persuasões dos Jesuitas, que os distribuirão em aldeas. No mesmo anno se estabelecerão juizes ordinarios na Bahia e nas outras capitanias. 1697. — Morte do padre Antonio Pieira. Este homem celebre morreu no collegio dos Jesuitas da Bahia em idade de noventa annos, tendo por espaço de setenta e cinco sido membro da Companhia de Jesus. Escriitor elegante e atilado, prégador eloquente, enthu

siasta e ás vezes desregrado, observador agu dissimo, negociador habil, homem de bem, zeloso pelos interesses da sua ordem, mas mão menos fiel ao rei e á patria. No reinado de D. Affonso VI foi perseguido e encarcerado na Inquisição, accusado de opiniões hereticas con tidas na sua Historia do Futuro, fructo de hum cerebro exaltado e de huma parcial demencia. As Cartas de Vieira e a sua Arte de Furtar são obras que durarão em quantó subsistir a lingua portugueza. Este homem dotado de en genho tão raro, foi mui tardo em se desenvol ver, e na adolescencia parecia privado da mais vulgar capacidade, não podendo fazer o menor progresso em seus estudos. He o ultimo grande prosador classico da nação. Todavia o seu es tylo não he izento de vícios, e de locucões de mau gosto. M. de Ferrol, governador de Cayenna, mandou huma expedição que se apoderou do forte do Cabo do Norte; mas Francisco de Sousa Fundão, á testa de cento e sessenta Portuguezes e cento e cincoenta Indios, o retomou. A Franca renunciou ás suas reclamações sobre o terri torio do Maranhão, e a Hespanha ás suas sobre a Nova-Colonia e as ilhas S.-Gabriel. D. Pedro II concedeo o titulo de villa á povoação de Macacu, situada na margem do rio do mesmo nome, hum pouco acima da sua

junção com o Guapiassu. A villa de S.-Antonio de Cassarebu recebeu o nome de villa de S.-Antonio de Sá, em honra do Governador e Capitão-general Arthur de Sá de Menezes. 1698. — Descobrimento das Minas do sul. Neste anno se descobrirão as minas do Ouro Preto, do Morro, de Ouro-Bueno, de S.-Bartholomeo, de Ribeirão do Carmo, Ita-Colomis, Itatiaya, Itabira. s 1700. — Organização de Minas-Geraes. Fernando Dias Paez foi o primeiro sertanejo que rompendo pelos densos bosques de Minas-Geraes, atravessou o Rio-Itamirindibu, além do Serro do Frio para leste, e descobriu minas de ouro e esmeraldas em hum sitio conhecido de Marcos de Azevedo, que em 1664 tinha sido autorizado por hum carta regia de D. Affonso VI a verificar este descobrimento. O governador Affonso Furtado, seguindo as indicações de Dias Paez, fez varias incursões em que descobriu pedras preciosas; mas no cabo de sete annos de explorações arduas, morreu perto do Rio das Velhas ou Guaicahy, deixando as suas riquezas ao estabelecimento mineralogico, e o diario da sua jornada a seu genro Manoel de Barbagato. Tinha penetrado até ao rio Sumidouro ou Anhonhecanhuva, e até ás altas montanhas de Tuberaóussu ou Sabará-bussu,

hoje Serra-Negra ou Esmeraldas, e adiantou-se até a Hepahisu (grande lago). Garcia Rodrigues Paez, irmão de Fernando Paez, foi nomeado, a 25 de Novembro 1685, para ir explorar as minas das Esmeraldas. Dez annos depois (1695) Antonio Rodrigues Arzão, natural de Taubaté, penetrou com cincoenta homens no districto de Cahité ou Cayuté (mato grosso), proximo ao Rio-Doce. Guiado por hum India descobrio algumas amostras de oiro, de que offereceo tres oitavas á Camara de Espirito-Santo, com que se cunhárão duas medalhas. Algum tempo antes de morrer au torisou Bartholomeo Bueno de Cerqueira a continuar os seus descobrimentos, e para este effeito lhe deixou o seu diario. Bueno ajudado por seus parentes e amigos, partio bem acompanhado no anno de 1694, atravessou espessos bosques, e chegou fe lizmente á Serra de Itebarava, a oito legoas do sitio onde depois se fundou Villa-Rica. D'esta expedição trouxe Carlos Pedroso da Silveira doze oitavas de oiro, que offereceo ao Governador do Rio de Janeiro, Antonio Paez de Sande, no principio de 1695, o que o decidio a estabelecer em Taubaté hum posto commanda do por hum capitão-mór, e com hum provedor.

\* Rocha Pitta diz que fóra em 1698; outros em 1695.

Os Paulistas, estimulados pela cubica, per corrêrão então este districto em todas as direc gões, e conseguirão em fim descobrir os the souros por tanto tempo occultos, e que fizerão dar a este territorio a denominação de Minas Geraes. No mesmo anno (1695) Arthur de Sá de Menezes foi nomeado Governador d'esta rica provincia, onde acodirão milhares de indivi duos avidos de riquezas e de distincções. Mene zes chegou a S.-Paulo a 15 de Outubro de 1697, e ao districto de Minas-Geraes em 1700. Com elle vierão bandos de aventureiros de diffê rentes capitánias, o que excitou o ciume dos Paulistas, que se consideravão como tendo, em qualidade de primeiros descobridores das mi nas, direito exclusivo a disfrutà-las. Votárão hum odio irreconciliavel a estes homens, que denominárão forasteiros ou emboabas.

1701.— Concluio-se hum tratado de allianca entre a Hespanha e Portugal, assignado em Lisboa, a 18 de Junho, e ratificado em Madrid no 1" de Julho do mesmo anno, pelo artigo 1 1 do qual a Córte de Hespanha promettia oppór se a quaesquer reclamações que os Hollandezes houvessem de fazer ao resto dos quatro milhões que ainda restavão a pagar-lhes, e a toda e qualquer pretensão relativa á artilharia de Pernambuco.

1705. Tratados.—Tratado de allianca defen

siva entre Gran-Bretanha, as Províncias-Uni das e Portugal, assignado em Lisboa a 16 de Maio, eratificado pela Rainha de Inglaterra em Windsor a 12 de Julho domesmo anno. Contém vinte artigos, e foi negociado por Paul Methuen.

Methuen, aproveitando o ascendente que tinha tomado sobre D. Pedro II por ocasião da guerra com Hespanha, em que os In glezes tinham involvido Portugal, concluiu no 1º de Dezembro de 1703 o celebre Tratado de commercio, geralmente conhecido pela de nominacão de Tratado de Methuen, em tres artigos, pelo qual Portugal admittia os lanifi cios inglezes, e promettia que nunca serão prohibidos; com a condição que os vinhos de Portugal pagariam de entrada nos portos de Inglaterra hum terço menos de direitos que os das mais nações. Este tratado arruinou a nascente e prospera industria portugueza, creada pelo patriotico conde da Ericeira. Segundo confessão os melhores autores inglezes contemporaneos, as manufacturas de pannos de Covilhan e Fundão tinham adquirido tal perfeição e extensão, que bastavam para o consumo do Reino e do Brasil. Dentro de pouco tempo, depois do tratado, foram abandonadas, e a exportacão dos vinhos que já d'antes eram preferidos em Inglaterra, teve mui pequeno augmento.

Contestação relativa d Colonia do Sacramento. — Renovou-se a contestação sobre os limites do Brasil e dos estabelecimentos hespanhoes do Uruguay e Rio da Prata, accusando-se mutuamente os Portuguezes e Hespanhoes de violencias commettidas pelos Indios de cada partido. Durante o governo de D. Rodrigo da Costa os Portuguezes se queixarão dos Indios das Reduccões hespanholas e dos Jesuitas que os dirigião. Estes, pela sua parte, accusavão os Portuguezes de se terem ligado com os Indios que occupavão o territorio entre a Nova-Colonia e os seus estabelecimentos, e de lhes ter fornecido armas. O governador hespanhol de Buenos-Ayres fez energicas representações ao governador portuguez; mas neste mesmo tempo havendo hum expedición dinamarqueza ameaçado Buenos-Ayres, convidou-o a cooperar contra o inimigo commum. Por esta occasião começaram os Hespanhoes a fortificar Monte-Video. 1705.- Segundo cerco da Colonia do Sacramento. Tendo rompido de novo a guerra entre a Hespanha e Portugal, o vice-rei do Peru teve ordem do Rei, em data de 9 de Novembro de 1705, para expulsar os Portuguezes d'esta colonia, e a transmittio ao governador de Buenos-Ayres, D. Alonzo Valdez. Este partio a 8 de Setembro á testa de dois mil homens de cavallo, a que se juntarão quatro mil Indios das Reduccões, e



chegou diante do Sacramento a 4 de Novembro. D. Rodrigo da Costa, governador da Bahia, fez embarcar duas companhias de soldados para socorrer a Colonia com abundantes víveres. Mas depois de hum vigorosa resistencia por espaço de seis mezes, o commandante Sebastião da Veiga Cabral foi obrigado a abandonar a praça, retirando-se por mar ao Rio de Janeiro com os habitantes e seus effectos, deixando a artilharia e municões. Havia no forte seiscentos soldados e habitantes, dos quaes quinhentos estavam em estado de combater. Os Hespanhoes conservarão a Colonia até 1715. D. Pedro II morreu a 9 de Dezembro de 1706, e D. João V lhe succedeu.

CAPITULO VIII. 1707 a 1750.

O Brasil durante o reinado d'Elrei D. João V. Grande

producto das minas de oiro. -

Os Portuguezes expulsão os missionarios hespanhoes que se tinham vindo estabelecer nas margens do Orelhana. — Frei Samuel Fritz, jesuita allemão da missão de Quito, tendo des cido o Orelhana para reconhecer o seu curso, foi preso como espia por hum capitão portuguez que commandava hum dos estabelecimentos da costa, e retido prisioneiro por tempo de dois annos. Este missionario tendo conseguido converter os Omaguas, foi seguido por outros companheiros de Quito; mas o governador do Pará, considerando- os como intrusos, deo ordem a Ignacio Correa de Oliveira de os ex pulsar. Este official, que commandava hum destacamento no Rio dos Solimões, obrigou-os a se retirarem, mas foi feito prisioneiro por hum destacamento de tropas, que incendiarão as aldéas estabelecidas na costa. O Senhor de

Pancas, governador do Pará e Maranhão, in formado d'este acontecimento, expedio cento e trinta homens de tropas com alguns Indios, os quaes derrotarão os Hespanhoes fazendo-lhes alguns prisioneiros, entre os quaes se achou o padre Fr. João Baptista, Superior da missão. Este successo seguiu a Portugal a posse de duzentas legoas de territorio.

1707. — Neste anno se celebrou pela primeira vez no Brasil hum synodo diocesano. 1708. — Durante a guerra da Successão de

Hespanha, os Portuguezes, alliados da Inglaterra, defendérão o partido do archiduque Carlos. Os Jesuitas hespanhoes da America, que seguirão o partido de Felipe V, aproveitárão esta occasião, e descendo o rio Maranhão, cahirão sobre a povoação chamada Paruari, e fizerão prisioneiros os missionarios e os Europeos que alli encontrárão. Atacárão depois a povoação de Tayacutiba composta de Indios da nação Jurimoma, que levárão comsigo, para com elles formar huma povoação, que subsiste ainda hoje. Levárão tambem muitos Indios das povoações de Cumbebas, para formarem a aldeia de S.-Joaquim. O governador do Pará, Christovão da Costa Freire, Senhor de Pancas, expedio logo hum destacamento commandado por José Antonio da Fonseca, que se adiantou até á aldeia de

Santa-Maria, e deo a libertade aos captivos que alli achou. - - 1708-9. — Guerra entre os Paulistas e os Forasteiros dos districtos das Minas. Os Forasteiros tendo augmentado em numero a ponto de excederem o dos Paulistas, começarão a disputar-lhes a preponderancia que estes reclamavam. Depois de varias contestações, os Paulistas tomárão armas, e a 1o de Janeiro de 1709 acommetterão de improviso os Forasteiros. Estes que occupavão os estabelecimentos de Sabará-bussu, Caheté e Rio das Velhas, elegerão por chefe o rico mineiro Manoel Nunes Viana, natural de Portugal, que tinha vindo estabelecer-se nas minas do Ouro-Preto. Logo que vio a sua autoridade bem firmada, mandou Bento do Amaral Coutinho, natural do Rio de Janeiro, com perto de mil homens, em auxilio dos Forasteiros do Rio das Mortes. A chegada d'este reforço obrigou os Paulistas a se retirarem a huma capoeira situada no meio de huma planicie. Coutinho os foi alli atacar, e não podendo resistir, se renderão com condição que não seriam molestados; mas a despeito d'esta condição, foram todos deshumanamente mortos. O governador do Rio de Janeiro, Fernando Martim Mascarenhas de Lancastro, informado d'este acto de barbaridade, partio para Minas á testa de quatro compa

nhias. Os Forasteiros, receando que elle os quizesse submeter, induzirão Nunes Viana a marchar contra o Governador, que se dirigia ao campo do Ouro-Preto. Achando os Forasteiros formados em batalha, mandou hum of. ficial solicitar huma conferencia com Viana, e tendo-se convencido que seria imprudente atacar o arraial, retirou-se ao Rio de Janeiro, deixando Nunes senhor de fazer o que lhe pa TeCeSSe. Os Forasteiros, para prova da sua fidelidade ao Rei, propuzerão mandar procuradores a Lisboa a solicitar do governo hum capitão e magistrados. Entretanto o novo governador Antonio d'Albuquerque Coelho de Carvalho concedeo huma amnistia geral aos habitantes das Minas a léste e ao oeste do Rio das Velhas, que tinham tomado armas contra os Paulistas; mas estes, desejosos de se vingarem, escolherão por chefe a Amador Bueno, e atacarão os Forasteiros no Rio das Mortes; mas sendo repellido voltarão a S.-Paulo. Pouco tempo depois d'este successo S.-Paulo e os districtos das Minas forão separados da capitania do Rio, para formar outra de que Albuquerque foi nomeado Governador. 170-11. — Insurreccão em Pernambuco. Os habitantes de Olinda, resentidos do decreto que erigia em cidade o Recife, determinarão

derribar a columna que o governador Sebas tião de Castro Caldas queria elevar. Informado d'estas disposicões, o Governador fez prender varias pessoas nobres, e deo ordem de desarmar o povo. O bispo, D. Manoel Alvares da Costa, declarou-se a favor dos descontentes, os quaes organisarão diversos corpos, e vierão sitiar o Recife a 18 de Junho, onde muitas familias distinctas perdêrão a fortuna e a vida. Depois de tres mezes de sitio, chegou de Europa huma frota em que vinha novo governador, que conseguiu restabelecer a paz. 1710.

— Insurrecção dos Paulistas contra os Jesuitas. Os habitantes do districto de San Paulo de Piratiningua, enriquecidos pelo com mercio dos escravos, se oppuzêrão ao plano de civilisação proposto e seguido pelos Jesuitas. Atacarão pois as Reduccões dos Padres nas vizi nhancas do Paraguay. Por influencia da Córte de Madrid os Jesuitas obtiverão do Papa hum breve contra os Paulistas, que foi publicado no Rio de Janeiro; mas os habitantes livres, considerando este acto como hum attentado aos seus direitos, e contrario aos seus interesses, se amotinárão, e os da Bahia e de S.—Paulo fi zerão outro tanto. Os Paulistas expulsarão os Jesuitas da sua cidade capital, e formárão huma especie de seita composta do Christianismo misturado com as superstigões dos indigenas,

nomearão hum Papa ou chefe ecclesiastico, bis pos e curas, e escreverão sobre hum casca de arvore hum especie de evangelho com carac teres de sua invenção. Por este meio, a nova seita ganhou os Indios convertidos pelos Jesui tas, e ajudados por elles atacarão e arruinarão os estabelecimentos do Paraguay. Não obstante os decretos fulminados contra elles pelas cór tes de Madrid e de Roma, erigirão-se em colo nia independente, organisada em republica. 171o. — Expedição franceza contra o Rio de Janeiro. A 6 de Agosto de 171o, hum esqua dra franceza de cinco navios e hum balandra com mil homens de tropas, commandada por Mr. Duclerc, appareceo diante do Rio de Ja neiro, e a 17 o commandante desembarcou com novecentos homens em Tijuca, no dis tricto de Guaratuba, a quatro legoas do Rio de Janeiro, e d'alli atravessando os bosques, chegou depois de quatro dias de marcha ao Novo-Engenho dos Padres da Companhia, a hu ma legoa da cidade.0 governador Francisco de Castro de Moraes tinha sido informado do des embarque pelo commandante do forte de Gua ratuba. A 7 de Setembro Duclerc começou a bater a cidade com pouco effeito, excepto nos conventos do Carmo e de S.-Antonio. No dia seguinte, seis Francezes fôrão mortos ou feri dos. Na noite do dia 18 o Governador sahio

da cidade á testa de tres mil soldados, cinco mil negros ou mulatos, e seiscencos frecheiros indios, e se postou no campo de Nossa-Senhora do-Rosario. Depois de huma accção mui re nhida, os Francezes entrárão a 19 nacidade; mas chegados á praça d'armas virão-se expostos a hum fogo vivo que se fazia sobre elles das ja nellas das casas circumvizinhas. Atacado por forças mui superiores, e depois de perder a metade da sua gente, Duclerc vio-se obrigado a capitular. Os Francezes perdérão trezentos homens mortos, e seiscentos ficarão prisionei ros, duzentos dos quaes estavam feridos. Os Portuguezes perdérão cento e vinte homens, e entre elles o mestre-de-campo Gregorio de Cas tro de Moraes, e o capitão de cavallaria Antonio de Castro. Duclerc, que o Governador se ti nha obrigado a mandar para Lisboa, foi assas sinado na casa onde residia, a 18 de Março de 171 1. Grande parte dos prisioneiros morreo de fome e de miseria nas prisões. Assustada por esta expedição a Córte de Lis boa fez partir para o Rio de Janeiro huma es quadra de quatro naos e tres fragatas, levando a bordo cinco batalhões de tropas escolhidas e muitas municões de guerra. Esta expedição chegou ao Rio no mez de Novembro 171o. O commandante, Gaspar da Costa, levava ordem. para se entender com o Governador afim de



fortificar a cidade da melhor maneira possível. Em conformidade d'estas ordens forão guarnecidos os principaes pontos de defesa, formou se hum campo entrincheirado para proteger a cidade, e atravessárão-sena entrada do porto os quatro navios e as tres fragatas. 1711. — Nova expedição franceza contra o Rio de Janeiro, debaixo do commando de Du guay-Trouin. Luiz XIV, querendo castigar o barbaro procedimento dos Portuguezes para com Duclerc, e libertar os desgraçados prisio neiros que jazião nos carcerees do Rio de Janeiro, deo ao celebre official de marinha, Duguay Trouin, alguns navios de guerra e quatro mil soldados. O Superintendente geral das finanças da Casa Real e cinco ricos negociantes de San Maló se obrigárão a adiantar-lhe 1:200:000 li bras. A expedição, composta de dezasete navios e fragatas, levava cinco mil seiscentos e oitenta e quatro homens de tropas de desembarque; era commandada pelos dois Courserac, de Goron, de la Beauve, de Bois de la Motte, de la Jaille e Kerguelin. As tropas de terra tinham por chefes: la Cité Danican, de Miniac, de Danican du Rocher, de la Marc Decan e de Chenaye le Fer, todos de S.-Maló. Esta esquadra partio da Rochella a 9 de Junho, e a 2 de Julho fez aguada nas ilhas de Cabo-Verde. Passou a linha a 11 de Agosto, chegou ao Rio de

Janeiro a 12 de Setembro. A entrada da bahia estava defendida por quatro baterias, as de S.-João e de S.—Theodosio ao oeste, a de Santa Cruz a leste estabelecida sobre o Pico, e no meio da bahia, em hum rochedo bem fortificado e situado a tiro de espingarda, havia baterias lateraes. Hum forte com quatro bastiões elevado na ilha das Cobras, protegia o porto. A cidade, da banda da planicie, estava defendida por fossos, trincheiras e baterias, e os tres montes sobranceiros estavam guarnecidos de fortificações e artilharia. Duguay-Trouin forçou a entrada da bahia, não obstante o fogo das baterias; os navios de guerra portuguezes cortarão as amarras e forão abrigar-se debaixo da artilharia das baterias da cidade. Na madrugada do seguinte dia começou a bombardear a cidade, e ao mesmo tempo Goyon, á testa de quinhentos homens escolhidos, se apoderou da ilha das Cobras, que os Portuguezes abandonarão depois de ter encravado as peças, e mettido no fundo dois navios mercantes. No dia seguinte Duguay-Trouin fez desembarcar, sem encontrar opposição, quatro mil homens formando tres brigadas, a primeira commandada por Goyon, a segunda por Duguay Trouin em pessoa, e a terceira por Courserac: hum corpo composto de tropa escolhida servia de reserva. Antes de começar o ataque escreveu

hum carta ao Governador, do teor seguinte : « Consta-me que M. Duclerc, commandante das tropas de S. M. C., fôra assassinado; eu não quiz usar de represalias contra os Portu guezes que tem cahido em meu poder, nãosen do a intenção de S. M. fazer a guerra de hum maneira indigna de hum rei christianissimo; e quero persuadir-me que V. Exc. tem demasiada honra para ter participado neste infame crime; mas S. M. exige que me facais conhecer os no mes dos malvados, para lhes ser infligido exemplar castigo. Se V. Exc. nãosatisfizer sem de mora a esta intimação, podeis ter a certeza que nem toda a vossa artilharia, nem as vossas esta cadas e tropas me impedirão de executar as ordens d'Elrei, pondo todo o paiz a ferro e fogo. Fi co esperando a vossa resposta; dai-a prompta e decisiva, ou cedo conhecereis que se até aqui vos poupei, foi unicamente para me evitar o horror de envolver os innocentes na sorte dos culpados. » O Governador respondeu em termos vagos e evasivos, e Duguay-Trouin marchou pela planície contra a cidade, que começou a bater e bombardear com vinte peças de grosso calibre e quatro morteiros. Hum Francez, natural da Normandia, chamado Dubocage, que residia no Rio de Janeiro, tendo encontrado alguns soldados francezes extraviados, obteve d'elles informação sobre as forças e plano da expedição.

ção, e a communicou ao governador D. Francisco de Castro, que se decidio a atacar o campo inimigo; mas foi constantemente repellido nos dias 16, 17 e 18. A 19, o general francez mandou novamente intimar ao Governador que entregasse a cidade, o que este respondeo que se defenderia até á ultima extremidade. Então Duguay-Trouin preparou tudo para dar hum assalto geral. Com a sua brigada devia atacar o forte da Conceição; Courserac, com a sua, devia apoderar-se do morro de S.-Bento; a de Goyon tinha ordem de se dirigir ao longo da costa sem entrar na cidade. No dia 21, durante hum tremenda tempestade, tomou de assalto a cidade, e os fortes se entregárão sem resistencia; o resto dos soldados de Duclerc forçárão as portas da prisão e vierão unir—se aos sitiadores. Duguay-Trouin, informado de estar o Governador entrincheirado a hum lado da cidade, onde esperava reforços de Minas conduzidos por Antonio d'Albuquerque, fez-lhe intimar que se não resgatava a cidade elle ia incendiá-la. Depois de algumas negociações, o Governador consentio em pagar dentro de quinze dias 600:000 cruzados, e mais 10:000 pela sua parte, além de quinhentas caixas de assucar e bois para provimento da esquadra e tropas. Doze dos principaes officiaes portuguezes ficarão em refens. Os artigos da capitulação

forão assignados a 1o de Outubro. No mesmo dia chegou das Minas Albuquerque que tinha vindo a marchas forçadas, e trazia quinze mil homens, de que dois mil eram negros. Adiantou-se com mil e quinhentos homens de cavallo levando outros tantos infantes nagarupa. Com esta força queria surprender os Francezes; mas Du guay-Trouin, que conservava ainda em seu poder os refens, o conteve pela sua firmeza. Tendo recebido o ultimo pagamento do resgate, distribuiu o dinheiro aos seus officiaes, soldados e marinheiros, e fez—se á véla a 15 de Outubro, com tenção de ir atacar a Bahia; mas ventos contrarios lhe não permittirão executar este projecto. Fez—se então á véla para França, levando a bordo quinhentos soldados de Duclerc, e entrou em Brest a 12 de Junho de 1711, tendo perdido dois navios em hum temporal, sendo hum d'elles o melhor da esquadra e carregado de seiscentas mil libras em ouro e prata, e commandado por Courserac. Não obstante esta perda, os armadores ganharão noventa e dois por cento nesta expedição. Os habitantes do Rio de Janeiro descontentes do Governador exigirão que largasse o governo a Antonio d'Albuquerque, ao que elle annuo. Foi depois preso e condemnado á de gradação e a huma prisão perpetua em huma fortaleza da India. He certo que este governa

dor não se houve como militar experimentado, pois tinha á sua disposição mais do dobro das tropas de Duguay-Trouin, e muitos meios de defesa de que se não aproveitou. 1711. Insurrecção da Bahia. — A frequente appareição dos piratas nas costas do Brasil tendo necessitado despezas consideraveis para pôr a costa em estado de defesa, o Governador poz hum direito de dez por cento sobre todas as mercadorias importadas no Brasil. Os habi tantes receando que este imposto se tornasse permanente, se ajuntárão na praça publica de terminados a não se retirarem em quanto não tivessem obtido a revogação do imposto e a reduccão do preco do sal, de 72o réis a 48o. Mandárão hum recado ao governador Pedro de Vasconcellos de Sousa, o qual respondeo que era do seu dever executar as ordens d'Elrei, a quem podião fazer representacões. Os descon tentes se dirigirão então ao palacio, insultárão o Governador, saqueárão a casa do contrac-, tador do sal, e varias outras. O Governador in timidado cedeo, e concedeo perdão aos amoti nados, que logo se dispersárão, mas tornárão a ajuntar-se para pedirem ao Governador que mandasse huma expedição a expulsar os Fran cezes do Rio de Janeiro, ao que elle respondeo que não tinha fundos, mas que poria huma finta para esse effeito. No em tanto chegou a

noticia de se haverem retirado os Francezes. O novo governador restabeleceu sem opposição o direito de dez por cento. Creação da PVilla de Carmo, depois cidade de Marianna. — Em 1699 Manoel Garcia de Tau baté achou ouro em hum boqueirão perto da barra do Ribeirão-do-Campo. No anno seguinte, o Paulista João Lopes de Lima descobriu igual mente ouro no Ribeirão-do-Carmo, em hum si tio distante em linha recta dezaseis a dezoito legoas da barra do Rio-Doce, e trinta seguin do o curso do rio. Isto fez acodir muitos ser tanejos, o que decidio o Governador a fundar alli huma villa a 8 de Abril 1711, o que Elrei confirmou no mesmo anno. Por huma carta regia de 25 de Abril de 1745, foi erigida em cidade com o nome. de Marianna, em honra da Rainha D. Marianna de Austria. Hoje tem para cima de cinco mil habitantes. A 17 de Julho de 1711, foi fundada a Villa Real do Sabará, cabeça da comarca do Rio das Pelhas. Hoje contém huma povoação de mais de sete mil habitantes. A 24 de Julho, a Villa de S.—Paulo foi exigida em cidade capital da capitania novamente crea da do mesmo nome. - Estabelecimento de Villa Rica, antigamente denominado Ouro Preto. Os Paulistas Antonio Dias, Thomás Lopes de Camargos, e Francisco

Bueno da Silva, que primeiro descobrião oiro neste districto, em 1699, 1700 e 1701, obse-  
 rvarão que este metal se achava ligado com prata, o que lhe dava huma có-  
 r escura, e por isso derão á serra o nome de Serra do Ouro Preto. Os  
 Aymores que habitavão este territorio o de fenderão animosamente. A  
 noticia da descoberta do oiro fez correr alli grande numero de aventurei-  
 ros do Rio de Janeiro e de S.-Vicente, que reclamárão huma parte na  
 posse das minas. Os Paulistas não quizerão consentir, e retirárão-se ás  
 margens de S.-João d'Elrei para esperar reforços. Alli forão atacados e  
 derrota dos, e o rio recebeu o nome de Rio das Mortes. Os Paulistas  
 fizeram huma representação ao Regente que mandou Antonio de Albuque-  
 rque tomar posse d'estas minas, nomeando-o com mandante do districto.  
 Elle fundou Villa-Rica que veio a ser a capital de Minas-Geraes. Cres-  
 ceo rapidamente durante a epocha da grande extracção do oiro, e che-  
 gou a conter vinte mil habitantes: hoje apenas conta oito mil. 1712. —  
 Neste anno D. João V erigio a povoação do Rio das Mortes em villa, a  
 que poz o nome de Villa de S.-João d'Elrei, situada ao pé da Serra do  
 Lenheiro. Tem hoje perto de sete mil habitantes. - 1715. Tratado de  
 Utrecht (11 de Abril), entre Luiz XIV e D. João V. — Por este  
 Tratado



Elrei de Franca renunciava ás suas pretencões sobre o territorio do Cabo do Norte e de ambas as margens do Amazonas, e estabelecia-se por limite entre a Guyana Portugueza e a Fran ceza o rio Oyapoc, a que se dava igualmente o nome de Rió de Vicente Pinzon; o que depois deo lugar a contestacões, visto ser mui diverso hum rio do outro. Em 1715 foi fundada a Villa de Pendamo nhangaba, na comarca de S.-Paulo, e na margem direita da Paraiba. 1714— Fundação de Pilla Nova da Rainha. Esta villa na Comarca do Rio das Velhas, capitania de Minas-Geraes, foi fundada pelo Governador D. Braz Balthasar da Silveira, successor de Albuquerque. Estabelecimento de Pilla do Principe.— O mesmo governador, no principio de 1714, fundou a Villa do Principe, cabeca da Comarca do Serro do Frio, na provincia de Minas-Geraes, a quarenta e duas legoas de Marianna, e a cento e vinte quatro nordeste do Rio de Janeiro. Esta villa contém hoje de dois mil e quinhentos a tres mil habitantes, e está situada a treze mil duzentos pés acima do nivel do mar. 1715. — Tratado de Paz entre D. João J”, e o duque de Anjou en qualidade de Rei de Hespanha. Foi assignado a 6 de Fevereiro 1715. Nelle se estipulou que a Hespanha restituirá a II. - 5

Portugal a Colonia do Sacramento, podendo recuperar a posse d'este estabelecimento dentro de anno e meio, dando hum equivalente. Foi annullado o Tratado provisional de 7 de Maio 1681.

1715. — No decurso d'esse anno foi erigida em Villa a povoação de Pitangui, na comarca do Sabará, a trinta legoas ao norte de S.-João d'El rei, e a vinte huma de Sabará.

1716. — Expedição contra os Indios do Piahy. O Mestre de Campo Antonio da Cunha Souto-Maior tendo sido morto pelos Indios do Piahy, foi mandada húma expedição para os castigar e submeter; o que foi completa mente effectuado por Bernardo de Carvalho de Aguiar, que conquistou todo o territorio.

1718 a 1719.—O Piahy foi erigido em capitania, e a cidade capital foi denominada Nossa Senhora da Victoria da Moxa. A nova capitania foi subordinada a Pernambuco em

quanto ao ecclesiastico, á do Maranhão em

quanto ao civil, e á jurisdicção da Bahia em quanto ao judicial. - Jerumenha foi creada Villa no Piahy. Está situada nas margens do Gurgueá, a quatro legoas da foz. -

Os Tupinambas do Maranhão depois de se

terem submettido ao capitão Jeronymo d'Albuquerque, se embarcárão no Gurupa e forão atacar os Indios do Pará. Mathias d'Albuquerque

que marchou contra elles, e depois de quatro mezes de fadigas os expulsou para o interior. O capitão Pedro Teixeira os desalojou de hum forte que elles tinham construido em Guapara, lugar vizinho do Pará. No anno seguinte forão dispersados pelas tropas de Pernambuco, do Maranhão e do Pará. Os restos d'esta valente nação se refugiárão nos matos, e alguns se forão estabelecer nas aldeas das Missões. No decurso de 1718 forão fundadas as villas seguintes : Parnaíba (Paraná-iba) a quatro legoas do mar, na provincia de Piauhý; a de S.-José, na Comarca do Rio das Mortes; a de Parnaguá, na mesma provincia; a de Campo Maior, a duas legoas da embocadura do Rio Parnaíba; a de Valença antigamente Catin guinhe, e a de Marvão, primeiro chamada Rancho do Prato, ambas no Piauhý. 1719. — Exploração da provincia de Cuiabá, e estabelecimento da villa do mesmo nome. Os Paulistas, depois de terem penetrado alem das planicies de Piratininga, atravessárão o Rio Par do, antes do anno de 1626, passárão as barras dos rios Anhandry e Anhamboby, e chegando a hum lugar chamado a Wacaria, na margem septentrional do rio Imbotetiú, hoje denominado Mondego, a vinte legoas da sua embocadura, destruirão a cidade de Xerez, que os Hespanhoes do Paraguay tinham fundado,

e cujas minas subsistirão por muito tempo. Antonio Peres de Campos, Paulista, remontou o Cuiabá, em 1718, para atacar os Cuxipós, que occupavão hum lugar, hoje denominado Er mida de S.-Goncalo. No anno seguinte, Pascoal Moreira Cabral, seguindo o mesmo caminho, chegou á junccão do rio Cuocipó ou Cuaripó-Mirim com o Cuiabá, e tomou alguns mogos in dios, que trazião ornatos de oiro; o que fez ver que havia naquelle districto abundancia d'a- quelle metal, de que Cabral e a sua gente co lhérão boa porcão nos regatos. Outra bandeira ou tropa chegou do Rio S.-Lourenço a 8 de Abril, e ambas consultárão, e resolvérão con struir cabanas nas margens dos rios, e man dárão José Gabriel Antunes á cidade de S.- Paulo, pedir instruccões ao governador D. Pedro de Almeida. Entretanto os colonos elegèrão por seu chefe a Cabral com o titulo de Guarda mór, por hum auto lavrado a 8 de Abril 1719. Antunes encontrou taes obstaculos no ca minho, que só chegou a S.-Paulo no cabo de alguns mezes. No decurso do mesmo anno foi transferido o estabelecimento á Forquilha, onde se encontrou hum a tribu, que usava ornatos de oiro nas suas pessoas e nos seus ar cos. Alli achárão muito oiro, mas voltárão ao primeiro arraial, onde continuárão a colhérá mão grande quantidade d'este metal.

No principio de 1719, foi fundada a Pilla Nova do Infante, na comarca do Rio das Velhas, a vinte e nove leguas de Sabará, e outras tantas de S.-Bento de Tamanduá, na capitania de Minas. Geraes. - 172o.— Por huma carta regia d'Elrei de Hespanha ao brigadeiro Bruno Mauricio de Zavala, governador e capitão-general da cidade da Trindade e do porto de Buenos-Ayres, declarando que o territorio da Colonia do Sacramento cedido á Coróa de Portugal, se limitava á distancia do alcance de huma peca de 24; e que nem os Portuguezes nem outra qual quer nação tinha direito de se apossar e se fortificar nos portos de Maldonado e Montevideo. Esta resolução era fundada em direito, sendo destituídas de fundamento as pretensões dos Portuguezes á margem septentrional do Rio da Prata, ou a territorio extenso em torno da Colonia do Sacramento. 172o.— Levantamento dos Mineiros. O Governador portuguez tendo dado ordem que do ouro extrahido lhe fosse reservado o quinto, fez estabelecer Casas de fundição e de moeda em cada districto. Eugenio Freire de Andrade, provedor da Moeda da Bahia, foi nomeado director dos Quintos. Chegado á Bahia convocou os mineiros e principaes proprietarios, que derão o seu consentimento ás novas leis; porém pouco

depois começarão a amotinar-se, e dois mil homens armados se ajuntarão em Villa-Rica. O ouvidor do districto, Martinho Vieira, tendo feito citar alguns dos mais poderosos, perante si, os descontentes tomarão este acto por hum insulto, atacarão-lhe a casa pela meia noite destruindo todos os móveis e papeis; e elle só escapou á morte, por se achar ausente. Pedi rão então ao governador D. Pedro de Almei da, conde de Assumar, que suspendesse a construcção das Casas de moeda, e lhes conce desse perdão. O Conde demorou a sua resposta quatro dias, esperando empregar a força con tra elles; mas as outras cidades se mostrarão dispostas a imitar o exemplo de Villa-Rica. Publicou então hum edicto declarando ficar a lei suspendida por hum anno, o que em vez de contentar os descontentes os irritou, e forão em tropel á residencia do Governador a Villa do Carmo. Os habitantes da cidade ficarão neutraes. O Governador, posto que tinha á sua disposicão algumas companhias de dragões, concedeo aos descontentes o que elles pedião. Depois de se terem alli demorado dezaseis dias esperando attrahir os habitantes ao seu partido, retirárão-se com mettendo grandes desordens. Depois de volta rem a Villa Rica, mandou o Governador huma companhia de soldados, que prendeo os prin

cipaes cabeças de motim surprehendendo-os na cama. Na noite immediata a estas prisões, muitos amigos dos presos entrãrão nacidade. Achando-a abandonada, proclamãrão que, se os habitantes não voltassem no dia seguinte, queimarião as casas, e os matarião onde quer que os encontrassem. Mas antes que pudessem executar este projecto, hum grande numero de habitantes armados se tinhão unido ás tropas, e por ordem do conde de Assumar, puze rão fogo ás casas de Pascoal da Silva e dos outros chefes dos sediciosos. Os presos forão remetti dos para o Rio de Janeiro.

O Conde foi chamado a Portugal, e teve por successor D. Francisco de Almeida, em quali dade de Governador de Minas-Geraes, que foi destacada de S.-Paulo, para formar huma ca pitania separada.

1725.— Fundação de villas. Neste anno foi creada a villa de Aracaty, na provincia de Cea rá, situada na margem oriental do Rio Jagua ribe, e a de Jacobina "na margem esquerda do Itapicurú meridional.

1724. — IVegocios das Minas. O novo Gover nador publicou no primeiro de Janeiro em Villa-Rica o edicto que estabelecia o Quinto. Annunciou ao mesmo tempo a abertura da

\* Rocha Pitta diz que Jacobina foi fundada em 1724.

Fundição Real para o primeiro de Outubro se guinte, assim como a de huma Casa de moeda, . que tinha sido pedida pela comarca. - Descobrio-se por este mesmo tempo huma conjuração dos escravos negros, que tinham projectado matar os senhores quinta feira de endoenças. Os mais d'elles fugirão para o ser tão, e instituirão-se capitães do mato para os apprehender, offerecendo-se huma recompensa por cada hum que fosse apanhado. Mais de trezentas pessoas embarcadas em vinte canóas partirão de Cuiabá, encontrarão no Paraguay, defronte da embocadura do Ha rez, huma armada de Payagoas que matarão todos, á excepção de dois brancos e tres ne gros. No mez de Outubro 1722, Miguel Sutil de Sorocaba, tendo formado hum estabelecimento nas margens do Cuiabá, dois Indios Carijós domesticados lhe trouxerão vinte e tres fo lhetas ou granitos de oiro, que pesavão cento e vinte oitavas, e lhe disserão que no mesmo sitio onde tinham achado estas pegas, havia ainda mais. No dia seguinte conduzirão Sutil ao dito sitio, onde está hoje a villa de Cuiabá. Em hum só dia Sutil ajuntou meia arroba, e o seu companheiro João Francisco, por alcunha Barbado, mais de quatrocentas oitavas. No espago de hum mez tinham ajuntado quatro



centas arrobas, sem fazer excavações de mais de quatro bracas de profundidade. Este lugar que foi denominado Lavras de Sutil, he hoje occupado pela villa de Cuiabá. Alli foi transferido o arraial da Forquilha, e outro novo arraial foi estabelecido em 1725. Cabral, paulista sem educação, administrou a colonia com muita prudencia e successo até 1725; então Rodrigo Cesar de Menezes, primeiro governador e capitão-general da capitania de S.-Paulo, nomeou regente João Antonio Maciel, e Fernando Dias Falcão intendente das Terras minerais, em 1724. A noticia da riqueza mineral d'este districto tendo-se divulgado, grande numero de habitantes de S.—Paulo, de Minas-Geraes, e do Rio de Janeiro correrão em tropel a estabelecer-se neste territorio tão rico, que lhes parecia ser outra terra de promissão. Dominados por esta idéa, partirão em bandos no anno 1720, remontarão o rio Anhandohy, atravessarão a Vacaria, e descendo o Imbotetiú, passarão ao Paraguay onde penetrarão em varios lugares ricos em ouro; mas este metal foi em breve esgotado por falta de instrumentos necessarios para a exploração, e os infelizes ficarão arruinados. Alguns d'estes aventureiros, no fim do mesmo anno, foram ter a um lugar chamado S.-Gonçalo-Velho, d'onde passarão alem de Cu

xipó ao sitio chamado a Forquilha, onde es tabelecérão hum arraial e huma capella de dicada a Nossa Senhora da Penha, em reco mhecimento da proteccão especial que lhe attribuição no seu desastre. O governador Cesar de Menezes tinha esco lhido doisirmãos residentes emS.—Paulo, e pes soas distinctas por sua qualidade e riqueza pa ra executar a ordem regia relativa ao imposto do Quinto : Lourenço Leme como procurador, e João Leme mestre-de-campo, Estes agentes chegarão ao arraial, adoptarão as medidas as mais absurdas, e tentarão expulsar das minas todos os colonos que não erão Paulistas. Oca pellão fez-lhes representações, mas em vez de lhe dar ouvidos, mandarão atirar- lhe hum tiro, que matou hum dos amigos de sacerdote, e commettérão muitas outras atrocidades. O Governador informado de tão inaudito proce der, mandou ordem de os prender e remetter para S.—Paulo. Avisados por hum parente do perigo que os ameaçava, retirárão-se a hum sitio onde resistirão ao ataque do mestre-de campo Balthasar Ribeiro, que tinha vindo a executar as ordens do Governador. Depois de hum combate em que houve alguns mortos e feridos de ambos os lados, fugirão os dois ir mãos com os seus sequazes para o mato. Lou

renco foi morto; o irmão foi levado preso á Bahia, e executado em 1724. Fundação de villas. — Maragogipe, villa assaz consideravel da capitania da Bahia, foi fundada pelo ouvidor D. Pedro Gonçalvez Cor. deiro Pereira. Está situada em huma encosta, perto da margem esquerda do Guahy, a huma milha da sua junção com o Paraguassu. O Guahy he navegavel até tres legoas da sua em boccadura. Rio das Contas foi erigido em villa pelo coronel Pedro Barbosa, por ordem d'Elrei D. João V. Está situada na margem esquerda do Brumado, na comarca da Jacobina, pro vincta da Bahia. 1726. — Exploração da provincia de Goraz, e estabelecimento da primeira colonia. Em 1650 Bartholomeo Bueno acompanhado de seus filhos tinha observado que as mulheres da tribu Goyaz trazião braceletes e outros ornatos de ouro. Depois do descobrimento das minas de Cuiabá, em 1719, hum filho de Bueno comunicou este facto ao governador Rodrigo Cesar de Menezes, que lhe deu o commando de hum forte destacamento (em 17aa), em que ião cem fusileiros, para formar hum estabelecimento no paiz de Goyaz. Bueno perdeu se no caminho, adiantou-se demasiado para o sul, e chegou ás margens de hum rio a que

poz o nome de Rio dos Pilões, onde achou huma quantidade consideravel de oiro, e con tinuou a sua marcha até outro rio que denomi nou da Perdição, por não ter podido acertar com o caminho de Goyaz. Mais adiante encon trarão hum rio maior, e mais alem outro, que denominou Rio das Aréas, em razão das mui tas que enchão o seu alveo. Proseguindo o seu caminho para oéste chegarão a outro rio, que foi denominado Rio Rico, por terem achado muito oiro no seu alveo. - Bueno, tendo perdido toda a esperança de encontrar as minas que buscava naquella di reccão, retrocedeo, e depois de huma marcha longa e ardua por outro caminho chegou ao Rio Parannan, onde pelas tracas que achou de gados, que depois soube terem vindo do Rio S.— Francisco em busca de melhores pastos, se julgou ainda mais distante do seu fito. Fi nalmente, no cabo de tres annos de averigua ções baldadas, Bueno voltou a S.—Paulo, ten do perdido parte da sua gente por enfermidades e desastres inseparaveis de huma tal empreza. Cincoenta annos depois da expedição em que Bueno tinha acompanhado seu pai, Bue no cuja probidade era notoria, foi de novo mandado pelo Governador a conduzir huma expedição provida de todos os objectos neces sarios. Caminhou tres mezes por hum paiz

desconhecido, onde não havia caminhos, e cortado por muitos rios caudalosos e rapidos. Chegou enfim a hum sitio a duas legoas de distancia do lugar onde está hoje a cidade de Goyaz, e vio algumas tracas de Portuguezes. Conduzido por alguns Indios velhos da nação Goyaz, Bueno foi ter ao lugar onde está hoje o Arraial do Ferreiro, que elle reconheceo ser o mesmo sitio onde tinha ido com seu pai, e que era regado por cinco ribeiros que todos continhão oiro. Depois de dispór tudo para formar hum estabelecimento, voltou a S.-Paulo, para annunciar esta descoberta ao Governador, a quem entregou huma boa porção de oiro. Pouco depois foi nomeado capitão mór-regente, e nesta qualidade voltou á colonia em 1726. O seu primeiro, cuidado foi de viver em paz com os Goyazes, rica tribu do districto; mas estes indigenas tomárão armas e marchárão para o sitio hoje denominado Arraial da Barra. Bueno aprezou algumas mulheres, e os Indios intimidados se dispersárão, mas pouco depois voltárão, e indicárão os lugares mais ricos em oiro. No sitio hoje conhecido debaixo do nome de Ponte do meio achou se hum pedaco de oiro que, depois de apurado, pesava meio arratel. No espago de dois annos acodio tanta gente a Goyaz, que se sentio grande escassez de

mantimentos. Todos os generos de primeira necessidade se vendião por pregos excessivos. Hum alqueire de milho custava seis a sete oitavas de oiro, e a mesma medida de farinha de mandioca custava dez oitavas. Huma vacca com leite, que foi trazida alli, vendeo-se por dois ar rateis de oiro. Hum arratel de assucar custava duas oitavas de oiro. Fundação de villas. — A 15 de Novembro de , 1726, foi feito o primeiro estabelecimento da Villa-Real do Bom-Jesus de Cuiabá, na provin cia de Mato-Grosso, a hum quarto de legoa do rio Cuiabá, pelo ouvidor da comarca, Antonio Alvares Lanhas Peixoto. Em 1729, Elrei deu ordem ao governador D. Rodrigo Cesar de Menezes de erigir Cuiabá em villa. Em 1818 foi constituida cidade. 1728.— Fundação de villas. Neste anno foi fundada a villa de S.-Domingos, na comarca do Serro do Frio; e a de Agua Suja, na mesma comarca. 1729.- Estabeleceo-se o arraial de Santa Cruz, na provincia de Goyaz. Este lugar mui abundante em oiro foi descoberto por Manoel Dias da Silva, que erigio alli huma cruz, com a inscrição : JViva Elrei de Portugal Esta povoação está situada a 5olegoas ao S.-0, de Meia Ponte, no caminho de S.-Paulo, cerca de huma milha do Morro de Clemente, que abunda em

oiro, que se mão extrahe por falta de agua. Neste districto ha Caldas ou aguas thermaes, que formão a ribeira denominada das Caldas. 175o. — Ataque feito pelos Indios Para goas. A expedição que partio de Cuiabá em 175o com mais de sessenta arrobas de oiro,

conduzida pelo ouvidor D. Antonio Alves Peixoto, foi atacada nos pantanos á embocca dura do Jacoary, por oitenta canóas de guerra, em que ião embarcados oitocentos Indios Payagoas. Só dezasete pessoas da expedição pu dérão escapar a nado. Os Indios perdêrão perto de quatrocentos combatentes. Huma esquadrinha d'estes Indios se tinha adiantado até á embocadura do Cuiabá, onde tinha feito prisioneiros alguns pescadores; ex pedio-se contra elles hum armamento de trinta canóas de guerra e cincoenta transportes, levando a bordo seiscentos homens, duas pegas de artilharia e muitas espingardas. Chegados á embocadura do Imbotetiú virão huma divi são dos Indios que fugia, e a perseguirão por alguns dias até alem do estreito onde as aguas do Paraguay se achão estreitadas entre dois morros. Alli encontrárão toda a armada ini miga que começou logo o ataque com espan toso alarido; mas varejados pela artilharia e mosquetaria, forão obrigados a retirar-se preci pitadamente. Os Portuguezes lhe forão no al

-

cance até á aldéa de Javatim, e voltarão depois de terem destruido algumas canóas. Fundação de villas. — A 2 de Outubro 1750, foi fundada a PVilla de Vossa-Senhora de Rom Successo, nas Minas-Novas de Arrasuahy, na comarca do Serro do Frio. Sebastião Leme do Prado e outros Paulistas partirão em 1727 do Rio-Manso em cata do rio Piahy, onde se di zia haver muito oiro e pedras preciosas. Seguindo o seu caminho na direcção léste-nord éste, atravessarão o rio Arrasuahy e Itama randiba, e dirigindo-se hum pouco ao norte chegarão ao Rio-Fanado, e seguindo as suas margens, no mez de Junho encontrarão hum affluente onde acharão bastante oiro, e derão a este lugar o nome de Bom-Successo. Ao mesmo tempo outros aventureiros descendo as bordas do Fanado encontrarão os primeiros na barra do Arrasuahy. Deo-se parte d'este descobri mento ao governador da Bahia, o qual fez re partir o terreno de Ribeiro de Bom-Successo e do Fanado". Varios mineiros forão estabele cer-se alli, e construirão huma capella dedi cada a S.—Pedro ; o arraial foi denominado Arraial de S-Pedro do Fanado. Formarão-se

\* Deo-se-lhe este nome por levar muito mnemos oiro que o Ribeiro do Bom-Successo. Fanado he synonymo do CSCC2S504



depois os estabelecimentos de Itaipaba, Paiol e Agua-Suja situados nas margens do rio S.- Matheus na comarca do Serro do Frio. Neste rio, a léste da Villa do Principe, achou omestre de-campo João de Silva Guimarães grande quantidade de pedras preciosas; mas tendo perdido a maior parte da sua gente, voltou a Minas-Novas, onde morreo sem haver indica do o sitio em que tinha descoberto estas ri quezas. Por esta razão a Provisão regia de 4 de Fevereiro de 1750 deo ás minas de S.—Ma theus o nome de Minas-Novas de Arrasuahy. O capitão-general da Bahia, e governador do Brasil, Vasco Fernandes Cesar de Menezes tomou aquelle territorio para a jurisdicção da Bahia, e nomeou commandante o coronel Pedro Leolino Mariz, e deo o titulo de mestre-de campo e de coronel a Domingos Dias e a Francisco Dias, e a Sebastião Leme, guarda-mór das terras mineraes, em premio da sua descoberta. Huma casa de intendencia foi estabelecida em Arrasuahy por hum decreto de 22 de Janeiro de 1756. Esta villa he hoje mais conhecida pelo nome de Fanado. O, territorio de Minas-Novas encerra hoje seis mil habitantes. Em 1757, foi este territorio separado da capitania da Bahia e incorporado á de Minas-Geraes. 1751. — Estabeleceo-se a villa de Meia-Ponte, na provincia de Goyaz, districto do Rio das

Velhas, perto do Rio das Almas, a oito legoas de Jaraguá. Este sitio foi descoberto por Manoel Rodrigues Thomás. 1752. — Neste anno se estabeleceu o arraial de Agua-Quente, na provincia de Goyaz, a meia legoa de distancia da margem oriental do rio Maranhão. Tira o seu nome de hum grande e profundo lago vizinho cujas aguas são quentes e fetidas. Manoel Rodrigues foi o primeiro que descobrio ouro naquelle sitio. Este metal era tão abundante, que mais de doze mil pessoas acodirão alli em pouco tempo. Entre outros pedagos de ouro achou-se hum do peso de qua renta e tres arrateis, que foi mandado a Elrei D. João V. Todavia o terreno pantanoso das margens do Maranhão causava continuas epidemias que matavão até cincoenta pessoas por dia. Os que escapárão a este flagello se retirárão ao lugar onde está hoje o arraial. 1752. — Estabelecimento de Real de Minas, denominado depois S.-Francisco Xavier de Mato-Grosso. Os Paulistas estabelecidos em Cuiabá comecavão a frequentar a Serra de Mato Grosso, situada na margem occidental do Paraguay, onde se achava ouro. Antonio Fernandes de Abreu se estabeleceu alli em 1752, e deu á povoação o nome de Real de Minas, que foi mudado, em 1754, em S.-Francisco Xavier de Mato-Grosso. Esta villa communicava com a

de Cuiabá pelos rios Jaurú e Paraguay; mas os Paulistas evitavão este caminho, e tomavão o da Serra alta onde está a verdadeira origem do Paraguay. No declive d'esta serra que olha para o sul, achárão oiro purissimo e huma mina de diamantes. ” o 1754. — Neste anno foi fundado o arraial de Crixá, do nome da tribu que habitava o ter ritorio, na provincia de Goyaz, a dez milhas do Rio Crixá, e a onze legoas de Tesouras. O paulista Domingos Rodrigues do Prado achou alli muito oiro, mas não communicou a sua descoberta. - 1734. — Colonia do Sacramento. D. Miguel de Salcedo, governador de Buenos-Ayres, quei xou—se a Antonio Pedro de Vasconcellos, go vernador da Colonia, das violencias commetti das pelos Portuguezes nas estancias hespanho las, e poz cerco á praca que bateo em brecha, mas contentou-se com expulsar os Portuguezes dos territorios que tinham usurpado, e a impe dir as suas correrias para roubargados e arrui nar os estabelecimentos hespanhoes. 1754. — Expedição contra os Indios do Pa raguay. Em 1754 os Indios destruirão huma frota de cincoenta canôas, de que alguns indi viduos escapados forão ter a Cuiabá. Para cas tigar estes selvagens apromptárão - se trinta canóas de guerra, e setenta barcos de trans

porte, cujo commando se confiou ao tenente general Manoel Rodrigues de Carvalho. No meado de Agosto de 1754 entrou esta expedição no Paraguay, e depois de hum mez de ma vegação, surpredeo os Indios, de que matárão grande numero, e fizerão duzentos e noventa e dois prisioneiros. Por esse mesmo tempo Fernando Paes de Barros e seuirmão Arthur Paes, naturaes de So rocaba, penetrando ao occidente das vastas planicies habitadas pela nação Pariá, chegá rão a hum ribeiro, que, sahindo da Serra da Chapada de S.—Francisco-Xavier, vai desaguar no Rio Guaporé. Alli achárão oiro em 1755, as sim como nas margens do Rio Santa-Anna, do Brumado e da Conceição. - 1755. — Fundação de villas. Estabeleceo-se o arraial de Trahira, na margem esquerda do rio do mesmo nome, e a seis legoas da sua embocadura, na provincia de Goyaz, quatro legoas alem de Cocal. Este sitio saudavel e aprazivel foi descoberto por Antonio de Sousa Bastos e Manoel Rodrigues Thomás. No mesmo anno se fundou o arraial de S.- José de Tocantins, na margem esquerda do rio Bacalhao, a oito legoas do Tocantins, e a le goa e meia de Trahira. 1756. — Negocios de Mato-Grosso. Dia de S.-José foi de novo atacada a frotilha de S.

Paulo em Caranda por huma frota considera vel de Indios. O combate foi renhido, e durou algumas horas; por fim vencêrão os Por— tuguezes, mas perdêrão o seu valente com mandante Pedro de Moraes, e Fr. Antonio Nas centes, franciscano, por alcunha o Tigre, em razão da sua grande força muscular e rara in trepidez. No mesmo anno abrio-se huma estrada no territorio de Goyaz, por onde mil e quinhentos individuos chegarão ás Minas com muitos cavallos e machos. Outros descêrão pelo Rio" S.—Lourenço. Huma frotilha de oito canóas de guerra, com dezaseis homens cada huma, che gou a S.-Paulo, conduzida pelo tenente gene— ral Manoel Rodrigues de Carvalho, e levando oitenta arrobas de oiro, depois de ter disper sado huma frota india nos Pantanos. Quando esta nova se divulgou, quasi todos os habi tantes de Cuiabá partirão para as minas de Mato-Grosso novamente descobertas. O preco de hum escravo negro subio a quinhentas oitavas de oiro, em razão do grande producto do seu trabalho na exploração das minas. No mesmo anno se fundou o pequeno arraial de S.—Rita, a dez milhas do de Cachoeira, dis tricto de Parannan, e o arraial de S.—Feliz de Cantalicio, o de Corrego de Jaraguá, e o de Cachoeira perto de quatro legoas do Rio To

cantins, districto de Parannan, todos na pro vincia de Goyaz. O rio Cachoeira foi descoberto no mesmo anno por Antonio da Silva Cordovil.

1757. — Os Hespanhoes querendo prevenir as incursões que os Portuguezes fazião no seu territorio, mandarão hum partido de Paulistas (em 1755) que atravessou o Jacui, e se estabeleceu na margem meridional d'este rio, no lugar onde elle toma o nome de Rio-Grande de S.-Pedro. No anno seguinte chegarão no vas familias em barcas, e dentro de pouco

tempo este estabelecimento clandestino for

mava hum colonia em que havia quinhentos homens armados, os quaes debaixo do chefe Vasconcellos, repellirão as tropas portuguezas capitaneadas pelo mestre-de-campo Domingos Fernandes. As hostilidades continuá rão, até que vierão da Europa ordens positivas de as fazer cessar, em conformidade do Tratado de Paris de 16 de Março 1757, que . prescrevia que tudo ficaria como antes da guerra. Todavia o Governador da Colonia do Sacramento, que tinha expedido tropas e artillaria ao Rio-Grande de S.-Pedro, ficou de posse de sessenta legoas de hum territorio fértil e abundante em gados. O brigadeiro D. Miguel de Salcedo, governador e capitão general do Rio da Prata, escreveu a 20 de Dezembro ao brigadeiro D. José

da Silva Paes, commandante portuguez do Rio Grande, pedindo-lhe que evacuasse o territorio pertencente a Hespanha, e o Porto de S.- Miguel, e fizesse suspender as fortificações nos outros pontos, fazendo-o responsavel por todas as perdas e danos que podião resultar da sua recusação. As hostilidades entre os Portuguezes e os Hespanhoes cessarão, e serão restituídos de parte a parte os prisioneiros. A perda dos Hespanhoes, em mortos, feridos e desertores, montava a dois mil e oitocentos; a dos Portuguezes era menor, mas tinham soffrido grande devastação nas fazendas e povoações. Tinhaõ lhe tomado mais de dezoito mil bestas, oitenta e sete mil bois, e vinte e tres mil carneiros. Calculou-se em perto de hum milhão e meio de cruzados a perda feita pelos Portuguezes. A França durante a guerra entre Felipe V e o Portugal, propozá Corte de Hespanha que se apoderasse de Portugal e suas ilhas, ficando a França com o Brasil. Ao mesmo tempo o celebre patriota e estadista D. Luiz da Cunha aconselhava a Elrei de Portugal que transferisse o assento da corte ao Brasil, tomando o titulo de Imperador do Occidente. «Portugal, dizia elle, não he mais que huma orelha de terra, da qual hum terço do territorio está por cul

tivar, se bem que susceptível de o ser; outro terço pertence á igreja, e o outro terço não produz bastante trigo para a subsistencia dos habitantes. Portugal será protegido contra a Hespanha pelas outras potencias da Europa, e a mesma Hespanha não procurará apoderar-se do Reino, com receio de perder as provincias da Prata, e o Paraguay.» Propunha como li nha de demarcação o Oyapoc, ao norte, e o Rio da Prata, ao sul, e no interior, o Paraguay até ao lago Xarayes, d'onde se tiraria huma linha imaginaria de mais de cem legoas até ao Rio Madeira. 1757 ou 1759. — As minas ou Lavras mine raes do districto de Anta , na provincia de Goyaz forão descobertas por F. Calhamares, no sitio denominado Anta, onde se erigio huma capella dedicada ao Bom-Jesus, que foi convertida em igreja parochial em 1751. Está situada entre dois ribeiros que reunidos se va são no Rio—Vermelho. O oiro abunda neste sitio. A huma legoa d'este arraial ha huma rica mina denominada Gaveira, descoberta em 1762, mas que se não aproveitou em razão de falta de meios de esgotar a agua. 1758. — Occupação da ilha de Fernão de

"O nome Anta he devido ao animal, que alli se enCONtrou.



Moronha pelos agentes da Companhia franceza das Indias orientaes. Em 1602 hum feitor por tугuez se estabeleceo nesta ilha com quatorze escravos; achou nella bois bravos, porcos, ca bras, e pombos em abundancia. Em 1650 foi tomada pelos Hollandezes, que a abandonárão alguns annos depois em razão dos innumera veis ratos que a infestavão. Depois d'esta epoca tinha servido de lugar de desterro aos degra dados de Pernambuco. Em 1758 vinte e cinco Francezes se apoderárão d'ella em nome da Companhia franceza das Indias orientaes, mas forão obrigados a render-se a tropas mandadas contra elles pelo novo gqvernador de Pernam buco. Esta ilha está situada a sessenta legoas da costa do Brasil e tem cerca de vinte milhas de circuito. Em 1758 se estabeleceo o arraial de Pontal, na provincia de Goyaz, districto de Nova-Beira. Pontal foi descoberto por Antonio Sanches, que lhe deo este nome em razão do cotovelo que allifaz o Rio Tocantins, que corre a quatro legoas de distancia. Este passo he conhecido pelo nome de Porto Real .

"O arraial novo de Porto Real está situado entre Pon tal e o arraial do Carmo onde o Rio Tocantins tem mais de quinhentas braças de fundo, na maior elevação das suas aguas, e trezentas e setenta e quatro, quando estão mais baixas.

1759. — Fundação de villas. Por huma Carta regia d'Elrei D. João V foi creada a Villa-Boa de Goyaz, capital da provincia do mesmo nome, o que foi executado pelo governador de S.-Paulo, D. Luiz de Menezes, conde de Sarzedas, a 25 de Julho 1759. No mesmo anno foi fundado o arraial da Natividade, na vizinhança do Morro dos Olhos-d'agua, no districto de Tocantins, provincia de Goyaz e perto d'este rio. 1740. — A 2o de Dezembro a esquadra do commodore Anson fundeou na bahia da ilha de Santa-Catherina. No mesmo anno Francisco Xavier de Andrade descobrio o rio Urazicoara, afluente do Rio-Negrº, No mesmo anno forão de novo derrotados os Indios de Mato-Grosso na embocadura do Ta coary; mas o commandante portuguez, Jero nymo Gonçalves, perdeu quatro canóas carre gadas de escravos e de mercadorias. No mesmo anno foi estabelecido o arraial de Cavalcante, na provincia de Goyaz, perto do Rio das Almas, e o de Arraias na mesma provincia. Tambem se fundou a aldéa de Pedra-Branca na serra do mesmo nome, na comarca e provincia da Bahia, a cinco legoas O. S. E. do arraial de Genipapo. 1741. — Piagem de Nicolao Horstman em busca do lago Paruma ou doirado, e da cidade del Dorado. Este viajante partio da Guyana

hollandeza, remontou o Rio Essequibo e entrou no Rio-Branco. Abandonando-se á corrente desceu até ao Rio-Negro d'onde passou á cidade de Canuto; mas não achou o que buscava. No mesmo anno se estabeleceu o arraial do Pilar, em hum districto montuoso da provincia de Goyaz, denominado a principio Papuã, nome de huma planta que cresce na vizinhança. João Godoy Pinto da Silveira descobriu na vizinhança hum morro muito abundante em ouro, e d'onde, apesar da escassez de agua para as lavagens, se extrahirão mais de cem arrobas d'este metal. No mesmo anno e na mesma provincia se fundarão as aldeas da Conceição, ou da Barra da Palma, e a do Rio das Pedras. 1742. —Manoel Felix de Lima, depois de ter escapado á epidemia do arraial de S.-Francisco Xavier, querendo denovo tentar fortuna, se embarcou no Sarare com cinquenta companheiros em duas canoas. Tendo navegado dez dias, chegaram a hum sitio onde acharão os vestigios do arraial de Antonio de Almeida Moraes, o qual tinha largado aquelle sitio seis mezes antes em busca de escravos e de ouro. - Acamparão alli e encontrarão Almeida, o qual, informado por hum Indio velho que fallava a lingua Tupi, os advertio do perigo que correrião se tentassem. descer o rio, em

razão dos Indios guerreiros que habitavão as suas margens, e que erão mui numerosos. Al meida aproveitando o aviso, queria remontar hum dos afluentes do Guaporé, cujos habi tantes erão mais trataveis e que estavam em guerra com outras tribus mais guerreiras. Não obstante este aviso Manoel Feliz se resolveo a descer o Guaporé; quatorze dos seus compa nheiros o abandonárão e forão unir-se a Al meida. Manoel Feliz desceo com effeito o Gua poré até á Reduccão de S.-Miguel, e depois entrou no Madeira, e no Amazonas até á cidade do Pará. O Rio-Madeira tinha já sido reconhe cido, mas este viajante foi o primeiro que des cobrio a comunicação por agua entre Mato Grosso e o Pará. 1745. — Earpedição contra os Indios Paya goas. Os Payagoas, tendo de novo commettido hostilidades, e morto alguns pescadores, na proximidade da cidade de Cuiabá, o Ouvidor João Gonçalves propozá Camara que se tentasse fazer a paz com estes Indios, para o que se ex pedirão seis canóas de guerra carregadas de objectos estimados pelos Indios. Começarão as negociações, e como tudo annunciava que te rião feliz resultado, muitos Portuguezes sem armas forão traficar com estes selvagens, que matárão cincoenta d'elles. Este acto iniquo não deixou a menor esperança de ajuste amigavel.

Os Hespanhoes inquietos da approximação dos Portuguezes do Ubye do Mamoré, estabelecêrão as suas missões na margem direita do Guaporé. Ao mesmo tempo alguns colonos que tinham abandonado Mato-Grosso por dividas, se estabelecerão em huma ilha do Guaporé, denominada Ilha-Grande, a qual tem cerca de qua renta milhas de longo, e se mantiverão nella pela pilhagem das aldeas vizinhas de Indios. 1744. —No decurso d'este anno forão venci dos os Indios pela frotilha dos Paulistas; mas não obstante, estes selvagens remontarão ousadamente o Paraguay, até á passagem que conduz de Cuiabá a Mato-Grosso, e desembarcando perto do estabelecimento de João d'Oliveira, puzerão fogo á sua casa, e matarão algumas pessoas.

O capitão João de Sousa desceo o Arinos, o Tapajós e o Amazonas até ao Pará, e voltou no mesmo anno pelo Madeira com mercadorias da Europa. Outros mercadores seguirão depois o mesmo caminho.

A communicação entre os rios Orinoco, e o Amazonas pelo Rio-Negro, foi descoberta pelos Portuguezes. Francisco Xavier de Moraes, acompanhado por alguns compatriotas, entrou no Rio Caciquari que communica com o Rio Negro.

1744 ou 1745. — O coronel Simão da Cunha

Gayo, não tendo prosperado na provincia de S.-Paulo, se transportou a Minas-Geraes com tencão de se estabelecer perto do Lago Ajuru Oca, e obteve a autorisação do governador de S.—Paulo, D. Luiz de Mascarenhas, para ir em busca de minas de oiro e de pedras preciosas e conquistar o territorio que descobrisse. Depois de atravessar muitos bosques e rios, attingio as margens do Paraiba no principio de 1745. De huma e outra banda d'este rio se extendião vastas e ferteis campinas, que parecião mui proprias a formar hum estabelecimento, e forão denominadas Campo-Alegre. O padre Felippe Teixeira Pinto, que acompanhava a expedição, erigio a capella de Nossa-Senhora de Ajuru-Oca, nos confins da capitania de Minas-Geraes e de Rio de Janeiro. 1745.—Asminas do districto de Arinos forão descobertas pelo mestre-de-campo Antonio d'Almeida Falcão e seus filhos, habitantes de Mato Grosso, mas no anno seguinte cessou de appa recer oiro, e os mineiros ficarão arruinados. Neste anno a Villa de Marianna foi erigida em cidade. Tem hoje quatro mil e oitocentos habi tanteS. 1746. — Neste anno foi estabelecido o arraial de Santa Luzia, na provincia de Goyaz, a nove legoas de Montes-Claros. Este lugar foi desco berto por Antonio Bueno de Azevedo. No mes

mo anno foi fundado o Arraial do Carmona pro vincta de Goyaz, districto do Tocantins. Este sitio foi descoberto por Manoel de Sousa Ferreira. Está a 26legoas de Porto Real de Pontal. 1747. — Comunicação entre os rios Sumidouro, afluente do Arinos, e o Spotuba, afluente do Paraguar. João de Sousa e Azevedo, tendo se embarcado no Rio Cuiabá, o desceu até ao Paraguay, que remontou depois até á entrada do Sipotuba; d'alli fez transportar as canóas ao Sumidouro, que seguiu até entrar no Arinos, e d'este no Tapajós, e voltou pelo mesmo caminho a Mato-Grosso com as suas canóas carregadas de mercadorias. A navegação d'este ultimo rio he interrompida por cachoeiras, e despenhadeiros; por isso se prefere a navegação pelo Madeira, posto que mais longa de duzentas legoas. Os barcos podem ir até Villa Bella com duzentas arrobas de carga. - No mesmo anno foi fundada a Villa de S.- Pedro, na provincia de Rio-Grande do Sul, a duas legoas da barra do Rio-Grande do Sul, em virtude de huma Carta regia de 17 de Julho de 1745. 1748. — D. João V, tendo resolvido crear dois governos, hum em Minas de Goyaz, e outro em Cuiabá, conservando em S.—Paulo hum capitão-general, deu por successor a D. Luiz de Mascarenhas, Gomes Freire d'Andrade.

1749. — Expedição do Pará a Mato-Grosso. Huma expedição de cem pessoas partio do Pará, remontou o Madeira por espago de tres semanas, foi atacada pelos Muras, que, a pesar de se rem repellidos, renovarão os seus ataques e obrigarão os Portuguezes a se retirar em huma ilha, onde construirão canóas mais ligeiras para proseguirem a sua viagem, mandando as em que tinham vindo á missão a mais vizinha para as acharem na volta. Entretanto fizeram abundante provisão de peixe e de tartarugas. Reconhecêrão que o Madeira perto da sua embocadura, rega hum paiz plano, que he inundado na estação das chuvas, e por isso he mui doentio. Na aldeia dos Abacaxis, onde o jesuita Fr. João de Sampaio tinha ajuntado mil Indios, mais dos dois terços d'elles morrerão de febres epidemicas. He sujeito a outro flagello, o dos insectos cuja picada causa dor agudissima. Parte do territorio que a expedição atravessou se denomina Carapanatuba, que significa terra dos mosquitos. Mais adiante, e ao passo que o terreno se eleva, he pittoresco e saudavel. Hum dos afluentes mais consideraveis do Madeira he o Jamary, que brota da Serra dos Parecis. He o mais conhecido de todos os rios do Pará, em razão da cultura do cacao. Os viajantes encontrarão varias cachoeiras e serão obrigados a transportar por terra as canóas,



que nestes transportes se abrirão, e tiverão que as calafetar com a casca interior do jaci pocaya em vez de cânamo, e com o succo do cumãa em lugar de alcatrão. A quinta cachoeira levou quatro dias a passar, por ter a extensão de huma milha. As cachoeiras continuão até á junccão do Rio Bene que tem oitocentas braças de largo. As suas aguas, como as do Mamoré,

são turvas, e para as clarificar os navegantes lhe deitão pedra hume. Acima do confluyente do Bene ha mais sete cachoeiras, sendo o nu mero total d'ellas dezanove. Transposta a ul tima, chegarão ao primeiro Pantanal em que as aguas, em razão da sua extensão, parecem es tagnantes. Este rio até á foz do Mamoré, tem quinhentas braças de largo e sete de fundo. A expedição se deteve na Reduccão hespanhola de Santa-Rosa, dirigida pelo padre Athanasio, que os acolheo com agasalho. A missào constava então de quinhentas pessoas, das quaes cento e cincoenta podião fazer o servico militar. A ex pedição seguio o curso do Guaporé e foi obri gada a deter-se na missào de S.—Miguel na margem do dito rio, onde o padre Gaspar lhe deo viveres de que carecião, por se ter retirado o peixe ás lagóas e pantanos, e a caça aos mon tes. Este estabelecimento estava então tão pros pero que havia nelle oitocentos homens ca pazes de tomar armas; possuia vastos campos

## 9º HISTORIA

de arroz e milho, e grande copia de gados e aves domesticas. Vendia-se huma gallinha por duas agulhas. A expedição continuou a navegar até á Ilha-Grande. Chegados alli os Indios da comitiva adoecerão, e quinze escapárão em huma canóa. O sargento morreo de febre. Fez lizmente achárão milho, e guias que os conduzirão ao rio Sarare; mas huma semana depois virão-se reduzidos a meia ração, porque a cheia era tal que nem pesca nem caça era possivel. Por conselho dos guias mandárão as canóas mais ligeiras aos estabelecimentos vizinhos, que voltárão em dez dias carregadas de milho, arroz, favas e fruta, fornecidos pela plantação de Chaves, hum dos companheiros de Manoel Felix, o qual se tinha estabelecido, assim como outros fazendeiros, em hum terreno não exposto ás inundações. A expedição se deteve dois dias naquella fazenda, e proseguindo sua viagem entrárão no Sarare, que na sua foz tem duzentas braças de largo, mas a navegação d'elle he obstruida por numerosas ilhas, por troncos de arvores, e pela planta accapis que cresce no seu alveo. No cabo de tres dias chegarão ao posto de Pescaria, depois de humaviagem de nove mezes. A viagem dévolta pode executar-se em quarenta e quatro dias. Aberta assim a communicacão entre o Pará e Mato-Grosso, pelo Guaporé e Madeira, vio

se que era possível levar a Mato-Grosso gêneros do Pará mais baratos que do Rio de Janeiro, e que a viagem era menos arriscada que a de S.-Paulo, em razão das hostilidades dos Guaycurus e Payagoas. 1749. — Linha das Missões. Por este tempo uma linha de missões se estendia do Brasil e das vizinhanças de Quito até ao Pará. As missões do Orinoco communicavam com as do Rio Negro e do Orelhana, e as relações entre os estabelecimentos do Moxo e do Madeira só foram interrompidas por motivos políticos. Entre os primeiros e Chiquito havia uma communicação seguida, que confinava com as missões do Paraguay, d'onde os Jesuitas hespanhoes expediam missionarios até o paiz de Chaco, e ás tribus que habitavam asimmensas planicies ao sul ao poente de Buenos-Ayres. No mesmo anno foi estabelecido o arraial do Cocal, na provincia de Goyaz, a quatro legoas de Agua-Quente. Este lugar foi descoberto por Diogo de Gouvea Osorio, ou pelo coronel Feliz Caetano, e nelle a principio se achou muito ouro. 1750. — Tratado de limites entre Hespanha e Portugal. O casamento de D. Fernando VI com a infanta de Portugal D. Maria Barbara, fez concluir um tratado de limites, que annullou todos os tratados anteriores, e abulla de Alexan

dre VI. A Coróia de Portugal entregou a Colonia do Sacramento á Hespanha, a qual cedeo a Portugal o territorio a léste do Uruguay comprehendendo sete jurisdiccões, e trinta mil Indios Guaranis. Os missionarios devião reti rar-se para dentro dos limites das possessões hespanholas, mas este artigo não recebeu execução, e foi annullado pelo Tratado de 1761. O Tratado foi assignado em Madrid a 15 de Janeiro de 1750, por parte de Portugal, pelo visconde de Villa-Nova da Cerveira D. Thomás da Silva Telles; e por Hespanha, por D. José de Carvajal e Lancastre. Foi ratificado a 26 de Janeiro do mesmo anno por Elrei de Portugal, e a 8 de Fevereiro pelo de Hespanha. Consta de vinte e seis artigos, dos quaes os principaes são relativos aos limites das possessões das duas Coróas no continente da America. Este Tratado era mui favoravel a Portugal, que adquiria mais de duzentas legoas no interior de hum territorio fertil. A perda da Colonia do Sacramento, que era impossivel conservar, e que só servia de facilitar o commercio com Buenos-Ayres, foi a unica vantagem que d'alli tirárão os Hespanhoes. No decurso do anno de 1750 forão creadas as seguintes parochias : a de N.S. das Necessidades, na Ilha de Santa-Catherina; a de N.S. da Conceição, na mesma ilha, e a de Santa-Anna

da Laguna, na provincia de Santa-Catherina. A 18 de Julho do mesmo anno foi erigida a freguezia da Santa-Familia do Caminho-Novo de Tinguá, na provincia do Rio de Janeiro. Depois de aberta a estrada da Serra dos Orgãos a Minas Geraes, em 1715, trabalhou-se em es tabelecer outras communicações commerciaes por terra com esta provincia. Abrio-se hum caminho pelo mato no districto da freguezia de N.S. da Piedade de Iguassu, que conduzia á Serra de Tinguá. A 51 de Julho de 1750 morreo Elrei D. João V, depois de hum longo reinado, deixando o era rio vazio, e a nação pobre, sem industria, com diminuta agricultura, e sobeja ignorancia e superstição. O producto das ricas minas de oiro do Brasil passou aos estrangeiros em paga mento das suas manufacturas, sem ter circu lado em Portugal, nem ter contribuido a ani mar a cultura do solo ou a industria fabril. O rendimento do Quinto, e o da capitação dos es cravos que lhe foi substituido por conselho do honrado ministro Alexandre de Gusmão, subio por muitos annos a perto de tres milhões de cruzados annuaes. Todo este cabedal foi consu mido na construccão do convento e palacio de Mafra, ou foi encher os cofres da Curia Ro mana a troco de concessões onerosas para o Reino, como a da criação da Patriarchal, e do

## IO2 HISTORIA

titulo de Magestade Fidelissima. A unica obra verdadeiramente util foi a grandiosa construcção do magnifico aqueducto das Aguas Livres de Lisboa. No Brasil o furor da exploração das minas de oiro fez abandonar em grande parte a agricultura; e ao passo que os grosseiros processos usados pelos mineiros para a extracção do oiro derão menor producto, foram successivamente abandonadas as mais das minas, e poucos mineiros escapárão a huma total ruina.

CAPITULO IX.

1750 a 1777. Reinado d'Elrei D. José.

1750 a 1751. — Morto Elrei D. João V, antes de estar executado o Tratado de limites, D. José I lhe succedeo, e hum dos primeiros actos do seu governo foi a lei de 5 de Dezembro de 1750, que restabeleceo o Quinto, substituindo este im posto sobre o oiro extrahido das minas, á capi tação que Alexandre de Gusmão tinha feito adoptar a D. João V. Em vão o mesmo minis tro, em qualidade de conselheiro do ultramar, se esforçou em huma consulta que fez em no me d'este tribunal, de mostrar os gravissimos inconvenientes do quinto, e a perda inevitavel para a fazenda real, pelo extravio consideravel do oiro. Não obstante estas representacões ficou subsistindo o dito direito, e cedo se veri ficou a prophesia de Gusmão, sendo o produc to do quinto insignificante, posto que as minas continuárão a dar grande quantidade de oiro.

1751. — Neste anno se estabeleceo a fre guezia de Nossa-Senhora do Pilar de Goiaz,

em hum sitio chamado Papoan ou Pappuan, do nome de huma planta que alli cresce. Muitos mineiros forão povoã—la, por saberem que em 1741 João de Godoy Pinto tinha achado alli muito oiro. 1752. — Fundação de Pilla-Bella. A 19 de Marco 1759 foi fundada Villa-Bella, na provin cia e districto de Mato-Grosso, na margem oriental do Guaporé. D. Antonio Rollim de Moura Tavares, creado depois conde da Azam buja, e governador de Mato-Grosso e Cuiabá, foi o fundador d'ella. Hoje chama-se cidade de Mato-Grosso, e contém sete mil habitantes. 1755. — Em quanto proseguirão as negocia göes entre as duas Coróas, para a execução do Tratado dos limites, recebeo a Córte de Lisboa individuadas informacões relativas á potencia dos Jesuitas na America hespanhola e portu gueza. Tinhão estes astutos e ambiciosos pa dres formado nas margens do Uruguay e do Paraguay huma especie de theocracia, que era como o centro de todos os estabelecimentos que possuem desde o Pará até o Rio da Prata. Constava então a potencia dos Jesuitas nas vizinhancas do Uruguay de trinta e huma povoacões em que havia cerca de cem mil Indios inteiramente sujeitos á autoridade dos Jesuitas, doceis a seus preceitos, e dispostos a arriscar as vidas por elles. Este resultado era



devido ao sabio e prudente systema adoptado pelos Padres da Companhia para civilizar os indigenas por meios de docura, e fazendo servir as crenças e cerimoniaes religiosas de base á sua autoridade. Com summo discernimento apenas inculcavão aos Indios superficialmente aquelles artigos e practicas do catholicismo que mais condizão com as ideias d'aquellas nações rudes e supersticiosas, não contrariando usos e costumes demasiadamente arraigados. Em vez de tratarem os selvagens convertidos como escravos, em todas as occasiões os tinham protegido contra os colonos, e só exigião dos Indios ser vigos moderados, lisongeando-os por mil maneiras e tornando-lhes a obediencia pouco pesada. Todavia he de notar que nunca derão aos Indios instrucção cabal, e que para melhor os dominar, e prevenir o effeito da communicacão com os Europeos, aprendiãõ os Jesuitas o guarani, o tupi e outras linguas brasilicas, e se serviãõ exclusivamente d'ellas no trato com seus subditos. Outra observacão importante quebasta de per si para fazer ver qual era o objecto da Companhia de Jesus, he a grande attenção que os Padres tinham dado á organisacão militar dos seus Indios, adestrando-os no uso de armas de fogo, e em todas as manobras militares. D'esta maneira coadunavão os Padres as funcções de magistrados, sacerdotes e chefes mili

tares e politicos, sendo os Indios por elles doutrinados e mantidos em hum estado semelhante ao dos feudatarios das antigas Abbadias na Europa, ou aos actuaes habitantes do Paraguay debaixo do Dr. Francia. Bem sabião os Jesuitas que em todos os estados catholicos da Europa se tramava, havia muitos annos, hum projecto de suppressão da Ordem, e muito particularmente em França, onde os parlamentos se tinham mais de humas vezes pronunciado contra elles. Outro tanto succedia em Hespanha, e até em Portugal não lhes faltavão inimigos, não só entre as outras ordens monasticas, mas entre os interessados no commercio do Brasil, cujos colonos erão universalmente inimigos dos Jesuitas pelos motivos já apontados. Era pois mui acertado buscar hum ponto onde a potencia da Ordem se pudesse manter e augmentar a ponto de não recear ataques, e servir de refugio e de salva guarda aos collegios da Europa. Combinando o poder e a riqueza esperavão fundar no Uruguay hum imperio independente, e he provavel que o terião conseguido se lhe não tivesse faltado o tempo, e se não tivessem encontrado em hum dos seus proprios discipulos o mais implacavel e terrivel inimigo. Os que censurão Sebastião José de Carvalho por ter expulsado os Jesuitas do Brasil, allegando os grandes serviços feitos

á humanidade por estes padres, e a bem fundada esperança de que elles conseguirão pelo decurso do tempo a civilisação de todos os indigenas, não advertem que, ainda admittindo este mui duvidoso resultado, os Jesuitas só em proveito proprio querião domesticar os Indios, para os dominar. Era pois forcoso, ou expulsá los, ou ceder-lhes o dominio do Brasil. Na segunda supposição, he mais que duvidoso que tivessem feito grande progresso na cultura d'a- quelles povos selvaticos. A experiencia de todos os tempos e de todas as nações tem assaz mostrado quão difficil he a passagem do estado selvagem ao social, quando não he grande e continuo o cruzamento da raça rude com outras mais adiantadas em disciplina social. Por in formações de pessoas veridicas, afouto-me a afirmar que a pesar da incuria do governo portuguez, mais progresso tem feito a civilisação dos Indios no Pará e em alguns outros pontos do Brasil ha cincoenta annos, que em todo o tempo da influencia jesuitica. Outro tanto, e com muito mais confianca se pode as severar dos indigenas do Rio Doce desde que são regidos por Mº Marlière. Mas cumpre reas sumir o fio da historia. Resolvêrão pois as Córtes de Madrid e de Lisboa expulsar os Jesuitas da America, e para o conseguirem com mais facilidade e apparencia

de justica, os accusarão perante o Papa dos seguintes actos: 1 ° de terem vedado a entrada do territorio a elles sujeito, a bispos, a governadores, e até a simples particulares hespanhoes, e de terem occultado a natureza do governo estabelecido pelos Jesuitas a todos, excepto aos Padres da Companhia de Jesus; 2 de terem prohibido nos seus dominios o uso da lingua hespanhola, permittindo unicamente o uso do guarani, para impedir toda a communicação entre os Indios domesticados e os Hespanhoes; 5° de terem inculcado aos Indios cega obediencia aos missionarios, fazendo-lhes crer que todos os homens brancos seculares era gente sem lei e sem religião, inimigos mortaes dos indigenas, e que só adoravão o ouro, e eslavão possuidos do demonio; 4° de terem insinuado os Indios das missões no uso das armas, introduzindo entre elles artilharia, e engenheiros disfarçados, para tragar acampamentos e fortificar os passos mais difficeis; 5" de ter surprehendido a boa fé das duas Córtes, aproveitando-se da dilacão concedida por ellas aos Indios das aldeas do Uruguay, para se transportarem com seus bens moveis, ás habitações que se lhe havião destinado em outro territorio, para os armar melhor, mantendo-os no estado de insurreccão contra as tropas dos dois Reis que estão em marcha, em 1752, para effectuar a

troca das aldeias da banda oriental do Uruguay e da Colonia do Sacramento. Para prova da forte opposição feita pelos Jesuitas á execução das ordens dadas de com um accôrdo pelas duas Córtes, produzio-se a carta que o governador portuguez Gomes Freire de Andrade escreveu a 24 de Marco 1755, ao marquez de Valdelirios, general hespanhol, na qual se exprimia nos seguintes termos : «W. E. acabará, se me não engano, de se con vencer, tanto pelas cartas e avisos que terá recebido, assim como pela chegada do padre Altamirana, que os Padres da Companhia são verdadeiros rebeldes. Se não se expulsarem das aldeias os santos padres (como elles os deno minão), não poderemos esperar d'alli senão rebellião, insolencia e desprezo. Os factos de que a simples relação mettia horror, agora os temos por certos, pelo conhecimento pessoal que temos adquirido nós mesmos dos membros da Companhia. » No mez de Fevereiro, a sublevação tinha já attingido tal ponto, que chegando alguns officiaes militares a Santa Tecla, para o negocio dos limites, encontráráo alli a 28 do mez, Indios que lhe disputáráo a passagem. Injusticas feitas aos Indios. Sebastião José de Carvalho nomeou seu irmão Francisco Xavier de Mendonça governador e capitão-ge

neral do Maranhão e Pará, commissario principal com plenos poderes para estabelecer a linha de demarcação. Chegando ao Pará fez as suas disposições para ir ao encontro dos commissarios hespanhoes no Rio-Negro, e pediu para o acompanharem nesta expedição todos os Indios de serviço, residentes nas diversas aldeas, dos quaes a lei só permittia exigir o serviço de metade. Em razão d'este acto tyrannico ficarão os campos dos desgraçados Indios sem cultura; e em vez de os despedir no fim do anno, distribuio-os entre os Portuguezes.

1754. — Expedição do chefe d'esquadra D. José d'Yturiaga para terminar a contestação sobre os limites da America Meridional. Este official encarregado pela Córte de Hespanha de reconhecer as fronteiras septentrionaes do Brasil, partio de Cadiz a 15 de Fevereiro de 1754, e entrou nos fins de Julho nas bocas do Orinoco, com cincoenta e tres embarcações pequenas que tinha apromptado no porto hespanhol da Ilha da Trindade. No decimo quinto dia attingio o forte da Velha-Guyana; remontou com o mesmo vagar até Cabruta perto da foz do Rio Apure. Alli muitas das embarcações expostas ao ardor do sol se abrirão. A dysenteria e as febres fizeram grande estrago na tropa; muitos centos de Indios adoecerão e faltarão remeiros, não havendo dinheiro para pagar outros. Dois dos

commissarios, D. Eusebio de Albarado, e D. Jo sé Solano, que forão a Bogota buscar fundos, não voltárão senão passados dezaseis mezes. Solano, com parte da expedição, passou alem das cachoeiras de Astures e May pures, mas não se adiantou alem da foz do Guaviare, onde fundou a villa de San Fernando de Atabapo. Durante a cerimonia de hum Te Deum que se cantou em Muitaco, Yturiaga fez queimar se cretamente as suas embarçaõs. Yturiaga morreo nailha Santa Margarida. Fernando VI tinha dado ordem á expedição de voltar. A esta infeliz expedição se tinha aggregado hum naturalista, hum physico, e hum geogra pho. O primeiro era o celebre Loeffling, amigo de Linneo, que morreo perto do confluyente do Orinoco com o Rio Caroni, a 27 de Fevereiro de 1756. Fundação de villas. — No anno de 1754, se estabeleceo o Arraial da Formiga, provincia de Goyazes, districto do Tocantins. O general D. Marcos ajuntou alli os Chacriabas e os Acroas domesticados. 1755. — Fundação da villa de S.-Antonio das Caravelas. Segundo huma tradição, constava que pelos annos de 1600, o districto de Porto Seguro tinha sido invadido pelos Indios Aba quirá, que destruirão alguns estabelecimentos portuguezes. Os que escapárão á morte se reti

rão a hum sitio denominado Guaratuba, si tuado entre as villas de Prado e Alcobaça, onde se derão á cultura das plantas necessarias á sua subsistencia. Esta posição dominava hum rio em que navegavão muitas caravelas, d'onde foi tirado o nome do districto e da povoação. Pelo anno de 1681, alguns capuchinhos francezes atravessarão este districto, e alli baptizárão muitos adultos, e erigirão huma capella a S.—Antonio, na parte septentrional. Este edificio construido de madeira e coberto de colmo foi destruido pelos Hollandezes; alguns collocarão outro semelhante no lugar chamado Campo dos Coqueiros, e outro em pedra foi edificado na barra do sul do rio, por Manoel Fernandes Chaves, e Roque Jorge. A cidade está perto de huma legoa do mar na margem septentrional do Rio das Caravelas defronte de hum canal profundo que fórma huma comunicação entre este rio e o Poruipe. Durante a guerra com os Hollandezes esta villa não continha mais de quarenta Portuguezes. A parochia conta hoje mais de quatrocentos fogos. - 1756. — Sublevação dos Indios e sua derrota pelas forcas combinadas de Hespanha e Portugal. Os Jesuitas tendo em 1752 pedido e obtido tempo para fazer a colheita e as disposições necessarias para mudar de residencia, valêrão-se



d'esta dilação para armar os Indios das aldeas do Uruguay, e fortificar diversas posicões. As sim preparados comecarão as hostilidades em Fevereiro de 1755, e no dia 28 do mesmo mez obrigarão alguns officiaes hespanhoes que ti nhão vindo a Santa Tecla, a retrocederem, di zendo-lhes « que Elrei estava muito longe, e que elles só conhecião o seu bemdito padre Altami rano.» Depois de longas conferencias durante os quatro ultimos mezes do mesmo anno, os dois commissarios, Gomes Freire de Andrade e o marquez de Valdelirios, convierão que mar chariã contra os Indios para os obrigar a eva cuar o territorio que occupavão. Entretanto hum corpo consideravel de Indios com quatro pecas de artilharia tentarão dois ataques successivos contra o forte portuguez do Rio-Pardo, mas forão repellidos, e perdérão cincoenta ho mens aprisionados. Os principaes d'elles decla rarão ter obedecido ás ordens dos beatos pa dres, e disserão pertencer ás quatro aldeas de S.-Luiz, S.-Miguel, S.-Lourenço e S.-João. O commandante do forte communicou a Gomes Freire esta declaração, a 2o de Abril e a 1 de Junho 1754.

o general portuguez partio do Rio-Grande de S.-Pedro, a 28 de Julho 1755, caminho do forte do Rio-Pardo, e a 5o encontrou hum nu meroso partido de Indios que inquietarão a

II.

sua marcha. Chegado a Jacuí, a 7 de Setembro, achou este posto cercado de trincheiras executadas por direcção de hum mestre-de campo, chamado Andrés, que commandava alli, e que declarou não poder sem autorisação dos seus superiores deixar passar as tropas por tugezas. Combateo-se até 16 de Novembro, e nesse dia o general portuguez se vio obrigado a consentir a huma tregua, esperando novas ordens da sua Córte. - Os Caciques da campina do Rio-Jacuí pedi rão licença de se retirar em paz ás suas povoa ções sem serem molestados. Gomes Freire lhes concedeo huma tregua, sob condição que se re tirarião com os seus officiaes e soldados ás suas aldéas; que o exercito portuguez passaria o Rio Pardo, e que o de Viama serviria de limite, remontando-o até á sua junccão com o Jacuí, e d'alli até ao seu nascente pelo braco que corria do sudoéste. Esta convenção foi assigna da a 14 de Novembro de 1754. - O corpo hespanhol que tinha marchado so bre Santa Tecla, foi obrigado a retirar-se ás margens do Rio da Prata, por ter encontrado em força mui superior os Indios, que tinham despojado o paiz de tudo o que podia servir á subsistencia das tropas. Logo que as córtes de Hespanha e de Lisboa tiverão con hecimento d'estes successos, man

dárão aos seus generaes a ordem de dissipar esta escandalosa rebellião, fomentada pelos Jesuitas. A de Madrid, em huma carta escripta ao marquez de Valdelirios, com a data de 9 de Fevereiro de 1750, lhe participava que S. M. plenamente informada que os Jesuitas d'aquella provincia erão os motores da sublevação dos Indios, tinha despedido o seu confessor, e feito partir hum reforço de mil homens; que se faria huma representação ao provincial ácerca d'esta tracção , e que, se os Padres não entregassem pacificamente estes Indios sem que se derrame huma só gotta de sangue, S. M. faria proceder contra elles juridicamente, e os trataria como criminosos de lesa-majestade, fazendo-os responsaveis para com Deos de todo o sangue innocente que se derramasse. A Córte de Lisboa transmittio instruccões do mesmo teor a Gomes Freire de Andrade, or denando-lhe auxiliasse com todo o vigor pos sivel o general hespanhol. Em conformidade destas instruccões os dois chefes fizeram a sua junção em Santo-Antonio o Velho, a 16 de Janeiro de 1756, com tenção de comegar as operacões pelo ataque de Santa -Tecla. No primeiro de Fevereiro seguinte hum destacamento de dezaseis soldados hespanhoes mandados a explorar , achárão o campo inimigo

abandonado; mas tendo passado hum pouco alem, encontrárão hum partido numeroso de Indios, que, depois de os terem por demonstra cões pacificas convidado a se aproximarem de baixo da garantia de huma bandeira branca, os matárão deshumanamente. Os dois corpos de tropas combinadas conti nuárão a sua marcha, sempre inquietados pe los insurgentes. Mas a 1o de Fevereiro, tendo se estes postado em huma altura, forão atacados e derrotados com perda de mile duzentos mor tos, e de algumas pecas de artilharia, armas e bandeiras. Depois d'este feito os Indios não ar riscárão novo combate até 22 de Março : então reunindo as suas forças, tomárão posição em huma alta montanha quasi inaccessible defen dida por artilharia. Os alliados batérão de frente os entrincheiramentos, e fizerão atacar ao mes mo tempo em flanco. Os Indios forão desa lojados e inteiramente derrotados. Esta accão teve lugar a 5 de Maio. Astropas victoriosas, continuando a sua marcha, encontrárão outro corpo de tres mil Indios, que travárão escaramuças com a van guarda, em que perdérão muita gente. A 1o de Maio, avançárão seguindo as margens do Rio Churiel, e forão obrigados a disputar a passa gem. O general Gomes Freire termina o seu despacho nos seguintes termos : « Este plano

faz ver quão bem ordenada foi a defesa. Se os Indios são os autores d'ella, devemos crer que em vez de catechismo lhes foi ensinada a arte militar.» O commandante portuguez estabeleceo o seu quartel-general na povoação de S.-Miguel, e o commandante hespanhol em S.—João. No con vento d'esta ultima aldéa se achárão tres do cumentos escriptos na lingua guarani, que encerravão instruccões que os curas das aldéas sublevadas davão aos capitães das tropas. 1757. — Francisco Xavier de Mendonça, ca pitão-general do Pará e Maranhão, recebeo ordem d'Elrei de fazer publicar a bulla de 2o de Dezembro de 1741, e os dois decretos de 6e 7 de Junho de 1756 contra a escravidão dos Indios, o que elle executou a 28 e 29 de Maio de 1757. Os missionarios accusados de terem usurpado a autoridade sobre as possessões ultramarinas de Portugal, forão igualmente privados do seu poder temporal. As aldéasas mais considera veis forão convertidas em villas, e as outras menores em lugares. Havia então no Maranhão e Pará sessenta al déas de Indios, das quaes cinco erão adminis tradas pelos religiosos das Mercés, doze pelos Carmelitas, quinze pelos Capuchos, e vinte e oito pelos Jesuitas. As tropas estacionadas no Rio-Negro se

amotinárão por lhes faltar paga e viveres; o que foi attribuido á influencia dos Jesuitas, dos quaes alguns forão embarcados para Portugal, onde apresentárão ao governo huma queixa contra o Governador, que não foi attendida. O grande objecto do governo portuguez era de misturar os Indios com os Portuguezes de modo a formarem huma só nação, e para isso julgava indispensavel destruir os Jesuitas. A intenção era boa, mas não se tomárão meios adequados a realizá-la. 1757. Fundação de villas. — Neste anno forão erigidas em villas as aldeas de Vinhaes e de Vianna, na, provincia do Maranhão. Insurreccão dos Indios de Rio-Negro. — Hum missionario de Lamalonga tendo obriga do hum Indio baptizado, chamado Domingos, a se separar de huma mulher com que estava amancebado, elle resolveo vingar-se, e tendo se ligado com os tres caciques João Damasceno, Ambrosio, e Manoel, entrando no primeiro de Junho na morada do missionario, o matou, roubou a casa e a igreja, e poz-lhe fogo. Re forçados por outros Indios marchárão unidos, a 24 de Setembro, contra a povoação de Moreira, que então se denominava Cubuquena, onde saqueárão a igreja, matárão o chefe, e Fr. Rai mundo, religioso carmelita; d'alli forão á aldeia de Borurua (hoje Thomar), que saqueárão

e incendiarão, havendo-se d'ella retirado huns vinte homens de guarnição. Inflammados d'este successo, e vendo-se apoiados pelos Indios da vizinhança, resolvêrão atacar a nova villa de Barcellos; mas a chegada de Miguel de Se queira, á testa de hum destacamento de tropas do Pará, veio atalhar-lhes o intento. Este official tendo-se apossado de huma ilha defronte da embocadura do Ajuana, e que dominava o rio, atacou os Indios de ambas as bandas com tal vigor que inteiramente os derrotou. A 9 de Julho de 1757 foi erigida a parochia de S.-Miguel de Tesouras. A mina de oiro desco berta em 1755 no sitio conhecido pelo nome de Tesouras °, comarca de Goyaz, deo lugar ao estabelecimento d'esta parochia. Mas depois de esgotada a mina, os colonos abandonarão o ar raial. No mesmo tempo se estabeleceo o arraial de Santo—Antonio de Montes-Claros na mesma provincia. 1758. Paz com os Goitacazes. — O territorio d'esta nação, antigamente concedido a Pedro de Goes em 1557, comprehendia 28 legoas de costas entre os rios Macaché e Capabuana, e constituia a capitania de S.-Thomé. Em 1674 Salvador Correa de Sá, visconde da Asseca, ad

a"

O nome de Tesouras he tirado de hum passaro cuja cauda aberta tem a fôrma de tesoura.

quirio a propriedade. A má administração dos seus sucessores causou grande descontentamento aos colonos, que por fim se levantarão; isto decidiu a Corte a annexar este territorio á Coróa, dando huma compensação ao proprietario. Os Goitacazes, que depois da sua alliança com os Coropós, tinham tomado o nome de Coroados, correrão toda a extensão do paiz em distancia de mais de quatrocentas milhas entre a Paraíba do sul e o rio Xipota, na comarca de Villa-Rica, atacarão e expulsarão os colonos e mineiros de Minas-Geraes, que procuram estabelecer-se alli. O Governador da provincia não tendo forças para os subjugar, procurou por meios de conciliação ganhar a amizade d'aquelles Indios, e conseguiu em 1758 fazer a paz com elles, por intervenção do padre Angelo Pessanha. Para facilitar o trato com mercaderias com elles, concederão-se-lhes habitações a tres legoas de S.-Salvador nas margens do Paraíba. Ao mesmo tempo a provincia de Minas-Geraes foi atacada pelos Botocudos do Cujeté, que commetterão grandes devastações no territorio regado pelo Paraíba. O padre Angelo os fez atacar pelos Goitacazes, que os expulsarão para as margens do Amazonas. . - Neste anno foi erigida a villa de Guimarães,



na provincia do Maranhão, na margem septentrional do rio Cumá; e a parochia de S.- Lourenço na provincia do Rio de Janeiro, no sitio em que Mem de Sá tinha estabelecido o celebre Indio Ararigboya, nomeado depois Martim Affonso de Sousa, e outros Indios que tinham ajudado os Portuguezes contra os Franceses no tempo de Villegagnon. Em 1811, Francisco Bento Maria Targini, thesoureiro mórdo Erario, foi feito barão, e em 1819 vis conde de S.-Lourenço. No mesmo anno foram creadas as seguintes villas: a de Tutoia, na provincia do Maranhão; a de Moura, na margem meridional do Rio Negro; a de Barcellos, na provincia de Guyana, a sete legoas acima de Poyares; e a de Thomar, na margem meridional do Rio-Negro. 1759. Fundação de villas. — Neste anno foram erigidas em villas as seguintes povoações : Serpa, denominada primitivamente Itacoatiara ou a Rocha pintada, nome tirado do barro de diversas cores que se encontra nas vizinhanças: está situada em huma ilha do Amazonas, perto da sua borda septentrional, a dez legoas acima da foz do Madeira; Olivença, antiga mente aldeia de S.-Paulo, situada na margem do Solimões; a aldeia de Ega, na comarca de Teffé ou Teppe, provincia de Solimões, na margem direita d'este rio, e a duas legoas do

Maranhão; a de S.-José de Javary, na margem meridional do Maranhão; e a parochia de S.— Francisco Xavier de Itaguahy, na provincia do Rio de Janeiro. 176o. — Neste anno foi construido o forte de Bragança, na provincia de Mato-Grosso, na margem septentrional do Guaporé; e se esta beleceo hum posto militar nas Pedras, hoje Palmela. Contestação entre as autoridades portuguezas e hespanholas. Guerra entre as duas nações. — Pelo tratado dos limites os habitantes dos es tabecimentos hespanhoes na margem direita do Mamoré podião conservar-se alli, sujeitan do-se ao governo portuguez, ou retirar-se aban donando as suas propriedades; mas o reitor de S.—Miguel, Fr. Francisco Traiva, emigrou com os habitantes para o territorio hespanhol, de pois de ter destruido as habitacões que aban donarão. Santa-Rosa foi tambem demolida por ordem do padre Nicolao de Medinilla. Os Por tuguezes consideravão os Indios como subditos naturaes de Portugal; mas os Jesuitas os recla mavão como seus filhos espirituaes, e continua vão a atravessar o Guaporé para fazer recrutas afim de engrossar as Reduccões do Baures. D. Antonio de Moura prohibio ao reitor de S.-Simão, Fr. Raimundo Laines, de violar o ter ritorio portuguez, e para fazer respeitar esta

ordem, estabeleceu o destacamento das Pedras. Os Jesuitas persistindo a considerar este estabelecimento como usurpação, e D. Antonio que tendo sustentado o que reputava os direitos de Portugal, fez hum expedição para reconhecer o territorio, adiantou-se até Pedras, e d'alli passou a Santa-Rosa de que tomou posse, mudando-lhe o nome em Nossa-Senhora da Conceição. A execução do Tratado soffreu muita de mora, e entretanto foi annullado pelas duas potencias. Os Portuguezes tomáram de novo posse da Colonia do Sacramento, e os Guaranis, das suas povoações arruinadas. - 1760. Fundação de villas. — Neste anno foi fundada a villa de Almeida, na provincia do Espirito-Santo, e a de Estremoz, na provincia do Rio-Grande do Norte. 1761. Fundação de villas. — Neste anno foi fundada a villa de Benavente, na provincia do Espirito-Santo, que veio a ser a capital da capitania. Tambem foi fundada a parochia do Bom Jesus do Triumpho, na comarca de Viçosa, provincia do Rio-Grande do Sul, perto da foz do Taquary. 1762. Contestação sobre os limites das possessões hespanholas e portuguezas. — A 15 de Junho, D. Pedro Cevallos, governador e capitão general das provincias do Rio da Prata, e ter

territórios adjacentes, se queixou da tardança dos Portuguezes em executar o Tratado de 1761, que tinha annullado o de 1750. Cevallos reclamava as terras do Uruguay, e o territorio des de Mato-Grosso até Santa-Rosa, e entre o Via mão e o rio Jacui, assim como o Rio-Grande e as numerosas familias de Indios que os Portuguezes tinham arrancado das aldeas do Uruguay. O governador de Santa-Cruz de la Sierra, D. Alonzo de Verdugo, renovou as suas representações contra a occupação de Santa-Rosa, e fez hum protesto a esse respeito. No mez de Agosto visitou a guarnição de Santa-Rosa, construiu hum forte pentagonal para a sua segurança, e estabeleceu barcas para guardar o rio acima e abaixo do forte até á entrada do Baures e do Mamoré, e reforçou a guarnição com vinte e seis homens do Peru. O commandante de hum destacamento hespanhol fez saber a D. Antonio que a guerra tinha sido declarada havia seis mezes entre a Hespanha e Portugal. Este equipou immediatamente a sua frotilha, e offereceu o combate aos Hespanhoes, que o não aceitaram. D. Antonio tendo recebido reforços de Villa-Bella, quiz atacar o campo hespanhol, mas achando-o bem fortificado, teve que se retirar. Entretanto Cevallos poz cerco á Colonia do Sacramento. O governador portuguez Vicente

da Fonseca, depois de vinte e cinco dias de resistencia, capitulou a 2o de Outubro, e sahio com as honras militares. Pouco depois appa receo huma esquadra de onze vélas portuguezas e inglezas, vindo de Rio de Janeiro com tenção de retomar a Colonia. Trazia quinhentos soldados a bordo commandados pelo capitão Mac-Namara. Começou immediatamente a bater a praça, mas quando o fogo d'ella começava já a fraquear, pegou, fogo á nao de 54 Lord Clive, e as outras, para evitar as chammass, se retirárão. De trezentos e setenta homens que se achavão na nao, só setenta e oito se salvárão.

Cevallos marchou então com mil homens sobre o forte de Santa-Theresa, recém construido nas margens do rio Chuy, no qual ha via cerca de seiscentos homens de guarnição commandados por Thomás Luiz Osorio, a meta de dos quaes erão tropas regulares; mas o resto erão campinos que fugirão apenas virão a aproximar-se os Hespanhoes. Osorio vio-se obrigado a capitular no mesmo dia. Cevallos des tacou huma força contra o forte de S.-Miguel, situado a sete legoas mais adiante, o qual tendo fraca guarnição se rendeu igualmente. Deo então ordem ao coronel D. José Molina de marchar com mil e seiscentos homens contra o forte do Rio-Grande de S.-Pedro, situado ao poente do lago dos Patos. Tendo chegado á ci

dade do mesmo nome, os habitantes e as tropas fugirão com tal precipitação, que muitos se afogarão ao atravessar o rio. Perto de cem foram feitos prisioneiros, e os vencedores se apoderarão de trinta peças de artilharia, duzentos barris de pólvora e outras munições. Os Portuguezes se retirarão a Viamão sobre o Jacuí. Para conservar o territorio conquistado Cevallos deixou ambas as margens do rio guardadas de tropa, e fundou um estabelecimento a que deu o nome de S. — Carlos, em huma enseada tres legoas ao norte da de Maldonado. A villa antigamente denominada Patitiba e depois Villa-Verde, foi fundada em 1762. Está situada na capitania de Porto-Seguro. Nossa Senhora da Conceição foi feita capital da provincia do Rio-Grande do Sul. 1763. Tratado de paz entre as duas Coróas. — A 1.ª de Fevereiro de 1765 foi assignada a paz, e em virtude das estipulações do Tratado, teve Cevallos ordem de restituir aos Portuguezes a Colonia, e de conservar todos os mais territorios que tinha occupado. Em 1765 a villa da Pena foi erigida em capital da capitania de Porto-Seguro. 1764. Contestação sobre a execução do Tratado de 1765. — Os Portuguezes tinham-se apoderado do territorio de Rio-Grande do Sul reclamado por Hespanha, que os accusava de te

rem illudido a execução do Tratado de 1765, em conformidade do que, Cevallos se queixou ao Conde da Cunha, vice-rei do Brasil, e ao seu successor o Conde de Bobadela. Neste mesmo anno foi fundada a villa do Prado na capitania de Porto-Seguro. 1765. Fundação de villas. — Foi fundada a villa de Mazagão na provincia da Guyana, e povoada com mil e oitocentos dos habitantes de Mazagão, que os Mouros tinham tomado aos Portuguezes depois de huma vigorosa resistencia. Este sitio se chamava d'antes S.—An na: está situada a povoação em huma ilha defronte da foz do Matapy, a dez legoas acima da embocadura do rio Maracapucu. 1766. Fundação de villas. — Neste anno foi fundada a aldéa de Nossa-Senhora da Penha, no territorio de Minas-Novas, e a aldéa de S.— Gonçalo de Amarante, na provincia do Piahy, povoada por Indios. Renovação da contestação sobre o Tratado de limites. — Alguns aventureiros paulistas juntos a degradados do Paraguay, formárão hum estabelecimento nas margens do rio Igalimé, que desembocca no Paraná, e alli se fortificarão apezar das representações do Governador de Buenos-Ayres, e elegérão por chefe ou capi tão de bandeira João Martins de Barros. Construirão hum forte que denominárão de S.

Francisco de Paula, e d'alli communicavão com os estabelecimentos portuguezes e hespanhoes. - Elrei de Portugal, inquieto dos projectos das Córtes de Hespanha e de França, solicitou a intervenção da Inglaterra, para que insistisse sobre a execução do Tratado de Paris. Ao mesmo tempo o novo governador de Buenos-Ayres D. Francisco de Paula Bucarelli y Urrua, renovou as representacões do seu predecessor Cevallos relativas ás medidas tomadas pelos Portuguezes na serra dos Tapes; e o te niente coronel D. José Molina intimou ao coronel portuguez José Marcellino de Figueiredo que evacuasse o forte de S.-Caetano, e dirigio a mesma intimação ao coronel commandante de toda aquella fronteira, José Custodio de Sá e Faria. Entretanto os Portuguezes, aproveitan do a sua superioridade, ajuntárão oitocentos homens e se apoderárão de todos os postos hespanhoes no Rio-Grande do Sul, Bucarelli escreveo a 25 de Dezembro ao Conde de Azambuja vice-rei do Brasil, reclamando os postos, a artilharia e os gados de que os Portuguezes se tinham apoderado no mez precedente naquella provincia. No mesmo anno de 1767 foi fundada a villa de S.-José, na provincia de S.—Paulo, a do Pas- - so do Lumiar, na provincia do Maranhão, e a



villa de Belmonte, na capitania de Porto-Seguro. 1768. — O commissario hespanhol D. José de Iturriaga escreveo ao capitão-general do Rio Negro, D. Manoel Bernardo de Mello e Castro, exigindo que retirasse os destacamentos de tropas acampados nas margens do Rio-Negro; mas este respondeo que a posse do Rio-Negro era tão antiga como a dos outros estabelecimentos portuguezes adjacentes, e que a sua posição geographica não fôra conhecida dos Hespanhoes senão em 1744. Expulsão dos Jesuitas dos Estados d'Elrei de Portugal. — O marquez de Pombal havendo resolvido expulsar os Jesuitas, tinha obtido do papa Benedicto XIV hum breve nomeando o cardeal patriarcha de Lisboa D. Francisco de Saldanha, visitador e reformador apostolico geral da Companhia de Jesus em Portugal e suas conquistas. O primeiro acto d'este prelado foi prohibir aos Jesuitas todo o traffico mercantil. Aproveitando pouco depois a complicitade de tres Jesuitas na conspiração contra a vida do Rei D. José, pronunciou a expulsão da Ordem. Em hum mesmo dia forão presos em toda a extensão do Brasil e embarcados para Portugal, sendo confiscados todos os seus bens para a Corôa. Os do Pará (115) forão remettidos ao Maranhão; os do Ceará e Paraíba (55) forão

embarcados no Recife com os de Pernambuco. No Rio forão embarcados cento e quarenta e cinco padres das Missões do Sul. Os missionarios jesuitas forão substituidos nas missões pelo clero secular, que abandonou inteiramente os Indios, dos quaes grande parte voltou ao mato. Alem dos motivos já expostos que militavão contra a Companhia de Jesus, em razão dos seus projectos ambiciosos, accrescia, em quanto o Portugal, a constante alliança d'esta ambi ciosa e poderosa Ordem com a Córte de Hespa nha, a quem sempre havia servido com zelo. M. Southey lamenta a expulsão dos Jesuitas e a considera como grande calamidade; maior, diz elle, que a expulsão dos Mouriscos da Hes panha. Sem entrarmos aquina discussão, em que nos seria mui facil demonstrar o manifesto erro em que labora este autor, só notaremos o que he sabido de todos : a prosperidade da America portugueza e hespanhola, depois da expulsão dos Jesuitas, cresceo e progredio a passos agigantados, e como até alli nunca ti nhafeito. Perdêrão-se alguns Indios, doceis á influencia dos Padres, e indoceis a qualquer outra direccão, mas hoje o numero de indige nas que vivem em povoacões sujeitas ao gover no do Brasil, he tres ou quatro vezes maior do que era o das missões da Companhia de Jesus,

esão por certo muito mais uteis e industriosos. Muito mais o seriam, se o governo cuidasse de os amalgamar com a povoação de origem eu ropea. As contestações entre as autoridades hespanholas do Rio da Prata e os commandantes portuguezes, relativamente aos limites do territorio, continuarão e adquirirão maior intensidade depois que o capitão de dragões Francisco Pinto Bandeira passou o Rio-Pardo e foi acampar no Arroyo-Alagua, chamado pelos Indios Tebotingai. No mesmo anno foi fundada Villa-Vigosa, d'antes denominada Campinho, na provincia da Bahia; a parochia de Nossa-Senhora da Conceição do Rio-Bonito, na provincia do Rio de Janeiro, e o estabelecimento de S.—Fernando, habitado por Indios de diversas tribus na margem septentrional do Maranhão. 1769. Fundação de villas. — Neste anno foi fundada a villa de Itapeva da Faxina, perto do Rio-Verde, capitania de S.—Paulo; a villa de S.-José de Porto-Alegre, a quinze legoas da barra de S.—Matheus; a de Mogy-Mirim, na provincia de S.-Paulo; a de Atibaya, na mesma provincia, perto do rio do mesmo nome, e no caminho que vai a Minas-Geraes. Também se estabeleceu o Arraial do Morro do Chapeo, na provincia de Goyaz, a sete legoas de Arraias.

1770. — O general Luiz Pinto de Sousa fez destruir hum quilombo de negros fugidos, que se tinham acolhido á aldéa Carlota, situada no districto de Villa-Bella, provincia de Mato Grosso. Por ordens regias erão marcados os Negros fugidos pela primeira vez de hum F. Pela segunda cortava-se-lhes huma orelha. Fundação de villas. — O general Botelho fundou no mesmo anno a villa de Apiahy, na provincia de S.—Paulo, situada perto da origem do Iguapé, onde a principio se achou muito oi ro, que depois desapareceo, e foi causa de se despovoar. Tambem foi no mesmo anno fundada a villa de Itapetininga, em huma bella planicie da provincia de S.—Paulo. Foi fundada pelo governador D. Luiz Antonio de Sousa. 1771. — O territorio montuoso conhecido debaixo do nome de Comarca dos Ilheos foi incorporado á Coróa, e concedido a D. Antonio de Castro, com o titulo de Conde de Rezende, e a patente de almirante. - - A 6 de Janeiro de 1771 hum bando de Indios Guaycurus surprehendeo e matou cincoenta e quatro Portuguezes no presidio de Coimbra. O chefe d'elles, chamado Queima, fez depois a paz com os Portuguezes, a qual foi solememente jurada no rº de Abril 1771 na capital de Mato Grosso, em presença do governador João de Albuquerque de Mello Pereira e Caceres, da

Camara e de grande numero de cidadãos. Este Indio foi depois denominado João Queima de Albuquerque, e ao seu companheiro Emarida Xuni, se poz o nome de Paulo Joaquim José Ferreira. Promettérão ser amigos e alliados dos Portuguezes para sempre. A villa de Guratuba foi fundada pelo gene ral D. Luiz Antonio de Sousa, na provincia de S.—Paulo, na margem do Rio Sahy. He a ulti ma cidade meridional da provincia. - 1772. Insurreccão dos escravos negros e in dios. — Perto de tres mil escravos negros e indios se juntárão perto de S.-José do Mara nhão, assaltárão todas as plantacões em torno, apoderárão-se de todas as armas e municões, e se avancárão contra o forte. Hum soldado que tinha tido a fortuna de lhes escapar, chegou a tempo para dar aviso á guarnição, a qual pre venida, sahio em numero de oitocentos ho mens : depois de hum renhido combate re pellio os levantados, matando e aprisionando grande numero d'elles. Todavia os que esca páráo, unidos a muitos outros escravos, torná rão a atacar os Portuguezes, e depois de huma heroica resistencia forão de novo repellidos, mas fizerão huma bella retirada na melhor ordem. Fundação e ereccão de villas e parochias.- No anno de 1772 foi fundada a villa de Alco

baça, na capitania de Porto-Seguro, na margem septentrional do rio Itanhaí; e a aldeia de Pombal foi feita villa, na provincia da Paraíba do Norte. No mesmo anno foi erigida a parochia de Santa-Anna das Lombas, ou da Chamusca, no districto do Morro-Grande de Vião, provincia de Santa-Catherina; e a de Nossa-Senhora dos Anjos de Vião, na margem direita do Granataí, provincia do Rio Grande do Sul. 1775.—Neste anno foi fundada a Pilla-Nova de S. José d'Elrei, sendo vice-rei do Brasil o marquez de Lavradio, situada a duas legoas de Macacu, provincia do Rio de Janeiro. De nominava-se primitivamente Aldeia de S.—Barnabé; os seus primeiros habitantes foram Indios, cujos descendentes se misturaram com os Portuguezes. A parochia de Nossa-Senhora da Conceição do Arroio, na provincia do Rio-Grande do Sul, e a de S.—Luiz do Norte, entre as da Conceição do Estreito, e da Conceição do Arroio de Porto-Alegre, foi creada no mesmo anno. A villa de Paraitinga foi fundada pelo governador D. Luiz Antonio de Sousa Botelho, a duas legoas acima da embocadura do Paraíba. 1774. Hostilidades contra os Paulistas.—D. João José de Vertiz, á testa de oitocentos

homens, tomou posiçãoem huma planície perto do passo de Taquatinguay, onde foi atacado e completamente derrotado por duas companhias de Paulistas, commandadas pelos capitães Bandeira e Carneiro. No mesmo anno foram fundados os seguintes estabelecimentos : a povoação de S.-Mathias, perto do lago Agamá, que se lança no Jupurá, composta de Indios; a villa da Lages, na comarca de Paranaguá e Curitiba, provincia de S.-Paulo: esta villa, chamada tambem Nossa-Senhora dos Prazeres, he a mais meridional da provincia; e o arraial de Bom-Fim, na provincia de Goyaz. 1775. — No decurso d'este anno Gervais Le Clerc, natural de Liège, fez huma viagem de Essequibo e do Rio-Branco até ao Rio-Negro. No mesmo anno foi estabelecido o presidio de Nova Coimbra, que depois foi villa e cidade. Mathias Ribeiro da Costa marchou á testa de hum destacamento de dragões e outras tropas, por ordem do governadore general Luiz de Albuquerque. Depois de occupar o Fecho dos Morros, este official reconheceo a importancia d'esta posição para proteger o districto diamantino, obstando á livre navegação com Buenos Ayres, facilitando a dos Portuguezes da villa de Ararytaguabá de Porto-Feliz, pelos rios Taquary, Pardo, Paraná ou Rio-Grande Tieté. Atravessando pois o isthmo de Camapuan, co

meçou a estabelecer o dito presidio a 5 de Setembro de 1775. 1776. —Luiz de Albuquerque fez construir o forte do Principe da Beira, na borda oriental do Guaporé. - 1776-1777. Expedição hespanhola contra o Brasil. Tomada da ilha de Santa-Catherina, e da Colonia do Sacramento. —A Córte de Madrid vendo que por meios pacificos não obtinha re paração das aggressões de que se queixava da parte dos Portuguezes, resolveo mandar huma forte expedição contra o Brasil. O ministro D. José Moniño, depois conde de Florida-Blanca, aproveitando a guerra entre a Inglaterra e as suas colonias, e aconselhado por D. Pedro Zeballos, fez partir huma expedição de doze naos de linha, mais de cem navios de transporte, e nove mil homens de tropas de desembarque, commandadas pelo marquez de Casa-Tilly. Zeballos nomeado vice-rei de la Plata o acompanhava. Os dois chefes tiveram repetidas contestações durante a viagem sobre as operações militares: o primeiro queria comegar atacando a Colonia; o segundo mantinha que era preferivel tomar a ilha de Santa-Catherina, chave do Brasil meridional. Este parecer prevaleceo. A esquadra desembarcou as tropas na enseada de Canavieiros, perto de tres legoas de Nossa-Senhora do Desterro, capital da ilha e da



provincia. O commandante portuguez teve a cobardia de abandonar os fortes e baterias, e fugio para o continente com alguns officiaes. Alli assignou huma capitulação pela qual en tregou á Hespanha a ilha e suas dependencias. Este vil official se chamava Antonio Carlos Furtado de Mendonça. Zeballos, logo que foi reconhecido vice-rei, deo ordem ao governador de Buenos-Ayres D. João José de Vertiz, de marchar com todas as suas forcas disponiveis contra o Rio-Grande, ao mesmo tempo que elle mesmo iria atacar por mar. Vertiz, á testa de dois mil homens e alguma cavallaria, se adiantou até Santa-The resa, onde se alojou esperando a chegada da esquadra, para cooperar com ella. Zeballos, impedido por ventos contrarios de executar o projectado plano, voltou ao Rio da Prata e an corou em Montevideo. Vertiz devia ter o se gundo commando; mas Zeballos o despojou de toda a autoridade, e mandou os prisionei ros feitos em Santa-Catherina, em numero de quinhentos e vinte e tres, para a provincia de Cuyo. Zeballos fez-se á véla a 18 de Maio de 1777, e a 22 lancou ferro diante da Colonia. O Gover nador era o coronel Francisco José da Rocha; mão tendo viveres para mais de cinco dias, vio se obrigado a capitular. Contra as condicões da

capitulação, os prisioneiros, á excepção dos officiaes, forão mandados para Buenos-Ayres, d'onde forão transportados a Cordoba e Mendoza, para se estabelecerem como colonos. Os Hespanhoes, depois de terem destruido o forte da Praça dos Prazeres, fizeram tres estabelecimentos dentro dos limites do Brasil, em S.—José, e S.-Carlos, nas margens do rio Appa, e em Villareal sobre o Ipané-Guazu; e se adiantarão até Camapuan, posição importante em razão da communicacão entre S.—Paulo e Cuiabá. As nações de Indios bravos e ferozes, Char—ruas, Tapés, e Guaranis, formarão aldeas no territorio situado entre os rios Piratini e Ijuy Grande, junto á margem oriental do Uruguay. No mesmo anno fundou o general José de Almeida a aldeia de Nova - Beira povoada por Indios; estabelecimento em que o fundador dispendeu 12:000 cruzados. Foi depois abandonada, e o nome de Nova-Beira foi dado á provincia ao norte de Goyaz. Elrei D. José Iº morreu no palacio da Ajuda a 24 de Fevereiro de 1777, e sua filha D. Maria Iª succedeo no throno. O marquez de Pombal, cahido no desagrado da Rainha, se retirou do ministerio. Influencia da administracão do marquez de Pombal em quanto ao Brasil. — Ainda os

acerrimos detractores de Sebastião José de Carvalho, não ousão negar que durante todo o seu ministerio teve por alvo constante a prosperidade da nação portugueza, e muito especialmente a do commercio e cultura do Brasil. Se todas as medidas que fez adoptar ao docil D. José, não foram igualmente acertadas, deve attribuir-se ao estado imperfeito dos conhecimentos naquella epocha. Todavia he inegavel que as mais das providencias relativas ao Brasil foram proficuas, e a ellas deve aquelle vasto continente a sua prosperidade progressiva. Proclamou a liberdade de todos os indigenas; aboliu as frotas, e a obrigação de não na vegar senão de conserva : esta medida deo grande extensão ao commercio, por quanto os navios fazião então duas viagens por anno em vez de huma. Creou diversas companhias de commercio, ás quaes o Maranhão, Pernambuco e a Paraíba deverão o grande impulso dado á producção territorial. A Companhia do Pará e Maranhão introduzio dentro de poucos annos duzentos mil escravos africanos, e os productos do solo crescerão a ponto que em 1777 erão insufficientes os fundos e navios da Companhia para carregar os generos. Foi abolida, e com razão, porque tinha cessado de ser util, e na verdade mais proveitosa foi ao paiz que aos accionistas. A companhia e contracto da

pesca da baleia e do azeite de peixe, deo a principio excellentes resultados, e só veio a falhar pelo systema destructor seguido pelos ignorantes pescadores, que em poucos annos destruíram o peixe. O monopolio do sal foi extremamente nocivo ao Brasil. Os contractos do pão brasileiro, do tabaco, e da manteca não foram nocivos ao Brasil, particularmente o do tabaco. Mas o maior serviço que o marquez de Pombal fez ao paiz, consistio nos meios energicos que tomou para fazer cessar o espirito de insubordinação e o desprezo das leis e dos magistrados. Durante o seu ministerio a justiça foi administrada no Brasil, até no interior do Sertão, e em S. —Paulo, terra sempre turbulenta, como nunca o fôra anteriormente. Tambem he inegavel que a instrução fez grandes progressos entre os Brasileiros, dos quaes muitos bem acolhidos em Portugal, depois de formados em Coimbra, foram promovidos aos mais altos cargos e honrosos empregos. Aboliram todos os direitos dos donatarios de terras, a quem deo compensação sufficiente. As companhias de commercio e os contractos reaes contribuirão poderosamente a tirar das mãos dos negociantes inglezes as principais vantagens do commercio do Brasil, de que os Portuguezes erão meros feitores no reinado antecedente. Vendo o grande prejuizo que lhe

causavão estas medidas, quiz o embaixador de Inglaterra persuadir que os seus compatriotas tinham pelos tratados com Portugal o direito de commerciar directamente com os portos do Brasil; mas Pombal, com a sua costumada fir meza, não fez caso de tão ridícula pretensão. Antes d'este ministro, vendião os negociantes inglezes aos portuguezes que commerciavão com o Brasil, fazendas fiadas, a tres annos de espera, e com fundos inglezes se fazião os ar mamentos, e a mais proveitosa exploração das minas de oiro.

Se alguém duvidar ainda da consummada politica que determinou este grande ministro a destruir a Companhia de Jesus, olhe para a perniciosa influencia que os restos dispersos d'esta infernal e machiavelica corporação ten tão hoje exercer em toda a Europa, e os pas mosos progressos que ha poucos annos tinham já feito em França e Hespanha. Agora tornão a introduzir-se em Buenos-Ayres, e se não houver cuidado nelles, terão cedo os America nos que se arrepender do acolhimento feito a taes hospedes.

CAPITULO X.

1777 a 1792.

Reinado de D. Maria I. até á Regencia de seu Filho

D. João. /

O Tratado de paz entre as duas Corôas assignado no Pardo a 11 de Março 1778 foi ratificado a 24, e tinha sido procedido por hum Tratado preliminar do 1º de Outubro 1777. Por ambos estes tratados foi confirmado o de 1750, e os artigos do de Utrecht, e de Paris de 1755. Portugal cedeo á Hespanha a ilha de Annobom, e a de Fernando Pó.

1778. Fundação de villas. — Neste anno se fez o estabelecimento de Albuquerque, na margem occidental do Paraguay, e o de Villa Maria, em Mato-Grosso, situada no Morro das Pitas, na margem oriental do Paraguay.

1779. — Neste anno se fundou hum estabelecimento nas Pedras, junto ao rio de S.-Lourenço, conhecido d'antes pelo nome de Porru das, a vinte e seis legoas da antiga Villa-Real. Esta aldéa fundada pelo padre Manoel de Al

buquerque, he mui util aos viajantes que vão a Goyaz e Mato-Grosso. No mesmo anno forão erigidas asparochias de Nossa—Senhora da Conceição da Cachoeira, na capitania do Rio-Grande de S.—Pedro; e a de S.-Luiz, na margem oriental do Paraguay, missão estabelecida para conveniencia dos ha bitantes do Morro das Pitas. 1781. Submissão dos Carapós de Goyaz. Es tabehecimento da Aldéa Maria. — Hum dos pri meiros actos do governo de D. Luiz da Cunha de Menezes, em Goyaz, foi a submissão da vale rosa nação Cayapó, que foi effectuada por José Luiz. Este intrepido official partio a 15 de Fe vereiro de 178o com cincoenta soldados, pene trou no Sertão pelo Rio-Claro, e andou peregrinando tres mezes sem outro sustento mais que a caca e mel selvatico, sem encontrar os Indios. Finalmente, por meio de hum interprete que tinha estado prisioneiro entre elles, conseguiu descobri-los, e por meio d'elle lhe fez propo sicões amigaveis, convidando— os a virem visi tar o Governador, que os queria tomar debaixo da sua proteccão. Elles annuirão, e hum ancião com seis guerreiros, suas mulheres e filhas, em numero de trinta e seis pessoas, partirão para Villa-Boa onde forão recebidos com honras militares, festejados e presenteados. Pouco depois (a 29 de Maio), dois novos caciques se

apresentarão acompanhados de cento e trinta e sete Cayapós, aos quaes se fez o mesmo acolhi mento que aos primeiros, e a 12 de Junho fo rão baptizadas com grande solemnidade cento e treze criancas. Outros Indios vierão aggregar se aos seus compatriotas, e d'elles se formou huma aldéa chamada Aldéa Maria, perto do rio Tartaruga, a onze legoas da capital. Novos habitantes da mesma nação augmentarão a po pulação a seiscentos individuos. Ensinárão-se lhe as artes mecanicas, mas a colonia não pros perou. Na mesma epocha forão conduzidos á aldéa de S.—José de Mossamedes setecentos In dios Javaes e Carijós de Nova-Beira. Traição dos Guaycurus. — Marcellino Ro drigues Campomanes, sarjento-mórdo presi dio de Nova-Coimbra, tinha recebido ordem. de Luiz de Albuquerque, governador de Mato Grosso, de estabelecer relações de amizade com os Indios Guaycurus, convidando-os a virem commerciar com o forte. Alguns d'elles ha vendo-se apresentado a cavallo diante do forte propondo paz, Campomanes sahio do forte, entrou em conferencia com elles, e os presen teou. Elles promettérão voltar dentro de hum mez, e trazerem diversos artigos de escambo. Apparecérão com effeito em numero conside ravel acompanhados de mulheres e trazendo carneiros, perus, pelles de veado e outros ar



tigos. O commandante fez sahir o ajudante Francisco Rodrigues Tavares, com doze ho mens para os observar, não os deixando avan gar a mais de trezentos passos do forte. Este official fez pôr as armas em feixe, e a peditorio de hum dos Indios, consentio a arredar-se e a cobrir as armas, para não assustar as mulheres porque vio que elles não trazião outras armas, mais que cacetes e facas. O chefe indio entrou no forte, acompanhado de hum interprete da sua nação, e foi bem acolhido, e presenteado quando se retirou. Mas em quanto os Portuguezes incautos se occupavão do traffico, e conversavão com as mulheres, os Indios, a hum signal dado pelo chefe com hum assobio, se lançarão sobre os Portuguezes e matarão qua renta e cinco, sem perderem hum só dos seus, e fugirão com as armas aprezadas, antes que a guarnição tivesse tempo de sahir a atacá-los.

Fundação de villas. — Neste anno foi fun dada na provincia de Mato-Grosso, districto de Cuiabá, a villa de S. —Pedro d'Elrei, deno minada d'antes Ipoconé ou Beripoconé, situada nas bordas de hum grande lago, a vinte legoas da antiga Villa-Real. 1785. Earpedicão contra os Chavantes. — Os Indios Chavantes, a mais numerosa tribu de Goyaz, occupava o territorio entre o Araguaya

e o Tocantins, e a ilha de S.—Anna ou Banana. II• IO

D. Tristão da Cunha de Menezes, chefe de esquadra, e pai de Luiz da Cunha, tomou posse da capitania, e expedio Miguel de Arruda e Sá á testa de huma expedição pacífica, que conduzio a Villa-Boa tres mil e quinhentos Indios, que forão estabelecidos na nova aldéa do Carretão; mas depois de alguns annos de residencia, voltárão ao sertão e se tornárão os mais perigosos inimigos dos Portuguezes. Fundaçõ de villas. — No mesmo anno foi fundado o estabelecimento de Canta-Gallo, no fertil districto d'este nome, na provincia do Rio de Janeiro. Foi igualmente fundada a Villa da Cunha, na provincia e comarca de S.-Paulo, e a Villa da Princeza da Beira, chamada tam bem Campanha, na comarca do Rio das Mortes, provincia de Minas-Geraes, 1787. — O governador Fernando Pereira Leite de Foyos, mandou huma expedição a explorar o rio das Trombetas, grande affluente do Maranhão, mas foi mallograda por ter adoecido o commandante e parte dos seus companheiros. 1788. — O governador Bernardo José de Lorenna fundou a villa de Lorena, no sitio d'antes denominado Guacapazé, na margem direita do rio Paraíba, duas legoas acima da entrada do Rio-Imbauhy, na provincia de S.-Paulo. O mesmo governador fundou a villa de Castro,

na provincia de S.—Paulo, a noventa e cinco legoas da capital, na ponta em que a estrada real atravessa o rio Hyapa. Hoje a freguezia tem perto de cinco mil habitantes. 1789. Conspiragão em Minas-Geraes. — O feliz exito da recente revolução das colonias inglezas da America septentrional tinhão elec trisado a mocidade dos paizes opprimidos pelo despotismo monarchico; inflammados de no bre enthusiasmo pela causa da liberdade, e fal tos de experiencia, figurava-se-lhes facil imitar os Estados-Unidos, e passar da escravidão a hum governo livre. Assim pensou hum antigo official de cavallaria de Minas-Geraes chamado Joaquim José da Silva Xavier, por alcunha o Tradentes; formou o projecto desacudir o jugo que pesava sobre o Brasil, e de o proclamar Republica independente. Encontrou no Rio de Janeiro José Alves Maciel, natural de Villa Rica, que voltava da Europa, communicou lhe o seu projecto, que elle abraçou, assim como seu cunhado Francisco de Paula Freire de An drade, que commandava as tropas regulares da capitania. Para decidir outras pessoas a entrar na conspiração, Silva lhes disse que muitos negociantes do Rio se tinhão pronunciado a favor da revolução, e que era tambem de es perar que receberião soccorros estrangeiros. Por este meio conseguiu a cooperação do co

ronel Ignacio José d'Alvarenga, do tenente-coronel Domingos d'Abreu Vieira, do padre José da Silva Oliveira Rolim, do padre Carlos Correa de Toledo, vigário da villa de S.—José, e de Antonio Gonzaga, homem de grande influencia. Os conspiradores tendo concertado o seu plano de operações, e tomado por divisa hum genio quebrando os grilhões com a letra *Libertas quæ sera, tamen* (a liberdade, posto que tardia), tentarão excitar o povo de Minas, aproveitando o descontentamento que reinava naquella capitania, em razão de se acharem os habitantes das Minas-Geraes alcançados em mais de setecentas arrobas de ouro que tinham pago de menos, pelo quinto que elles mesmo tinham fixado em cem arrobas annuaes, depois que fôra substituido á capitação. Suppunha-se que o vice-rei o Conde de Barbacena que tinha succedido ao Marquez de Rezende, trazia ordem de exigir a referida somma ou grande parte d'ella, o que, visto a decadencia das minas, arruinaria completamente toda a provincia. O projecto dos conspiradores era de romper apenas fosse publicada a ordem do vice-rei a esse effeito. Entretanto houverão—se com a mais desatinada imprudencia por alguns mezes, até que forão denunciados por hum traidor chamado Joaquim Silverio dos Reis, denuncia que foi logo confirmada por outros dois conspiradores. Tira

dentes estava no Rio de Janeiro quando soube estar descoberta a conspiração, e fugio logo para Minas-Geraes por veredas pouco frequentadas, mas não tardou em ser preso, assim como os mais chefes da conspiração. Forão processados e condemnados a serem esgar— tejados, mas a clemencia da rainha D. Maria commutou a pena ultima a todos, excepto ao chefe da conspiração Tiradentes, que morreo suppliciado. Osmais forão condemnados a açoutes, a degredo e a outras penas. Ainda que não tivesse sido descoberta a conspiração he mui provavel que se teria mallogrado, porque opovo sim estava descontente, mas de maneira ne nhuma disposto a se constituir em republica, e a se separar de Portugal. O Conde de Barbaena apenas foi avisado do projecto dos conjurados, publicou com muito acerto que não se rião exigidas as sommas devidas pelos quintos atrasados. Para conciliar as boas disposições dos Brasileiros, supprimio a Córte de Portugal o oppressivo monopolio do sal. Fundação de villas. — A aldéa de Magéna provincia de Rio Janeiro foi erigida em villa, com o titulo de condado. Expedição contra os Canoeiros.— Huma expedição de oitocentos homens destinada contra os Indios Canoeiros, que havia muito tempo

infestavão as margens do Tocantins e seus afluentes, foi confiada a Miguel da Arruda acompanhado de José Luiz, dos quaes o primeiro tinha reduzido os Chavantes, e o segundo os Cayapós, Embarcáram-se no Urubu, primeiro afluente do Tocantins, e, deixando este rio em Agua-Quente, se dirigirão a Pontal onde começarão as suas operações. Os Indios resistirão com coragem, mas soffrerão consideravel perda. Os soldados, descontentes de expedição tão ardua, desertarão pela maior parte, e Arruda voltou ao Maranhão, só com oitenta homens.

1790, Fundação de villas. — No decurso

d'este anno foi fundada a Villa do Principe, chamada anteriormente Caicó, nas margens do Siridó, provincia do Rio-Grande do Norte; a Villa-Nova da Rainha, na provincia da Paraíba do Norte, conhecida vulgarmente pelo nome de Campina Grande; e a Villa da Princeza, situada em huma planicie na margem esquerda do rio Assu, na provincia do Rio-Grande do Norte. 1791. Tratado entre os Guaycurus e o Capitão-general de Mato-Grosso. — Os dois chefes dos Guaycurus João Queima d'Albuquerque, e Paulo Joaquim José Ferreira, acompanhados de dezasete guerreiros e de huma negra crioula, se apresentarão a João d'Albuquerque de Mello

e Castro governador e capitão-general de Mato-Grosso e Cuiabá, e assentárão pazes reconhecendo-se vassallos de S. M. a Rainha de Portugal. Este tratado foi assignado em Villa Bella a 5o de Julho 1791. Huma expedição feita por ordem da Rainha, e commandada pelo capitão Thomas de Sousa Villareal, com o fim de reconhecer o caminho de Goyaz ao Pará pelo Rio Paraguay, partio do Rio do Peixe, no arraial de Santa-Rita, e reconheceu que esta navegação he da extensão de setecentas e trinta e duas legoas. No mesmo anno foi explorado o Rio-Vermelho de Arraguaya. 1791. Fundação de villas. — Neste anno foi a aldéa da Igreja-Nova erigida em villa; a de Barbacena; a villa de S.—Bento de Tamanduá, e a villa de Queluz, todas tres na comarca do Rio das Mortes, provincia de Minas-Geraes. 1792 a 1795. — A Rainha D. Maria entregou a escrupulos religiosos, fomentados pelo seu confessor o Bispo-Inquisidor para seus fins, começou dar evidentes signaes de alienação mental, que fez rapidos progressos; e em 1795 seu filho D. João começou a governar o Reino como regente. O reinado de D. Maria Iª tinha sido singularmente favoravel ao Brasil. A neutralidade mantida durante a guerra entre a Inglaterra e

suas colonias, deo grande impulso á agricultura do Brasil, bem fornecido de bragos, e as suas exportacões em assucar, arroz, tabaco e algo dão crescérão rapidamente. Infelizmente o go verno do Regente, funestissimo a Portugal, veio interromper o progresso da prosperidade do Brasil pela impolitica intervenção na guerra entre a França e a Inglaterra. O commercio do Brasil perdeu mais de oitenta milhões de cru zados por effeito das depredacões dos corsarios francezes. Portugal envolveo-se em humaguer ra em que devia soffrer enormes perdas, sem a mais remota perspectiva do mais limitado proveito.



CAPITULO XI.

1793 a 1807.

Das causas que preparárão e decidirão a emigração do Re gente, o Principe D. João, e da Familia Real para o Brasil.

Em quanto a Rainha D. Maria I<sup>o</sup> conservou o seu juizo perfeito, resistio constantemente ás sollicitacões do gabinete britannico, para a determinar a entrar na liga contra a Republica franceza, e até procurava converter em subsi dio pecuniario o auxilio, que pelo Tratado do Pardo, devia á Hespanha em tropas e vasos de guerra; mas apenas o principe D. João tomou as redeas dogoverno, facil foi aos doceis agen tes da Inglaterra e da Hespanha decidir o inep to Regente a mandar hum corpo de tropa au xiliará Catalunha para cooperar com o exercito hespanhol, na guerra que havia declarado á Franca. Apezar d'este acto de hostilidade, po dia ainda conservar-se a neutralidade; mas os ministros do partido inglez fizeram entrar Por tugal na liga contra a França, e preparárão as

-

sim a sua ruina. O commercio do Brasil soffeo enormes perdas dos numerosos corsarios francezes, ao mesmo tempo que as despesas extraordinarias da guerra fizeram recorrer o ministério ao funesto expediente de hum papel moeda. Pombal tinha por hum boa administração deixado os cofres do Erario cheios ; mas depressa foram exauridos pela prodigalidade com que se distribuiu o producto das commendas vagas aos fidalgos, que as haviam d'antes desfructado, e com as enormes despesas feitas na construcção do Convento-Novo. Em vez de procurar hum compensação ao mal na prosperidade do commercio, seguindo o excellente exemplo da politica adoptada pela Suecia e Dinamarca, sacrificaram-se os interesses da nação, sem haver mesmo esperanza que a accessão de Portugal fosse da menor utilidade á liga anti-revolucionaria dirigida por Pitt. Por desgraca, D. João, cuja educação tinha sido a de hum frade capucho, fulto de experiencia, e irresoluto, se deixava dominar por hum ministério em que dominavam vis satellites da Inglaterra, havendo nelle hum só homem opposto á facção ingleza (José de Seabra ). Martinho de Mello, o Marquez de Ponte de Lima, Luiz Pinto de Sousa, ajudados do intendente geral da policia, Pina Manique, não só recusaram dar ouvidos ao enviado da Republica franceza

que veio offerecer a paz, e garantir a neutra lidade, mas até o tratárão com a maior indi gnidade, sem o menor respeito ao direito das gentes; e a não ser a intervenção de Seabra, e do honrado e patriota Duque de Lafões, talvez o di to enviado teria sido victima da plebe amotinada contra elle como jacobino. Caro pagou a nação a imbecil audacia de tão vis ministros. He certo que a catastrophe que elles suscitárão a Portu gal accelerou a emancipação do Brasil. 1795-1795. — Nada occorreo que mereca particular attenção no Brasil neste intervallo. Em 1795 estabeleceo-se a parochia de S.-Pedro de Cabo-Frio, na provincia do Rio de Janeiro. 1797. — O ministro Seabra, de accordo com o Duque de Lafões, resolveo o Regente a au torisar Antonio de Araujo de Azevedo, então ministro em Hollanda, a ir negociar a Paris a paz entre a Republica franceza e Portugal. Chegou elle a Paris em conjunctura mui favo ravel; aproveitando-se do triumpho obtido no 18 fructidor, sobre o partido borbonista dis fargado em acerrimos republicanos, cujos chefes erão Pichegru, e outros deputados, e o director Barthelemy, conseguiu, apezar das intrigas do embaixador de Hespanha, assignar hum tra tado em que toda a vantagem era para Portu gal, visto que a Franca consentia na exclusão dos seus lanifícios. O Tratado foi assignado a

1o de Agosto de 1797(25 de Thermidor anno V). Todavia os ministros parciais á Inglaterra de morarão tanto tempo a ratificação do tratado, que o Directorio por fim indignado e envergonhado de haver consentido em tão deshonroso ajuste, o declarou nullo, e fez encarcerar Araujo, que já privado do seu character diplomatico procurava por mal ordidas intrigas obter a aceitação da tarda ratificação. Entretanto des embarcavão em Lisboa regimentos de emigrados francezes ao soldo de Inglaterra, e metendo guarnição nos fortes, e aquartelados na capital, ficarão realmente senhores do Reino, que affectavão querer defender quando menhum ataque da França havia a recear. - No decurso do mesmo anno os Indios Bororós, Araviras, e outras tribus que habitão o Rio Cabacal, afluente do Paraguay, na provincia de Mato-Grosso, mandarão delegados a Villa Bella, para assentar pazes com os Portuguezes. Fundação de PVillas. — Na provincia de S.— Paulo forão fundadas as villas de Nova-Bragança, de S.—Carlos, de Porto-Feliz, na margem esquerda do Rio-Tiété, denominado primitivamente Arantaguaba, e a Villa - Antonina, situada em huma península fronteira ás embocaduras dos rios Cachoeira e Nhundiaquara. Tambem na provincia de Mato-Grosso se estabeleceo hum presidio em Miranda, fundada

em 1778 com o nome de Botetim ou Imbotetim, na margem septentrional do Rio Mendego. 1798. — Foi fundada a Villa de Paracatu do Principe, na comarca de Paracatu, provin cia de Minas-Geraes. 1800. — A aldéa de Propiha, d'antes Urubu de baiaco, foi creada villa. He situada entre dois lagos de desigual grandeza, nas margens do S.-Francisco, na provincia de Seregipe d'El rei. Pelo mesmo tempo foi fundado o arraial do Tejuco, que veio a ser a capital do districto diamantino, e contém hoje perto de seiscentos habitantes. Em 1800 se estabeleceo a Villa-Real de S.- João, situada quasi ao poente de Campina Grande, na provincia da Paraiba do Norte. Era antigamente o Julgado dos Kariris ou Carriris velhos. 1801. — Hostilidades entre Hespanha e Por tugal. Tendo rompido a guerra com Hespanha alliada da Republica franceza, renovárão-se as hostilidades no Brasil. Huma expedição hespa nhola que partio da Assumpção, e remontou o Paraguay, tentou em vão tomar Nova Coimbra; o commandante Ribero foi obrigado a levantar o cerco. Os Portuguezes destruirão o estabele cimento hespanhol de S.—José, e tomárão to dos os postos hespanhoes no Lago dos Patos,

comprehendidos os fortes de S.-Tecla, e de Cerro Largo, que foi desmantelado. Entretanto os Portuguezes se apoderarão das possessões hespanholas no Uruguay, chamadas as Sete Missões, a saber : S.—Francisco de Borja, S.- Miguel, considerado como capital, S.—João, S.-Angelo, S.-Nicolao, S.-Lourenco e S.-Luiz, cuja população total era de quatorze mil habitantes. Esta conquista tendo sido feita depois de concluída a paz com a Hespanha, não se fez menção d'ella no tratado de Badajoz. O vice rei de Buenos-Ayres propoz a Carlos IV de recuperar este territorio por força d'armas; mas a Corte de Madrid, occupada de objectos mais importantes, desprezou este negocio. As Reduccões, cuja população no tempo dos Jesuitas excedia cem mil habitantes, estava agora reduzida a quarenta e seis mil. Fundação de Villas.—O arraial de Campo Alegre, districto da Paraíba-Nova estabelecido em 1715, foi erigido em villa. 1804. — A aldeia de S.-Romão foi erigida em parochia. - 1806. — Expedição do Rio-Pardo. Durante o governo do conde dos Arcos, vice-rei do Brasil, João Gonçalves da Costa foi nomeado chefe da expedição destinada a seguir o curso do Rio Pardo, para submeter os Indios da capitania dos Ilheos, e explorar o paiz. Este chefe dota

do de rara intrepidez, e de hum vigor apenas crível na idade de noventa annos", tinha pas sado a vida nos sertões, combatendo os Boto cudos, e outros Indios bravos. Começou por abrir hum caminho desde a entrada do Vara da até á junccão do Giboya com o Pardo, on de fez construir canóas e ajuntou viveres. In formado que havia hum estabelecimento de Mongoyos no interior do paiz, expedio setehta. homens para este ponto. Depois de quarenta e ° cinco dias de marcha, o destacamento desco brio as aldéas d'estes Indios, e foi bem acolhi do por elles. Esta tribu era a unica que se dava á agricultura. Hum d'elles que tinha sido pri sioneiro dos Portuguezes, deo noticia de huma mina de oiro, e acompanhou o destacamento ao sitio indicado. Alli forão atacados pelos Bo tocudos, que forão derrotados e dispersos. O destacamento achou com effeito a mina, de que trouxerão algumas amostras. Ao mesmo tempo João Gonçalves se embarcou no Rio Par do, e depois de huma navegação perigosa, em razão das cachoeiras que obstruem o curso do rio, chegou á entrada do Carolé no cabo de trinta e cinco dias. Obrigado a despedir cin coenta homens da sua gente, em razão de en

Em 1817 tendo cem annos de idade, se entranhava pelos bosques, segundo M. A. de S. Hilaire.

fermidade, desceo o rio só com vinte e hum homens. O paiz estava occupado pelos Botocudos. De pois de vinte dias de navegação ardua e perigosa transpoz as cachoeiras, e dentro de oito dias attingio a Povoação de Canavieiros, esta belecimento portuguez o mais remoto do Rio Pardo, que neste sitio se denomina Patipé. - undação de Pillas. — No anno de 1800 foi °fundada a Villa da Princeza, na costa septentrional da ilha de S.-Sebastião, na provincia de S.—Paulo; e Villa-Nova do Principe, na comarca de Paranaguá e Curytiba, na mesma provincia. - - 1807.—Em Junho de 1807 foi fundado o arraial do Principe Regente, a trinta legoas acima de Caxias, na margem do Itapicurú, provincia do Maranhão. - 1807-1808. — Causas que determinarão o Principe Regente a ir estabelecer a séde do governo no Brasil. Portugal tinha obtido a paz em 1801, cedendo Olivença e seu territorio á Hespanha; e pagando vinte e cinco milhões de francos á Franca, sem fallar nos avultados presentes feitos ao negociador francez Luciano Bonaparte. No Tratado de Amiens foi estabelecido como limite da Guyana portugueza e franceza o rio Aruary. A paz entre a Republica franceza e a Inglaterra concluida em Amiens a 25 de



Marco de 1801, tornou sem effeito as estipulações dos Tratados de Badajoz e de Madrid relativa mente á clausura dos portos de Portugal aos navios inglezes; mas a ruptura entre a Inglaterra e a Franca (a 25 de Março de 1802) expoz Portugal a novos perigos. Bonaparte exigio que em conformidade dos referidos tratados, houvesse o governo portuguez de fechar os seus portos aos Inglezes, ameaçando Portugal de immediata invasão, caso que não annuisse. Nesta critica conjunctura tomou o ministerio o partido o mais prudente; rejeitou as offertas do gabinete britannico, que mandou a Lisboa lord Rosslyn, o general Simcoe e F. Vincent encarregados de offerecerem auxilios de tropa, marinha, armas e dinheiro, se o Principe de terminasse resistir; ou prestar-lhe todos os meios de se retirar ao Brasil. E não aceitando as proposições, devião os Inglezes apoderar - se dos fortes de Lisboa, e tomar todos os navios no porto. Mas, não parecendo a invasão imminente, o Principe rejeitou estas offertas; a Córte de Londres fez retirar a esquadra com as tropas que nella se tinham embarcado, e Rosslyn voltou a Inglaterra com os seus collegas. Portugal obteve a sua neutralidade a troco de hum sacrificio pecuniario de seis milhões de cruzados, e hum milhão de cruzados que

deo ao marechal Lannes, de cujo filho primo \* I Is - l I

genito (o actual duque de Montebello) foi pa drinho. Não obstante este sacrificio, he inega vel que em epocha nenhuma gozou Portugal de igual prosperidade. Desde 1802 até 1807 cresceu o commercio do Brasil rapidamente, e não foi menos sensivel o progresso das manu facturas de Portugal. Mas era facil prever que a insaciavel ambição de Napoleão, fascinado por huma espantosa serie de victorias, e o desejo de acabar com a Inglaterra, unico inimigo que por sua posição insular não podia superar, procuraria annexar ao Imperio francez a Peninsula hispanica, tendo bem conhecido quão pouco util lhe era a Hespanha como potencia alliada, que a custo, de má fé, e com pouca efficacia cooperava aos vastos projectos do Imperador dos Francezes. Tendo Napoleão esmagado a Prussia, e ven

cido a Russia, voltou os olhos para a Hespanha, e aproveitando-se das dissensões entre o Principe das Asturias e Elrei Carlos IV, resolveu apoderar-se da Peninsula, usando de manha antes de empregar a força. Para melhor disfarçar o seu intuito, fez o Tratado secreto de Fontainebleau (27 de Outubro de 1807), que tinha por objecto a occupação de Portugal pelos exercitos combinados de Hespanha e França, e a repartição do seu territorio. Para enganar o Principe da Paz, cedia-lhe a provincia do Alem

tejo, e o Algarve com o titulo de Principe dos Algarves. Esta combinação encheo de jubilo o credulo Godoy, e o não menos leviano Izquier do, que se prezava de finissimo estadista. A provincia de Entre-Douro e Minho era cedida ao Rei d'Etruria, com o titulo de Lusitania Septentrional, e as provincias de Beira, Trás os-Montes e Estremadura devião ficar em de—posito nas mãos da França até á paz geral, para então se dispór d'ellas definitivamente. O ob—jecto de Napoleão era manifesto : despojar o Rei de Etruria da Toscana; ter hum pretexto pa ra fazer atravessar a Hespanha por hum exer cito francez, e afastar do centro d'aquelle reino as melhores tropas destinadas a occuparem o Portugal; taes erão os fins que elle se propu mha. Entretanto nem D. Lourenço de Lima, embaixador em Paris, nem o Conde de Ega em Madrid tiverão a menor suspeita do que se tra II la Va. Para realisar os seus planos era necessario comegar por fazer á Córte de Portugal propo sições inadmissiveis, para que rejeitadas au torisassem. as hostilidades. Para este effeito M. de Rayneval, encarregado de negocios de França junto á Córte de Lisboa, exigio em nome dó Imperador, que o Principe Regente fechasse os seus postos aos navios inglezes; que seques trasse os bens d'elles, e se apoderasse de todos

os vassallos britannicos nos dominios portu guezes, para servirem de refens. No caso que não fossem. aceitas estas condições, ameaçava Portugal de huma immediata invasão. A nota de M. de Rayneval foi apoiada por outra do em baixador de Hespanha, Marquez de Campo-Al lange; e ambos declararão ter ordem de pedir os seus passaportes se o Governo portuguez não annuisse immediatamente ás propostas.

Nesta critica conjunctura se patenteou a in capacidade de Antonio de Araujo e dos mais ministros; não ousando tomar hum partido decisivo, nem tentárão resistir, nem souberão preparar a fuga para o Brasil, unico recurso que restava á familia Real. Comecárão por dar respostas evasivas, consentindo em fechar os portos, mas não no sequestro e apprehensão dos Inglezes, e consultárão o gabinete britan nico, a quem o ministerio portuguez declarou a impossibilidade de resistir, e a firme tenção de facilitar o embarque das propriedades e subdi tos britannicos, assim como o projecto de trans ferir a séde do governo ao Brasil. Houve repeti dos Conselhos de Estado, em que alguns dos antigos ministros propuzerão resistir; mas ne nhum tinha confianca nas forças mal organi sadas do paiz, onde nada se havia disposto para huma defesa efficaz contra as formidaveis for gas combinadas da França e Hespanha. Araujo

e seus collegas se lisongeavão que tudo se poderia compôr com subsidios, e nessa persua são mandarão o Marquez de Marialva com ricos presentes de diamantes a negociar com Napoleão, a quem devia propôr hum casamento entre huma filha de Luciano e o Principe D. Pedro. Por fim M. de Rayneval, e o Marquez de Campo-Allange pedirão os seus passaportes, e partirão para Hespanha. Terrorisado o ministro tentou illudir Napoleão, e fez assignar ao Regente a 9 de Novembro hum Decreto para se questrar os bens dos Inglezes, e prender os subditos britannicos. Apezar de ser notorio terem já sahido dois combois levando a melhor parte das propriedades e pessoas d'esta nação, Lord Strangford, ministro de Inglaterra, affectando grande ressentimento d'este acto, se retirou á esquadra ingleza que cruzava fóra da barra, mas vinha de noite á Ajuda conferir com o Regente. Depois de muita hesitação, e preparativos mais de huma vez interrompidos, estava em fim a esquadra prompta para a fuga; mas he provavel que o general Junot teria aprisionado a familia Real e tomado todas as forcas navaes, se hum acaso não tivesse em fim mostrado ao Regente a sorte que lhe era destinada, por hum numero do Moniteur, em que se declarava officialmente que a familia de Bragança tinha ces 4.

sado de reinar sobre Portugal. Este diario recebido por via de Gibraltar pelo almirante Sir Sydney Smith que commandava a esquadra ingleza, sendo immediatamente communicado ao Principe Regente, venceo as suas irresoluções, e com a maior confusão se deo ordem ao embarque, que se executou com a maior desordem e confusão. Era tal a incuria do governo que a 26 de Novembro estavajá a vanguarda do exercito francez em Abrantes, e o ministerio ainda o ignorava. Neste mesmo dia publicou o Regente hum decreto em que expunha os motivos que o determinavão a retirar-se ao Brasil, e ordenando aos seus vassallos que recebessem o exercito francez como amigos, sem lhe oppór a menor resistencia. Por outro decreto nomeou huma regencia cujo presidente era o Marquez de Abrantes. A esquadra detida por ventos contrarios sahio em fim do Tejo a 29 de Novembro, e hum dia mais tarde teria sido impossivel a partida. O almirante inglez tinha a 22 do mesmo mez declarado o bloqueio do Tejo, e em virtude d'esta ordem, e a pezar da fuga do Principe, tomárão os Inglezes diversos navios destinados ao porto de Lisboa, que tarde e a custo restituirão; e apoderárão se igualmente da ilha de Madeira, que conservárão longo tempo. A esquadra portugueza constava de oito naos, quatro fragatas; doze brigues, huma galiota e

grande numero de navios mercantes, em que ia embarcada toda a familia Real, grande numero de fidalgos, criados da Casa Real e muitos particulares: o numero total, comprehendidas as tripolações, montava a perto de quinze mil pessoas. Sir Sydney Smith acolheu com grandes demonstrações de alegria a esquadra por tugeza, a que deo huma salva real, e navegou de conserva. Hum temporal dispersou as duas esquadras, que se tornárão a unir a 5 de Dezembro. O almirante inglez acompanhou a esquadra portugueza até á lat. 57°, 47 norte, e long. 14", 17 de Greenwich, e d'alli até ao Brasil foi acompanhada por quatro naos inglezas. 1808. — A 21 de Janeiro entrou na Bahia parte da esquadra portugueza e huma das naos inglezas, e no mesmo dia desembarcou o Principe Regente, e foi recebido pelo governador Conde da Ponte, João de Saldanha da Gama, e pelo arcebispo D. Fr. José de Santa Escolastica, e foi acolhido com os maiores transportes de alegria pelos habitantes. A 14 de Janeiro tinha entrado no Rio de Janeiro o brigue de guerra /oador trazendo a noticia da proxima chegada do Principe Regente, e a 17 entrou no mesmo porto a nao em que vinhão embarcadas a Princeza Viuva, a Infanta D. Marianna e as Infantas D. Maria

Francisca e D. Isabel Maria. Foram recebidas com os maiores transportes de prazer; e logo foram convidadas a desembarcar; mas a Princesa Viuva declarou que não o faria em quanto não chegasse o Príncipe Regente. Todavia determinou-se a fazê-lo quando soube que a esquadra tinha entrado na Bahia. Chegada do Regente ao Brasil. — Entretanto o Príncipe Regente desembarcou na Bahia, e por uma Carta Regia de 28 de Janeiro, abriu os portos do Brasil a todas as nações amigas. Permittio a importação de todos os generos e mercadorias estrangeiras, sujeitando-as ao dízimo de 24 por cento, tanto vindo por navios estrangeiros como em nacionaes; dobrou os dízimos sobre vinho, aguardente e azeite doce, permittio a livre exportação de todos os generos do Brasil, excepto o pão Brasil, e já estancados. Os habitantes da Bahia procurarão por todos os meios decidir o Regente a fixar a sua residencia na antiga capital do Brasil, e oferecerão construir-lhe á sua custa um palacio; mas o Príncipe tinha resolvido ir estabelecer a corte no Rio de Janeiro, e a 26 de Fevereiro fez-se á vela para aquelle porto, onde fundeou a 7 de Março, e desembarcou a tarde do seguinte dia, sendo recebido com salvas, repiques, e vivas repetidos. Houve illuminacões por nove dias consecutivos, principalmente nos conventos e edifi



cios publicos, porque as melhores casas tinham sido occupadas pelas pessoas, mais graúdas da numerosa comitiva do Regente, com não pe queno incommodo dos habitantes.

CAPITULO XII.

Estado dos negocios do Brasil desde 1808 até á Paz de Paris em 1815.

Novo ministerio.— No terceiro dia depois da sua chegada ao Rio de Janeiro nomeou o Re gente os seguintes ministros: para os negocios do Reino, D. Fernando José de Portugal e Castro, que era d'antes vice-rei do Brasil; para os negocios estrangeiros, e da guerra, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, e para a marinha, o Vis conde de Anadia.

Poucos mezes depois começárão a vir Ingle zes estabelecer-se no Brasil, e chegou Lord vis conde Strangford em qualidade de ministro plenipotenciario de S. M. Britannica.

Providencias diversas; novas instituigões, e actos do governo. —O estabelecimento da Côte no Rio de Janeiro devia necessariamente con duzir á immediata emancipação do Brasil, sendo impossivel que tornasse ao estado de colonia dependente da metropole. Era portanto natural que o ministerio cuidasse em crear as instituições indispensaveis em hum Estado in dependente. Comecou por permittir aos Brasi

leiros todo o genero de industria fabril e ma nufactureira; faculdade de pouca importancia, visto a admissão dos productos de industria ingleza, e a falta de bracos e de meios de fabricação no Brasil. Successivamente forão creados: hum Supremo Conselho militar e de justiça, hum Archivo Real militar, a Mesa do Desembargo do Paco, a da Consciencia e Ordens, e o lugar de Intendente geral da Policia do Brasil. A Relação do Rio de Janeiro foi elevada a Casa de Supplicação. O infante de Hespanha foi elevado ao posto de almirante-general da marinha portugueza; nomeação que indignou o publico, não só por ser elle estrangeiro, e inca paz, mas pelo seu malvado e odioso character; ao que accrescia o ridiculo de crear tão alto posto para huma tão insignificante marinha. O Principe Regente publicou tambem hum Manifesto contra o Imperador Napoleão (a 2 de Maio), declarando-lhe guerra.

Estabeleceo - se huma typographia regia, huma fabrica de polvora; creou-se a contadoria da marinha, e pelo Decreto de 15 de Maio, se renovou a Ordem da Torre e Espada.

As despesas da Córte obrigárão o ministerio a impór hum direito de quatrocentos réis por arroba de tabaco, a estabelecer a decima sobre os predios urbanos em todas as cidades, villas e povoagões notaveis do Brasil. Reduzirão-se os

direitos de entrada sobre mercadorias carregadas em navios nacionaes, a dezaseis por cento, e diminuirão-se de hum terço os direitos de entrada nos generos ditos molhados.

Creou o Principe a Capella Real, e organisou hum novo Cabido. Creou depois o Erario Regio, o Conselho da Fazenda, e o Tribunal da Junta do Commercio. Impoz huma pensão para a Capella Real, paga pelas mais igrejas do Brasil. Abolio-se o uso de correr o oiro em pó nas capitancias de Minas-Geraes, Goyaz e Mato Grosso, e creárão-se casas de permuta do oiro em pó por moeda ou bilhetes.

A 8 de Setembro chegou de Inglaterra o nuncio apostolico Caleppi, que tinha conseguido do escapar de Lisboa, e pouco depois chegaram muitos portuguezes que tinham fugido do reino. Hum caique vindo do Algarve trouxe a noticia do levantamento d'aquella provincia, e pouco depois vierão do Porto noticias favoraveis, annunciando a expulsão dos Francezes do norte de Portugal, e não tardou a noticia da batalha do Vimeiro, da convenção de Cintra e evacuação de todo o Reino pelo exercito francez.

Creação do Banco.—Por hum alvará com forza de lei de 12 de Outubro de 1808, foi creado no Rio de Janeiro o Banco do Brasil, com o capital de tres milhões de cruzados, em mil e duzentas accções de hum conto de réis cada huma,

devendo durar o praso de vinte annos. Era banco de deposito e de desconto, com facul dade de emittir bilhetes pagaveis ao portador, que o Erario se obrigava a receber em paga mento, e com que pagava igualmente. Pelo mesmo alvará era encarregado o Banco de to das as negociações dos contractos e administra cões da Real fazenda, como são os diamantes, o pao Brasil, o marfim e a urzella, vencendo o dito banco a commissão de dois por cento so bre o producto liquido. Esta instituição, mal combinada e ainda mais mal dirigida, foi ori gem de grandes males. No decurso do mesmo anno mandou o Re gente abrir estradas, e debellar os ferozes Indios denominados Bugres, e os Botocudos, e instituiu huma Junta presidida pelo Governa dor e capitão-general de Minas-Geraes, intitu lada Junta da conquista e civilização dos Indios e navegação do Rio Doce, encarregada de os domesticar e distribuir em aldéas. Para convi dar os estrangeiros a virem estabelecer-se no Brasil dando-se á agricultura, se lhes promet teo a concessão de sesmarias. Restabelecimento da ordem da Torre e Espa da.—Por alvará de 29 de Novembro constituiu definitivamente o Regente a antiga ordem da Torre e Espada, de que elle se nomeou Gran mestre, e primeiros dignitarios o Principe da

Beira, o infante D. Miguel e o infante de Hespanha D. Pedro Carlos. Por ocasião do dia natalicio da Rainha creou Luiz de Vasconcellos e Sousa, conde de Figueiró; D. Rodrigo de Sousa Coutinho, conde de Linhares; o visconde de Anadia, conde; D. João de Almeida Mello e Castro, conde das Galvéas; D. Fernando José de Portugal e Castro, conde de Aguiar; e D. José de Sousa Coutinho, conde de Redondo. O nuncio monsenhor Caleppi, Lord visconde Strangford e Sir Sydney Smith forão creados Gran-Cruzes da ordem da Torre e Espada. Posteriormente nomeou Gran-Cruzes effectivos da mesma ordem o duque de Cadaval, o marquez de Bellas, o marquez de Torres Novas, os condes de Anadia, de Linhares, e de Aguiar; e honorarios, os marquezes de Anjeja, de Vagos, de Pombal, os condes de Belmonte, das Galvéas, e o almirante Manoel da Cunha; e Gran-Cruzes de Christo, o marquez de Lavradio; de Aviz, o conde dos Arcos, e Bernardim Freire de Andrade. No mesmo anno foi fundada a villa de S. José de Porto-Alegre, na provincia de Rio-Grande do Sul, que em 1815 veio a ser a cabeça da colónia. 1809. — Para animar a agricultura, concedeo o Regente aos habitantes do Brasil o privilegio de não serem executados na propriedade

de seus engenhos e lavouras, mas só em parte dos seus rendimentos. Isto se tornava necessario por estarem alcançados em avultadas sommas os senhores de engenhos para com os negociantes. Por alvará de 18 de Março foi separada a comarca de Goyaz em duas, tomando a nova comarca o nome de comarca de S. João das Duas Barras, composta dos julgados ao norte. Por outro alvará de 18 de Abril se determinou o valor das diversas moedas de prata e cobre, fixando-o pelo seu peso e titulo. As de 600 réis ficarão valendo 640; as de 500 réis, 520. Por outro alvará de 28 do mesmo mez izentou de direitos as materias primeiras empregadas nas manufacturas nacionaes. Tambem estabeleceu huma loteria de sessenta mil cruzados, destinados ostensivamente a beneficio das fabricas, mas insufficiente para semelhante fim. A 15 de Maio, dia natalicio do Principe Regente, começou a correr o chafariz construido na Praça de Santa Anna, denominado Fonte do Carioca. Por hum Decreto do mesmo dia creou no Rio de Janeiro huma Guarda de Policia. As despesas da corte cada dia vão em augmento, e para lhes fazer face, se extendeo a de cima a todos os predios urbanos e do interior, estabeleceu-se a sisa de 10 por cento sobre todas as compras e vendas de bens de raiz, e de 5

por cento sobre as compras e vendas de escravos novamente transportados da Costa de África; e poz-se o direito do sello nos livros dos negociantes, nos das camaras, irmandades, con frarias, e nos livros de notas dos tabelliões. No dia 11 de Junho se affixou hum Edital do Intendente geral da Policia, mandando sup primir dentro do praso de oito dias todas as rotulas e gelosias de todas as janellas das casas da cidade do Rio de Janeiro, o que foi ponc tualmente executado. Esta ordem, não me nos despotica que desacertada, não excitou o menor descontentamento, tão habituados es tavão os Brasileiros a obedecer a ordens tyran nicas, etão dispostos a adoptar tudo o que lhes era apresentado como imitação dos costu mes elegantes da Europa. Em hum clima tão quente, e onde o ardor do sol he excessivo, he incontestavela preferencia de rotulas e gelosias; sendo as vidraças extremamente incommodas. Havendo fallecido o Conde da Ponte, foi no meado em seu lugar o Conde dos Arcos gover nador da Bahia. Pouco depois chegou a noticia da tomada de Cayenna pela expedição sahida do Pará e commandadas as tropas pelo tenente coronel Manoel Marques, que foi premiado com a patente de brigadeiro. A expedição auxi liada pela fragata ingleza Confiança (12 de Janeiro) depois de varios ataques obrigou o gover



nador francez Victor Hugues, a capitular. A guarnição composta de quinhentos e noventa e tres soldados devia ser conduzida a França em navios portuguezes. No mez de Junho entróu hum navio parla mentario francez no Rio de Janeiro com duzen tos prisioneiros portuguezes, a maior parte pro cedentes da fragata Minerva tomada pelos Fran cezes. Nelle veio igualmente o Chefe de divisão da armada Real Luiz de Abreu Vieira e Paiva, que fóra aprisionado no navio Conceição em que vinha de passagem com alguns officiaes da fragata Princeza do Brasil, que se perdéra nos baixosá entrada de Goa. Conduzido á ilha de Franca obteve do general Decaen, governador da ilha, armar á custa dos prisioneiros portu guezes hum navio parlamentarío que os con duziria ao Rio de Janeiro. O mesmo official trouxe vinte caixotes cheios de plantas exóticas, arvores de especiarias, e sementes. Entre ellas se distinguia a Moscadeira, a Camphoreira, a Mangueira, o Abacate, o Litchis, o Cravo da India e a Toranjeira, que logo forão remetti das para a Quinta e Jardim da Lagôa de Frei tas por ordem do Regente. Por hum alvará com forca de lei, de 15 de Julho, se impóz o novo direito de cento e ses senta réis por cada caixa de assucar, e quarenta

réis por cada feixo que sahisse do trapiche; II. I 2

de cem réis em cada rolo de tabaco vindo da Bahia, e quarenta réis sobre o de outras capitanias. Cada coiro, com ou sem cabelo, secco ou salgado, devia pagar ao sahir do trapiche vinte réis; cada saca de algodão cem réis, e cada navio, corveta ou bergantim devia pagar em todos os portos do Brasil em que havia alfândega, mil e quinhentos réis. O destino d'estes impostos era a construcção de uma praça do commercio, e de aulas para aprender esta profissão. A junta, por hum edital de 27 de Julho, estabeleceu premios para quem introduzisse e aclimasse no Brasil arvores e plantas uteis, de especiarias, ou proprias para a tinturaria e outros usos. Por decreto de 28 de Julho creou-se o lugar do Provedor-mór da Saúde da Corte e estado do Brasil. Pouco depois chegou a noticia da retirada do exercito francez, commandado pelo marechal Soult, do Porto e territorio do norte de Portugal; noticia que encheo de jubilo a Corte e os habitantes. Estabeleceu-se no Hospital-Real militar hum escola anatomica, chirurgica e medica, de que foram nomeados alguns professores. Ordenou-se a abertura de hum estrada desde o Pará até ao Rio de Janeiro, e tambem se abriu hum estrada pelo sertão desde o Tocantins ao Itapicuru, até á sua foz.

Tendo desaparecido a maior parte da moeda de ouro da circulação, por ter sido exportada para Inglaterra em razão do commercio desfavorável ao Brasil, e de irem igualmente sahindo do paiz as patacas hespanholas, mandou o Regente cunhar estas, dando-lhes o valor de novecentos e sessenta réis ou tres patacas brasileiras. A 21 de Dezembro começou o jubileu que o papa Pio VII tinha concedido ao Principe Regente, e a 5o do mez, falleceu o conde de Anadia, homem honrado, mas inhabil ministro. -

1810. — No decurso de 1810 deu o Regente diversas providencias relativas ao Brasil; mas apesar de Portugal estar inteiramente desembaraçado dos exercitos invasores, o receio de o ver de novo occupado pelos Francezes o fez reputar para sempre perdido para a Casa de Bragança. Só esta errada convicção pode explicar o total abandono dos interesses de Portugal, que a Corte do Brasil manifestou no importante Tratado de commercio de 19 de Fevereiro feito com a Inglaterra, de que adiante fallarei.

Neste anno foi creada uma nova comarca do Sertão de Pernambuco, e se erigirão em villas as povoações do Pilão Arcado e de Flores, na mesma comarca. Estabeleceu-se no Rio de Janeiro um lazareto para ahi fazerem qua

rentena os navios e fazendas infectadas ou sus peitas. Tambem se confirmou a jurisdicção das Mesas de inspecção do assucar, para vigia rem sobre as fraudes que se praticavão mistu rando nas caixas qualidades inferiores e até substancias inteiramente estranhas. Creou-se huma Mesa de Despacho maritimo, em que se concentrarão as attribuições que d'antes per tencião a diversas repartições, o que era muito incommodo ao commercio. Ordenou-se que o ouro em pó vindo de Africa fosse manifestado na alfandega, para ser cunhado e depois res tituido aos proprietarios. A 15 de Maio, forão celebrados no Rio de Janeiro os desposorios da princeza D. Maria Theresa com o infante de Hespanha D. Pedro Carlos. Com muito acerto se permittio dar dinheiro

a risco pelo premio que cada hum ajustasse, e se izentarão de direitos as mercadorias da Chi na vindas de Macao em navios nacionaes. No decurso d'este anno chegarão mais algumas plantas de Cayenna que forão logo enviadas ao Jardim da Lagóa.

A regencia de Portugal concluiu huma tre goa com o dey de Argel, e resgatou seiscen tos e quinze captivos portuguezes pela somma enorme de 1.685:000 cruzados, que Portu gal, apezar de exhausto, forneceo generosa Imónte.

O conde das Galvéas foi nomeado secretario de estado dos negocios da marinha. A 4 de Dezembro do mesmo anno creou o Principe Regente na Córte do Rio de Janeiro huma Real Academia militar, para nella se ensinarem as sciencias mathematicas, a physica, a chimica, metallurgia, e historia natural, as sciencias militares, e fortificação, artilharia e tactica; d'ella devião sahir habéis officiaes artilheiros, e engenheiros civis e militares. No mez de Outubro se publicarão os dois Tratados de paz, amizade e alliança, e o de com mercio, assignados a 19 de Fevereiro entre o conde de Linhares e Lord visconde Strangford, e ratificados por ambas as Córtes. O primeiro he a renovação dos antigos tratados, e não me rece particular menção, salvo hum artigo em que se permite aos Inglezes cortar madeira de construcção nas costas do Brasil; concessão impolitica, mas de que elles pouco se aprovei tarão por acharem as madeiras pesadas de mais para navios de guerra. O Tratado de commercio contém trinta e quatro artigos, e attesta a incapacidade do negociador portuguez, que nesta occasião se mos trou indigno da reputação de patriotismo que tinha adquirido. Desprezando inteiramente os interesses da patria, só cuidou em agradar ao astuto diplomata inglez; e até a redacção d'este

importante documento he tão obscura, que a Córte de Londres, valendo-se do texto de hum dos artigos que sujeita todos os generos e mercadorias inglezas ao direito de quinze por cento, exigio que os lanificios que em ou tro artigo se achão exceptuados, não pagassem mais dos quinze por cento; o que se lhes con cedeo em 1812, havendo os lanificios pagado nos dois annos antecedentes trinta por cento ! Alem da illusoria reciprocidade estipulada pelo Tratado, que ainda, se houvesse sido exe cutado de boa fê, aproveitaria incomparavel mente mais á Inglaterra, os vinhos de Porto ficá rão sujeitos aos enormes direitos que pagavão nos portos britannicos; e cousa nunca vista até então, estipulou-se que a pauta pela qual se devião regular os direitos sobre a entrada das fazendas inglezas, seria feita por dois negocian tes inglezes e dois portuguezes; e com effeito veio já feita de Liverpool. Nenhuma estipula ção favoravel ao commercio portuguez foi in serida no dito indigno tratado, e os interesses de Portugal forão inteiramente sacrificados, sem que d'este sacrificio resultasse a menor vantagem ao Brasil. Foi tanto mais indesculpavel o ministerio do Principe Regente, vistas as circumstancias inteiramente favoraveis á Córte do Rio de Ja neiro, por quanto naquella epocha a Inglaterra

se achava obrigada a recorrer ao valor das tropas portuguezas para combater na Península o immenso poder de Napoleão, e privada dos mercados do continente europeu, olhava a abertura dos portos do Brasil como o mais venturoso acontecimento. Em vez de fazer concessões, devíamos obtê-las, mas tal foi a imperícia dos ministros que nem plena justiça obtivemos do perfido gabinete britannico. Ti não os Inglezes aprezado, já depois da saída da Corte de Lisboa, alguns navios mercantes portuguezes, em virtude do bloqueio dos portos de Portugal, que tão injustamente ti não proclamado; estes navios detidos mais de dois annos nos portos de Inglaterra foram entregues por occasião da ratificação dos ditos tratados em Junho de 1810, mas sem a menor compensação por perdas e danos. Em hum palavra o Regente e seus ministros se consti tuirão virtual e gratuitamente vassallos da Inglaterra, a cujo governo abandonarão o infeliz Portugal. Por hum artigo do Tratado de commercio obrigou-se o Principe Regente a abolir gradualmente o trafico de escravos africanos, limitando-o desde logo aos portos ao Sul do Equador. Por outro declarou Goa porto franco, permitindo naquella cidade o exercicio de todos os cultos; e no Brasil igualmente pro

clamou a tolerancia religiosa, e prometteo que nunca seria estabelecida alli a inquisição. Con cedeo-se igualmente aos protestantes, e particularmente aos inglezes, a erecção de templos sem sinos. Estas estipulações fazem honra ao espirito esclarecido e tolerante da nação por— tuguêza. 1811. — No decurso de 1811 forão erigidas em villas as povoações de S.—João Marcos, com o nome de Villa do Principe, a de Marajó no centro da ilha de Joannes; as de Parnaíba, e Campo-Maior, na capitania do Piahy, as de Cabo de Santo-Agostinho, Pao do Alho, Santo - Antônio Limeiro, e a de Caxias das Aldéas-Altas. Separou-sea comarca de S.—Paulo em duas, sendo huma d'ellas denominada a comarca de Itu. No decurso do mesmo anno se obtiverão vantagens consideraveis contra os ferozes Bo tocudos, sendo expulsos de grande parte do territorio que occupavão, e alguns d'elles co meçarão a mostrar disposições a amansar, e a se estabelecerem em aldéas. Para animar a construcção de casas naci dade novado Rio de Janeiro, concedeo o Re gente a izenção da decima por vinte annos aos donos de casas nobres, e de dez aos de casas de hum só andar. Approvou tambem o plano de huma sociedade de commercio entre Goyaz



e o Pará, e mandou-se de novo explorar os rios Madeira, o Tapajós, o Xingue Arinos, e facilitou-se a navegação, que de Villa-Bella se dirige pelos rios Guaporé, Mamoré e Madeira ao Amazonas, e por este até a cidade do Pará. Também se explorou a navegação do Cuiabá pelo Arinos e Tapajós. Neste anno foi estabelecida a benéfica invenção da vaccina no Rio de Janeiro, e nas capitães das outras capitanias, que se propagou rapidamente. A noticia da retirada do exercito francez de Portugal deu occasião a grandes regozijos. O Regente destinou a quantia annual de 120:000 cruzados tirados do rendimento das alfandegas do Brasil, para socorrer os povos de Portugal arruinados pela invasão dos Francezes. As tropas do sul que tinham marchado ao soccorro de Montevideo regressarão em razão da pacificação feita pelo general Elio de ambas as bandas do Rio da Prata. O governo do Brasil com razão receava o progresso dos principios de liberdade e de republicanismo que começavam a grassar na America hespanhola. 1812. —No principio de 1812 foi creado no Rio de Janeiro hum laboratorio chimico, de baixo dos auspicios de Antonio de Araujo, e creou-se huma junta para a administração do Hospital Real militar do Rio de Janeiro. Man

dárão-se vir de Angola, e S.-Thomé quatro alumnos para, á custa do governo, se instruirem em medicina e cirurgia na eschola do Rio de Janeiro, e depois irem exercer a sua profissão naquellas regiões doentias, então quasi destituidas de habéis facultativos. Creou-se hum tribunal da Relação no Maranhão, e recommendou-se-lhe que tratasse os Indios com brandura e justiça. A villa de Corytiba foi erigida em cabeça da comarca de Paranaguá, e a villa de Porto-Alegre, em cabeça da comarca de Santa-Catherina. Neste anno chegou á Corte do Brasil o primeiro enviado extraordinario da Russia, o conde de Pahlen. Falleceo a 16 de Janeiro D. Rodrigo de Sousa conde de Linhares, e no decurso do mesmo anno morreo o marquez de Bellas, e o Infante D. Carlos de Hespanha, deixando hum filho (D. Sebastião), nascido no fim do precedente anno, ao qual o Principe Regente concedeo as honras e titulo de Infante de Portugal. Morreo tambem o marquez de Pombal, homem honrado e estimavel, destituído dos talentos que tão eminente havião tornado seu pai, mas izento da ambição e espirito de despotismo que manchárão o character d'aquelle grande ministro. O estado decadente do Banco, instituido no

Y

o

Rio de Janeiro em Outubro de 1808, decidiu o Regente a auxiliá-lo com huma prestação annual de cem contos de réis, procedentes de novos impostos sobre as segas, as lojas de ofícios, sobre os navios e outras embarcações, excepto as de pescaria. Fraco e insufficiente auxilio, mais oneroso para o povo, que util ao credito.

Fixou-se o direito de quatro por cento sobre os generos e mercadorias inglezas e das nações amigas, destinadas a serem reexportadas, tanto as fazendas depositadas nas alfandegas como as baldeadas de huma embarcação para Outra.

A 18 de Dezembro de 1812 foi por hum novo ajuste modificado o Tratado de 1810 em quatro dos seus artigos. Como era de esperar, esta revisão do Tratado foi inteiramente a favor dos interesses britannicos, e servio a legalisar disposições que d'antes erão consideradas pelos Portuguezes como violentas e arbitrias. Dois artigos que se ajuntarão de novo, forão summa mente prejudiciaes e onerosos ao commercio portuguez. Pelo primeiro forão os navios apre zados pelos Inglezes reputados como os de construcção britannica, gozando por consequente das vantagens que devião exclusivamente pertencer aos vasos de origem ingleza. Foi o segundo reduzir o direito sobre as fazendas

de lan inglezas a quinze por cento, que até alli, desde a conclusão do Tratado, tinham ficado pagando trinta por cento. Pelo artigo 26 do dito Tratado, tinha-se estipulado que, a respeito das fazendas de lan inglezas e dos vinhos de Portugal, ficariam as cousas como d'antes estavam, e esta clausula do Tratado era a unica que se podia considerar como equitavel, porque no caso que os Inglezes augmentassem os direitos sobre os nossos vinhos, conservavamos nós a faculdade de fazer outro tanto aos lanificios britannicos. Pela nova disposição fazia-se desaparecer esta reciprocidade; e com effeito os vinhos de Porto continuarão a pagar exorbitantes direitos de entrada nos portos inglezes, e os lanificios britannicos serão admittidos, pagando quinze por cento de direito nominal, porque pela pauta feita debaixo da influencia ingleza as avaliações eram tão baixas, que as fazendas não pagavam em geral dez por cento de entrada, e algumas ainda menos. Em quanto o ministerio do Principe Regente sacrificava os interesses de Portugal á insaciavel cubiça britannica, derramavam os valentes soldados portuguezes o seu sangue na Peninsula cooperando poderosamente aos successos obtidos por Lord Wellington. Injustiças e insultos foi a recompensa que recebemos da Inglaterra. Não contentes com a promessa feita

pelo Regente no Tratado de aliança de 1810, de abolir gradualmente o tráfico da escravidão, tentaram os Inglezes arruinar o Brasil obstando immediatamente á importação de escravos. Para este fim aprezaram grande numero de navios, occupados neste trato ao sul da linha, isto he, dentro dos limites prescriptos pelo referido Tratado, e dispuzeram a seu bel prazer dos escravos. Este acto de perfidia excitou hum clamor universal no Brasil, e os negociantes de Bahia, sobre quem recahia principalmente a perda, fizeram energicas representações ao governo, a que só em 1815 fez tarda e incompleta justiça o gabinete britannico, com sentindo em pagar 500:000 libras esterlinas para indemnizar os negociantes portuguezes das depredações commettidas pela marinha ingleza. Por morte do conde de Linhares tinha sido nomeado para a mesma repartição o conde de Funchal, seu irmão e embaixador em Londres; mas este astuto diplomata que preferia a residência d'aquella corte, onde por sua condescendencia, era bemouisto do ministerio, to mando por pretexto as negociações que prece dêrão a revisão do Tratado de commercio, se conservou na Europa. 1815. — No principio de 1815, o governo fez vir das ilhas dos Acores alguns casaes de habitações a quem concedeo terras, e fez distribuir

instrumentos de lavoura, sementes, e deo me sadas, para os estimular á cultura, e criação de gado, izentando estes colonos e seus filhos de servico militar, extendendo o mesmo pri vilegio aos que para o futuro viessem estabe lecer-se no Brasil. Esta providencia perdeo grande parte da sua utilidade por effeito da má escolha dos individuos, e má direcção da da ás suas faculdades industriosas. A 16 de Maio falleceo a infanta D. Marianna, irman da Rainha, em idade de quasi setenta e sete annos: havia muitos annos padecia com pleta alienação mental, e estava reduzida a estado de imbecilidade. No decurso do mesmo anno se deo grande impulso ás communicacões interiores, abrirão se e adiantarão-se muitas e extensas estradas, estabelecérão-se correios regulares, e facili tOu-Se a navegação dos rios. Conseguiu - se amansar hum certo numero de Botocudos que habitavão as margens do Jequitinhonha, onde forão distribuidos em aldéas; resultado devido em grande parte aos esforços do commandante Julião Fernandes Leão. Concedérão-se grandes privilegios aos mi neiros exploradores de oiro, para animar a extracção d'este precioso metal, a qual de an no em anno ia minguando. Pelo alvará de 17 de Novembro determinou o Principe Regente

que os mineiros não possam ser executados, nem penhoradas as suas lavras, ainda mesmo mas devidas fiscaes por graça especial, e que os crédores possam haver os seus pagamentos por outros quaesquer bens, que os devedores possuirem, e pela terça parte dos lucros e rendimentos das lavras, excepto no caso de que as devidas excedão ou igualem em valor as fabricas; e então o estabelecimento da mineração será arrematado em toda a sua integridade com suas terras e escravos a hum só licitante, ou se dará em pagamento ao crédor, para que se não destrua, e possa continuar o trabalho. Apesar d'esta protecção não prosperou a industria aurifera, e até peorou a condição dos mineiros, a quem ninguem queria fazer avancos, vista a incerteza de serem embolsados.

Fizerão-se alguns regulamentos sobre a arreação dos navios destinados ao trafico dos escravos de Africa, e sobre o tratamento d'estes infelizes durante o transporte e depois de desembarcados. Estas providencias, dictadas pela humanidade, se bem que pouco efficazes, todavia melhorarão hum tanto a sorte dos desgraçados negros.

O Regente com muito acerto reduziu a perpetuosos aforamentos da fazenda real de Santa-Cruz, fixando os laudemios das vendas a quarentena.

No mesmo anno se estabeleceo a povoação de S.-Pedro de Alcantara, na margem oriental do Tocantins, setenta e nove legoas abaixo do Porto-Real do Pontal, na comarca do norte de Goyaz. Erigio-se em villa a povoação de Macahé com a denominação de S.-João de Macahé, a que se assignou por limites o rio de S.-João por huma parte, e o do Furado, da Outra. No dia 12 de Outubro se abriu o novo theatro do Rio de Janeiro, edificio elegante e bem distribuido, situado no lado septentrional da praça do Rocio. No mesmo anno fallecerão no Rio de Janeiro os marquezes de Borba, e de Vagos; este era general das armas. 1814. — A entrada dos exercitos alliados em Paris, a paz geral assignada naquella capital, a abdicação de Napoleão, e o reconhecimento de Luiz XVIII como rei de França, forão memo ráveis acontecimentos que assignalárão o anno de 1814. Por occasião da paz de Paris nomeou o Principe Regente tres plenipotenciarios ao congresso de Vienna, a saber: o conde de Palmella, o conselheiro Antonio de Saldanha da Gama, e D. Joaquim Lobo da Silveira. No principio do mesmo anno falleceo o conde das Galvéas D. João d'Almeida Mello e Castro, ministro dos negocios da marinha, em quem per



deo o gabinete inglez hum dos seus mais hu mildes e doceis instrumentos. No decurso d'este anno qmecarão a vir ne gociar ao Brasil os Francezes, e forão bem aco lhidos pelos habitantes. Fundarão-se no mesmo anno as seguintes vil las: S.—João da Palma, cabeça da comarca de S.- João das duas Barras na provincia de Goyaz; a de Santa-Maria de Baependi, na comarca do Rio das Mortes, situada a quatorze legoas a léste da Villa de Campanha; a de S.—Carlos de Ja cuhi, na mesma comarca do Rio das Mortes, provincia de Minas-Geraes; a de S.—Pedro de Cantagallo, e a de Santa-Maria de Madrid, ambas na provincia do Rio de Janeiro. Esta ul tima he situada perto da foz do pequenorio Ita pitiú, á borda do lago Maricá, a seis legoas de Macacu, oito da capital e onze de Cabo-Frio : os habitantes cultivão a canna de assucar, a mandioca, o feijão, o café, e o milho; o lago abunda em peixe. A freguezia do Santissimo Sacramento de Cantagallo foi erigida a 9 de Ou tubro 1786, sendo governador D. Marcos de Noronha, conde dos Arcos, que fez estabelecer nas margens do rio Paraiba, alem do Rio da Pomba, huma aldéa de Indios cathecumenos, debaixo da denominação de S.-José de D. Mar cos, debaixo da direccão do capucho italiano

F. Thomas de Castelli. Tambem foi erigida em

villa a povoação de Santo Antonio do Jardim , na provincia do Ceará Grande. - No mesmo annó franqueou o Principe Regente ao publico a sua bibliotheca, e foi aberta a Bibliotheca Real no Rio de Janeiro.

CAPITULO XIII. sis sao,

Tratado definitivo de paz geral. Congresso de Vienna. Re vocação do Tratado de Alliança de 1810, entre a Coróa de Portugal e a Gran-Bretanha. Reino Unido de Por tugal, Brasil e Algarves. Guerra com Artigas. Situação do Brasil até á Revolução de Portugal.

1815. —0 anno de 1815, para sempre me moravel pela segunda expulsão dos Bourbons, pela portentosa elevação de Napoleão, outra vez repostos no throno pela sua propria energia e amor do povo, e pela sua final quéda, não foi menos importante para o Brasil.

No congresso de Vienna foi decidido que Portugal restituiria CayennaáFrança, assignan do-se por limites os que haviam sido fixados pelo tratado de Utrecht, continuando errada mente a confundir-se os rios Oyapoc com o de Vicente Pinzon. Não recebeu Portugal a menor compensação, e nem sequer lhe foi restituída Olivença reconquistada pelos Portuguezes. Co mo os Inglezes já não carecião da cooperação das valerosas tropas a cujo esforgo deverão em

grande parte os prosperos successos das armas britannicas na Peninsula, revogárão o Tratado de alliança com Portugal, e tentárão obrigar D. João VI a consentir na total cessação do tra fico de escravos de Africa; concessão equiva lente á ruina quasiimmediata do Brasil. Toda via os plenipotenciarios portuguezes no con gresso, apoiados pelos de Hespanha e França, conseguirão a prolongação do referido com mercio até se determinar por huma conven ção especial a epocha em que deveria cessar de todo, ficando defeso desde já este trafico ao norte do equador. O governo britannico con cedeo 500:000 libras para indemnisar os nego ciantes do Brasil das depredacões commettidas pelos cruzadores inglezes. D. João ratificou a 8 de Junho a convenção de 15 de Janeiro, e o Tratado de 22 do mesmo mez, assignados em Vienna pelos seus plenipotenciarios, e que en cerravão as referidas estipulações. No decurso de 1815 recebeo a cidade do Rio de Janeiro grandes ornamentos. Cons truio-se hum novo edificio para o Erario e Casa da moeda; augmentou-se consideravel mente a Alfandega e o arsenal de marinha; fez-se hum vasto quartel para a guarnição no campo de Santa-Anna, e hum novo passeio publico. Nacidade da Bahia se começou a erec ção de huma praça de commercio, e esta rica

-

e importante cidade foi dotada de huma biblio theca publica, e possuio a primeira typogra phia. Em Pernambuco ordenou o governo im portantes trabalhos para obstar á ruina immi nente do porto do Recife, para cuja despeza se estabeleceo hum imposto de oitenta réis por tonelada nas embarcacões entradas neste porto. Formou-se huma nova comarca da cidade de Olinda e seu territorio, e outra de Paracatu, desmembrada do Sabará. Creárão-se no mesmo anno as seguintes villas : a Villa-Real do Brejo de Aréa, na Paraiba do Norte; a de Itapemirim, na comarca do Espirito Santo; a de Maciós, e do Porto das Pedras, ambas na comarca das Alagoas, provincia de Pernambuco. A fundição de ferro do Morro do Pilar, em Minas— Geraes, creada em 1819, debaixo da direcção do sabio metallurgista e honrado patriota Manoel Ferreira da Camara Bettencourt, fez a primeira remessa de metal fundido, que foi recebida no Tejuco com grande solemni dade e muitas demonstracões de regozijo. O Regente creou hum corpo de veteranos, tirados da tropa de linha e formado de solda dos incapazes de hum servico mais activo. Fez vir de Portugal huma divisão das tropas que se tinham assignalado na guerra peninsular, e exigio do esgotado erario de Portugal a remessa

mensal de sessenta contos de réis para o soldo e manutenção das ditas tropas. A 16 de Dezembro de 1815, creou o Regente o titulo de Reino-Unido de Portugal, Brasil e Algarves para a Monarchia portugueza, ti tulo evidentemente, por huma pueril ostenta ção, imitado da nova denominação do Impe rio britannico, e que bem longe de consolidar os lacos que união os dominios de Portugal, só servio de marcar a epocha precursora da sepa razão do Brasil da mãi-patria. Este acto do go verno foi como hum annuncio da intenção de despojar Portugal de dinheiro egente, deixando o entregue ao gabinete britannico, e á Regencia composta de instrumentos d'elle. O Reino foi proclamado Unido quando na realidade mui pouco faltava para completar a sua completa desunião. Todavia a cóрте e os nescios infátua dos d'este pomposo titulo, o festejárão como se fosse hum garante da gloria e prosperidade futura da Nação Portugueza. 1816. — Este anno foi notavel por diversos successos. A 2o de Março, terminou a infeliz D. Maria I<sup>o</sup>, a sua longa e deploravel vida em idade de oitenta e dois annos, no mesmo es tado de alienação mental e terrores supersti ciosos fomentados por malvados conselheiros, e sobre todos, pelo seu antigo confessor o bispo do Algarve e Inquisidor—mór. Por morte

da Rainha tomou o Regente o titulo de Rei do Reino-Unido, e nesta qualidade foi reconhecido por todas as potencias, que se apressarão em mandar embaixadores cumprimentar D. João VI : o primeiro que chegou (a 5o de Maio) foi o duque de Luxembourg-Montmoreney, embaixador de Luiz XVIII. Chegada de artistas francezes.—No principio do mesmo anno chegou ao Rio de Janeiro M. Le Breton, secretario que fóra da Seccão de bellas artes do Instituto de França, acompanhado de alguns artistas francezes, pintores, architectos e abridores, que o governo mandára vir com ordenados fixos, a fim de estabelecer no Brasil escolas de bellas artes, para cujas despesas havia o corpo do commercio do Rio de Janeiro offerecido hum fundo, depositado no banco, e cujos rendimentos devião ser exclusivamente applicados para este fim. A offerta foi aceita pelo governo, mas pouco ou nenhum fructo se tirou da vinda d'estes artistas. Em vez do vão e ridiculo projecto de formar hum Instituto ou Academia de bellas artes em huma cidade onde apenas existião noções elementares das artes uteis e do desenho, a estes objectos he que se devia attender antes de tudo. A escolha de hum director unicamente proprio a fazer pomposos relatorios annuaes, como se pratica em França, era mais que nu

til, e só aproveitou a M. Le Breton. Em todo este negocio mostrou o ministerio do Brasil, e a legação de Paris igual incapacidade, sacrificando á van ostentação avultadas sommas que deverião ter mais proficuo destino.

Casamento das infantas. — No decurso do meSIIInO a Il IIO S6 publicou o casamento das infantas D. Maria Isabel, e D. Maria Francisca, a primeira com Elrei de Hespanha D. Fernan do VII, e a segunda com seu irmão D. Carlos. Chegada de huma divisão de tropas de Portugal. — Hum acontecimento mais importante, e que teve funestissimas consequencias para o commercio portuguez, foi a chegada ao Rio de Janeiro, a 5o de Março, de huma divisão de tropas escolhidas de todas as armas, que o governo mandára vir de Portugal afim de intervir na guerra civil que assolava o Rio da Prata, e de se apoderar de Montevideo e da Banda Oriental. Compunha-se esta divisão de perto de cinco mil homens de infantaria, cavallaria e artilharia debaixo do commando do tenente-general Carlos Frederico Lecor, e dos Brigadeiros Jorge de Avilez Zuzarte, Francisco Homem de Magalhães Pissarro Pinto e Silveira. Soldados e officiaes tinham militado com gloria na guerra peninsular e rivalisado com as tropas inglezas. Depois de passados em revista, e de receberem



merecidos elogios do marechal-general Beresford, marquez de Campo-Maior, receberão a denominação de Voluntarios Reaes e a 12 de Junho embarcarão para a Ilha de Santa-Catharina. s D. João VI tomou por armas do Reino—Unido humasphera armillar de ouro em campo azul, com o escudo real portuguez inscripto, e humacoróa sobreposta. No decurso do referido anno foi creada a Nova-Villa das Lavras no Ceará, e a de S. Miguel das Aréas, na provincia de S.—Paulo, e se erigio huma nova comarca na Ilha de Marajó. 1817. — A 9 de Janeiro de 1817, conferio Elrei a seu filho primogenito o titulo de Principe Real dos Reinos-Unidos de Portugal, Brasil e Algarves, em lugar do que d'antes tinha de Principe do Brasil. Guerra no Rio da Prata.—No decurso d'este anno começou a guerra no Rio da Prata, para cuja intelligencia convém expór brevemente a origem das desavenças entre o governo de Buenos-Ayres e a corte do Brasil. Quando Buenos-Ayres se declarou independente da Hespanha e se constituiu Republica Argentina, tentou conservar a posse da Banda Oriental do Rio da Prata, como annexa a Buenos-Ayres; mas o general Elio, fiel á Hespanha, se apoderou de Montevideo em nome de

Fernando VII; mas pouco depois tendo sido vencido pelo chefe dos independentes, Artigas, na batalha de las Piedras, este, reforçado por Rondeau, poz, cerco á praça de Montevideo. Elio vendo-se apertado, recorreo á córte do Rio de Janeiro solicitando auxilio; esta lhe mandou hum corpo de quatro mil homens; mas havendo algum tempo depois feito Elio a paz com Artigas, ficou a Banda Oriental livre, e retirárão-se as tropas portuguezas. Não tardá rão porém a renovar-se as hostilidades. Tendo o novo governador de Buenos-Ayres, o general Vigodet, recebido reforcos de Hespanha, tentou reapossar-se da Banda Oriental; mas foi derrotado por Artigas, e obrigado a retirar-se. Nesta conjectura formou o governo do Brasil o projecto de se apoderar de Montevideo e de toda a Banda Oriental, tomando por pretexto d'esta conquista o terem os republicanos de Buenos — Ayres mandado emissarios ao Rio Grande, e a S.-Paulo para excitar os habitantes a se sublevarem contra o governo portuguez. A expedição commandada pór Lecor era destinada a effectuar a conquista, de accordo com hum força debaixo do commando do general Curado, postada nas margens do Uruguay e composta de tropas do Rio-Grande e de S.- Paulo. Artigas occupava este territorio com alguns mil homens indisciplinados e só proprios

a fazer guerra de correrias á maneira dos Arabes, e dos Tartaros, mas incapazes de resistir de pé firme a tropas regulares. A maior parte consistia em cavallaria irregular mui destra em lancar o lago e as bolas, em manejar a lanca, o terçado e as armas de fogo, e promptissimos em desmontar e tornar a cavalgar de ga lope. Nas escaramucas só os cavalleiros do Rio Grande podião combatê-los com vantagem. O general Curado, depois de varias accões em que derrotou Artigas, o obrigou a passar o Uruguay com grande perda de gente e de cavallos. Ao mesmo tempo o general Lecor reforçado por tropas das capitancias de S.-Paulo, Rio-Grande e Santa-Catherina, tomou sem resistencia Santa-Theresa e Maldonado, e marchou contra Montevideo, de que se apoderou a 2o de Janeiro. O chefe Fructuoso Ribeiro, que occupava o territorio, tinha deixado na praça o commandante Barreiros, o qual a eva cuou, não tendo força sufficiente para a defender. O Cabildo (Senado da Camara) mandou huma deputação a Lecor convidando-o a tomar posse da cidade, cujos moradores desejavão subtrahir-se ás vexações e extorsões de Artigas e seus officiaes. D'esta maneira e a pouco custo ficarão os Portuguezes senhores de Maldonado e Montevideo, portos onde Artigas começava a armar corsarios contra o commercio do Bra

sil, havendo já feito algumas prezas, das quaes duas com resto da carga forão recuperadas em Montevideo. Tambem ficárão de posse do terri torio de Missões, e da margem do Uruguay; mas o resto da vasta extensão da Banda Oriental não cessou de obedecer a Artigas, o qual todavia nada tentou contra os pontos occupa dos pelas tropas portuguezas. Levantamento de Pernambuco. — As novas d'esta facil conquista enchérão de jubilo o mi nisterio, e forão celebradas com grandes festas; mas hum acontecimento inesperado veio assus tar o governo, ameaçando-o de huma proxima dissolução. Foi este a revolução de Pernambuco, que, por ter rompido antes do tempo aprazado, se mallogrou. Tinha por objecto abolir o po der regio, e constituir o Brasil em republica federativa, á imitação dos Estados-Unidos. O plano estava combinado com outras capita nias, e particularmente com a Bahia, onde ha via numerosos socios de todas as classes, e mui tos d'elles militares. Hum accidente fortuito determinou a explosão antes do dia conven cionado. No dia 6 de Marco o capitão de arti lharia José de Barros Lima, por alcunha o Leão Coroado, estando na parada foi reprehendido pelo seu chefe o brigadeiro Manoel Joaquim, e suspeitando pelas expressões d'este official es tar descoberta a conjuração, puxou da espada

e matou o brigadeiro; acodio o coronel Alexandre Thomaz, ajudante de ordens do Governador, para apaziguar o tumulto da tropa amotinada, mas foi logo morto pelos soldados revoltados, que contra elle fizeram fogo. Entretanto os conjurados se congregão, amotinão o povo e a mais tropa, fazem tocar os sinos a rebato, proclamão a independencia de Pernambuco, e nomeião hum Governo provisional composto de cinco dos principaes cabeças da revolução. Erão estes os seguintes: Domingos José Martins, negociante que havia residido em Inglaterra, e que foi o principal autor da conspiração; o padre João Ribeiro; o advogado José Luiz de Mendonça; o capitão José de Barros Lima; o coronel de milicias José Corrêa de Araujo; e por secretario, o padre Miguel Joaquim de Almeida. O velho governador Caetano Pinto de Miranda Monte-Negro que se havia refugiado na fortaleza de Brum, obrigado a capitular no dia 7 de Marco, foi conduzido em huma embarcação ao Rio de Janeiro. O Governo provisional poz o maior desvelo em organizar meios de defesa contra o ataque que receava da parte das forças realistas do Rio de Janeiro, porque os conjurados confiavão na cooperação dos Bahianos; mas carecião de officiaes habéis e valerosos. Hum incidente imprevisto mallogrou na Bahia a projectada e

bem combinada insurreccão, na qual havião tomado parte muitos negociantes ricos e outras pessoas distinctas. O principal emissario de Pernambuco foi apprehendido com os papeis e instruccões que levava. O Governador, conde dos Arcos, expedio com a maior promptidão o marechal de campo Joaquim de Mello Leite Cogominho de Lacerda, com hum corpo de tropas contra os insurgentes, e fez bloquear o Recife por huma frota de navios mercantes armados em guerra e commandados pelo capitão tenente Rufino Peres Baptista. Reduzidos a suas unicas, escassas mal organisadas forças, os insurgentes descorçoados, ainda antes de combater, forão facilmente derrotados no dia 15 de Maio, e inteiramente dispersos nos campos de Ipojuca. Martins foi aprisionado pelo capitão de milicias da Villa do Penedo, Antonio José dos Santos; e o padre João Ribeiro vendo tudo perdido, poz fim á sua existencia. Chegando ao Recife a noticia do total desbarate dos insurgentes, dissolveo-se o Governo provisional, e foi commettido o governo civil e militar a Domingos Theotônio Jorge, que debalde procurou obter do commandante do bloqueio condicções honrosas. O povo esmoecido e cansado do estado de suspensão do commercio, entregou os fortes ás tropas a 20 de Maio, ficando encarregado interiramente

do governo da provincia o chefe de divisão, Ferreira Lobo. Forão logo presos muitos dos conspiradores, e remetidos para a Bahia; al guns escapárão pela fugida. Hum d'elles tinha sido mandado aos Estados-Unidos com fun dos para comprar navios, armas e municões, o que não teve tempo de effectuar. He de notar que entre os officiaes das tropas expedidas da Bahia, havia muitos do partido dos conjurados, e se estes tivessem combatido com valor e conseguido triumphar no primei ro conflicto, he mui provavel que fraternisan do houvessem effectuado a projectada revo lução democratica na Bahia. Ao conde dos Arcos devêrão os habitantes compromettidos da Bahia o não serem processados; e parece certo que para o conseguirem, lhes derão som mas consideraveis de dinheiro. Algumas pes soas de credito me assegurarão que o conde dos Arcos estava iniciado nos projectos dos conjurados, e lhes não teria sido contrario se tivessem triumphado : talvez fosse eleito Presi dente da Republica. Martins, Mendonça e o padre Almeida fo rão enforcados; outros forão condemnados ao degredo ou ao carcere. Logo que chegou ao Rio de Janeiro a noticia da sublevação de Pernambuco, apromptou o governo huma esquadra commandada pelo

chefe de divisão Rodrigo José Ferreira Lobo, em que se embarcou hum corpo de tropas es colhidas capitaneadas pelo tenente-general Luiz do Rego Barreto, nomeado governador de Pernambuco. Partio a expedição a 4 de Maio, mas quando chegou ao Recife, achou tudo pacificado, e as tropas não tardarão a regressar. MWovo ministerio. — Pela morte do conde da Barca, Antonio de Araujo, foi creado hum novo ministerio composto dos seguintes individuos : presidente do erario, João Paulo Bezerra; negocios estrangeiros e da guerra, o conde de Palmella; marinha e ultramar, o conde dos Arcos; negocios do reino, o desembargador do Paco Thomaz Antonio de Villa-Nova Portugal. Por carta regia de 12 de Agosto determinou Elrei que se formassem sociedades de accionistas para exploração das minas debaixo da direcção de hum inspector geral. No decurso d'este anno chegou huma nova divisão de tropas vindas de Portugal, destinadas a proseguir a guerra contra Artigas. Chega ao Rio de Janeiro a archiduqueza Leopoldina.—A 5 de Novembro se avistou a esquadra que conduzia ao Rio de Janeiro a archiduqueza de Austria Leopoldina, filha do imperador Francisco II, cujos desposorios com o Principe D. Pedro havião sido celebrados em



Vienna pelo marquez de Marialva, embaixador de D. João VI em França. Tinha-se embarcado em Liorne a 15 de Agosto com a sua comitiva, e arribou a esquadra a 11 de Setembro á ilha de Madeira onde a Princeza foi recebida com as maiores demonstracões de alegria e de respeito. A Princeza vinha na nao D. João JVI, a qual era acompanhada pela nao S.-Sebastião, a que se ajuntou a fragata austriaca Augusta. A 6 de Novembro desembarcou a Princeza no Rio de Janeiro, e foi recebida com a maior solemnidade. Os augustos esposos receberão a benção nupcial, e esta união foi celebrada por regozijos, festas e illuminacões esplendidas.

Chegada de naturalistas allemães encarrega dos de explorar o Brasil. — Na fragata austriaca denominada o Imperador de Austria, que ti nha conduzido no mez de Julho ao Rio de Janeiro o barão de Neveu encarregado de negocios do seu soberano, vierão tambem alguns naturalistas allemães com o fito de explorar a natureza até alli tão pouco conhecida do vasto territorio brasilico. A commissão scientifica da Austria foi organizada por M. Van Schreibers, director do museo imperial de historia natural: o professor Mikau de Praga foi encarregado da parte botanica e da entomologia; M. Pohl, da mineralogia; M. Natterer, da zoologia; M. Th. Ender, pintor paysagista, e M. Buckberger, pin

## 2 O HISTORIA

tor botanista, e M. H. Schost, horticultor, fazião parte da expedição. Os dois academicos bavaros aggregados a esta commissão erão o doutor João Baptista Von Spix, e o doutor C. F. Phil. Von Martius, membros distinctos da Academia de Munich : o primeiro devia occupar-se de zoo logia, e o segundo da botanica. Dos uteis trabalhos d'estes sabios tem resultado preciosas addiçõs aos con hecimentos scientificos. A ex pedição partio de Trieste a 1 o de Abril de 1817, aportou ao Rio de Janeiro a 14 de Julho, e sa hio d'esta capital a 8 de Dezembro, para co megar a exploração. Convencão com Inglaterra restringindo o com mercio de escravos.— Huma convenção ajustada entre a Inglaterrae o Portugal, assignada a 28 de Julho, restringio o commercio dos escravos nas costas pertencentes aos Portuguezes em Africa, ao sul do equador; na oriental, desde Cabo-Delgado e a Bahia de Lourenço Marques, e na occi dental, desde 8°até 18° de latitude meridional. A Inglaterra, como já dissemos, concedeo 500:000 libras para indemnisação dos proprietarios de navios injustamente apreizados pela marinha britannica. A este tratado se seguio a publica ção de hum alvará para pórem execução da referida convenção, pronunciando penas de confiscação dos navios portuguezes, e degredo do piloto e sobrecarga que infringissem. as es

o.

tipulações do tratado, O degredo era por cinco annos para Mogambique. Os seguradores dos navios condemnados devião pagar o tresdobro do premio do seguro. Tambem continha hum regulamento para os navios destinados ao trafico dos escravos nos limites em que continua va a ser permittido. Este alvará foi publicado a 26 de Janeiro de 1818, e no mesmo anno huma commissão mixta composta de Inglezes e Portuguezes foi estabelecida no Rio de Janeiro para averiguar e decidir as materias conten ciosas relativas a este trafico, e forão nomea dos commissarios das duas nacões nos portos de Africa e nos outros portos do Brasil. Tratado com a Franca. Restituição de Caren na. — Por hum tratado entre a França e Portugal foi restituída a Guyana francesa até ao rio Oyapoc, cuja foz está situada entre o 4° e 5° grao de latitude septentrional, e até ao 522° de longitude occidental do meridiano da Ilha de Ferro. Pelo alvará de 15 de Outubro foi creada huma villa no povo de S.-Luiz da provincia de Missões com a denominação de villa de S.- Luiz da Leal Bragança, ficando desmembrada do territorio do Rio-Pardo, tendo por limi tes, pelo norte, o sertão do Uruguay, pelo sul o rio Ibicuy até á barra do Joropy, e por este acima até entrar na ponta da Serra Geral junto

## 2 2 HISTORIA

á picada de S. Martinho; pelo léste o rio Ja cuy, e pelo oéste o Uruguay. A 29 de Novembro falleceo o ministro da fazenda João Paulo Bezerra. 1818. — Acclamação d'Elrei D. João JVI. A 6 de Fevereiro foi com o maior apparato e demonstracões festivas acclamado D. João VI, Rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Al garves; titulo pomposo e futil, precursor da separação definitiva do Brasil, cada vez mais desligado das suas primitivas relaçõs com a mãi-patria, pela serie dos acontecimentos que rapidamente se havião manifestado desde a chegada da familia Real ao Rio de Janeiro, e accelerada pela inepecia dos ministros que des de aquella epocha regêrão a monarchia por tugeza, e constantemente sacrificárão os in teresses mutuos de Portugal e do Brasil aos das ° potencias estrangeiras, e com especialidade aos da Gran-Bretanha. Ainda depois de abertos os portos do Brasil aos vasos estrangeiros e aos productos de sua industria, restavão poderosos lagos commerciaes entre Portugal e a sua anti ga colonia; mas o gabinete de D. João VI se esmerou em os romper, effectuando assim a ruina immediata de Portugal, e preparando a do Brasil, mais remota, mas não menos in fallivel. Guiado pelo mesmo espirito de futilidade

creou D. João VI huma nova ordem militar com a denominação de Ordem da Conceição. Por outros alvarás concedeo o tratamento de senhoria aos membros do Senado da Camara do Rio de Janeiro e ao deputado do Senado de Macao. Por hum decreto concedeo aos moradores do Rio de Janeiro o privilegio de apo sentadoria passiva, e por outro mandou fechar a devassa contra os levantados de Pernambuco. Esta ultima medida, dictada pela clemencia, foi universalmente approvada como prudente. Para celebrar a sua acclamação fez Elrei hum sem numero de promoções no exercito, e nos outros ramos do servico regio; conferio titulos, commendas, habitos com profusão e compouco discrimen, não tendo os mais dos favorecidos outros meritos alem do de cortezãos. No principio do mesmo anno se mandou for mar em Mato-Grosso huma legião composta de infantaria, cavallaria e artilharia. E por hum alvará de 51 de Marco forão de novo prohibidas as sociedades secretas; prohibição illu soria que só servio de patentear os receios e a impotencia do governo. Ao mesmo tempo augmentou os direitos sobre os escravos vin dos de Africa. No decurso do mesmo anno se estabeleceo huma Colonia nas margens do rio Jequitinho nha, e outras em distancias proporcionadas, até

ao Salto Grande e Belmonte, que tem contri buído a civilisar os ferozes Botocudos, dos quaes muitos começam a dar-se á cultura da terra. Descobrio-se hum novo meio de facil communicação com Minas-Geraes, pelo Rio Sal sa que desembocca no Porto de Canavieiras, o que evita as difficuldades da viagem pelo Jequi tinhonha e Belmonte até á costa do mar. Tam bem se abriu huma nova estrada pelos sertões desde a povoação de Vianna, termo da villa da Victoria, na provincia do Espirito Santo; vai ter ao quartel de Ourem onde a antiga se dirige a Villa-Rica. Pela nova estrada se evita a serra dos Aymores. Continúa a guerra contra Artigas. Desastro sas consequencias d'ella. — Proseguio a guerra contra Artigas, sendo victoriosas as tropas Por tugezas em todos os encontros, sem todavia poderem conseguir anniquilar as forças d'a- quelle chefe de bandos, que, pelejando á ma neira dos Beduins e dos Tartaros, se dispersão depois de derrotados e tornão a unir-se em sitio conveniente. Sem bagagens, montados em li geiros e rapidos cavallos, destros em manejar todas as armas, e tão promptos em cavalgar como em desmontar no meio da carreira, são inimigos terriveis nas vastas planicies d'aquel las regiões, e só os habitantes do Rio Grande do Sul podem a cavallo competir com elles,

sendo, como elles, igualmente destros em todos os exercicios. Em quanto assim combatião os Portuguezes com gloria e sem fructo, Artigas que já não possuia hum só porto de mar, arrui nava o commercio portuguez concedendo le tras de marca a corsarios ou antes piratas (ame ricanos os mais d'elles), que cobrião o Oceano, e descaradamente arvorávão a bandeira de Artigas, sem muitas vezes haver entre a gente da tripolacão hum só natural do Rio da Prata ou das margens do Uruguay. A incuria e a incapacidade do ministerio soffreo por muitos annos estas depredacões sem tentar meio algum efficaç de pôr termo a tão infame systema, tolerado pelo governo dos Estados-Unidos com tanto escandalo; sendo constante que muitos

individuos dos mais eminentes por seus cargos em Baltimore erão interessados no curso piratico contra os navios portuguezes, de accordo com o governador da ilha dinamarqueza de São Thomás e outros. O ministro que então residia em Washington (José Correa da Serra), nada conseguiu, e até se deixou illudir pela espeziosa concessão de huma lei aparentemente destinada a castigar os piratas americanos, mas que só servio de os proteger, fornecendo lhes perante os tribunaes abundantes subter fugios e escapatorios. Chegou a audacia do Governo dos Estados-Unidos a tal ponto, que hum

navio mercante portuguez (a Marianna Flora), aprezado por hum navio de guerra americano e conduzido a Boston como pirata, e breve mente depois restituído ao capitão por ordem do secretario d'Estado John Quincy Adams, por ser manifesto o engano, veio mais de hum anno depois a figurar em huma lista de embarcações de piratas aprezadas pela marinha americana, apresentada ao Congresso pelo ministro da marinha, sendo ainda o mesmo Adams ministro d'Estado. Em vão reclamei a immediata mente contratada egreja falsidade; só obtive satisfação tardia, e nenhum dos ministros teve a boa fé de contradizer a voluntaria e odiosa falsificação: ficou pois ficará tão atroz mentira consignada para sempre no archivo das sessões do Congresso! Que se podia esperar de hum tal governo desprezador do direito das Gentes, a favor do nosso commercio victima da insaciavel cubica dos piratas de Baltimore? Hum unico meio se offerecia, e quehouvera sido efficaç; mas não havia no gabinete de D. João VI homem assaz resolutto para o pôr em practica. Consistia em aprezar hum numero de navios americanos sufficiente para nos indemnizar das nossas perdas, precedendo hum embargo dos navios nacionaes nos nossos portos, para não cahirem em

"Era eu então Encarregado de negocios de Portugal.



poder dos Americanos. Taes forão as calamidades que a pueril ambição do ministerio suscitou ao commercio nacional. Esta mal fadada conquista da Banda Oriental custou caro a Portugal e ao Brasil. - No decurso do mesmo anno forão erigidas em cidades as Villas de Mato-Grosso, antes Villa Bella, a Villa-Real de Cuiabá, Villa-Boa capital de Goyaz, e Mocambique, na Africa Oriental. Colonia Suissa.—Havendo M. Gachet, agente do cantão de Friburg, pedido a Elrei huma concessão de terras em Canta-Gallo para alli se vir estabelecer huma colonia de Suissos agricultores, foi-lhe isto concedido por decreto de 16 de Maio 1818. As condições forão as seguintes : « Concede-se a todos os Friburguezes da religião catholica o virem fixar-se no Brasil, obrigando-se Elrei a pagar as despesas de cem familias; isto he a passagem até ao Rio de Janeiro e d'alli até Canta-Gallo, sendo alojados em quanto não tiverem construido habitações. Cada familia, alem de receber em plena propriedade huma porção de terra izenta de renda ou pensão alguma, receberá bestas, gado, se mentes, e viveres em especie ou em dinheiro nos primeiros dois annos do estabelecimento, e alem d'isso cada colono receberá no primeiro anno 160 réis diarios, e no segundo anno 80 réis por dia. A Colonia será denominada

Nova-Friburgo, terá capella, servida por ecclesiasticos da sua nação.» Exigia-se que entre os colonos viessem officiaes de todos os officios mecanicos, e hum cirurgião. Concedia-se á villa todos os privilegios das villas portuguezas, com Senado da Camara proprio, e sendo gover nada por hum director em quanto não fosse nomeada a Camara. Erão os colonos izentos por dez annos de todos os encargos pessoas e im postos territoriaes, excepto o direito do oiro e sobre artigos de contracto regio. Permittia-se aos que quizessem voltar á Europa dispór de todos os seus bens móveis e de metade dos im moveis, e regulava-se o serviço da milicia e do exercito a que serião sujeitos passados os ditos dez annos, e quando o estado da povoação o permittisse. Esta mal calculada operação teve a sorte que era de esperar, como adiante vere IInOS, Fundição de ferro de Ipanema.- Pelo incansavel desvelo do tenente-coronel Frederico Luiz Guilherme Varnagem foi erigida a fundição de ferro em S.-João de Ipanema, onde foram construidos fornos altos, sendo o primeiro producto d'ella hum cruz do peso de oito quintaes, destinada a ser collocada no alto da montanha de Garassoava, d'onde se extrahe o mineral. 1819. — Elrei, querendo recompensar a

fidelidade dos Indios do Ceará, Pernambuco e Paraiba, que tinham marchado contra os insurgentes do Recife, izentou aquelles indigenas de certos impostos a que estavam sujeitos, por hum decreto de 25 de Fevereiro de 1819. Se nesta e outras semelhantes occasiões se nos trarão os indigenas, assim como os escravos africanos, favoraveis á autoridade Regia e dispostos a combater contra os habitantes sublevados, he porque sujeitos ao pesado jugo dos proprietarios do solo, só nos agentes do governo encontravão alguma protecção. Até á epocha de que tratamos, os Portuguezes estabelecidos no Brasil e seus descendentes não cessarão de tratar com o maior desprezo as nações indigenas, que tentarão reduzir á condição de escravos. Aos missionarios devem estes infelizes a protecção do Rei, beneficio de que os Indios conservão grata memoria. No mez de Marco chegou a noticiada morte da Rainha de Hespanha, D. Maria Isabel, fallecida a 26 de Dezembro de 1818. Esta virtuosa e amavel princeza, victima do Nero hespanhol, terminou a sua angustiada vida a 26 de Dezembro de 1818, no palacio de Madrid. Pessoas dignas de credito me assegurarão que o brutal tratamento que experimentou de seu feroz marido contribuiu grandemente a abreviar os dias da desditosa rainha.

Nascimento da Princeza D. Maria da Gloria. — A 4 de Abril deo a Princeza Leopoldina á luz huma menina que foi baptizada D. Maria da Gloria, e he hoje Rainha de Portugal. Por tão fausto successo houve grandes regozijos, e hum sem numero de graças e titulos concedi dos por D. João VI. Ereccão de hum templo protestante. — No dia de 12 de Agosto, anniversario do Principe Regente do Reino Unido de Inglaterra, puzerão os Inglezes a primeira pedra da capella do rito anglicano, em virtude da permissão concedida pelo Tratado de commercio de 19 de Fevereiro de 181o. Este acto foi visto com satisfação pelos habitantes da capital, e fez ver aos estrangeiros que a Nação Portugueza abraçando as maximas da san philosophia, havia inteiramente renun ciado ao fanatismo de seus maiores, e adoptado o benefico systema da tolerancia religiosa. Aos illustres escriptores francezes doXVIIIº seculo, e particularmente a Voltaire, devemos tão feliz erapido progresso, para o qual cooperou po derosamente o marquez de Pombal. Continuou a guerra contra Artigas, sempre batido e nunca de todo vencido em repetidos encontros de pouca importancia, e sem o me nor resultado util para nós. Começarão a chegar alguns colonos suissos, e derão-se algumas providencias para os alo

jar interinamente em algumas barracas, em quanto não tivessem construido em Canta-Gallo a villa e aldéas que devião denominar-se No va-Friburgo. Este projecto mal concebido não teve effeito, e os mais dos colonos suissos se virão pouco depois obrigados a se alistarem como soldados. Não he de estranhar que hum governo tão prompto em emprehender e tão inhabil em executar, deixasse mallograr este louvavel ensaio de colonisação. Poucos annos antes havia o ministerio do Rio de Janeiro dis pendido quantia não pequena para conduzir ao Brasil alguns centos de facinorosos tirados das galés de Napoles e da Sicilia. Esta inaudita transaccão foi objecto de huma negociação es pecial do ministro portuguez com Elrei de Napoles ! Este simples facto bastaria para ca racterizar o gabinete de D. João VI. Instancias do gabinete britannico para que Elrei volte d Europa. — No mez de Novembro chegou ao Rio de Janeiro M. Thornton, envia do extraordinario do Principe Regente de In glaterra. Este diplomata vinha encarregado de renovar as instancias a D. João VI para que voltasse a Europa. O gabinete britannico con vencido que lhe era muito mais facil governara monarchia portugueza residindo o seu chefe em Lisboa, desejava anciosamente a partida da Córte do Rio de Janeiro, antevendo a proxima

e inteira separação do Brasil constituido estado independente. Mas D. João satisfeito da suasi tuação, desafogado da influencia britannica, e não tendo que recear perigo algum immi nente, se obstinava em resistir ás representa ções do gabinete de S.-James. Medindo a im portancia de Portugal pela limitada extensão do seu territorio, apenas considerava o bergo da monarchia como huma insignificante de pendencia da sua antiga colonia tão vasta e rica. A inercia natural d'este principe dava nova força á repugnancia constante que elle havia manifestado a voltar a Portugal. Creação de villas. — No decurso d'este anno forão creadas as villas de S.-João da Cachoeira, na provincia do Rio-Grande de S.—Pedro do Sul, d'antes simples freguezia do termo de villa do Rio-Pardo. Igualmente foi elevada a villa a povoação da Praia-Grande, fronteira á cidade do Rio de Janeiro. Mandou-se abrir huma nova estrada de Campos de Goitacazes a Minas-Geraes, desde a villa de S.-Salvador até ao registo do Rio da Pomba, quasi na foz do rio Paraíba. Elrei approvou no fim do mes mo anno os estatutos de huma sociedade de agricultura, commercio e navegação do Rio Doce. No decurso de 1819 entrárão no portodo Rio de Janeiro trezentas e quatorze embarca

ções mercantes estrangeiras, e só cento e se tenta e tres portuguezas (excluindo a navegação eosteira entre os portos do Brasil); o que bem mostra a decadencia da navegação nacional, e a superioridade que sobre ella adquiria de dia em dia a marinha mercante estrangeira. 1820. Creação de villas. — No comeco de 1820 elevou Elrei a villa o lugar de Morro Queimado onde tinha acolhido os Suissos, com o titulo de Nova-Friburgo. Forão igualmente creadas as villas de Pastos-Bons e de S.—Bernardo, desmembradas do Termo da villa de Caxias. Foi tambem creada a nova comarca de S.-Francisco, desmembrada da do Sertão de Pernambuco, e erigida em villa a povoação de Campo-Largo, e a freguezia de Pati do Alferes, e a do Alto-Paraguay diamantino, desmembrada do termo da cidade de Cuiabá na provincia de Mato-Grosso. - Mandou-se no mesmo anno que se aperfei coasse a estrada da Graciosa a Antonina para facilitar a communicacio entre a villa da Corytiba e Paranaguá, rompendo os matos e fazendo desaparecer os outros obstaculos. Abertura da Praca do Commercio do Rio de Janeiro. — No mesmo anno se abriu a nova Praça do Commercio do Rio de Janeiro, e o Governo concedeo doze pensões a doze mocos

pobres, para que pudessem frequentar a escola medico-cirurgica. Modificação dos direitos de entrada. — Por hum alvará de 5o de Maio forão modificadas as disposições do alvará de 25 deAbril de 1818 relativamente aos direitos de entrada sobre gene ros de Portugal e de outras terras. Impoz-se o direito addicional de 8000 réis aos vinhos es trangeiros, e abolio-se o favor da diminuição da quarta parte dos direitos do vinho, aguar dente e azeite estrangeiro vindo em embar cacão portugueza. A esta segunda disposição, funesta á marinha mercante de Portugal, deo se por pretexto, que se deixava a produccão nacional para transportar a estranha. D'esta maneira perdérão os navios portuguezes o frete sobre generos estrangeiros, e a impor tação d'estes cresceo rapidamente introduzida por embarcacões estrangeiras. O nescio gabi nete do Rio de Janeiro parecia empenhado em arruinar Portugal, exasperando anacão a quem havia annos se arrancava dinheiro e tropas, sem se lhe oferecer a menor compensação. No decurso de 182o entrárão no Rio de Janeiro trezentos e vinte e seis navios mercantes es trangeiros, e só cincoenta e sete portuguezes vindos da Europa, cincoenta e oito de Africa, e tres da Asia. Pinda do marechal Beresford. — No meiado



de 1820 pela segunda vez chegou ao Rio de Janeiro o marechal-general Beresford, vindo de Lisboa a bordo da fragata ingleza Spartan, com a brevissima viagem de vinte e oito dias. O objecto da sua vinda era obter poderes dictatoriaes para governar Portugal, ameaçado de huma proxima revolução da mesma natu rezada que acabava deseffectuarem Hespanha, onde a constituição de 1812 tinha sido proclama da. Este satrapa de Portugal sem difficul dade obteve o posto de General junto á Real Pessoa, e poderes de Vice-Rei de Portugal; e para contentar a tropa portugueza, deo-se-lhe huma quantia consideravel de dinheiro para pagar os soldos atrasados. Cheio de jubilo e li songeando-se de ir de novo tyrannisar os Por tuguezes, embarcou-se a 15 de Agosto na nao ingleza /'engeur ; mas quando chegou a Lis boa teve a mortificação de ser obrigado a reti rar-se a Inglaterra sem haver obtido licença de desembarcar. Chega ao Rio de Janeiro o conde de Palmel la. — A 25 de Dezembro chegou ao Rio o con de de Palmella a bordo da corvetta de guerra austriaca Carolina, vindo de Lisboa onde de balde tinha tentado, de accordo com os Regen tes do Reino, obstar ao progresso da revolução que tinha rompido nacidade do Porto. Vinha

expór a Elrei a sua opinião relativa ao estado

de Portugal, e propór-lhe a adopção de huma constituição semelhante á Carta de Luiz XVIII, por meio da qual confiava acalmar a effervescencia da nação, indo ao mesmo tempo residir em Lisboa D. João VI, ou seu filho D. Pedro. A rapidez dos acontecimentos frustrou hum tal plano. Prosegue a guerra contra Artigas. — No territorio de Missões e nas margens do Uruguay continuou a guerra contra Artigas. Este chefe atrevido e infatigavel, depois de algumas vantagens parciaes, soffreo huma completa derrota a 22 de Janeiro nas margens do Taquarem bó. Na ausencia de Artigas, commandava o general La Torre e Pantaleão Sotello hum corpo de dois mil e quinhentos homens com quatro peças de artilharia. O conde da Figueira alcançou huma victoria completa; mil e trezentos homens do inimigo foram mortos, ou ficaram prisioneiros; a artilharia, bagagens e mais de cinco mil cavallos e bestas muas foram apreçadas. Sotello perdeu a vida, e La Torre ficou prisioneiro. Apesar d'este feito continuou amalfadada luta, cujo exito não devia aproveitar nem a Artigas nem ao Brasil, e só servio de assolar aquellas vastas e férteis campinas. To davia o ministerio celebrou esta victoria como hum grande triumpho, e annunciou com jactancia que em breve seria consummada a rui

na de Artigas, e consolidada a posse tranquilla dos Portuguezes em toda a Banda Oriental do Rio da Prata. Depressa se dissiparão estas illu sorias esperanças. 1821. — Creação de Relação da Pernambuco. No principio d'este anno concedeo Elrei á cidade do Recife de Pernambuco huma Rela cão, e fixou os limites da sua juridicção. Nascimento do Principe D. João Carlos Pedro. A 7 de Marco deo a Princeza Real á luz hum filho que foi baptizado com o nome de João Carlos Pedro, etc. Revolução de Portugal e suas consequencias no Brasil. — Agora vamos referir os memora veis acontecimentos que assignalárão os annos de 1820 e de 1821, que tão grande influencia tiverão sobre a sorte do Brasil. Desde 1808 não tinha cessado Portugal de soffrer huma serie não interrompida de males, huns, filhos da guerra, e outros ainda mais graves e profundos, originados do desgoverno em que tinha jazido o reino desde a morte d'Elrei D. José, desgoverno escandalosamente augmentado durante a regencia do Principe. A translação da córte ao Brasil de dia em dia tinha aggravado o triste e deploravel estado de cadente de Portugal. Tratado por seu rei como colonia, e reduzido a huma Nababia pelo ga binete britannico, debalde derramavão o seu

sangue os valerosos soldados lusitanos na península hispanica; cobertos de esteril gloria nem hum outro fructo colhia a nação de victorias de que só Albion se aproveitava : Wellington e Beresford a seu prazer dispunhão de Portugal, e de todos os seus recursos, ostentando a insolente arrogancia que caracteriza a nação ingleza. Sacrificando os interesses de Portugal nos tratados que terminarão a guerra contra a França, o gabinete britannico tratou Portugal como alliado de que já não carecia, e resolveo regê-lo por meio de seus agentes, como se fôra hum dependencia da Corôa de Inglaterra. Entregue a regentes ineptos, doceis instrumentos do proconsul Beresford e do embaixador inglez Stuart, desfallecia a misera nação descontente, mas desalentada. Indignava-se da ignobil condição a que se via condemnada, mas afeita ao jugo despotico não conservava energia capaz de o sacudir. Rebentou enfim a revolução de Hespanha, foi proclamada a Constituição decretada pelas Córtes de Cadizem 1812, e este inopinado successo veio despertar no coração de alguns patriotas portuguezes os sentimentos da dignidade nacional. Proclamados os direitos da nação no Porto a 24 de Agosto, e adoptadas as bases da constituição futura, conforme á hespanhola, foi este acto acolhido com universal regozijo em todo o reino, sem

que nos primeiros mezes de tão notavel successo se levantasse em todo o Portugal huma só voz dissenciente. Hum dos mais poderosos motivos que popularisou a revolução, foi a bem fundada esperanza que Elrei não tardaria a voltar a Lisboa, annuindo aos votos energicamente expressados no Manifesto publicado pelos chefes da revolução e membros do Governo provisional. Não ha exemplo de huma revolução tão prompta e completa, a que huma nação toda mostrasse adhesão tão unanime, em toda a extensão da monarchia. Apenas foi conhecida no Brasil a revolução de Portugal, foi geral o enthusiasmo que ella excitou. No primeiro de Janeiro se sublevárão os habitantes do Pará, destituirão as autoridades e proclamárão as bases da constituição futura de Portugal. Na Bahia foi installada a 1.º de Fevereiro huma Junta provisional de governo, composta de dezoito membros, que publicou huma proclamação em que adheria em termos energicos aos principios da revolução de Portugal. A revolução na Bahia foi effectuada pelos tres tenentes coroneis, Freitas do regimento de artilharia, Oliveira, do de cavallaria, e Pereira, do batalhão nº 12.º primeiro se apos sou do trem, á frente do seu regimento, guardou os pontos principaes da cidade, e com

cento e quarenta homens e sete peças foi á praça do Palacio onde proclamou a Constituição futura que haviam de redigir e promulgar as Córtes de Portugal. Em vão tentou o governador Conde da Palma obstar ao movimento dando ordem aos regimentos I e 2 e ao batalhão nº 12 de se formarem na Praça da Piedade, onde o fanfarrão Felisberto Caldeira Brant se offereceu a marchar contra os patriotas e re tomá-los o trem. Quiz com effeito executar este projecto, e foi com cento e sessenta homens tentar fortuna; mas, repellido pelos capitães Falcão e Velloso com perda de dez homens mortos (sendo hum d'elles o major Her mogenes) e mais de vinte feridos (sendo hum d'elles o major Castro do 1º), fugio em debandada para a Praça da Piedade. Vendo o Conde a inutilidade dos seus esforços cedeo á necessidade, e, depois de convocar hum Conselho militar, proclamou a Constituição futura de Portugal. O Senado da Camara tomou immediatamente a seguinte Resolução; monumento incontestavel da sympathia que existia entre os Portuguezes da Europa e da America. Continha as disposições seguintes. 1º Jurava obediencia ao Rei D. João VI, reconhecia a sua dynastia e a Religião Catholica. 2º Jurava observar a Constituição que fizessem as Córtes de Portugal, e interinamente a

da Hespanha de 1812, como fôra adoptada em Lisboa. - 5.º Que a Camara proporia á tropa e Povo as pessoas que devião formar huma Junta Provisional que governasse a provincia em quanto Sua Majestade não jurasse a sobredita Consti tuição. 4.º Que o Governo Provisional, logo que fosse installado, publicasse hum acto de adhesão, por si e em nome da provincia, ao Governo de Portugal, á nova ordem de cousas alli estabeleci da, que seria transmittido ao dito Governo e a Elrei. 5.º Determinava que o Governo Provisional procedesse logo á nomeação de Deputados da provincia ás Córtes de Portugal. 6.º Que todos os actos da administração pu blica continuassem como d'antes, em nome d'Elrei. 7.º Proclamava huma reconciliação geral en tre todos os habitantes, qualquer que fosse a Sua opinião. Em conformidade do precedente acto, ap provou o povo as seguintes pessoas, para membros da Junta Provisional do Governo : Luiz Manoel do Moura Cabral, presidente; Paulo José de Mello Azevedo e Brito, vice-pre sidente; José Fernandes da Silva Freire, Fran cisco de Paula de Oliveira, José Antonio Ro

drigues PVianna, Francisco Pereira, Francisco Antonio Felgueiras, o tenente-coronel Manoel Pedro de Freitas Guimarães; José Lino Coutinho (que foi deputado nas Córtes de Lisboa) secretario, e José Caetano de Paiva Pereira, também secretario. A Junta nomeou logo huma Commissão preparatoria e consultativa para a eleição dos Deputados da Provincia da Bahia para as Córtes de Portugal, da qual foi nomeado presidente o Desembargador do Paco, José Joaquim Nabuco d'Araujo. Expedio logo a Junta navios armados em guerra a Pernambuco com a noticia dos successos da Bahia, o que decidio igual explosão na capital d'aquella Provincia. Já antes de haver chegado ao Rio de Janeiro a noticia d'estas sublevacões havia grande fermentação na tropa e povo, augmentada pela indecisão d'Elrei, cujos ministros inhabeis nada ousavão propór: medidas dilatorias e miserraveis palliativos era o que se lhes offerecia, e o timido e irresoluto monarcha nada resolvia. Finalmente huma explosão veio pôr termo ás suas hesitações, não lhe deixando a possibilidade de tomar a perigosa e infructifera resolução de tentar resistir ao voto geral dos cidadãos, e da nação. Os conselheiros de D. João VI, fieis ao systema de politica dilatoria, publicarão a 21 de

w.



Fevereiro em nome do Rei hum manifesto cheio de expressões affectuosas dirigidas aos Brasileiros, em quem punha toda a confiança, e com municando-lhes a intenção em que estava de enviar o Principe D. Pedro a Lisboa com plenos poderes para negociar com as Cortes relativamente á nova Constituição, da qual S. M. promettia adoptar as disposições que se julgassem applicaveis ao Brasil. O objecto d'este manifesto era operar huma scissão entre as tropas Brasileiras e as dos corpos vindos de Portugal, que já vivião em pouca harmonia; masteve hum resultado bem differente do que se esperava. A fermentação continuou, e na madrugada do dia vinte e seis havendo o major Garcez prendido o commando do 3º batalhão de Caçadores, e decidido os soldados a seguir o partido Constitucional, fraternisou a tropa brasileira com a portugueza, e forão occupar a praça do Rocio e todas as avenidas. Os principaes chefes d'este movimento forão : o tenente-coronel Goes, o major Costa do regimento 11 muito amado da tropa, o major Pimenta, o major Padua, o clérigo Silva, e o advogado Macambira. Estes se ajuntavão a bordo de hum navio ancorado no porto, e havendo o Governo sido informado do objecto d'estas reuniões, tinha dado ordem de prisão contra elles na noite do dia vinte e cinco.

Elrei estava com sua familia na quinta de S.-Christovão, e logo que soube o que se pas sava, partio com o Principe D. Pedro e o infante D. Miguel para a cidade. Dentro em pouco se apresentou no balcão da casa da Camara o Principe D. Pedro, que já estava convocada, e dirigindo-se ao povo e á tropa que enchia a praça do Rocio, perguntou o que querião. Milhares de vozes responderão : a constituição de Portugal. Replicou logo o Principe, que, por não poder ser applicavel em todos os seus artigos ao Brasil, por isso ia ler o Decreto datado do dia 18 que annuia ao voto publico debaixo de certas modificações (e que fôra realmente lavrado a 21 ), das quaes a principal consistia em convocar no Rio de Janeiro os Procuradores do Brasil, das ilhas da Madeira, Açores e mais estados ultramarinos, para propôr as alterações que seria necessario fazer na Constituição feita e approvada pelas Córtes Portuguezas. Por outro decreto era nomeada huma commissão, para quanto antes, proceder ás eleições e convocação do projectado Congresso Brasiliense. Debalde porém tentou o Principe Real illudir o povo e tropa; Goes e Maeamboa levantando a voz de clararão que taes modificacões não erão admissiveis, e que nada se aceitava senão a Constituição futura de Portugal e as Bases d'ella já proclamadas. Exigirão em nome do povo a im

mediata demissão do ministerio e outros em pregados, offerecendo huma lista das pes soas que devião ser nomeadas em seu lugar. Vendo D. Pedro quão inutil e perigoso seria insistir, se retirou dizendo que ia expór a seu Augusto Pai os desejos do Povo, e dentro de pouco tempo voltou, e adiantando-se até ao centro da tropa disse : Aqui está hum novo de creto feito por mim e assignado por meu Pai, e o leo em voz alta, entre as maiores acclama ções do povo e tropa. O Decreto datado do dia 24 declarava que desde já approvava a Consti tuição que se estava fazendo em Lisboa, e a receberia no Brasil e mais Dominios da Sua Coróa. Feito isto foi o Principe para a varanda do theatro onde já se achava o Senado e ahi leo ao Povo o referido Decreto, e a nomeação de novos ministros e empregados, o que foi extre mamente applaudido. Ordenouimmediatamen te ao Escrivão da Camara que lavrasse o auto do juramento, e o Presidente do Senado chegando á varanda se exprimio nos seguintes termos : O immortal Principe Real, por si e como pro curador de seu Pai, vai jurar a Constituição que agora em Portugal se está fazendo, sem excep ção de artigo algum. Já a este tempo estavam alli juntos os novos ministros e funcçionarios, á excepção do Bispo que pouco depois chegou.

Perante elle e sobre os Santos Evangelhos fez o Principe o Juramento de que se lavrou auto. Foi assignado pelo Principe, em nome de seu Pai e em seu proprio, pelo infante D. Miguel, pelos ministros secretarios de Estado e por muitas outras pessoas, continuando a assignatura todo o dia. Voltou o Principe á varanda, e sobre hum crucifixo renovou o seu juramento, clamando em alta voz que de todo o seu coração jurava a Constituição Portugueza. Tanta affectação de enthusiasmo bastava para dar a conhecer a falta de sinceridade de taes pro testações. O novo ministerio constava das seguintes pessoas : o vice-almirante Ignacio da Costa Quintella, ministro dos negocios do Reino; Silvestre Pinheiro Ferreira, dos negocios estrangeiros e da guerra; para o Erario, o Conde da Louzan D. Diogo de Menezes; para a marinha o vice-almirante Joaquim José Monteiro Torres. Para presidente da Mesa da Consciencia, o Bispo Capellão-mór; para Intendente da Policia, Antonio Luiz Pereira da Cunha; thesoureiro do Erario, José Caetano Gomes, e para seu ajudante, João Ferreira da Costa Sampaio; Fiscal do Erario, o Desembargador Sebastião Luiz Tinoco; inspector dos estabelecimentos litterarios, José da Silva Lisboa; para Director do Banco do Brasil por a Fazenda Real, João Ro

drigues Pereira d'Almeida; commandante do corpo da Policia, José d'Oliveira Barbosa; Presidente da Junta do Commercio, o visconde d'Asseca, e para General das armas, o brigadeiro Carlos Frederico de Caulla. Acabada a cerimonia de tão memoravel dia voltou o Principe á Quinta da Boavista onde se achava seu pai, a quem fez saber a alegria do Povo e o grande reconhecimento de que es tava animado para com Elrei, pela generosa e patriotica resolução que espontaneamente acabava de tomar. Apezar da intensidade do calor decidio-se Elrei a transportar-se ao Paco da cidade, onde chegou pouco depois das onze horas. Chegando a carruagem ao Rocio, o povo cheio de enthusiasmo correu a ella, tirou as bestas e a levou até ao Paco, onde tomando El Rei em bragos o levou até ao topo da escada saudando-o com mil vivas. Desfilou então a tropa, e Elrei declarou publicamente e com voz forte e clara que approvava tudo quanto seu filho fizera e jurára. Renovárão-se os vivas e foi universal o jubilo. As fortalezas e a esquadra derão salvas, seguio-se hum beijamão, e á noite assistio S. M. ás festividades do theatro com toda a Familia Real, onde foi recebido com as mais vivas demonstracões de gratidão e respeito. Nessa noite toda a cidade foi espontaneamente illuminada.

Expedio-se logo a fragata Maria da Gloria para Lisboa, com despachos participando ao Governo interino de Portugal os successos recentes, e a resolução tomada por Elrei de transferir o assento da monarchia para a Europa. O officio em que se fazia esta importante comunicação redigido e assignado pelo novo ministro dos negocios estrangeiros, he monumento historico digno de ser conservado. He do teor seguinte: « Illustrissimos e Excellentissimos Senhores. Tendo Elrei Nosso Senhor havido por bem de clarar por seu Real Decreto da copia inclusa da data de 26do corrente mez; que para mais firmemente consolidar os interesses de todos os seus vassallos de hum e outro hemispherio, tinha resolvido approvar, como com effeito approvava, para ser aceita e executada em todos os Estados d'este Reino—Unido, a Constituição que pelas Córtes actualmente convocadas nessa cidade, for feita e approvada : toda a Real Familia, o povo e a tropa d'esta corte jurarão da maneira a mais solemne observar e manter a mesma Constituição. « Sendo por este modo chegada a feliz epoca marcada por Sua Magestade ao momento da sua partida d'essa cidade, para o desempenho da sua Real palavra, de que voltaria a felicitar com a sua augusta presença a antiga capital

da Monarchia, logo que, restituída a paz geral, lhe fosse licito regressar sem comprometimento dos interesses dos seus vassallos, nem da dignidade da sua Real Corôa: tem Sua Magestade resolvido partir para essa corte com toda a sua Real Familia, logo que Sua Alteza Serenissima a Princeza Real do Reino-Unido, restabelecida do seu feliz parto, que se espera. dentro em poucos dias, se ache em estado d'emprender viagem de mar. « Felicito-me de que a honra que Sua Magestade me acaba de conferir, dignando-se de me encarregar nestas circumstancias do ministerio dos negocios estrangeiros e da guerra, me procure a incomparavel satisfacção de transmittir a Vossas Excellencias, de ordem de Sua Magestade, tão agradaveis noticias, que não podem deixar de encher de jubilo a todos os bons vassallos do mais benigno de todos os soberanos.

Rio de Janeiro, aos 28 de Fevereiro de 1821.

Assignado: SILVESTRE PINHEIRO FERREIRA. Senhores do Governo de Portugal. »

Aproxima partida d'Elrei com toda a familia real excitou no publico sensações diversas. Os Portuguezes encherão-se de jubilo, huns pela certeza de voltarem á patria, outros esperanca dos de verem o Brasil restituído á influencia da

Metropole. Em quanto aos Brasileiros, não fal tava quem receasse verem-se de novo opprimi dos pelas autoridades encarregadas pela córte de Lisboa de reger o Brasil, e verem este Es tado privado de muitas das vantagens de que gozava desde 1808, passando de Reino inde pendente ao antigo estado de colonia. Os mais atilados e ambiciosos concebérão desde logo o projecto de se servirem do Principe Real como instrumento da independencia completa do Brasil, com huma constituição em que domi nasse a democracia. Por isso abracárão com o maior entusiasmo os principios proclamados no Porto, em Lisboa, e na Bahia, não du vidando que cedo occorrerão circumstancias favoraveis aos seus intentos. A principio tinha-se proposto em Conselho mandar a Lisboa o Principe Real, ficando El rei no Brasil; mas D. João VI rejeitou este plano, que alem de ser directamente contrario aos votos da nação portugueza, exprimidos pelas Córtes, não agradava a D. Pedro. Este Principe dotado de não vulgar penetração e talento, e não menos atrevido e ambicioso, vio claramente o partido que podia tirar da auto ridade delegada de que ficava investido, para se constituir arbitro supremo do Brasil. Todavia D. João VI que conhecia a fundo os sentimentos intimos do filho, procurou conseguir a obe



diencia d'elle dando-lhe huma prova apparen te da sua confiança, nomeando-o seu Lugar tenente no Brasil, sem lhe limitar a autoridade. O decreto de 7 de Março que vamos transcrever, foi obra do conde dos Arcos, o qual se lison geava dirigir a seu arbitrio o Regente e gover nar o Brasil com suprema autoridade, confia dona amizade de D. Pedro, na tropa, e no parti do portuguez, que no Rio de Janeiro era pre ponderante. Deslumbrado por chimericas es— peranças não vio o incauto ministro que esta belecer no Brasil hum centro de governo com hum tal Principe á testa, não podia ter outro effeito mais que accelerar a inteira separação d'este Estado dos dominios da coróa de Por tugal.

Decreto de 7 de Marco.

« Tendo-se dignado a Divina Providencia conceder apoz d'huma tão devoradora guerra, o beneficio da Paz Geral entre todos os Estados da Europa, e de permittir que se comecem a lancar as bases da felicidade da Monarchia Portugueza, mediante o ajuntamento das Cór tes Geraes e Extraordinarias, convocadas na minha muito nobre e leal cidade de Lisboa, para darem ao Reino Unido de Portugal, Bra

sil e Algarves huma Constituição Política con

forme aos principios liberaes, que, pelo incremento das luzes, se achão geralmente recebi dos por todas as Nações: e constando na minha Real Presença, por pessoas doudas e zelosas do serviço de Deos e Meu, que os animos dos meus fieis vassallos, e principalmente dos que se achavão no Reino do Brasil, anciosos de manterem a união e integridade da Monarchia, fluctuavão em hum penoso estado de incerteza em quanto Eu não houvesse por bem declarar, de huma maneira solemne, a minha expressa, absoluta, e decisiva approvação d'aquella Constituição, para ser geralmente cumprida e executada sem alteração nem differença em todos os Estados da Minha Real Corôa : Fui servido de assim o declarar pelo meu Decreto de 24 de Fevereiro proximo preterito, presendo, juntamente com toda a minha Real Familia, Povo e Tropa d'esta Capital, solemne juramento de observar, manter e guardar a dita Constituição, neste e nos mais Reinos e Dominios da Monarchia, tal como ella for deliberada, feita e acordada pelas mencionadas Córtes Geraes do Reino, ordenando outrossim, aos Governadores e Capitães Generaes, e autoridades civis, militares e ecclesiasticas, em todas as mais Provincias, prestassem e fizessem a todos os seus subditos e subalternos semelhante juramento como hum novo pe

nhor e vinculo que deve assegurar a união e integridade da Monarchia. «Mas sendo a primeira e sobre todas essencial condição do pacto social, d'esta maneira aceito e jurado por toda a Nação, dever o Soberano assentar a sua residencia no lugar onde se ajuntarem as Córtes, para lhe serem prompta mente apresentadas as leis que se forem discu tindo, e d'elle recebendo, sem delongas, a sua indispensavel sanccão; exige a escriptulosa religiosidade com que me cumpre preencher ain da os mais arduos deveres que impõe o pres tado juramento, que Eu faca ao bem geral dos meus povos hum dos mais custosos sacrificios de que he capaz o meu paternal e Real coração, separando-me pela segunda vez de vassallos, cuja memoria me será sempre saudosa, e cuja prosperidade jamais deixará de ser, em qual quer parte, hum dos mais assiduos cuidados do meu paternal governo. «Cumpria pois, que, cedendo ao dever que me impoza Providencia, de tudo sacrificar pela felicidade da Nacão, eu resolvesse, como te nho resolvido, transferir de novo a minha Córte para a cidade de Lisboa, antiga séde e bergo originario da Monarcha, afim de alli cooperar com os Deputados Procuradores dos povos, na gloriosa empreza de restabelecer a briosa Nação Portugueza naquelle alto grao de

esplendor com que tanto se assignalou no anti go tempo. E deixando nesta cidade ao meu muito amado filho, o Principe Real do Reino Unido, encarregado do governo provisório d'este Reino do Brasil, em quanto nelle se não achar restabelecida a Constituição geral da Nação. « E para que os meus povos d'este mesmo Reino do Brasil possão quanto antes participar das vantagens da Representação Nacional, en viarão proporcionado numero de Deputados e Procuradores ás Córtes Geraes do Reino-Unido. Em outro decreto da data d'este, tenho dado as precisas determinacões, para que desde logo se comece a proceder em todas as Provincias á eleição dos mesmos Deputados, na fórma das instruccões que no Reino de Portugal se adop tarão para esse mesmo effeito, passando sem demora a esta Córte os que successivamente forem nomeados nesta Provincia, afim de me poderem acompanhar os que chegarem antes da minha sahida d'este Reino, tendo eu aliás providenciado sobre o transporte dos que de pois d'esta epoca, ou das outras Provincias do norte houverem de fazer viagem para aquelle seu destino. Palacio do Rio de Janeiro, aos 7 de Marco de 1821. - - Outro decreto, da mesma data, mandava pro ceder immediatamente ás eleições de deputados. O resto do mez de Março e o comego do de

Abril se passárão em preparar as listas dos eleitores. Reinava entretanto grande agitação nos espiritos, correndo sinistros boatos relati vamente á fórma do Governo provisorio do Brasil, e nomeação dos ministros do Lugar-te nente. Não faltava quem receasse alguma tenta tiva hostile á liberdade tramada pelo gabinete, e apoiada pela tropa portugueza do corpo auxi liar. Ajuntárão-se emfim os eleitores na Casa da Praça do Commercio, presididos pelo Ouvi dor que havia convocado a assemblea, á qual a 2o de Abril communicou Elrei o projecto do Governo provisorio que devia reger o Brasil até estar estabelecida a Constituição. Este passo imprudente no estado de effer vescencia em que estavam os animos, conver teo a assemblea de eleitores em junta delibera tiva. Apenas começárão a deliberar, manifes tou-se grande tumulto, e entre vociferações dos vogaes e dos expectadores, se fizerão propostas diversas. Decidio-se que fosse chamado o Go vernador das armas para dar conta do seu com portamento, que era taxado de equivoco e até de traiçoado. Este official veio justificar-se, mas não convenceo os descontentes. Houve quem propozesse que se não deixasse partir Elreie a Familia Real, e com effeito transmittio-se or dem aos commandantes dos fortes da barra para que não deixassem sahir a esquadra. No

meio do tumulto hum eleitor dos mais in fluentes propoz que se enviassse huma deputa ção a Elrei composta de cinco individuos, pedindo que se adoptasse a Constituição hespa nhola, em quanto não se promulgasse a das Córtes de Lisboa. O Governador das armas pro testou contra tal attentado, mas sendo insul tado pelo povo, retirou-se enfurecido. Partio a deputação, e havendo exposto a Elrei a mis são de que era encarregada pelo povo, D. João intimidado annuo, e mandou lavrar o seguinte decreto. « Havendo tomado em consideração o termo de juramento que os eleitores parochiaes d'es ta comarca, a instancias e declaração unanime do povo d'ella, prestárão áConstituição hespa nhola, desde a data do presente até á installa ção da Constituição em que trabalhão as Córtes actuaes de Lisboa, e que eu houve por bem jurar com toda a minha córte, povo e tropa, no dia 26 de Fevereiro do anno corrente:Sou servido ordenar que de hoje em diante se fique estricta e litteralmente observando neste Reino do Brasil a mencionada Constituição hespa nhola, até o momento em que se ache inteira e definitivamente estabelecida a Constituição, deliberada e decidida pelas Córtes de Lisboa. Palacio da Boa-Vista, aos vinte e hum de Abril de mil oitocentos e vinte hum.

« Com a rubrica de Sua Magestade. » Continuavão entretanto as deliberações da junta eleitoral, e Elrei passando de hum susto a outro não tardou em se arrepender do que acabava de conceder. Facil foi ao Principe D. Pedro, aconselhado pelo conde dos Arcos, obter d'Elrei huma ordem para que o General fosse dissolver a tumultuosa assemblea, trans ferindo a sessão para o dia seguinte. Assim o executou, e entrando nasalla communicou em voz baixa a ordem ao Presidente; mas conti nuando a desordem, mandou o Governo postar tropa na proximidade da praca, com ordem de prender os cabecas do motim, e os que re cusassem evacuar a salla. Parte do ajuntamento obedeceo, mas mui tos outros exaltados declararão que repellirão qualquer ataque; porém não tendo outras armas mais que alguns punhaes, forão em breve assal tados por huma companhia de soldados que, depois de forcada a porta que os de dentro ti nhão fechado, matarão dois individuos, ferirão muitos mais, e prendérão grande numero. No dia seguinte publicou-se o decreto seguinte revogando o precedente, mas o receio de huma imminente catastrophe accelerou a partida d'Elrei. Eis aqui o teor do novo decreto. « Subindo hontem á Minha Real presença huma representação, dizendo-se ser do povo,

por meio de huma deputação formada dos elei tores das Parochias, a qual me assegurava, que o povo exigia, para minha felicidade e d'elle, que eu determinasse que de hontem em diante este Meu Reino do Brasil fosse regido pela Constituição Hespanhola, houve então por bem decretar que essa Constituição re gesse até á chegada da Constituição, que sábia e socegradamente estão fazendo as Córtes con vocadas na minha muito nobre e leal cidade de Lisboa. Observando-se porém hoje, que esta representação era mandada fazer por homens mal intencionados, e que querião anar chia, e vendo que o meu povo se conservava, como eu lhe agradeço, fiel ao juramento, que eu com elle de commum accordo prestámos na Praça do Rocio no dia vinte e seis de Fevereiro do presente anno : hei por bem determinar de cretar e declarar por nullo todo o acto feito hontem; e que o Governo que fica até á chegada da Constituição Portugueza, seja da fórma que determina o outro Decreto e Instruccões, que mando publicar com a mesma data d'este, e que meu filho o Principe Real ha de cumprir, e sustentar até chegar a mencionada Constitui ção. Palacio da Boa-Vista, aos 22 de Abril de 1821. Com a rubrica de Sua Magestade. »



Decreto estabelecendo no Brasil hum Governo provisional.

« Sendo indispensavel proverá cerca do go verno e administração d'este Reino do Brasil, d'onde me aparto com vivos sentimentos de saudade, voltando para Portugal, pelo exigirem as actuaes circumstancias politicas enun ciadas no Decreto de 7 de Mareo do corrente anno; e tendo eu em vista não só as razões de publica utilidade e interesse, mas tambem a particular consideração que merecem estes meus fieis vassallos do Brasil, as quaes instão para que eu estabeleça o governo que deve re ger na minha ausencia, e em quanto não che gar a Constituição, de hum modo conveniente ao estado presente das cousas, e á categoria politica a que foi elevado este paiz, e capaz de consolidar a prosperidade publica e particular: Hei por bem e me praz encarregar o governo geral e inteira administração de todo o Reino do Brasil ao meu muito amado e prezado filho D. Pedro de Alcantara, Principe Real do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, consti tuindo-o Regente, e meu Lugar-tenente, para que, com tão preeminente titulo, e segundo as instruccões que acompanhão este Decreto, e vão por mim assignadas, governe em minha

ausencia, e em quanto pela Constituição se não estabelecer outro systema de Regencia, todo este Reino, com sabedoria e amor dos povos. Pelo alto conceito que formo da sua prudencia, e mais virtudes, vou certo de que nas cousas do governo, firmará a publica segurança e tranquillidade, promovendo a prosperidade geral, e correspondendo por todos os modos ás minhas esperanças, se haverá como bom Principe, amigo e pai d'este povo, cuja saudosa memoria levo profundamente gravada no meu coração, e de quem tambem espero, que, pela sua obediencia ás leis, sujeição e respeito ás autoridades, me recompensará do grande sacrificio que faco separando-me de meu filho primo genito, meu herdeiro e successor do throno. O mesmo Principe o tenha assim entendido e execute, mandando expedir as necessarias participações. Palacio da Boa-Vista, em 22 de Abril de 1821. Com a rubrica de Sua Magestade. »

Instruccões que acompanhavão o Decreto.

« O Principe Real do Reino Unido toma o titulo de Principe Regente, e meu Lugar-tenente no Governo provisório do Reino do Brasil, e de que fica encarregado.

Neste governo será o conde dos Arcos, mi

nistro esecretario d'Estado dos negocios estran geiros; o conde da Louzan D. Diogo de Mene zes, ministro e secretario d'Estado dos negocios da fazenda, como actualmente he; serão secre tarios d'Estado interinos, o Marechal de Campo Carlos Frederico de Caula, na repartição da

guerra, o major-general da armada, Manoel

Antonio Farinha, da repartição da marinha. O Principe Regente tomará as suas resolu ções em Conselho, formado dos ministros de Estado, ou secretario da competente reparti ção, os quaes ficarão responsaveis. O Principe Regente terá todos os poderes para a administração da Justiça, Fazenda ego verno economico. Poderá commutar, ou per doar a pena de morte aos reos, que nella estiverem incursos por sentença, resolvendo todas as consultas relativas á administração publica. Proverá todos os lugares de letras, e officios de Justiça ou Fazenda que estiverem vagos ou venhão a vagar, assim como todos os empregos civis ou militares, entrando logo por seu de creto os nomeados no exercicio de seus lugares, officios ou empregos, depois de pagar os novos direitos, ainda quando os respectivos diplomas devão ser remettidos á minha Real approvação, por serem dos que exigem esta formalidade, a qual nas Cartas e patentes será indicada. Para

a prompta expedição d'ellas, poderá o Principe, não só assignar os Alvarás, em virtude dos quaes se passão as Cartas, mas tambem conce der as dispensas que por estylo se concedem, para os encartes. Igualmente proverá todos os beneficios cu rados, á excepção dos bispados; mas poderá propór para elles as pessoas que achar dignas. Poderá fazer guerra offensiva ou defensiva contra qualquer inimigo que atacasse o Reino do Brasil, se as circumstancias forem tão ex traordinarias que se torne de summo prejuizo aos meus fieis vassallos d'este Reino esperar a minha Real vontade, e pela mesma razão, em iguaes circumstancias, poderá fazer treguas ou qualquer tratado proveitoso com os inimigos do Estado. Finalmente poderá o Principe conferir como gracas honorificas, os habitos das tres ordens militares, de Christo, S.-Bento d'Aviz, e San tiago da Espada, ás pessoas que julgar dignas das distincções, podendo conceder desde logo o uso das insignias, e as dispensas do estylo para a profissão. No caso imprevisto e desgraçado (que Deos não permitta que aconteça) do fallecimento do Principe Regente, passará logo a regencia do Brasil á Princeza Real sua esposa, e minha muito amada e prezada Nora, a qual governará

com hum Conselho de regencia, composto dos ministros d'Estado, do presidente da Mesa do desembargo do Paço, do regedor das Justicas, e dos secretarios d'Estado interinos das repar ticões da guerra e marinha. Será presidente d'este Conselho o ministro d'Estado o mais an tigo; e esta regencia gozará das mesmas facul dades e autoridade de que goza o Principe Re gente. Palacio da Boa-Vista, em 22 de Abril de 1821. » - - Esta serie de incoherentes resolucões aug mentou a effervescencia e a irritação produ zida pelo monstruoso attentado da força ar mada contra os eleitores e cidadãos, attentado que o publico attribuia ao Principe e ao conde dos Arcos. Contra este ministro se le vantou hum clamoroso brado, e se D. João não tivera apressado a sua partida, teria visto os funestos effeitos da sua politica indecisa, con tradictoria e mal calculada. A fôrma do go verno e o ministerio do Regente desagradárão com razão aos Brasileiros, sem satisfazer os Por tuguezes europeos. Os primeiros receavão o des potismo exercido por hum Principe atrevido, acostumado a seguir desenfreado o impulso das suas paixões, e rodeado de vis compa nheiros de suas desordens; falta de educação, e só possuindo instrucção superficial adquirida quasi unicamente por seu natural instincto.

Em quanto os precedentes acontecimentos se passavão na Bahia e no Rio de Janeiro, se effec tuava tranquillamente a revolução no Maranhão. A 6 de Abril, o majorde cavallaria Rodrigo Pinto Pizarro foi quem primeiro proclamou a Constituição futura portugueza, e foi acolhido por hum applauso unanime. Os diversos com mandantes dos corpos militares da tropa de linha edas milicias concorrêrão ao palacio do Governador a communicar-lhe o voto geral. O general Silveira convocou a Camara, que o convidou apresidir o novo Governo provisorio; elle recusou depois de exprimir a sua gratidão, mas instado aceitou, porém constando-lhe que alguns individuos, descontentes d'esta escolha, reclamavão contra a eleição, convocou nova e mais numerosa assemblea, a qual confirmou Silveira na presidencia.

No Ceará proclamou o povo a Constituição portuguezano dia 14 de Abril, mas o governador Francisco Antonio Rubin demorou a nomeação do Governo provisorio illudindo o povo, afim de conservar por mais tempo a autoridade em suas proprias mãos.

Parte Elrei para Portugal. — Elrei partio do Rio de Janeiro no dia 26 de Abril. No acto de se despedir do Principe Real a bordo da nao D. João JVI, disse ao filho, fazendo-lhe presente de huma decoraçã do Tosão-de-Oiro guarne

cida de brilhantes : « Bem antevejo eu que o Brasil não tardará a se separar de Portugal, e nesse caso, se não puderes conservar-me a co róa, guarda-a para ti, para que não venha a cahir o Brasil em mãos de aventureiros.» Esta mesma recommendação foi repetida por D. João VI a seu filho em huma carta que lhe dirigio a 12 de Maio de 1822, de que transmit tio copia ao imperador de Austria, por seu em baixador na córte de Vienna o marquez de Rezende ".

Agitação no Brasil. — Depois da partida d'El rei cresceo a fermentação no Rio do Janeiro, a pezar dos esforços do gabinete do Regente, cuja autoridade precaria no Rio de Janeiro não foi reconhecida em muitas provincias. A Junta da Bahia respondeo ao officio que lhe dirigio, a 27 de Abril, o conde dos Arcos participando-lhe a installação da Regencia : que a não podia reconhecer, por ter jurado obediencia ás Córtes e Governo de Portugal, negando a Elrei a autoridade de conferir a Regencia a seu filho primogenito, e debaixo de tão amplas regalias.

O marquez de Rezende assim o affirma na obra que publicou em Paris em 1832, intitulada : *Eclaircissements historiques sur mes negociations relatives aux affaires de Portugal*.

O conhecimento d'esta resolução e de outras semelhantes, fez rebentar no dia de 5 de Junho, huma nova explosão popular no Rio de Janeiro, que teve por objecto a deposição do conde dos Arcos, substituido pelo desembargador do paço Pedro Alves Diniz, a instituição de huma Junta provincial, e o juramento das Bases de constituição proclamadas em Lisboa. O Principe, bem contra sua vontade, annuo a estas condições. Os eleitores da comarca elegêrão a Junta provisoria do governo, debaixo da presiden cia da Comarca e concurrencia de dois officiaes de cada corpo da primeira linha. A Junta devia examinar qualquer disposição legislativa ou acto gubernativo que a exigencia fizesse adop tar, opinando á cerca da utilidade, antes de subir á Regia assignatura, e ficando responsavel ás Córtes. Os brigadeiros Verissimo Antonio Cardoso, e Francisco Saraiva da Costa Refoios, forão escolhidos como adjunctos ao Governador das armas; e passados alguns dias se pres tou solemne juramento, e o Principe annunciou ao publico o que havia occorrido. Esta resolução salvou a vida aos individuos presos como autores do tumulto do dia 21 de Abril, que estavam condemnados á pena ultima. Os membros da Junta provisional forão os seguintes : Mariano José Pereira da Fonseca, Bispo Capellão-Mór, José d'Oliveira Barbosa, José

•e



Caetano Ferreira d'Aguiar, Joaquim d'Oliveira Alvares, Joaquim José Pereira de Faro, e Sebastião Luiz Tinoco. No dia 1o de Junho, foi embarcado o conde dos Arcos para a Bahia, d'onde partio para Portugal, não tendo a Junta permittido que elle desembarcasse naquella cidade. Chegou a Lisboa e encerrado na Torre de Belem, foi depois solto, e judicialmente declarado in nOCente. Então começou a manifestar-se com maior força a desconfiança com que os habitantes do Rio de Janeiro olhavam a tropa portugueza ás ordens do general Jorge de Avilez, por quanto nella vião o principal apoio do Principe, nas tentativas que d'elle receavam contra a liberdade dos Brasileiros. Todos os homens dotados de alguma penetração convierão desde logo que D. Pedro devia ser expulso, se não consentisse em servir de instrumento á inteira independência do Brasil, e elle mesmo não tardou a comprehender o partido que podia tirar d'este estado de cousas para realisar projectos ambiciosos, que formou desde que rompeu a revolução do mez de Fevereiro. Se ainda por algum tempo se mostrou favoravel aos Portuguezes, foi só em quanto recebeu o espirito democratico dos Brasileiros, e por effeito da mesma astuciosa politica recorreu de novo aos Portugue

zes quando elevado á autoridade suprema pelos Brasileiros, tentou recuperar o poder abso luto. Em quanto o Brasil incerto da sua sorte fu tura se agitava, o Congresso provincial de Mon tevideo, dominado pela influencia do barão de Laguna, general das tropas portuguezas na margem oriental do Rio da Prata, decretou, a 51 de Julho, huma acta de incorporação com o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, com algumas condições, das quaes as seguintes erão as principaes. A Provincia tomaria o no me de Cisplatina ou Oriental, com os mesmos limites, gozando dos mesmos direitos dos ou tros Estados da Monarchia, sendo representada por seus deputados no Congresso Nacional, e conservando suas leis até estar adoptada a Cons tituição, aceitando desde logo as bases d'ella; e nomeando o Congresso provincial hum syn dico procurador para reclamar por si, ou a requerimento das partes a execução de qualquer dos direitos e izenções estipuladas no dito acto, das quaes as principaes erão as seguintes : Não conferir os cargos da provincia a pessoas que não fossem naturaes d'ella; izenção de contri buições extraordinarias, do servico militar fóra dos limites da provincia, e regulamento dos impostos e despeza pela Junta da fazenda, ou vidas as camaras municipaes. O resultado d'este

acto foi inutil e até funesto para os interesses de Portugal, por quanto, retardando a evacuação do territorio pelas tropas portuguezas, ser vio de estorvo ás negociações com a Côte de Madrid, e obstou a hum franco e cordial tratado de alliança entre as duas nações regeneradas e restituídas á posse de seus direitos; alliança que, feita a tempo, teria singularmente contribuido a manter em Hespanha o governo constitucional, ameaçado e depois derribado pela odiosa invasão do exercito francez commandado pelo duque de Angoulême. A hesitação das Côrtes de Lisboa á cerca do Estado Cisplatino indispoz o gabinete hespanhol, e envolveo o Brasil em huma guerra desastrosa. Os portentosos acontecimentos que acabamos de referir não podião deixar de exercer grande influencia em Pernambuco, theatro recente de tantas commoções. Tramou-se huma conspiração contra o general Luiz do Rego, o qual, depois de comprimida a revolução democratica dirigida por Martins, tinha regido a provincia com energica severidade. Descoberta a conjuração, forão presos alguns dos confederados, mas muitos outros ficarão livres, e na noite de 21 de Julho recolhendo-se o General para a sua residencia, foi gravemente ferido por hum tiro, assim como o negociante Luiz Gomes Ferreira que o acompanhava. Correo,

logo ás armas a tropa europea, mandou-se prender muita gente, mas Rego receando não poder manter por muito tempo a sua autori dade, por conselho do capitão Moraes (autor do Diccionario), e de outras pessoas, determi nou que cada comarca nomeasse dois deputa dos, para que reunidos nacidade do Recife elegessem huma Junta de Governo; mas em quanto se deliberava sobre este assumpto, se installou em Goyana huma junta que se intitu lou Governo temporario de Pernambuco. Os prin cipaes chefes d'este movimento forão Menna, que tinha sido escrivão no Ceará, o capitão de artilharia Assiz, que tinha feito a campanha peninsular, e o cirurgião Bernardo Pereira de Castro, Facil lhes foi irritar os animos contra Luiz do Rego, o qual, para neutralisar a auto ridade da nova Junta, procurou formar elle mesmo, com o auxilio da camara e da officiali dade militar, hum Governo provisorio; mas, ainda bem se não concluire a leitura do officio que o General havia dirigido com este projecto á Camara, foi acolhido por gritos de Morra o Ge neral. JViva o Governo Provisorio! Crescia o tu multo, e já os officiaes portuguezes corrião com as espadas desembainhadas a sacrificar victi mas designadas pelos europeos do partido de Rego, quando felizmente o respeitavel capitão Moraes conseguiu apaziguar os animos e repri

mir a ferocidade dos satellites armados. Deci dio-se então que seria formado hum Governo provisorio de que Rego seria o presidente; os outros membros forão os seguintes: o mare chal Luiz Antonio Salazar Moscoso, o capitão mór Antonio de Moraes Silva, Joaquim Antonio Gonçalves de Oliveira, o tenente coronel José Joaquim Simões, Joaquim José Mendes, José Carlos Marink da Silva Ferrão, e João Paulo de Araujo. Todos estes membros erão amigos do general Luiz do Rego, e huma tal Junta não podia inspirar confiança alguma ao partido constitucional. Com effeito o primeiro objecto que a Junta teve em vista foi oppór-se ao Governo provisorio de Goyana, ao qual communicou a sua installação, exigindo que se dissolvesse, e que as Villas do Cabo, Serinhãe, Pao d'Alho, e Santo Antão, que tinham reconhecido a autoridade da Junta de Goyana, prestassem obediencia ao Governo provisorio recém estabelecido no Recife. Recebeo em resposta hum officio encerrando huma energica protestaço contra a eleição da Junta de Pernambuco, intimando-lhe que tivesse de se dissolver, expulsando Rego e a tropa eu ropea. A Junta do Recife encarregou o Ouvidor de Olinda de negociar com a de Goyana, e entre tanto fez marchar tropas contra ella; mas os

262 HISTORI A Goyanistas Prendêrão o O márão hum proce

°vidor, e até lhe for SSO criminal, e COM seiscentos

Contra a cidade. No dia de 2r d”

ximário de Olinda, °mpendo o °go pelassete horas da manhan, °Perancados e que rom

Pesse hum °vantamento nacidade. Rego mar chou contra elles

de tropas, enviadas pelo

qual Rego tinha pe dido auxilio, e °°sembarcaro a 5o de Septem bro.

== ==-

os Goyanistas reforçados por novas milicias atacarão o arrabalde dos Afogados. Foi então que a Junta, querendo pôr fim a uma luta sem objecto, autorizou Gervasio Pires Ferreira e Luiz Francisco Suassuna, para irem oferecer de novo a paz aos contrários. Depois de vivas discussões concluiu-se em Biberibe, a 9 de Outubro, uma convenção, estipulando a permanência de ambas as Juntas até que se formasse um Governo provisional, dando-se a liberdade a todos os presos por opiniões políticas. Entretanto toda a Provincia soffria uma grande agitação, e os povos do sul se pronunciaram a favor da Junta do Recife. Felizmente foi eleita a nova Junta provisional, e no dia em que se faziam as eleições Luiz do Rego se embarcou para a Europa. A Camara instada por José Maria de Albuquerque tinha escripto a este governador, accusando - o de ser cabeça de um partido que pretendia oppôr-se ás eleições, e conservá-lo á testa do Governo.

A Junta novamente eleita constava dos seguintes individuos : Gervasio Pires Ferreira, negociante bem conhecido por suas opiniões democraticas, Presidente; Bento José da Costa, negociante, Joaquim José de Miranda, lavrador, o Tenente coronel Antonio José Victoriano Borges da Fonseca, Felippe Neri Moreira, o conego doutor Manoel Ignacio de Carvalho,

o padre Laurentino Antonio Moreira de Carvalho, secretario. - Em 25 de Outubro, tambem na Paraiba se formou hum Governo provisorio, e o coronel Rosado, antigo Governador, se embarcou para Portugal. -



CAPITULO XIV. 1821 a 1822.

Acontecimentos que preparárão a separação e indepen dencia do Brasil.

Entrou D. João VI no Tejo a 5 de Julho, mas não desembarcou logo, por assim o haverem determinado as Córtes, receosas de encontra rem opposicio ao novo systema da parte d'Elrei e de seus conselheiros. Depois de he impórem algumas condicões, e fazerem retirar para as provincias os condes de Palmella e de Paraty, os Lobatos e outros palacianos, desembarcou D. João VI a 4, e foi immediatamente prestar solemne juramento de adhesão á nova ordem de cousas nasalla das Córtes; o que elle fez com a maior sinceridade e satisfação, como depois o confessou francamente a muitas pes soas fidedignas, ainda depois da contrarevo lução effectuada em 1825 pelas machinações da rainha Carlota ajudada do infante D. Miguel. Durante a viagem alguns dos conselheiros que o acompanhavão, lhe sugerirão que muito con viria que aportando á Ilha Terceira, alli de

sembarcasse e se demorasse em quanto fizesse ás Córtes diversas proposições para modificar as Bases da constituição, e entre estas a adopção de huma segunda Camara. Elrei sem a menor hesitação rejeitou taes conselhos e disse em tom decisivo huma só Camara ou ne nhuma. - As Córtes não souberão adoptar a cerca do Brasil hum systema tal, que, conciliando os interesses dos habitantes d'aquelle vasto continente, apertasse de novo os laços que união o Brasil a Portugal. Mui difficil e melindroso era o negocio, sendo impraticavel sujeitar de novo á metropole tão remotas provincias que de mau grado obedecião á Córte do Rio de Janeiro. O unico arbitrio sensato era desde logo proclamar que o Brasil seria governado por huma Constituição feita por seus proprios deputados, e huma assemblea residente no paiz, sendo o poder executivo confiado a hum Principe da Familia Real. D'esta maneira, regulando-se os direitos de entrada e sahida sobre os navios e generos de ambos os Estados como convinha aos mutuos interesses do commercio nacional,

e mantido o nexó politico entre o Brasil e Por

tugal, gozaria o primeiro de todas as vantagens da independencia, sem que todavia ficasse desligado do Reino Unido. Este conselho deieo em tempo opportuno a hum dos membros mais

influentes das Córtes, acrescentando que era indispensavel mandar immediatamente cha mar a Portugal todas as tropas que se achavão em Montevideo e nos portos do Brasil, evitando toda a occasião de desavenças e hostilidades entre Brasileiros e Portuguezes. Mas as Córtes dominadas pela funesta influencia dos negociantes de Lisboa e Porto, que ainda sonhavam ser possivel reduzir de novo o Brasil ao regime colonial, desprezando a lição que tão apta mente lhes offerecia a America Hespanhola, adoptarão huma serie de medidas desacertadas, que indispuzerão os animos já mal dispostos dos Brasileiros, lembrados e ressentidos da longa oppressão que haviam experimentado dos governadores e mais agentes da Córte de Lisboa. Quizerão privar o Brasil de hum centro do poder executivo, estabelecendo quatro Juntas de Governo, independentes entre si, para regerem todo o Brasil, dividido em outras tantas seccões o territorio. Por effeito do mesmo principio forão supprimidos no Rio de Janeiro os tribunaes do Desembargo do Paco, o Conselho da Fazenda, a Mesa de Consciencia e Ordens, e outros tribunaes instituidos por D. João VI depois da sua vinda ao Brasil. As juntas pro vinciaes devião ser compostas de sete membros eleitos pelos Eleitores da provincia, naquellas

em que havia Capitães-Generaes, e de cinco, nas que tinham Governadores. Por esta maneira cuidarão as Córtes lisongear os povos das capitánias, mas não reflectirão que o Rio de Janeiro exercia uma influencia preponderante sobre as principaes provincias do interior, e até sobre todo o Brasil acostumado a receber ordens d'aquella capital, ao que accrescia a presença do Principe Real. Também decretarão as Córtes que a autoridade militar fosse confiada a Generaes nas provincias que até então tinham Capitães-Generaes, e nas em que havia só Governadores, a officiaes de patente até coronel, todos elles independentes das Juntas e só responsáveis ás Córtes e ao Governo de Portugal. Para coroar a obra, publicarão as Córtes o Decreto do primeiro de Outubro, pelo qual mandarão regressar o Principe a Portugal afim de ir visitar incognito as Córtes e reinos de Hespanha, Franca e Inglaterra, acompanhado de pessoas doulas. Esta imprudente resolução accelerou o rompimento, e precipitando Portugal em hum pelago de difficuldades, preparou a contrarevolução de 1823, e decidio D. Pedro a abandonar os interesses de Portugal lançando se nos bragos dos Brasileiros. Para esta determinação concorrerão os conselhos de seu pai, as intrigas da familia dos Andrades, e as instigações da diplomacia. Os gabinetes europeos

ligados contra a liberdade procuravão todos os meios de desacreditar as revoluções de Hespanha e de Portugal, em quanto as não combatião com as armas, como fizeram á de Napoles. Relativamente a Portugal, bem sabião elles que a independencia do Brasil seria hum golpe mor tal para as Córtes portuguezas, que serião accusadas de ater provocado por seus imprudentes Decretos. Entre os meios de que se servirão para tragar a D. Pedro a marcha que devia se guir, cumpre recordar a missão secreta do marquez d'Anjeja a Paris, onde veio de accordo ou mandado por D. João VI, no fim de 1821. Chegando a Paris concertou-se com o marquez de Marialva, que fóra embaixador de Portugal em França, e depois de conferenciarem com o embaixador de Austria e outros membros do corpo diplomatico, e com o gabinete de Luiz XVIII, assentou-se no conciliabulo abso lutista que o marquez d'Anjeja partiria para o Rio de Janeiro com instruccões proprias a de cidir o Principe Real a resistir ás Córtes. Foi Candido José Xavier, que fóra apaniguado da familia de Anjeja, quem redigio huma Memo ria dirigida ao Principe D. Pedro: elle mesmo m'o confessou, e desde aquella epoca começou aquelle astuto e perfido official a trahir a causa da Patria e da Constituição, ligando se mais tarde com o architraidor Pamplona.

Não tardarão as Córtes a reconhecer seu erro, mas quando era já tarde para o reparar, e ainda mais o agravarão decidindo-se a conservar pela força a dominação sobre o Brasil. Apenas foi conhecido o Decreto que mandava regressar o Príncipe para Lisboa, foi geral a irritação que se manifestou em todos os pontos do Brasil. Todos o olhavam como contrario á prosperidade e á dignidade dos Brasileiros, e o voto universal era de não o cumprir. Cresceu o rancor contra os Portuguezes europeos, e manifestou-se por huma serie de actos hostis em diversas cidades. Mas os Brasileiros concordavam em sacudir o jugo da mãe-patria, estavam divididos em quanto á forma de governo independente que devião adoptar. Uns preferião huma Republica Federativa, que com effeito he mais bem adaptada á extensão do Brasil, e á falta de nexos entre as diversas provincias, quasi independentes umas das outras, e cujas relações de commercio são muito mais activas com a Europa que de provincia a provincia. Outros querião Monarchia Constitucional com o Príncipe á testa; e como neste conflicto tivessem grande parte os interesses dos chefes de cada partido, a rivalidade entre elles fomentava a discordia e demorava o desfecho d'este drama politico. As primeiras demonstrações publicas de des

contentamento romperão, na noite de 18 de Setembro no theatro de Rio de Janeiro, onde houve vociferações e brados de: Viva o Principe Regente ñosso Senhor. Algumas pessoas fo rão encarceradas; Pedro Alvares Diniz pedio e obteve a sua demissão, assim como o inten dente Cunha. Apparecião numerosos pasquins e proclamacões incendiarias, e tudo annuncia va proxima explosão. A 4 de Outubro o Gene ral das Armas fez ratificar de novo o juramen to pelos chefes da tropa. Em Villa-Rica o partido da Independencia installou a 2o de Setembro hum Governo Provisorio, cuja presidencia foi conferida ao Capitão-General. O tenente-coronel Pinto e o capitão de artilharia Penna forão os principaes autores d'esta mudança. Na Bahia rompeo hum levantamento cujo objecto era nomear novo Governo Provisorio favoravel ao partido da Independencia. Os chefes do motim forão o coronel Gordilho e Fe lisberto Gomes. A testa de huns trinta indivi duos atroavão os ares com os gritos de: Piva o novo Governo! Abaiaco o actual Vivão as Cór tes Pªiva a Constituição Correrão á Camara e constrangêrão os membros d'ella a acompa nhã-los ao palacio do Governo, para onde mar chárão com intenção de prender as pessoas em quem residia a autoridade, para se apodera

rem d'ella, mas já a este tempo a Junta tinha expedido os officiaes Oliveira e Pereira encarregados de ajuntar a tropa para resistir aos facciosos. Estes com grandes alaridos penetrarão até á sala onde os Membros do Governo esta vão em sessão, e a quem o Presidente do Sena do declarou que estes homens o haviam obrigado a acompanhá-los dizendo que o Povo exigia a installação de huma nova Junta de Governo. Os membros da Junta, respondendo ás insul tantes declamações de Gordilho, Felisberto Gomes, e Pessoa, lhes representarão com enérgica moderação que a autoridade que exercião lhes havia sido legalmente conferida pelos Eleitores da Provincia, e que ninguem os podia privar d'ella, sendo só responsaveis dos seus actos a Elrei e ás Córtes, ajuntando que os amotinadores, que se dizião órgãos da vontade geral, não mostravão documento que legalisasse semelhante missão. Desacorçoados momentaneamente os facciosos, depressa cobrarão ou sadia, e reforçados por hum troço de gente da plebe, que se lhes ajuntou, apoderarão-se das entradas do palacio, prendirão os membros do Governo, pondo-lhes sentinellas á vista, e procurando intimidá-los, mas debalde. Entrarão então os levantados em discussão sobre o que cumpria fazer; mas ainda não tinham tomado huma resolução, quando foram surpreendidos



pelos gritos de : Morra Gordilho, Piva o actual Governo Fóra Felisberto Não queremos anar chia ! Estas vozes forão seguidas da tropa que vinha auxiliar o Governo, e se havia postado na praça e suas immediações. Gordilho por fiando ainda no seu intento, e confiado no partido que esperava o apoiasse, exigio que se convocassem os chefes militares dos corpos; o tenente-coronel Serrão se avançou e foi logo rodeado de facciosos, que instárão com elle para que cedendo ao voto dos Bahianos, cooperasse á dissolução do Governo, que tinha perdido a con fiança do povo, e apoiasse a nomeação de huma nova Junta provisoria. Mas este digno official levantando a voz, respondeo : « Fui mandado de Lisboa para executar as determinacões d'es te Governo; não reconhego outro. » Madeira e os outros commandantes seguirão este exem plo, e protestárão que em quanto elles e seus soldados tivessem sangue nas veias, defenderião o actual Governo. Os facciosos desesperados não querião evacuar a salla, posto que amea cados de prisão. «Queremos ser presos, » vo ciferou Gordilho; e com effeito elle e alguns consocios forão conduzidos ao forte do Barba lho, e depois transferidos para bordo da fragata D. Pedro. Assim foi restabelecida por então a tranquillidade nacidade da Bahia.

O partido da Independencia era mui podero II, - 18

so em S.-Paulo, e tinha por chefes a familia dos Andrades, distincta por talentos, instrucção, e não menos habil em intrigas, e avida de poder. Facil lhe foi decidir o Governo da provincia a dirigir ao Principe D. Pedro, a seguinte representação que vamos transcrever e em que se manifestão os verdadeiros sentimentos d'aquelle partido, se bem que ainda algum tanto dis forçados por hypocritas protestações de submissão a D. João VI e ás Córtes de Lisboa. Eis aqui a copia textual d'este notavel documento. « Senhor, tínhamos já escrito a V. A. R. antes que pelo ultimo correio recebessemos a Gazeta Extraordinaria do Rio de Janeiro de 11 do corrente, e apenas fixámos nossa attenção sobre o primeiro Decreto das Córtes, ácerca da organização dos Governos das Provincias do Brasil, logo ferveo em nossos corações huma nobre indignação, porque vimos nelle exarado o systema d'anarchia e d'escravidão; mas o segundo, pelo qual V. A. R. deve regressar para Portugal, afim de viajar incognito sómente pela Hespanha, Franca, e Inglaterra, causou-nos hum verdadeiro horror. « Nada menos se pertende do que desunir nos, enfraquecer—nos, e até deixar-nos em hum miseravel orfandade, arrancando do seio da grande familia Brasileira o unico pai commum que nos restava, depois de terem esbulhado o

Brasil do benefico fundador d'este Reino, o au gusto pai de V. A. R. Enganão-se, assim o es peramos em Deos, que he o vingador das in justicas: elle nos dará coragem e sabedoria. «Se pelo artigo 21 ° das Bases da Constitui ção, que approvámos e jurámos, por serem principios de direito publico universal, os De putados de Portugal se virão obrigados a de terminar, que a Constituição que se fizesse em Lisboa só obrigaria por ora aos Portuguezes residentes naquelle Reino, e quanto aos que residem nas outras tres partes do mundo, ella sómente se lhes tornaria commum, quando seus legitimos Representantes declarassem ser esta a sua vontade; como agora esses Deputa dos de Portugal, sem esperarem pelos do Bra sil, ousão já legislar sobre os interesses mais sagrados de cada provincia, e de hum reino in teiro! Como ousão roubar a V. A. R. a lugar tenencia que seu augusto pai, nosso Rei, lhe concédera? Como querem despojar o Brasil do Desembargo do Paco, e Mesa da Consciencia e Ordens, Conselho da Fazenda, Junta do Com mercio, Casa da Supplicação, e de tantos ou tros estabelecimentos novos, que já promettião futuras prosperidades? Para onde recorrerão os povos desgraçados a bem de seus interesses economicos e judiciaes? Irão, depois de acostu mados por doze annos a recursos promptos, a

soffrer outra vez, como vis colonos, as delongas e trapacas dos tribunaes de Lisboa, atravez de duas mil legoas do Oceano, onde os suspiros dos vexados perdião todo o alento e esperança? Quem o crerá, depois de tantas palavras meigas mas dolosas de reciproca igualdade e de fidelidades futuras !! « Na sessão de 6 de Agosto passado disse o Deputado das Córtes Pereira do Carmo (e disse huma verdade eterna) que a Constituição era o pacto social em que se expressavão e declara vão as condições, pelas quaes humanação se quer constituir em corpo; e que o fim d'esta Constituição he o bem geral de todos os individuos que devem entrar neste pacto social. « Como pois, ousa agora humavera fracção da nação portugueza, sem esperar a conclusão d'esse solemne pacto nacional, attentar contra o bem geral da parte principal da mesma, qual o vasto e riquissimo reino do Brasil, despedacando-o em miseros retalhos, e pretendendo arrancar, por fim, do seu seio, o representante do poder executivo, e aniquilar, de hum golpe de penna, todos os tribunaes e estabelecimentos necessarios á sua existencia e futura prosperidade ! Este inaudito despotismo, este horroroso prejuizo politico, de certo não o merecia o bom e generoso Brasil. Mas enganão-se os inimigos da ordem nas Córtes

de Lisboa, se se capacitão, que podem ainda il ludir com vans palavras, e ocos phantasmas o bom sizo dos honrados Portuguezes d'ambos os mundos. « Note Vossa Alteza Real que, se o reino de Irlanda que faz huma parte do Reino-Unido da Gran-Bretanha, a pezar de ser infinitamente pequeno em comparação do vasto reino do Brasil<sup>o</sup>, e estar separado da Inglaterra por hum estreito braco de mar, que se atravessa em poucas horas, todavia conserva hum go verno geral, ou vice-reinado, que representa o poder executivo do Reino—Unido; como po derá vir á cabeça de ninguem, que não seja, ou profundamente ignorante, ou loucamente atrevido, pertender que o vastissimo Brasil haja de ficar sem centro de actividade, e sem repre sentante do poder executivo, como igualmen te sem huma mola d'energia, e direccão das nossas tropas, para poderem obrar rapida mente, e de mãos dadas a favor da defeza do estado, contra qualquer imprevisto ataque d'i- nimigos externos, ou contra as desordens e faccões internas, que procurem atacar a segu

\* He ridicula ostentação medir a importancia de hum Estado, não pelo numero de seus habitantes, mas sim pela extensão do terreno. No Brasil não chega a hum milhão o numero dos brancos, e a Irlanda conta oito milhóes.

rança publica, e a união reciproca das pro vincias ! «Sim, Augusto Senhor, he impossivel que os habitantes do Brasil que forem honrados, e se prezarem de ser homens, e mórmente os Pau listas, possam jámais consentir em taes absur dos e despotismos. Sim, Augusto Senhor, Vossa Alteza Real deve ficar no Brasil, quaes quer que sejam os projectos das Córtes Consti tuintes, não só para nosso bem geral, mas até para a independencia e prosperidade futura do mesmo Portugal. Se Vossa Alteza Real esti ver (o que não he crível) pelo deslumbrado e indecoroso Decreto de 29 de Setembro, alem de perder para o mundo a dignidade de homem e de Principe, tornando-se escravo d'hum pe queno numero de desorganisadores, terá tam bem que responder, perante o Ceo, dos rios de sangue, que de certo vai correr pelo Brasil com a sua ausencia; pois seus povos, quaes tigres raivosos, acordarão, de certo, do somno amadornado, em que o velho despotismo os tinha sepultado, e em que a astucia de hum novo machiavelismo constitucional os pretende agora conservar. « Nós rogamos, portanto, a Vossa Alteza Real, com o maior fervor, ternura, e respeito haja de suspender a sua volta para a Europa, por onde o querem fazer viajar, como hum

pupillo rodeado deaios e d'espias; nós lhe ro gamos que se confie corajosamente no amor e fidelidade dos seus Brasileiros, e mórmente dos seus Paulistas, que estão todos promptos a verter a ultima gotta do seu sangue, e a sa crificar todos os seus haveres, para não perde rem o Principe idolatrado, em quem tem pos to todas as esperanças bem fundadas da sua felicidade, e da sua honra nacional. Espere, pelos menos Vossa Alteza Real pelos deputados nomeados por este Governo, e pela Camara d'esta capital, que devem quanto antes levará sua augusta presença nossos ardentes desejos e firmes resolucões, dignando-se acolhé-los e ouvi-los, com o amor e attenção, que lhe de vem merecer os seus Paulistas. « A Augusta. Pessoa de Vossa Alteza Real guarde Deos muitos annos.»

Palacio do governo de S.-Paulo, a 24 de Dezembro 1821.

João Carlos Augusto de OyENHAusEN, Presidente; José Bonifacio D'ANDRADE e SILVA, vice-Presi dente; Martim Francisco D'ANDRADE, Secreta rio; Lazaro José GoNçAlvEs, Secretario; Mi guel José D'OLIVeIRA PINTo, Secretario; Manoel Rodrigues JoRDKo; Francisco Ignacio de Sousa GUIMARKes; João Ferreira D'Oliveira BRUNo; Antonio Leite Pereira da GAMA Lobo; Daniel Pedro MULLER; André da SILVA GoMES; Fran cisco de Paula e OLIVeIRA; Antonio Maria QUARTIM.

Esta representação, a pezar das exaggeracões e numerosos disparates que encerra, era bem calculada para fazer viva impressão nos animos dos Brasileiros, e não era menos grata ao Principe. Parece incrível que homens de capacida de pudessem escolher o exemplo da Irlanda para corroborar a sua opinião relativamente ao governo central do Brasil : mui infelizes se rião os Brasileiros se fossem governados como o era a Irlanda em 1821. A asserção de que a residencia do Principe no Brasil era huma ga rantia da independencia de Portugal, he digna de riso. A affectada repetição de Paulistas ti nha por objecto recommendar os Andrades como futuros arbitros da sorte do Brasil. No tocante ás queixas contra os decretos das Cór tes, tinham em grande parte razão.



## CAPÍTULO XV.

- -

Estado dos negocios no Brasil até á proclamacio do Principe D. Pedro como Imperador do Brasil em 1822. . - Logo que o Principe D. Pedro recebeu os decretos das Cortes trazidos pelo brigadeiro de guerra S. Sebastião, mostrou - se disposto a obedecer, embarcando na fragata União que estava surta no porto; mas quando recebeu a representação de S.-Paulo, suspendeu a sua determinação, e bem depressa se decidiu a não sair do Brasil, conformando-se aos votos do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, cujo presidente José Clemente Pereira em hum discurso energico lhe manifestou os sentimentos unanimes da camara e do povo. A este se seguiu o coronel Fontoura, que, em nome da provincia de S.-Pedro do Sul, declarou ser esta a vontade dos povos. O Principe declarou que ficaria, o que encheo de regozijo os habitantes do Rio de Janeiro. . Apenas foi conhecida esta resolução, manifestou-se grande agitação na tropa portugueza já muito indisposta contra os Brasileiros. O general Jorge d'Avilez que commandava esta

força, pediu e obteve a sua demissão, mas foi obrigado a reassumir o mando, a instâncias dos soldados de quem era muito estimado. Os Portuguezes, vendo que a tropa brasileira com artilharia marchava contra elles, se dispuzeram a resistir. O campo de Santa Anna foi transformado na madrugada do dia 12 de Janeiro em hum arraial bellico; entre o tropel de povo se vião clérigos e frades empunhando armas de versas, e excitando o povo contra os Portuguezes. O general Avilez conteve a indignação dos seus valerosos soldados, que não passavam de mil e quinhentos, mas vendo crescer a exasperação dos animos, propoz e conseguiu que fosse permitido á tropa debaixo do seu commando retirar-se á Praia-Grande, onde permanecerião até se embarcarem para Portugal, quando chegassem novas tropas para render a divisão. D. Pedro ministrou ao corpo portuguez os meios de transporte. Ordenou depois que fosse esta tropa embarcada immediatamente para Portugal, e recusando elles, quiz contrangê-los, cercando-os, cortando-lhes os viveres, e dando ordem aos moradores da Praia-Grande de abandonarem a povoação. Avilez foi soccorrido por subscripções de negociantes portuguezes estabelecidos no Rio de Janeiro. Decidido a levantar inteiramente a máscara,

fazendo proclamar a Independencia do Brasil, nomeou D. Pedro hum novo ministerio composto de José Bonifacio de Andrade e Silva, para os negocios do reino; o marechal Joaquim d'Oli veira Alvares, para os da guerra; e para os da fazenda Caetano Pinto de Miranda Montenegro; todos partidarios da Independencia. Entretanto persistirão as tropas portuguezas em não se embarcar, e o Principe dirigio com tra ellas barcas canhoneiras, e elle se embarcou na fragata União para dirigir o fogo da sua artilharia contra seus compatriotas. De balde foi o general Avilez a bordo da fragata, e representou a D. Pedro a injustica atroz de hum tal acto de violencia; mas o Principe mostrou-se inexoravel, e finalmente embarcou-se e deu á vèla a divisão no dia 15 de Fevereiro. A Bahia e o Maranhão, onde preponderavão os Portuguezes europeos, recusou reconhecer a autoridade do principe D. Pedro, e protes tãrão da sua obediencia ás Córtes de Portugal e ao Rei D. João VI. Na Bahia os eleitores no meirão huma Junta de governo, conformando se ao decreto das Córtes de 29 de Setembro. A eleição teve lugar a 1 e 2 de Fevereiro. Foi nomeado commandante interino da provincia o brigadeiro Manoel Pedro de Freitas Guimaraes, que de novo ratificou o seu juramento

de fidelidade ao governo de Portugal. Os membros do Governo foram os seguintes : Francisco J. Vicente Piana, presidente; Francisco Carneiro de Campos, secretario; e vogaes, Francisco Martins da Costa, Francisco Elzebão Pires de Carvalho, Manoel Ignacio da Cunha, José Cardoso Pereira de Mello, e Antonio da Silva Telles. No Maranhão foi eleita e installada outra Junta de governo constitucional, composta do bispo diocesano D. Fr. Joaquim de Nossa Senhora da Nazareth, presidente; o brigadeiro Sebastião Gomes da Silva Belford, secretario; e vogaes, o chefe d'esquadra Filipe de Barros e J. Vasconcellos, Thomas Tavares da Silva, o desembargador João Francisco Leal, e o coronel Antonio Rodrigues dos Santos. O governo das armas foi confiado ao marechal Agostinho Antonio de Faria. A provincia de Pernambuco, depois da partida de Luiz do Rego, continuou em desasosiego. O novo governador José Maria de Moura tomou posse a 26 de Dezembro de 1821, e desde então começou hum longa serie de disturbios, assassinios e perseguições. No dia 25 de Janeiro rompeo hum motim suscitado secretamente pelo presidente da Junta Gervasio Pires Ferreira, inimigo declarado dos Portuguezes, e hum dos mais astutos e perfidos

facciosos. O objecto era provocar hum con flicto entre as tropas brasileiras e as portu guezas; mas o governo intimidado fez socegar o tumulto. No dia 5o se juntou hum conselho composto de cidadãos, e officiaes militares, e quasi unanimemente se decidio que se fizesse embarcar a tropa europea, e que se não dei xasse desembarcar a que pudesse apresentar-se de novo. Moura protestou contra esta decisão, exigindo que o governo fizesse entrar os revol tosos nos seus deveres, e fizesse cessar actos tão illegaes, que elle nunca apoiaria. Apezar d'esta energica declaração, persistio a Junta no seu intento, renovando-se os tumultos. A imprevista apparição da esquadra por tугueza inspirou grande susto ao partido da independencia. Era commandada pelo chefe de divisão Francisco Maacimiano de Sousa, e levava a bordo a expedição destinada ao Rio de Janeiro, mas tinha ordem de entrar em Per nambuco, onde devia desembarcar o novo go vernador José Correa de Mello, e a tropa da expedição, se fosse necessario recorrer á força para sustentar as autoridades constitucionaes fieis ás Córtes no exercicio das suas funcções. No dia 17 de Fevereiro ancorou no Lameirão de Pernambuco, e participou logo o comman dante a sua chegada á Junta, communicando lhe as instruccões que trazia. Respondeo o ar

## 2.86 HISTORIA

diloso presidente, que ia dar todas as providen cias para o desembarque do novo governador, e assegurou que a Provincia estava tranquilla e aferrada á religião do seu juramento, e que o desembarque de nova tropa he que podia comprometter o socego publico. • Desembarcou o novo governador, e alguns officiaes; e em quanto estiverão em terra rei nou a tranquillidade. No dia 2o escreveo Mello hum officio ao chefe da esquadra, em que participava ter adoptado meios efficazes para pacificar a provincia, não sendo necessario o desembarque de tropa. Satisfeito d'esta segu rança, e sem consultar mais pessoa alguma, proseguio Maximiano a sua viagem. O gover nador Moura foi governar o Pará, e sahio de Pernambuco a 5 de Março. Na provincia do Rio-Grande do Norte foi a Junta do governo violentamente dissolvida a 6 de Fevereiro, pelo povo amotinado, auxi liado pela tropa conduzida pelo seu major com mandante Antonio Germano Cavalcante, que se assegurou dos vogaes, e fez procederá nomea ção de outra junta provisoria, em quanto os eleitores não nomeassem huma permanente. Na Paraiba do Norte foi tambem perturbada a tranquillidade, por ter a tropa recusado reco nhecer como governador das armas o capitão Manoel Luiz da Fonseca, pronunciando-se a

favor do major Trajano Antonio Gonçalves. Este motim rompeo a 4 de Fevereiro. Na Bahia começava então hufma longa serie de scenas calamitosas. A nomeação do briga deiro Ignacio Luiz Madeira ao governo das armas da provincia, foi o signal da luta entre o partido da Independencia e o das Córtes por tugezas. No dia 15 de Fevereiro recebeo Ma deira a Carta regia de 9 de Dezembro ultimo, e communicou logo a sua nomeação ao Governo, á Camara, e ao brigadeiro Freitas. Todas estas autoridades procurárão todos os subterfugios para não dar cumprimento ás ordens regias. Freitas, confiado no apoio dos Brasileiros, seus compatriotas, recusou entregar o mando, dan do por pretexto que Elreilhe não participára a nomeação do seu successor. Madeira pergun.- tou então ao Governo se queria ou não reco nhecê-lo, e exigio que mandasse immediata mente convocar a Camara, para esta registrar a Carta regia. Passou depois a convocar hum con selho militar, a que concorrêrão todos os offi ciales, á excepção do coronel d'artilharia Ber nardo Alvares de Araujo. De todos recebeo protestacões de obediencia. A Junta respondeo por fim que não duvidava reconhecer o novo governador, e que lhe prestaria todos os auxi lios que estivessem ao seu alcance, logo que entrasse no exercicio da sua autoridade, e re

commendou-lhe que conservasse a boa ordem. na tropa, como o tinha feito Freitas. Depois de repetidas sessões da Junta e da Camara, esta mandou emfim dar cumprimento á Carta regia. Mas nem assim se aquietárão os animos; ap pareceo huma representação assignada por perto de quinhentas pessoas, em que se reque ria em tom imperioso, que Freitas fosse con servado no commando. A Camara e a Junta, aproveitando este estado de crise, depois de muitas discussões, concordou em crear huma junta militar com as attribuições do Governador das armas, da qual Madeira seria presi dente, e Freitas vogal, nomeando cada hum d'elles dois outros vogaes, e o septimo tirado por sorte. Madeira, para evitar hostilidades entre as tropas brasileiras e as portuguezas, consentio, com a condição expressa de ficarem as autoridades fieis aojuramento ás Córtes pres tado em 1o de Fevereiro de 1821, e declarou que, no caso contrario, reassumiria o com mando das tropas. A apparente tranquillidade durou pouco. Freitas não quiz assignar a convenção, e se dispoz a comegar as hostilidades. Emfim pouco depois das seis horas da manhan no dia 19, sahio do forte de S.-Pedro hum corpo composto de tropa de linha e milicias dos regimentos dos Pardos e Pretos com artilharia, e veio ata



car o batalhão nº 12.0 tenente coronel Pereira repellio os levantados, e no campo da Piedade os atacou á baioneta, os pozem fuga to mando-lhe a artilharia, e os obrigou a retirar-se para o forte de S.—Pedro. O general Madeira tinha tomado o commando logo que vio a perfidia de Freitas e seus sequazes. Madeira, desconfiando das disposições que se manifestavão no 1º regimento de linha do paiz, e no corpo de caçadores, fez marchar a Legião lusitana para obstar a que se fossem unir aos artilheiros e outros corpos brasileiros, que projectavão atacar . OS Portuguezes pela reta guarda. Nesta occasião se distinguirão pelo seu valor e capacidade os tenentes coroneis Serrão e Almeida. Os fortes do Barbalho, e de Santo Antonio forão guarnecidos por mari nheiros portuguezes armados, e por alguns milicianos. Os caçadores atacárão o forte do Barbalho; mas o coronel Oliveira, á testa da cavallaria 2 e de huma companhia da Legião lusitana, cahio sobre elles no Campo da Polvora, os poz em fuga e perseguiu até ao cemiterio, onde se entrincheirárão. Serrão tinha sido atacado ao . mesmo tempo querendo evitar a effusão de sangue, mandou hum parlamentarario propondo a cessação do fogo; mas havendo o inimigo feito fogo contra elle, cahio sobre os levantados,

que derrotou completamente, e de accordo com Almeida tomáráo os quarteis ; e á excepção de alguns que com o brigadeiro Freitas se aco lhérão ao forte, todos os mais forão feitos prisioneiros ou desarmados. Madeira intimou ao forte que se rendesse, e dispoz tudo para o cercar; mas antes de o poder bloquear, fugio a maior parte da guarnição; sendo huns no venta homens aprisionados. Depressa forão Frei tas e Araujo obrigados a render-se á discrição, tendo envão procurado obter huma capitula ção, de que por certo erão indignos.

Madeira em huma proclamação intimou aos habitantes que tinham tomado parte no levan tamento, que voltassem. a suas moradas; e aos soldados, que se recolhessem. aos quarteis, con cedendo a todos hum perdão geral, excepto aos cabecas. O governo que secretamente se en tendia com Freitas e Araujo, teve a audacia de escrever ás Córtes em data de 8 e 15 de Mar QO , accusando Madeira de ter causado todos estes desastres, por sua ambição e impruden cia l

Madeira só podia confiar em diminuta forza militar, e crescendo de dia em dia as forças do partido hostilás Córtes, era impossivel manter se por muito tempo. Hum soccorro inesperado veio dar-lhe novo alento. No dia 18 de Março entrou na Bahia o navio S.—José Americano, por

-

carecer de viveres; vinha do Rio de Janeiro e trazia algumas tropas das que D. Pedro tinha constrangido a embarcar-se para Portugal, como já dissemos, Foi grande o regozijo que este inopinado auxilio causou aos Portuguezes, e particularmente ao corpo do commercio. Vista a urgencia, requererão as autoridades civis e militares ao brigadeiro Caretti que vinha a bordo, que fizesse desembarcar a tropa. Este official consentio de boamente, e no dia 27 des embarcárão entre mil vivas duzentase cincoenta e cinco pracas pertencentes ao regimento 15 e ao corpo dos conductores. Depois da chegada d'este pequeno reforço ficou tranquilla a cidade, mas no Reconcavo, na Cachoeira, e outros lugares da provincia rompeo o levantamento contra o partido portuguez. O primeiro tumulto teve lugar na Cachoeira a 8 de Marco, por se ter espalhado o boato que a tropa portugueza "ia sahir da provincia; formou-se hum batalhão ligeiro, e em 24 de Julho installárão hum governo que de nominárão Junta conciliadora de defesa, e pro clamárão que ião marchar contra a Bahia. Em Itaparica levantárão-se os negros de hum engenho e fizerão algumas mortes, mas forão finalmente submettidos pelo regimento da mesma Ilha. -- Por este mesmo tempo descobrio Madeira

huma conspiracio que estava a ponto dereben tar na Bahia; guarneceo os pontos de maior importancia, fez prender muitos individuos implicados, e chamou ás armas todos os Eu ropeos capazes do servico, promettendo-lhes que este cessaria logo que chegassem tropas suficientes de Portugal.- Entretanto proseguia D. Pedro no seu inten to, e por hum decreto de 16 de Fevereiro con vocou no Rio de Janeiro hum Conselho de pro curadores geraes das provincias do Brasil, no meados pelos eleitores de cada provincia, ele gendo hum procurador as que tinham quatro deputados nas Córtes; dois, as que tinham de quatro até oito; e tres, as que excedessem este numero. Podião ser revógados , se assim o re queressem dois tercios das suas camaras, em vereação geral e extraordinaria, procedendo-se. a nova nomeação. As attribuições d'este Con selho serão de aconselhar o Principe, quando estelho mandasse, sobre negocios importantes; examinar os projectos de reformas na admi nistracão geral e particular do Estado; propór as medidas e planos maisurgentes e vantajosos ao bem publico. Mandou que se coñgregasse o Conselho no Paco, todas as vezes que o fizesse convocar. O Principe se declarou presidente, assistindo ás sessões os ministros d'Estado, que terão voto. O Conselho devia nomear hum pre

sidente mensal, e hum secretario para lavrar a acta das sessões, e redigir os projectos ap provados. Logo que chegassem os procura dores de tres provincias, entraria o Conselho em funcções, e seus membros precederão os de todas as corporações, e gozarião do trata mento de Excellencia, e de todas as preeminen cias de que gozavão os conselheiros d'Estado de Portugal. D. Pedro ordenou ão governo de Pernambu co que não deixasse desembarcar tropa portu gueza, se naquelle porto entrasse algum navio dos que levavão a divisão auxiliadora embar cada no Rio de Janeiro, dando por pretexto o evitar tumultos. Ordenou tambem ao Dr. D. Lucas José Obis, nomeado deputado ás Córtes de Lisboa pela Provincia Cisplatina, que ficasse no Rio de Janeiro para entrar no Conselho. A Camara d'esta cidade dirigio a 16 de Fevereiro huma representacão ás Córtes de Lisboa para que annuisse aos votos dos Brasileiros, e olhas se como puras suas intencões, e no mesmo sentido escreveo aos deputados da provincia que tinham assento no Congresso. - A 21 de Fevereiro promulgou D. Pedro hum decreto pelo qual declarava que nenhuma lei emanada das Córtes de• Lisboa seria d'alli em diante executada no Brasil, sem primeiro ser submettida ao seu exame.

Em quanto ia assim a passos agigantados caminhando para a Independencia, se approximava a esquadra portugueza commandada

por Francisco Maximiano. - No dia 4 de Marco encontrou a divisão auxiliadora que voltava a Portugal, e por ella foi informado do estado dos negocios no Rio de Janeiro. Apesar da pouca probabilidade de poder effectuar o objecto da expedição, continuou a viagem, e a 9 de Marco chegou á barra do Rio de Janeiro, e logo viu que seria tratado hostilmente. O governador da fortaleza de Santa-Cruz lhe intimou que desse fundo além do alcance da artilharia, e pouco depois veio a seu bordo hum official de marinha, e lhe intimou por ordem de Sua Alteza Real, que fizesse adiantar os navios até ao sitio da Boa-Viagem, e que não fundeasse ao lado da fragata União abaixo da ilha de Villegagnon; ordenando ao commandante da esquadra e ao da tropa embarcada fizessem huma declaração formal das suas intenções. Executadas estas ordens, entrou a esquadra, e viu na fortaleza e nos navios de guerra os soldados a postos e com morrões acesos. Alguns dias depois entrou o resto da expedição, e o principe D. Pedro teve a audacia de propôr aos dois commandantes que promettessem cega obediencia á sua autoridade, assignando o seguinte protesto,

que por sua singularidade merece ser trans crito. -

« Nós abaixo assignados protestamos de obe decer em tudo ás ordens que nos forem diri gidas por Sua Alteza Real, pois tal he o nosso dever, assim como de em nada nos embaracar mos, nem tomarmos parte nas disposições do governo, salvo sendo-nos ordenado pelo mes mo Augusto Senhor."

«Paco do Rio de Janeiro, 9 de Março de 1822. »

He escusado dizer que Francisco Maximiano de Sousa, e Antonio Joaquim Rosado recusarão annuir a tão odiosa proposta.

Procurou depois D. Pedro fazer desertar os soldados portuguezes, offerecendo-lhes muitas vantagens, e promettendo-lhes as suas baixas no fim de tres annos. D'estas propositões se aproveitárão trezentos e noventa e quatro. Apoderou—se D. Pedro da fragata Carolina (hu madas da expedição), passando a sua officia lidade para bordo dos outros navios da expe dição, a qual vendo inteiramente frustrado o seu objecto, se fez á véla no dia 25 de Março, de volta para Portugalº. Hum homem mais

\* De volta a Lisboa, o Conselho de Guerra sentenceou Francisco Maacimiano de Sousa a ser escuso do serviço

(a 17 de Julho); mas o Conselho do Almirantado o ab solveo,

atrevido que Francisco Maximiano teria talvez tentado hum ataque contra a cidade, e não te ria deixado tomar a fragata Carolina sem dar tiro. He quasi certo que Elrei D. João tinha dado instruccões secretas aos commandantes para nada tentarem contra o principe D. Pedro, com quem não cessou de se concertar, illudindo o seu ministerio e as Córtes. - Não forão bem acolhidos os decretos de D. Pedro em todas as provincias do Brasil. Os go vernos do Pará, Maranhão e Alagóas mani festárão sem re buço, que não observarião taes decretos, por estarem em opposição aos jura mentos que havião prestado a Elrei D. João VI e ás Córtes, e que a sua união com Portugal era não só conforme ao dever, mas igualmente aconselhada pela gratidão, e até pelos interes ses commerciaes e politicos. As outras provin cias não hesitárão em dar cumprimento aos decretos de D. Pedro. Só Pernambuco, pelo orgão do seu astuto Presidente, se expressou em termos equivocos, protestando que man teria illesa a santidade de seus juramentos, apezar de se pertender denegrir suas intencões; que, não obstante considerar como justas as reclamações dos Povos das Provincias, com tudo não lhe era permittido cumprir o Decre to de 16 de Fevereiro, e outros; que era digna de muito louvor a resolução dos habitantes



d'aquellas Provincias, mas que não, podia ap provar o que praticavão , por se encontrar com - as attribuições das Córtes, e d'Elrei de Portu gal, e que a projectada convocação do Conselho dos Procuradores tendia a estabelecer a arbitrariedade do ministerio, porque d'elle he que fica vão dependendo seus membros, reduzidos a meros instrumentos nas mãos dos ministros. Taes erão com eleito os sentimentos que animavão todos os patriotas brasileiros, receosos do despotismo a que sabião ser inclinado o atrevido D. Pedro, e que elle já por actos repetidos tinha patenteado, sendo a convocação de huma assemblea meramente consultativa, em vez de huma Representação nacional deliberante, nova e irrefragavel prova dos seus intentos. Em Minas-Geraes tambem encontrou D. Pe

dro opposição. A 5 de Fevereiro o Governo da provincia autorisou o seu vice-presidente o Desembargador José Ferreira da Fonseca e Vasconcellos a apresentar-se ao Principe queixando se de ter o ministerio demorado os deputados nomeados pela Provincia ás Córtes de Lisboa. D. Pedro, tomando huma corajosa resolução, partio para Minas a 26 de Marco, acompanhado pelos deputados da Provincia e pelo vice presidente do Governo do Rio de Janeiro Esquivão Ribeiro de Rezende. A vinda inopinada

do Príncipe e a sua ousadia paralysoou os des contentes. Outro tanto conseguiu em S.-Paulo, onde igual opposição se tinha manifestado. Para ganhar os animos e lisongear o partido da Independencia, fez mudar o lago nacional por tугuez, que substituiu por outro azul e amarel lo, e mandou que no braco se trouxesse huma fita com a inscripção : Independencia ou Morte. A 25 de Abril já estava de volta á capital, - onde aproveitando a occasifio que lhe offere ceo a celebração do anniversario do nascimen to de D. João VI, se fez acclamar pelo povo e tropa Principe Regente e Defensor perpetuo e constitucional do Brasil, fazendo ratificar este pomposo titulo pelo Presidente e Senado da Camara. • Todavia os amigos da liberdade não perdião de vista a organisacão de hum Governo cons titucional, que puzesse hum freio á sede , de poder absoluto que cada dia se acendia mais no ardente e ambicioso animo do indomito Prin cipe tão astuto e dissimulado. O mesmo Se nado da Camara, penetrado d'esta convicção, representou a D. Pedro, no dia 2o de Maio, em nome das Provincias confederadas, que depois de ter aceitado o titulo de Defensor Perpetuo e Constitucional do Brasil, e promettido con correr para tudo o que fosse em seu beneficio, lhe rogava convocasse huma Assembleia Ge

ral de todas as Provincias, representads por hum numero de Deputados, que não fosse inferior a cem, nomeados por novos elétores parochiaes eleitos pelo povo, e que pan isso terião poderes, especiaes, e cujas attribuições serião : deliberar em sessão publica sobre as justas condicões com que o Brasil devia ficar unido a Portugal; examinar se a Constiuição que discutião as Córtes em Lisboa, era araloga ou proveitosa ao Brasil; e estabelecer a mu danças, reformas e alteracões de que (arecia para ser recebida; e entrar, apenas installada, no exercicio do poder legislativo essencial ao Brasil, e sem o qual não podia prosperar. Ins tallar-se-hia na capital a Assembleia, bgo que estivessem presentes dois tercos dos Dputados das Provincias colligadas, e a respeito das ou tras, apenas declarassem sua vontade. A dita Assembleia trataria desde logo de communicar por escripto com as Córtes de Portugal, para concordarem no melhor modo de união, e marcaria, depois de plenamente consttuida, o lugar onde devia ser a séde do Governo cen tral do Brasil.

O Principe respondeo, que ficava sciente da vontade do povo d'aquella provincia, e que tão depressa fosse instruido dos desejos das outras, immediatamente se conformaria com o voto d'ellas. Por esta resposta dilatoria ganhava

tempo, afim de prolongar a posse do poder arbitrio. Já a este tempo tinha recebido repeti dos conselhos dos Gabinetes excitando-o a proclamar a Independencia do Brasil, e a assumir a autoridade absoluta, frustrando os projectos do partido democratico, que os politicos europeos suppunhão pouco poderoso, huma vez que se verificasse a inteira scissão entre os Portuguezes da Europa e os Brasileiros. Não tardarão porém em se desenganar que o Brasil não encerra elementos sobre que possa fundar-se huma monarchia despotica. Em Pernambuco continuarão as desordens, causadas principalmente pelo batalhão ligeiro composto de facinorosos, que certos da impudencia, pela debilidade do Governo, commetterão actos atrozes, insultando, maltratando, roubando, ferindo e até matando os Europeos. Nos dias de 2 e 6 de Abril vociferavão : Mata Europeo Mata branco ! Este segundo brado não deve admirar, porque a maior parte d'estes malvados erão mulatos. Emfim informada a Junta dos successos do Rio de Janeiro, e dos soccorros que de lá lhe erão annunciados, preparou hum movimento popular, para á sombra d'elle jurar obediencia ao Principe Regente como chefe do poder executivo do Brasil. No 1º de Junho, reunida a tropa em seus quartéis, e junto o povo em

magotes, enviãrão huma deputação ao over no, exigindo que fosse solemnemente reonhe cida a autoridade do Principe, sem depnden cia do Governo de Portugal. A Junta fingio resistir a esta vontade, e por fim annui, allegando ser a isso constrangida, e não poer con trariã-lo sem perigo. A chegada da ragata Real Carolina no dia 5, deo nova forca o par tido da Independencia. Desembarcou bitenta artilheiros e petrechos de guerra, e tomando mantimentos, fez-se á véla para os potos do Norte, afim de fazer declarar aquellas provin cias a favor do Principe Regente. Guiado pelo seu prudente e cauteloso Pre sidente, jurou pois o Governo de Pernambuco obediencia ao Principe Regente, recorhecen do-o como chefe do Poder Executivo o Bra sil; porém declarou que este juramento não alterava a essencia do que fóra prestado a El rei D. João VI, e ás Córtes; que reconlecia o Principe como delegado de seu Augusto Pai, cuja autoridade suprema de novo recomhecia. Neste estado permanecérão as cousas até ao dia 5 de Agosto, no qual huma sublevação do povó e tropa decidio o reconhecimento da au toridade do Principe Regente, e da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Brasil, sem ., restricção alguma, e independente de Portugal. Durante a effervescencia corrêrão

grand perigo os Portuguezes europeos, e mui tos foão presos nos fortes, protestando o Go verno que era para os salvar do furor da popu laça. Mello cedeo o Goverño das armas ao officia de maior patente o coronel José Camel lo Pessoa; mas não exerceo por muito tempo as funções d'este cargo, que forão assumidas pelo Governo. Os nais exaltados dos facciosos dissolvérão a Junt, do Governo no dia 18, elegèrão outra mais analoga a seus projectos, e composta de homers tão violentos, que o Presidente da an tiga Junta Gervasio Pires Ferreira receando alguminsulto, se embarcou para o Rio de Ja neiro;mas aportando á Bahia foi preso e re mettido, a Lisboa. - No dia 29 entrou em Pernambuco a esquadra mandada do Rio de Janeiro contra a Bahia. Não osando entrar naquelle porto, nem oppór se á entrada da expedição vinda de Portugal em soccorro da Bahia, limitou-se a desem barcarnas Alagóas algumas municões de guer ra e o aventureiro francez Labatour, nomeado por D. Pedro, general das forças que devião atacar a Bahia. Nas Alagóas se havia prestado o juramento de obediencia ao Principe Re gente, que foi seguido de perseguicões CONtra os Portuguezes da Europa. - o Pará e o Maranhão se conservárão fieis a

Portugal, com o qual as suas relações mercan. tis erão muito mais activas que com os outros portos do Brasil. Para estas duas provincias o Governo do Rio de Janeiro era muito mais re moto que o de Lisboa. No dia 4 de Agosto se encontrárão as esqua dras portugueza e brasileira. A primeira cons tava das corvetas Dez de Fevereiro, de 26 pecas; Regeneração, de 22; Restauração e Conceição, de 18; e bergantins Audaz, de 18, e Prompti dão de 16. A brasileira era composta da fragata União, de 52 pegas; das corvetas Mariada Gloria, de 52, e Liberal, de 24, e do bergantim Rei no-Unido, de 18. Depois de diversas evoluções fugio a esquadra brasileira, e nem sequer tentou obstará entrada da expedição que che gava de Portugal com reforco de tropas. Estas desembarcárão no dia 7, e bem a tempo, por que no mesmo dia se approximárão os inimigos em grande forca ácidade , intentando atacá-la pelo lado do Rio Cotegipe. Ao mesmo tempo lavrava a guerra civil na, Cachoeira, em Mar gagipe e no Reconcavo. Na Bahia havia grande falta de viveres, por estar interrompida a navegação dos dois por tos de Nazareth e Jaguararipe. Madeira continuava a fortificar a cidade, e a ajuntar viveres e municões, cuidando com incansavel desvelo em descobrir as tramas e

ciladas. O Governo da Bahia tinha recebido de D. Pedro ordem de fazer embarcar o general Madeira e a tropa portugueza, ameaçando de o constranger pelo ferro e fome, e ajuntando a atroz ameaça de não dar quartel. Madeira recebeu participação directa nos mesmos termos, mas não fez caso algum d'ella. Entre tanto o cerco se ia estreitando, crescia diaria mente a deserção de milicianos e empregados publicos, entre os quaes se achavão alguns membros da Camara. Os marinheiros da esquadra auxiliavão com valor e zelo as operações da defesa, e os negociantes portuguezes puzerão á disposição do General suas pessoas e bens. A insurreccão ia entretanto lavrando, e Rio-Real, Seregipe, e Cotinguibá, se declararão por D. Pedro, o que augmentou a difficuldade do transporte de viveres para a cidade. D. Pedro, determinado a levantar de todo a mascara, modificou o seu ministerio neste sentido; despedio o ministro da guerra Oliveira, e nomeou em seu lugar Luiz Pereira de Mobra de Sousa Coutinho, e deu o ministerio da fazenda a Martim Francisco Ribeiro d'Andrada, irmão de José Bonifacio, bem conhecido por seus talentos e audacia, e incumbio Montenegro da repartição da justiça. Pelo Decreto de 6 d'Agosto declarou formal mente a guerra a Portugal. Publicou depois



hum manifesto em que expunha as causas que (dizia elle) havião constrangido o Brasil a sa cudir o jugo das Córtes, e cheio de allegacões, as mais d'ellas falsas e injustas. Portugal não tinha até então commettido hum só acto de hostilidade contra o Brasil, e só defendia aquel les pontos cuja população se tinha conservado fiel a Elrei e ás Córtes, e que erão atacados pelas tropas de D. Pedro. Basta o que acima referimos dos successos de Pernambuco, para mostrar a repugnancia que existia nas princi paes cidades do Brasil a separar-se de Portugal. Até em S.—Paulo houve de novo huma manifestação publica a favor das Córtes de Lisboa, e foi outra vez obrigado D. Pedro a partir para aquella provincia, para apaziguar os animos. Antes de se pór a caminho deixou a Princeza Real investida da sua autoridade, devendo presidir o Conselho d'Estado e o de ministros. O Decreto que conferia a autoridade á Princeza Real era do 15 de Agosto, vespera do dia da partida do Principe. No Pará tentárão os inimigos de Portugal derribar o Governo, mas este informado da conspiração a prevenio fazendo prender alguns dos facciosos, entre os quaes os seguintes erão os principaes: O capitão-mór Armandio José d'Oliveira Pantoja, Pedro Rodrigues Henri

ques, o escrivão José Anastasio da Cunha, o II, - - 20

conego João Baptista da Silva, homem per verso, o juiz de fóra de Marajó Cerqueira, e o procurador de causas Mattos. Estas prisões fo rão effectuadas a 18 de Septembro, e com ellas acalmou a tormenta que ameaçava a tranquillidade da Provincia. No Ceará houve hum tu multo no dia 22 de Septembro, mas huma companhia de soldados dispersou o motim ma tando e ferindo alguns dos perturbadores, e prendeo os cabeças. Em quanto D. Pedro e os seus ministros se lisongeavão com razão de conseguir em breve o objecto de seus ardentes desejos, hum acontecimento inesperado veio contrariar os intuitos ambiciosos do joven Principe. A divisão portugueza de Voluntarios Reaes que occupava a Provincia Cisplatina, informada das intenções hostís de D. Pedro contra Portugal, se pro nunciou em huma proclamação do dia de 28 de Junho, e a pezar dos esforços do general Lecór (Barão de Laguna) para os seduzir, declararão que serão fieis á patria. Vendo o desleal Lecór, que nada conseguiria de homens gloriosos do nome de Portuguezes, no dia 11 de Septembro sahio de Montevideo para Canelones, lugar a oito legoas de distancia, onde estavam acantonadas as tropas brasileiras, e poz-se á testa d'ellas; e no dia treze expedio ordem ao ajudante general, para dar cumpri

mento a hum decreto datado em 14 de Agosto, pelo qual o Principe Regente mandava extinguir o Conselho Militar, e dar baixa a quantos soldados e officiaes inferiores a pe dissem. Ajuntárão-se os officiaes, e posta em deliberação esta ordem, decidirão quasi á una nimidade, que jamais consentirão que tivesse effeito tal Decreto; que só obedecerião ás ordens d'Elrei; que a medida era damnosa e inapplicavel, e que a Divisão estava prompta a derramar o seu sangue, para sustentar a gloria do nome Portuguez. O Barão indignado quiz constrangê-los pela força, mas em vão. O Conselho militar, vendo-se em circumstancias criticas, mandou pedir auxilio ao general Madeira, de dinheiro para o soldo da tropa, de municões, e de huma fragata para que unida áThetis que estava em Montevideo, pudesse oppór-se ao bloqueio, que esperavão ser feito por forças navaes do Rio de Janeiro, e transportes para conduzir a Divisão á Bahia, no caso de se julgar impossivel a conservação d'esta conquista. Madeira communicou este officio ao corpo do commercio, o qual se prestou com a maior generosidade a apromptar os fundos e navios. No dia 2 de Junho se ajuntou o Congresso de Procuradores das Provincias, e no dia seguinte D. Pedro lhes fez saber que o voto geral era a favor da convocação de huma Assembleia Cons

tituinte que redigisse huma Constituição para reger o Brasil. O Congresso fez huma resposta conforme a estes votos, a qual terminava pelo seguinte paragrapho : « O Brasil reconhece os direitos de Portugal; mas com magoa vé que o Portugal recusa re conhecer os seus: o Brasil quer o mesmo sobe rano, mas nunca reconhecerá por soberanos os membros do Congresso de Lisboa; quer a sua independencia, fortalecida por huma união bem entendida com Portugal. Em huma pa lavra este paiz aspira a formar, com seus irmãos da Europa, duas grandes familias governadas cada huma por leis em harmonia com os seus interesses particulares, e regidas ambas pelo mesmo sceptro. » Bem se colhe d'este documento qual era em geral o desejo dos Brasileiros de não romper inteiramente o nexo que os ligava a Portugal. Por hum Decreto de 5 de Junho, convocou D. Pedro as Córtes do Brasil, e no dia de 19, se publicárão instruccões para a eleição dos deputados á Assembleia Constituinte. No 1º de Agosto appareceo hum manifesto de D. Pedro aos Brasileiros annunciando-lhes aproxima con vocação d'esta Assembleia destinada a consolidar a independencia politica do Brasil, sem romperos lagos paternaes que oligáo a Portugal. Lin

guagem astuciosa calculada para illudir os ani mos. O Manifesto era cheio das mais injustas queixas contra o Governo de Portugal, e ter minava promettendo ao Brasil leis justas, liberdade e prosperidade. « A minha gloria (dizia D. Pedro ) he governar huma nação ge nerosa elivre!» No mesmo dia publicou outro Decreto pres crevendo as medidas que se devião tomar contra qualquer força, posto que viesse de Por tugal. A 6 de Agosto publicou outro Manifesto aos governos das nacões alliadas e amigas, no qual, assim como no precedente, depois de pro curar justificar a sua desobediencia a D. João VI, e ás Córtes da Monarchia Portugueza, protesta expressamente, que nunca teve o projecto de romper os lagos que unem os dois Reinos, e que reconhece Elrei seu Augusto Pai como unico chefe do Poder executivo; mas allega o sup posto cativoiro de D. João VI, que falsamente representa como violentado pelos facciosos de Lisboa. Ainda quando esta assercio fosse fun dada, deveria D. Pedro limitar-se a exercer huma autoridade temporaria, e não fazer-se proclamar Imperador do Brasil, como fez no seguinte mez. Em vão as Córtes de Lisboa dirigirão á Nação Brasileira huma representacão relativa á nova Constituicão da Monarchia (a 17 de Agosto),

e procurando convencer os Brasileiros das vantagens que resultariam para ambos os Reinos da adopção da Constituição, e persuadi-los a se separarem dos agitadores que forcejavão por desligar os dois paizes, inflammando os habitantes do Brasil contra os Portuguezes. As Córtes tomáráo as seguintes medidas relativamente ao Brasil, que todas forão inúteis, porque erão intempestivas e impotentes : ordenavão 1º que o Principe Real se conservasse no Rio de Janeiro até estar concluida a organização de todo o Brasil; 2º subordinavão a autoridade militar em cada provincia á Junta provincial, concedendo ao Governador das armas voz deliberativa em negocios militares; 5º propunhão hum plano relativo ás relações mercantis entre os dois paizes, que seria communicado ás Provincias do Brasil, e posto immediatamente em discussão. Apenas as Córtes forão informadas do Decreto de D. Pedro, convocando huma Assembléa de Procuradores das Provincias, fulmináráo hum Decreto contra a Junta de S.—Paulo, que assignou a representação de 24 de Dezembro de 1821, contra os dois secretarios d'Estado, que referendáráo o Decreto de 16 de Fevereiro, e outros actos contrarios á autoridade das Córtes Constitucionaes de Portugal, e contra outros individuos culpados do mesmo attentado. A 2o

do Setembro promulgáram outro Decreto com as seguintes disposições. 1º O edicto de 5 de Junho que convocou huma Assembleia de Córtes Constituintes no Brasil, he nullo." 2º Os secretarios d'Estado do Rio de Janeiro, responsaveis de hum acto tão illegal como ar bitrario, serão demittidos e castigados. 3º O. Governo estabelecido no Rio, recusando obedecer ás ordens das Córtes, e tendo-se de clarado independente, he Governo de facto e não de direito, a cuja autoridade seria crimi noso obedecer. 4º O poder confiado ao Principe lhe será im mediatamente retirado, e Elrei nomeará em seu lugar huma Regencia. 5º O Principe voltará a Portugal, hum mez depois da notificação que lhe será intimada por este Decreto. 6º Será considerado e tratado como traidor todo o chefe de forca de terra ou de mar, que voluntariamente obedecer ao governo do Rio de Janeiro. A este Decreto dictado pela mais inepta fa tuidade, se seguiu o de 25 de Setembro, regu lando a Delegação do poderea ecutivo no Brasil. Devia consistir em huma Regencia composta de cinco membros dos quaes hum seria Presi dente, e de tres secretarios, todos nomeados por

Elrei, ouvido o Conselho de Estado. Determinava as suas attribuições, e deixava a arbitrio da Regencia o lugar da sua residencia, no ponto do Brasil que julgasse mais conveniente.

Ancioso de imperar, e arrojando de si a má cara hypocrita, aboliu D. Pedro, por hum Decreto de 18 de Setembro, as armas de Portugal, e adoptou por armas do Brasil huma esphera de oiro sobre huma cruz da ordem de Christo, rodeada de dezanove estrellas, correspondentes ao numero das provincias do Brasil. O escudo he rematado pela Coróa imperial sustentada por dois ramos, hum de cafeeiro, outro de tabaco. A bandeira imperial he hum parallelo grammado verde em que está inscripto hum rhomboide quadrilatero com o escudo das armas do Brasil.

De volta de S.—Paulo a 14 de Setembro, publicou logo hum Decreto referendado por José Bonifacio d'Andrada e Silva, em que concedia huma amnistia por delictos politicos, e proclamava a Independencia do Brasil, ordenando aos oppositores que sahissem do Brasil, dentro de dois mezes, se habitassem as costas, e dentro de quatro, para os do interior. Todos os partidarios da nova ordem de cousas devião trazer no braco huma medalha segurada com huma fita verde, com a letra Independencia ou Morte.



Finalmente a 12 de Outubro fez-se D. Pedro acclamar Imperador do Brasil, e logo depois publicou hum Decreto admittindo o rapé e mais productos estrangeiros, privando os de Portugal de todo o favor nos direitos de entrada de que até alli gozavão. Autorisou ao mesmo tempo Brasileiros e estrangeiros a armarem corsarios contra o commercio portuguez. Prohibio a sahida da moeda, e ordenou que se não concedessem passaportes para Portugal.

A Paraíba proclamou a Independencia do Brasil a 19 de Outubro, esperando que o Maranhão e Piauí seguissem o seu exemplo; mas estas duas Provincias procurárão pelo contra rio suffocar este movimento, o que conseguirão momentaneamente pondo em fuga os levantados, e collocando em Aldeias-Altas hum destacamento de tropas de linha e de milicias.

O cerco da Bahia proseguia com actividade, e Madeira começava a esmorecer, quando no dia 5o de Outubro chegou a nova expedição vinda de Lisboa, e acompanhada por varios navios de guerra. A tropa desembarcou no dia seguinte. No dia 8 de Novembro atacou os sitiadores e os constrangeo a fugir com grande perda. De novo foram batidos a 5 de Dezembro, e a 26 do mesmo mez, perdendo os Independentes neste ultimo combate muita gente, artilharia, e bagagens.

Ao mesmo tempo foi incumbido o capitão tenente Isidoro Francisco. Guimarães, com mandante da corveta Princeza Real, de ir com esta e com a denominada Dez de Fevereiro, substituída depois pela Calypso, bloquear o porto de Pernambuco; comissão que este official desempenhou perfeitamente, não deixando entrar embarcação alguma com reforços, viveres ou munições. Todavia esta Província acclamou D. Pedro Imperador a 8 de Dezembro, arvorando no dia 15 a nova bandeira imperial, não obstante a opposição do Governador das armas Pedroso, que fez o possível por proteger os Portuguezes contra o furor dos Pernambucanos. Os deputados Barata e Lino Coutinho, que tinham fugido de Lisboa, procuravam pelos discursos os mais sanguinarios inflamar os animos, pintando com as mais vivas cores os insultos que os Brasileiros haviam recebido de Portugal, e excitando-os a resistir por todos os meios a uma nova expedição de quatro mil homens que se preparava em Lisboa. Pedroso em uma parada, no dia 25, proclamou os riscos que corria a Província, e, para agradar ao partido dominante, exclamou que mais valia ser escravo dos Barbarescos que dos Portuguezes.

Para que a posteridade imparcial possa avaliar os motivos que determinarão aquelles dois deputados do Brasil, que se declararão inimigos

encarniçados dos seus compatriotas portugueses, cumpre conservar os nomes dos que assinaram a Constituição Política da Monarchia Portuguesa no dia 25 de Setembro de 1822.

Alexandre Gomes Ferrão, deputado pela provincia da Bahia.

Marcos Antonio de Sousa, id. id. Pedro Rodrigues Bandeira, id, id. José Lino Coutinho, id. id. Domingos Borges de Barros, id, id.

Francisco de Assiz Barbosa, deputado pela provincia das Alagoas. Francisco Manoel Martins Ramos, id. id. Manoel Marques Grangeiro, id. id. Custodio Gonçalves Ledo, deputado pelo Rio de Janeiro. Francisco de Villela Barbosa, id. id. João Soares de Lemos Brandão, id. id. Luiz Nicolao Fagundes Varella, id. id. Luiz Martins Basto, id. id. Domingos Malaquias de Aguiar Pires Ferreira, deputado por Pernambuco,

Felis José Tavares Lira, id. id. Francisco Moniz Tavares, id. id. Ignacio Pinto de Almeida e Castro, id. id. Manoel Felis de Veras, id. id. Manoel Zeferino dos Santos, id. id.

Pedro de Araujo Lima, id. id.

João Ferreira da Silva, id. id.

Miguel de Sousa Borges Leal, deputado pelo Piauí. Romualdo, Bispo do Pará, deputado pelo Pará. Francisco de Sousa Moreira, id. id. Francisco Xavier Monteiro da França, deputado pela provincia da Paraíba. José da Costa Cirne, id. id. João Lopes da Cunha, deputado da provincia do Rio Negro. Joaquim Theotônio Segurado, deputado por Goyaz. José João Beckman e Caldas, deputado pela cidade e provincia do Maranhão. José Martiniano de Alencor, deputado pela provincia do Ceará. Manoel Filipe Gonçalves, id. id. Antonio José Moreira, id. id. José Feliciano Fernandes Pinheiro, deputado pela provincia de S. Paulo. Lourenço Rodrigues de Andrade, deputado pela ilha de Santa Catherina.

Trinta e quatro deputados do Brasil gozando de inteira liberdade, approvárão a Constituição da Monarchia Portugueza a 25 de Setembro, e a 12 de Outubro se fazia proclamar D. Pedro Imperador do Brasil.

A excepção do Pará e Maranhão, e da cidade da Bahia, todo o Brasil se appressou de re conhecer o Imperador D. Pedro. Em huma Proclamação dirigida aos Portuguezes em data de 21 de Outubro, lhes communicou a sua ele vação a esta dignidade. Este Documento he como os precedentes da mesma mão; abunda em falsas e insultantes asserções, e repete a ri dicula allegação do cativeiro do D. João VI. O resto do anno de 1822 offereceo huma serie de Decretos dirigidos contra os Portuguezes por D. Pedro. Pelo de 12 de Novembro, referendado por Martim Francisco Ribeiro d'An drada, expulsava os Portuguezes de todos os cargos e empregos. Por outro da mesma data pronunciava penas graves contra quem pres tasse ou auxiliasse o General Madeira com di nheiro ou de qualquer outra maneira. No 1º de Dezembro creou a nova Ordem militar deno minada Ordem Imperial do Cruzeiro, da qual elle se declarou Gran—Mestre. No mesmo dia creou huma Guarda de honra da Pessoa Impe rial, composta de tres esquadrões, hum do Rio de Janeiro, outro de Minas, e o outro de S. Paulo. A 11 de Dezembro fez sequestrar todas as propriedades Portuguezas; e a 5o do mesmo mez publicou hum regulamento rela tivo aos corsarios destinados a aprezar navios portuguezes. Nada pode justificar este ultimo

acto de hostilidade contra o commercio portu guez, e he tanto mais atroz e insensato que quasi todos os negociantes de Lisboa e do Porto erão socios de casas do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e mais portos do Brasil. Só o es piritto de rapina podia dictar taes actos, mais dignos de Artigas que de hum Principe que ostentava sentimentos liberaes. -

CAPITULO XVI. -

1823.

D. Pedro, por huma Proclamação de 8 de Janeiro, ordenou a todos os Brasileiros residentes em paizes estrangeiros, de voltarem dentro de seis mezes, sob pena de serem declarados indignos da grande familia Brasileira, e do sequestro de suas propriedades. No mesmo dia publicou hum Decreto para a formação de hum Regimento de Estrangeiros composto de tres batalhões e de hum Estado maior. O objecto de D. Pedro era rodear-se d'estes mercenarios, para o defenderem contra os Brasileiros cujas opiniões democraticas olhava com receio. Outro Decreto de 14 de Janeiro determinou qual seria a condição dos Portuguezes que viessem ao Brasil temporariamente, ou com tenção de alli residirem estes devião jurar obediencia ao Imperador. A 18 de Fevereiro concedeo me dalhas aos militares do exercito do Sul ás ordens do Barão de Laguna, que se tinham distinguido desde o anno de 1817. No 1º de Março estabeleceo huma escola de ensino mutuo para

os militares. A 29 de Março declarou a Bahia em estado de bloqueio; mas como os Portuguezes estavam senhores do mar, e o Brasil carecia de marinheiros e officiaes, encarregou D. Pedro os seus agentes de alistar maruja estrangeira, e tomou a seu soldo o famigerado Lord Cochrane, que chegou ao Rio de Janeiro a 15 de Março para tomar o commando das forças na guerra do Brasil. Não podia D. Pedro acertar melhor, nem Cochrane deparar com occasião mais favoravel. O Imperador adquiria hum official habil, intrepido; e o deshonrado Lord, alem de enorme soldo, via ampla colheita nas propriedades Portuguezas de que confiava apoderar-se, engrossando a sua fortuna, fructo de passadas rapinas ". Continuavam em Pernambuco as perseguições contra os Portuguezes, e se tornaram mais activas depois que o Governador Pedrosa foi preso (a 28 de Fevereiro) e remettido para o

\* He bem sabida a historia d'este fidalgo inglez. Coberto de gloria adquirida pelos mais illustres feitos militares, a sordida cubica o despojou de toda a consideração. Convencido judicialmente de ter por hum fraudulenta impostura feito hum enorme ganho illicito no jogo dos fundos publicos, foi condemnado á exposição no pelourinho, expulso da Camara dos Pares e da dos Communs, e do serviço Real, despojado da ordem da Jarreteira, etc.



Rio de Janeiro, onde jazeo por muitos mezes em hum horrendo carcere accusado de desleal dade ao Imperador. No Ceará os sequazes do Ca pitão-mór Felgueiras, seguindo o exemplo dos Pernambucanos, comecárão a atacar os Portu guezes, a roubar as suas propriedades, quando o commandante do batalhão de tropa de linha Francisco Feliac conteve a gran custo estes fac ciosos e conseguiu restabelecer o socego, e reunindo os Eleitores apressou a nomeação de huma Junta de Governo, a qual ameaçada por tropa enviada da Parnaíba, recorreo a hum armamento geral para lhe resistir. Finalmente assignárão os dois partidos huma convenção, que temporariamente socegou a Provincia. No Pará começou tambem a manifestar-se opposição a Portugal (no nº de Março), dirigi da pelo Governo Civil e autoridades munici paes; mas d'esta vez forão frustrados seus in tentos pela energia do Governador das armas e dos Coroneis Pillaca, Barata, Rocha, Nu nes, e Silva. Dissolvérão o Governo e a Camara, forão presos os seus membros, e fez-se nova nomeação. A tropa tinha—se reunido para este fim, e não encontrou a menor opposição, No Maranhão se ordio outra trama seme lhante, que foi atalhada a tempo pela vigilan cia do Governador das armas, e do comman dante da tropa expedicionaria do Pará, e forão I l. 2 I

presos os principaes cabecas, a saber: o briga deiro Palmeirim, Paulo José de Silva Gama, o commendador Honório José Teixeira, o capi tão Berredo, o procurador da Camara Me deiros, e o conego Castro. Na Bahia os sitiados enfraguecidos por con tinuas desercões de milicianos, reduzidos a es cassas racões, diminuindo todos os dias os vi veres, continuavão a defender-se com a mais perseverante coragem, em quanto os Impe riaes continuamente reforçados e abundante mente providos de todo o necessario, cada vez estreitavão mais o assedio. Huns e outros com batião encarniçados. Madeira determinado a prolongar a defesa, e só temendo a fome que ameaçava a cidade, projectou apoderar-se da ilha de Itaparica onde havia muito gado; mas o ataque foi mallogrado pela impericia ou traicão do commandante da esquadra Campos, que fóra encarregado da expedição. O combate foi dado a 7 de Janeiro e mui renhido. Entre muitos actos de heroismo, merece particular menção o do aspirante guarda-marinha João Maria Ferreira do Amaral, mancebo de 18 an nos. Havendo-lhe huma bala levado o braço di reito, sem perder o aceordo exclamou : « Avan te, valerosos companheiros ainda me resta outro braco.» A 15 de Fevereiro houve hum porfiado combate em que os Portuguezes

desalojaram os Imperiaes das suas posições.

Entretanto o Imperador expedia do Rio de Janeiro duas fragatas e alguns transportes para o Montevideo, a fim de conduzirem a tropa portugueza a Lisboa, e humas esquadras destinadas a bloquear a Bahia. Apesar da traição de Rodrigo Lobo, que se uniu ao barão de Laguna contra seus compatriotas, com a fragata Thetis, duas escunas e outras pequenas embarcações, nada pôde intimidar a brava e valente divisão portugueza ás ordens do brigadeiro D. Alvaro da Costa Sousa Macedo, determinado a esperar as ordens do Governo de Portugal, e a resistir a todas as forças dos Independentes.

No dia 7 de Abril deu á vela do Rio de Janeiro a pequena esquadra de Lord Cochrane, que D. Pedro tinha nomeado almirante das esquadras brasileiras. Constava da nação D. Pedro Primeiro, de 78 peças, antigamente Martim de Freitas; das fragatas União, de 56; as corvetas Maria da Gloria, Liberal, e Nicteor; dois brigues, duas escunas, e dois brulotes. Mais forte a esquadra portugueza, tanto pelo numero de vasos e artilharia ° como por superior

\* A esquadra portugueza constava de 15 embarcações, a saber: 1 nação, 2 fragatas, 4 corvetas, 4 galeras e outros tantos navios mercantes armados em guerra, montando 398 peças : a de Cochrane não tinha senão 250.

res tripolacões, nada tentou contra a de Cochrane que pairava diante da Bahia. Para explicar este singular comportamento do Comandante portuguez, cumpre lembrar que D. João VI lhe tinha dado instrucções de evitar conflicto com as esquadras de D. Pedro. A esquadra portugueza conservou-se surta na bahia sem fazer a menor demonstração hostil contra a do Brasil. O Governo britannico mandou por este tempo hum esquadra de cinco naos, e alguns navios menores, ás ordens de Hardy, com o objecto ostensivo de proteger as pro

priedades inglezas na cidade e porto da Bahia,

mas com o fim secreto de favorecer sob capa a causa da Independencia. Madeira vendo o progresso da deserção, e informado das tramas que se ordião na cidade contra os Portuguezes, assumio a si toda a autoridade, resolvido a pôr em obra todos os meios de resistir aos Imperiaes, e em hum energico Manifesto aos habitantes procurou justificar o seu procedimento. Proclamou a lei marcial, e obrigou as boccas inuteis a sahirem da cidade para o interior, onde muitos d'estes infelizes morrerão de fome e fadiga. Não podendo duvidar da traição do chefe da esquadra, passou ordem para que fosse destituido do commando, e preso; resolução que excitou nas tripolacões grande agitação, mostrando-se dis

o

postas a sublevar-se a favor do seu chefe, o qual, aproveitando este acto de insubordinação, sahio do porto a 25 de Maio, e participou ao General que, convencido da impossibilidade de conservar aquella Provincia a Portugal, determinára não cooperar com as forças de mar, d'ahi em diante, para huma defesa inutil. Ajuntou que ia cruzar e que volta ria passados dez dias, e então saberia se elle general estava disposto a embarcar-se para a Europa com a guarnição, e caso que se obs tinasse a rejeitar este partido, o abandonaria ao seu destino. Assim ficou Madeira privado do principal apoio em que ainda confiava, e vio se bloqueado por Cochrane, e vigorosamente apertado pelo brigadeiro Lima que viera substituir Labatour no commando, e remetterá preso este aventureiro para o Rio de Janeiro. Os ataques erão repetidos, e posto que sempre rebatidos pela guarnição, esta se enfraquecia diariamente por perdas irreparaveis. A emi graçaõ augmentou a ponto que no ultimo mez do assedio montou a dez mil pessoas. Installacão da Assembleia Constituinte do Brasil.—Em quanto a guerra civil ensanguentava a Bahia, era solememente installada a Assembleia Geral dos Deputados do Brasil no Rio de Janeiro a 5 de Maio, anniversario do descobrimento por Pedro Alvares Cabral. O Im

perador sentado no throno pronunciou hum extenso discurso justificando o que até alli tinha feito, e cheio das mais lisonjeiras promessas para o futuro, e da mais firme adhesão ás instituições constitucionaes, e assegurou a As semblea que de boa mente aceitaria a Consti tuição por ella redigida, se fosse digna da sua imperial aceitação. Tambem advertio que não convinha tomar por modelo a Constituição franceza de 1791, nem a de Hespanha de 1812 e a recente de Portugal. Os Deputados prestá rão juramento de obediencia ao Imperador, o que excitou algum descontentamento. Parag nhar os animos das Provincias as mais influen tes, deo á filha que a Imperatriz vinha de dará luz, os nomes de Paula e Marianna, em honra das provincias de S.—Paulo e Minas-Geraes, e deo o titulo de cidades a todas as capitaes de Provincia que ainda o não erão, e o de cida des imperiaes ás de S.-Paulo e Minas-Geraes.

Critica situação da Bahia.—Tornava-se de dia em dia mais critica asituação da Bahia, e parecia desesperada; apenas havia viveres para seis se manas. Nesta conjuntura convocou Madeira humconselho em que se assentou que fosse eva cuada a praça dentro de quinze dias, e desde logo começárão os negociantes portuguezes a embar car nos navios que estavam no porto os objectos os mais preciosos. A Junta do Governo, depois

de expór em hum manifesto o estado da cida de, fez a Madeira as seguintes proposições (a 18 de Julho): 1º que fosse atacada toda a costa de que os Brasileiros estavam de posse; 2º que a esquadra portugueza bloqueasse Mona, e se apoderasse de todas as embarcações que alli se achavão; 3º que se expedissem forças sufficientes para aprezer os vasos de guerra, e particularmente as lanchas canhoiras de Itaparica ; 4º que se concedesse perdão geral aos presos por opiniões politicas, excepto os cabecas; 5º e que se tomasse posse de todos os fundos publicos e da prata das igrejas, excepto os vasos sagrados. Mas estas providencias, uteis alguns mezes d'antes, erão agora intempestivas. No dia 2o de Junho convocou Madeira hum Conselho, e lhe submetteo os quatro quesitos seguintes : 1º Se em tal apuro havia algumas operapões de mar e terra que pudessem ser emprendidas e das quaes resultasse a restituipão da Provincia ao estado em que se achava antes de revolucionar se, ou ao menos, se pudesse por meio d'ellas obter mantimentos e meios para conservar a cidade sem compromettimento dos interesses nacionaes. 2º Se, no caso de máo se poderem realizar taes operacões, se chegassea ultima eactremidade; 3º Se a impossibilidade de operar vantajosa mente, e o estado de apuro em que se achava a

guarnição, erão motivos para evacuar a cidade. 4º Se, no caso de ter que evacuá-la, deve a esquadra não sahir, para assim mais eficaz mente auaciliar o preparativo dos transportes, e proteger a tropa na defesa interior da capital. Postos em discussão estes quesitos, depois de hum vivo e prolongado debate, decidio se por trinta e hum votos contra quatro, a evacuação da cidade. Dos quatro dissencientes o voto mais notavel foi o do capitão de mar e guerra Manoel de Vasconcellos Pereira de Mello. Sustentou que de modo algum se devia evacuar a praça sem antes se tentar hum ataque geral contra os inimigos estacionados no Pira já e em Itapoão; para o que propunha reunir toda a tropa de linha, milicianos, a da briga da de marinha, e a marinhagem que se pu desse dispensar dos navios de guerra, com barcos e navios armados. Se o ataque fosse bem succedido, não só procuraria abundantes mantimentos, mas até talvez fizesse mudar a situação relativa dos dois partidos belligerantes, e se fosse mallo grado, sempre se colherião alguns viveres, e salvar-se-hia a dignidade da nação e a honra das armas portuguezas. Este parecer foi segui do pelo tenente-coronel Pereira, do bata lhão nº 12; mas queria que o ataque geral fosse dirigido contra S.—Paulo do Morro, onde



o inimigo tinha depositos. Victorino José Serrão igualmente approvou a opinião d'estes valentes militares, e accrescentou que preferia morrer a capitular ignominiosamente. Não se deu ouvidos a estas briosas proposições, cuja adopção podia prolongar ainda por muito tempo a occupação d'aquella importante cidade.

Os Portuguezes evacuão a Bahia. — Decidiu-se finalmente, no dia 22 de Junho, que quanto antes se embarcassem e dessem á vela para Lisboa. Isto se executou a 2 de Julho, sendo treze os navios de guerra, e setenta e sete navios mercantes, que levantarão ferro pelo meio dia. Tomou immediatamente posse da cidade o general Lima, e arvorou a bandeira imperial. Apenas Cochrane viu a frota fóra da bahia, correu sobre ella e aprezou alguns transportes que o indigno chefe da esquadra portugueza deixou sem protecção. Expedio logo Grenfell, official de marinha inglez ao serviço do Brasil, em um brigue para o Pará, e apanas chegou, fez jurar obediencia ao Imperador a 12 de Julho, nomeou outra Junta de Governo, e pôz embargo em todos os bens e propriedades portuguezas, que seus donos foram obrigados a resgatar por sommas convencionadas.

Successos no Pará.—Pareceu a occasião oportuna aos exaltados partidarios da independencia para cahirem sobre os Portuguezes, e

apoderar-se das suas propriedades: o conego Baptista, membro do Governo, conhecido por seu character feroz, era hum dos chefes. No dia 15 tinha ganhado o 5º regimento de linha, a que se unirão o 1º e 2º, a artilharia e muita gente armada : a hum signal dado por dois foguetes, corrêrão ao largo do Palacio do Go verno, vociferando brados de morte contra os Europeos, e espalhando-se por toda a cidade commettêrão mil attentados forçando as casas e almazens e perpetrando roubos e assassinios. Felizmente no dia 16 Grenfell á testa da ma rinhagem europea armada surprehendeo o edificio do Trem, e chamou ás armas os Europeos, para defenderem suas vidas e fazendas. Com grande custo conseguiu desarmar a tropa levantada, pela maior parte embriagada, marchou para o largo do Palacio, e alli conseguiu desarmar a cavallaria, e rodeado de alguns officiaes inferiores, e de tres membros do Go verno, escolheo entre os levantados que apri sionou, cinco que immediatamente fez fusilar. Grande numero dos revoltosos forão presos, e dos regimentos dissolvidos formou hum que denominou imperial. No dia 2o fez transferir para o brigue Palhaco duzentos e cincoenta e seis dos presos, que forão mettidos no porão. Estes infelizes privados de agua, e quasi suffoca dos por falta de ar, desesperados tentárão abrir

as escotilhas, e tinhão quasi effectuado a sua saída do porão, quando o commandante com inaudita barbaridade mandou fazer fogo sobre elles e os constrangeo a entrar no seu horrendo cárcere, fechando sobre elles as escotilhas. Quando na manhã do dia 2 abriu o escotilhão, só mente quatro d'estes desgraçados achou com vida. Não conheço em tempos modernos exemplo de tão horrorosa atrocidade commettida por gente civilisada. O official, que a sangue frio perpetrou crime tão execrando, era sem duvida inglez, e não consta que Grenfell ou Cochrane o castigassem. \* Cochrane surprende o Maranhão.— Cochrane entrou no Maranhão, e dois dias depois fez prestar obediencia ao Imperador (a 28 de Julho). Ti nha-se aproximado das fortalezas com bandeira ingleza, e logo que se prolongou com ellas, arvorou a brasileira, e por este stratagem tornou inutil a defesa. Mudou logo as autoridades, desarmou os Portuguezes, destituio-os de todos os empregos, confiscou todas as suas propriedades, apossou-se de todo o dinheiro do thesouro, impedio a saída dos navios, examinou os livros da alfandega e os dos negociantes, para conhecer os seus haveres. Depois de ter calculado o que lhe seria mais proveitoso, consentio em restituir as fazendas roubadas a seus donos a troco de sommas mais

ou menos exorbitantes, como era de esperar d'este pirata imperial. - Successos no Maranhão. —Não corrêrão pe queno, risco os Portuguezes no Maranhão, onde as suas grandes riquezas excitavão a cubiça dos malvados. Devêrão a sua salvação á coragem do Governador das armas José Pereira de Bur gos que correo risco de ser assassinado, e a gran custo poudé fugir para o Rio de Janeiro. A tro pa elegeo em seu lugar o capitão-mór de orde nancas Rodrigo Salgado. Este procurou evitar o saque, mas impoz huma contribuição aos Por tuguezes. Foi então elerta huma nova Junta de Governo, e os deputados á Assembleia Geral. Entretanto Fidié, que sustentava o partido de Portugal, se ia fortificando entre Caxias e o rio Tapicuru, e nos seus entrincheiramentos es perou o ataque de hum corpo mui numeroso de Brasileiros, commandados pelo capitão Ale crim, que perdeo no assalto mais de quatro centos homens. Marchou então contra Fidié do Ceará, á testa de hum grosso corpo de tropas, José Pereira Felgueiras; mas não foi mais feliz que o dito chefe. A 7 de Agosto foi eleita a nova Junta do Maranhão e se declarou que só existiria em quanto essa fosse a vontade do Imperador. Foi nomeado presidente d'ella o advogado Miguel Ignacio dos Santos Freire Bruce, que tinha sido

o primeiro movel das desordens do Maranhão, e qualificado de malvado, e faccioso, em duas Cartas Regias de D. João VI em 1811. Este homem ambicioso e turbulento, a despeito das representacões e protestos de varias Camaras, dos officios energicos de Lord Cochrane, e des prezando as ameaças das Juntas do Piahy e do Ceará, projectou apoderar-se do mando supre mo, concentrando em si toda a autoridade e desfazendo-se do Governador das armas José Felix Pereira de Burgos. Assim o executou na noite de 14 para 15 de Setembro. A tropa seduzida pelo capitão-mór Rodrigo Luiz Salgado, que lhe prometteo o saque dos Europeos, de poz Burgos e dispoz-se a assaltar as suas victimas. Mais de cem negociantes, mercadores ou proprietarios nascidos em Portugal, forão roubados, maltratados e presos. Para dar alguma cór de legalidade procedêrão os dois socios, Bruce e Salgado, á eleição de huma nova Junta de Governo, que, eleita por influencia d'estes chefes, sahio qual lhes convinha. Bruce foi reeleito, e todos os membros da nova Junta erão seus amigos e sequazes. Cochrane vendo que nada tinha a lucrar permanecendo alli, fez-se á véla para o Rio de Janeiro. Na Bahia esteve a ponto de romper huma revolução, cujo objecto era proclamar a Republica. Lima avisado que a explosão devia

effectuar-se a 4 de Setembro, e nos dias seguintes, tomou opportunas providencias que a atalhão. Os conjurados tinham excitado a tropa de linha contra o batalhão do Imperador, como corpo privilegiado. Depois de hum dis cussão entre o Governo e o General que exigia a sua demissão e que fossem embarcadas as tropas de linha para o Rio de Janeiro, assentou se que partião; mas a instancias do Governo, consentio Lima em conservar o seu posto. Em muitos outros pontos do Brasil se manifestarão tendencias republicanas, e na Paraíba hum certo Albuquerque se poz á testa d'este partido, mas foi derrotado com perda de mais de cem homens, e remettido preso para o Rio de Janeiro. . Demissão dos Andradas.—Voltemos ao Rio de Janeiro, theatro de grandes e memoraveis acontecimentos. D. Pedro, ufano de se ver tão promptamente e facilmente elevado á dignidade imperial, já se cuidava outro Napoleão, soffria impaciente o jugo que lhe impunhão os Andradas, que, considerando-se como fundadores do throno Brasileiro, concebêrão a louca esperanza de governarem o novo Imperador como seus tutores. Mal conheciam estes homens, mais vaidosos que politicos, o character do Principe que pretendião pôr em tutela. D. Pedro, vendo que nada tinha a recear do partido opposto á Independencia, começava a

temer o dos republicanos, que evidentemente projectavão reduzir o poder do monarcha aos mais estreitos limites. José Bonifacio e seus ir mãos, querendo augmentar a popularidade de que gozavão entre os patriotas, favorecião na Assembleia o partido democratico, e apoiavão a recusação do veto absoluto; mas D. Pedro, tendo presentido os intuitos dos Andradas, os dimittio, a 21 de Junho, e nomeou outros mi nistros para os substituir. A demissão dos Andradas foi mal acolhida do publico, e causou grande agitação. Para acalmar os espiritos em conjunctura tão critica, publicou o Imperador, a 18 de Ju lho, huma proclamação dirigida aos Brasi leiros, na qual em termos geraes procurava lisongear e tranquillisar os descontentes, re petindo as protestações de respeitar a opinião publica e de liberalismo o mais requintado. A 29 de Julho chegou ao Rio de Janeiro D. Valentin Gomes, encarregado pelo Governo de Buenos-Ayres de exigir a evacuação de Montevideo pelas tropas do Brasil. Obteve au diencia do Imperador a 5 de Agosto, mas não conseguiu o objecto da sua missão. D. Pedro ensoberbecido com a tomada da Bahia e sub missão geral do Brasil, sonhava novos trium phos e conquistas, e em vez de renunciar á Pro vincia Cisplatina, aspirava a reinar em Buenos

Ayreseno Paraguay Malcuidava ellequedentro de poucos annos cessaria de reinar no Brasil ! ... A Assembleia continuou a mostrar-se hostil ao Imperador, e decidio que os seus Decretos seriam executados pelo Poder Executivo, não obstante a vontade em contrario do Imperador; mas este declarou que os haveria por nullos e sem effeito em quanto elle os não sancção nasse. A 8 de Agosto publicou D. Pedro outra proclamação aos Brasileiros relativamente ao espirito democratico que se manifestava nas instruccões dadas pelos Eleitores das provincias do Norte aos Deputados eleitos, e particular mente nacidade de Porto-Alegre. A 12 de Agosto recebeu o Imperador do novo Governo do Maranhão felicitações sobre o estado do Brasil, e accões de graças a Lord Cochrane. D. Pedro o creou marquez do Maranhão, e lhe conferio a ordem do Cruzeiro. Chegão emissarios de D. João P.<sup>o</sup>I.— A 16 de Setembro entrou no Rio de Janeiro a corveta de guerra Voador, como emissarios encarregados por D. João VI de negociar a paz com o Brasil, mantendo a sua união com Portugal. Derribada a Constituição pelas intrigas da Rainha, e do Infante D. Miguel, e restituído o Rei ao Poder absoluto, lisongeou—se o novo ministerio que D. Pedro se submeteria á autoridade d'El rei, visto estarem dissolvidas as Córtes, de quem



só se queixava o Príncipe Real. Mui enganados estavam, e não corrêrão as cousas como elles esperavão. Os patriotas Brasileiros, apenas co nhecêrão os acontecimentos recentes de Portu gal, e o triumpho do partido absolutista, ma nifestárão a maior indignação, e os mais atila dos considerando o apoio dado pelos gabinetes das principaes potencias da Europa ao partido inimigo da liberdade, receárão com razão que tambem no Brasil tentarião destruir o Gover no representativo. Em quanto ao Imperador, nem queria nem podia recuar, pois no estado em que estavam os negocios do Brasil era im practicavel privá-lo da sua independencia. Os membros da Deputação erão o Conde de Rio-Maior, e o Desembargador Francisco José - Vieira. O Governo Portuguez tinha encarre gado o Marechal Luiz Paulino Pinto da França, natural da Bahia, e que fóra Deputado nas Córtes, de fazer cessar as hostilidades. A cor veta entrou sem alcar bandeira parlamenta ria, salvou as fortalezas, mas não foi corres pondida. Quando os emissarios na sua pri meira communicação derão ao Imperador o titulo de Príncipe Real, isto bastou para pôr termo a toda a negociação. Prohibio-se logo á tripolação da corveta communicar com a terra, tirou-se-lheoleme, eficou fundeada debaixo das baterias. Pinto da França tinha desembarcado

na Bahia, donde foi obrigado a fugir, escapando a custo ao furor do povo, que o accusava de traidor, e exigia que fossem abertos os despa chos da Córte de Lisboa, e lidos publicamente. Chegou ao Rio de Janeiro antes da entrada da deputação, mas não lhe foi permittido desem barcar, por ter respondido negativamente á pergunta feita da parte do Governo se vinha autorizado para reconhecer a Independencia do Brasil. Poucos dias depois falleceo. Em vão tentou o Conde de Rio-Maior obter huma audiencia do Imperador com o pretexto de lhe entregar huma carta em mão propria; o Ministro dos Negocios Estrangeiros, José Joaquim Carneiro de Campos, a quem se dirigira, tendo-lhe perguntado se era autorizado a reconhecer a Independencia do Brasil, e recebido resposta negativa, foi-he intimado que o Imperador não daria ouvidos a proposta que não tivesse por base o dito reconhecimento. Terminada assim a negociação, foi a corveta declarada boa preza, por haver entrado em hum porto inimigo sem bandeira parlamentaria, e se mandou apromptar hum navio para conduzir a deputação a Portugal, o qual se fez á véla a 2 de Outubro e entrou no porto de Lisboa a 19 de Dezembro. - Proseguia a Assembleia Geral os seus trabalhos, publicando diversos Decretos. Pelo de

17 de Setembro, declarava em vigor toda a legislação anterior á partida de D. João VI em 1821, os actos de D. Pedro e os Decretos das Córtes de Lisboa, que não tivessem sido expressamente revogados. Pelo de 2 de Outubro pronunciou penas contra os abusos da imprensa; pelo de 20 do mesmo mez annullou o Decreto de 5o de Marco 1818, contra as sociedades secretas, devendo cessar todos os processos começados contra os membros d'ellas. Todavia declararão prohibidas todas as sociedades secretas que não fizessem saber ao governo o objecto da associação. No mesmo dia decidio se que nenhum membro de Assembleia poderia exercer, em quanto durassem, as suas funcções, cargo algum do governo, á excepção dos Ministros e Secretarios d'Estado, e o Intendente Geral da Policia; e abolirão-se as Juntas provinciaes de Governo estabelecidas pelo Decreto de 29 de Setembro de 1821. Até aqui nada indicava que a Assembleia Constituinte do Brasil, estivesse ameaçada de proxima catastrophe. A tendencia democratica da maioria dos deputados era manifesta, e conforme aos sentimentos de todas as cidades do Brasil. Tambem era patente que desconfiavam da sinceridade de D. Pedro, e receavam a influencia das tropas Europeas da capital, e dos muitos Portuguezes ricos e preponderantes, que

D. Pedro começava a tratar com affecto, pondo nelles toda a confiança: os seus dois validos erão nascidos em Portugal e ambos mal vistos do publico; e deve confessar-se que não se distinguão por qualidades recommendaveis. O mesmo Imperador, por effeito da sua pessima educação, os tratava mais como bobos e confidentes de baixas intrigas, que como conselheiros dignos de estima. Entretanto os Portuguezes residentes no Brasil, expostos á animosidade dos Brasileiros, começavão a ligar-se entre si, e olhavão o Imperador como seu unico protector. Alguns formárão loges mágicas favoraveis ao Governo Imperial, e se denominárão Columnas do throno. Pela mesma razão o partido dos Andradas que dominava a Assembléa, se mostrava abertamente adverso aos Portuguezes. Hum incidente veio exasperar os animos e offerecer hum pretexto para a projectada proscripção dos Portuguezes. Tinha apparecido no Diario intitulado A Sentinella hum virulento artigo contra o corpo da artilharia portugueza e seus officiaes, geralmente attribuido ao boticario Pamplona. Dois dos officiaes o insultárão e maltratárão, e este facto, em si insignificante, foi apresentado no Congresso como gravissimo de sua natureza, e deu lugar a violentas declamações contra a insolência da tropa portugueza, que se exigio fosse

obrigada a se retirar a seis legoas da capital. Nestas criticas conjuncturas o ministerio, não querendo assumir a responsabilidade dos actos arbitrarios que o Imperador meditava, deu a sua demissão, e novos ministros foram nomeados. O dos Negocios Estrangeiros José Joaquim Carneiro de Campos foi substituido por Luiz José de Carvalho e Mello; o da Justica, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, por Clemente Ferreira França; o da Marinha, Luiz da Cunha Moreira, por Francisco Villela Barbosa; o da Guerra, João Vieira de Carvalho, por João Gomes da Silveira Mendonça; o da Fazenda, Manoel Jacintho Nogueira da Gama, por Mariano José Pereira da Fonseca; e foi no meado para o do Interior, João Severiano Maciel. Continuando e crescendo a fermentação, ajuntou D. Pedro a tropa em S.-Christovão, não disfarçando suas tencões hostis contra a Assembleia. Na seguinte sessão d'este corpo, Antonio Carlos d'Andrada, e outros Deputados denunciaram com a maior indignação esta reunião de tropas, que parecia ameaçar a existencia da Assembleia, e declarou-se a sessão permanente até se obterem explicações satisfactorias dos ministros. Chegou pouco depois humamensagem do Imperador, exigindo restricções á Lei da liberdade da imprensa; accrescentando, que cum

pria tomar medidas extraordinarias para manter o socego; e afiançava á Assembleia, que nada tinha a recear de tropa subordinada, e que podia livremente deliberar. A Assembleia respondeo que estava prompta a tomar as medidas que julgasse convenientes, logo que o Governo explicasse a sua conducta, e dêsse garantias do seu futuro comportamento. A replica chegou á huma hora da madrugada : exigia de novo restricções á liberdade da imprensa, e a expulsão de certos Deputados, qualificados de anarchistas, e accusados de perturbarem a tranquillidade que he a alma dos corpos deliberativos. Foi grande e bem justa a indignação dos Deputados, que rejeitárão aspro postas do Imperador, e tomárão algumas resoluções que muito o irritárão, sendo huma d'ellas o Decreto que mandava retirar para seis legoas da cidade todos os Estrangeiros e Portuguezes Europeos. Fez então o Imperador marchar as tropas, que se postárão na proximidade da sala do Congresso, e pelas duas horas da tarde entrárão nella alguns officiaes, e o general Moraes entregou a hum dos Secretarios o Decreto pelo qual o Imperador dissolvía a Assembleia, por não ter correspondido á confiança nacional, e ter violado o seu juramento. Mandava convocar outra Assembleia que discutiria hum projecto de Constituição

apresentado pelo Imperador, e mais liberal que o actualmente em discussão. ° D. Pedro dissolve a Assembleia. —Estefamoso Decreto attentatorioaos direitos de huma Assem blea Constituinte, e fundado no falso pretexto de violação do juramento prestado ao Imperador, merece ser transmittido á posteridade como tes temunho irrefragavel da má fé de D. Pedro, que não cumprio a sua promessa de convocar outra Assembleia Constituinte. Vamos copiaro Decreto. « D. Pedro, etc. Tendo eu, como era minha obrigação, convocado huma Assembleia geral e Constituinte da Nacão Brasileira, jurou ella na sua installação de ser fiel á causa do Imperio, e de defender a minha pessoa e dynastia; po rém tendo perjurado, hei por bem dissolvé-la, mandando ao mesmo tempo, que se proceda á eleição de novos Deputados, segundo asinstruc cões que servirão para a d'esta Assembleia. A nova terá de deliberar sobre hum projecto de Constituição que lhe apresentarei, e que será mais liberal do que aquelle que se estava agora discutindo...» -- Apenas lido o Decreto, o Presidente receando alguma violencia, levantou a sessão. A sahida forão presos alguns Deputados, e desterrados huns para a Europa, outros para diversas par tes do Brasil. Fez então D. Pedro a sua entrada nacidade, erecebeo vivas da gente dasua facção,

mas a opinião geral lhe era decididamente contraria, e a tal ponto que elle se vio obrigado a preparar sem perda de tempo hum projecto de Constituição, em que se consagravão principios que D. Pedro bem desejára rejeitar, e entre elles, a privação do veto absoluto. - Os Deputados que forão victimas d'este acto arbitrario forão os seguintes: os tres irmãos Andradas, Francisco José Acaiabá Montezuma", e José Joaquim da Rocha. Estes membros embarcárão para Franca, onde residirão cinco annos. Os outros erão : Nicolao de Campos Vergueiro, ex-deputado nas Córtes de Lisboa, Belchior Pinheiro d'Oliveira, Isidoro d'Almeida Fortuna, Luiz Ignacio d'Andrade, José da Cruz Gouvêa, Francisco Moniz Tavares, ex deputado nas Córtes de Lisboa, Venancio Henriques de Rezende, Joaquim Manoel Carneiro da Cunha, Augusto Xavier de Carvalho, e José Martiniano d'Alencar, ex-deputado nas Córtes de Lisboa. A redacção do novo projecto de Constituição foi confiada aos novos ministros, e aos seguintes Conselheiros d'Estado: o Barão de Santo Amaro, Antonio Luiz Pereira da Cunha, Manoel

s

O pomposo appellido de Montezuma que este sujeito ajuntou ao seu nome, he huma alcunha que lhe tinham dado em Coimbra os seus condiscipulos Brasileiros.



Jacinto Nogueira de Gama, e José Joaquim \* Carneiro de Campos. Sem esperar pela promet tida convocação de Assembleia Constituinte, foi submettido ao Senado da Camara, que o appro vou, a 17 de Dezembro; e para dar mais algum valora esta sanccão, abrirão-se livros nas diver sas parochias da cidade, para se inscreverem os votos dos cidadãos favoraveis ou contrarios á nova Constituição. A 16 de Novembro, publicou D. Pedro humMa nifesto justificativo do Decreto de dissolução da Assembleia Constituinte. Nelle se afirma que hum partido hostile ao Imperador tinha tomado hum funesto ascendente sobre a Assembleia, propagando e fazendo acreditar hum projecto de allianca com Portugal, tendente a privar o Brasil de instituições liberaes. Estes anarchistas tinham a seu soldo malvados, que, armados de punhaes e pistolas, ameacavão os Deputados fieis, e até meditavão assassinar o Imperador. Estas falsas e ridiculas asserções a ninguem convencérão, e só mostrarão a insigne injus tica e ingratição de hum Principe que proscree via e calumniava aquelles mesmos que havia tão pouco tempo o tinham collocado no throno. A violenta dissolução da Assembleia Consti tuinte excitou a indignação geral em todo o Bra sil, que em muitos lugares rebentou em actos tumultuosos, e até se negou obediencia ao Im

perador. Na Bahia ajuntou-se extraordinaria mente a Camara, e em virtude de huma re apresentação, feita por hum grande numero de pessoas distinctas e influentes, exigio da Junta do Governo, que convocasse hum Conselho de pessoas de todas as classes para delibe rar sobre o que convinha fazer em tão grave conjuntura. Annuio o Governo, e a 15 de De zembro começou a discussão, que foi tumultuosa. Lavrou-se hum auto cheio de resoluções virulentas, e os membros retirando-se manifestarão a mais decidida desapprovação do tyrannico procedimento do Imperador. A esta sessão se seguiu outra no dia 17, em que se assentou nomear huma comissão composta de homens instruidos e cordatos, encarregada de propôr medidas capazes de remediar os males imminentes. Junta a comissão apresentou o seu trabalho no dia seguinte pelas tres horas da tarde, e depois de madura discussão decidio. se unanimemente, que fosse declarado irritado e nullo, o auto de vereação do dia 15, e que fosse riscado dos registos, como offensivo da dignidade da Provincia, e tomado por effeito de vozes anarchicas espalhadas por pessoas mal intencionadas ou illudidas. Tomarão-se igual mente as seguintes resoluções: «Que se significasse mui respeitosamente a S. M.I. a profunda magoa dos Bahianos,

-

vendo quebrado o mais forte vinculo, que unia a grande familia Brasileira, e que esperavão que não faltaria á sua palavra, antes correes ponderia ao bom conceito que em geral merecia, e cumpriria as obrigações impostas por seus juramentos, fazendo medrar o systema cons titucional, e apresentando quanto antes, com forme suas promessas, o projecto de Constitui ção, duplicadamente mais liberal do que o da extincta Assembleia, para que as Camaras, in terpondo o seu juizo, e transmittindo o seu consentimento aos Deputados das respectivas provincias, fosse por estes approvado, remo vida assim toda a desconfiança; «Que esperavão que S. M. desempenharia a sua imperial palavra em todos os pontos, e es pecialmente na parte que dizia respeito a nada querer de Portugal, pois a confederacio com aquelle Reino era impraticavel; que lhe agra decião o haver nomeado hum Ministerio todo composto de Brasileiros, e esperavão seguiria este proposito relativamente a todos os cargos, expulsando do Imperio quantos d'elle se mos trassem inimigos; - «Que os Brasileiros lhe supplicavão dêsse a liberdade aos Deputados presos, e tivesse con sideração para com Barata, cujas immoderadas expressões erão antes filhas d'hum patriotismo exaltado que de hum coração malevolo; e sus

tasse o effeito do Decreto que mandava devas sar dos ultimos acontecimentos, e do Edital do Intendente da Policia que admittia denuncias em segredo; « Que nomeasse os empregados, tanto civís como militares de que a Provincia carecia, re cahindo a nomeação sempre em subditos Bra sileiros; - «Que fizesse embarcar para a Europa os Car melitas descalços, e os Barbadinhos d'aquella Provincia, que tinham hostilizado o Brasil, no campo de batalha, no pulpito, e no confessio nario; - «Que fossem tambem mandados para a Euro pa os Portuguezes, tanto prisioneiros de guer ra, como d'outra qualquer classe, excepto hum pequeno numero, que, por suas circumstan cias, idade, etc., se não tornassem suspeitosos; «Que fossem proscriptos os officiaes Brasi leiros, que havião feito a guerra com os Euro peos; «Que o Governo da Provincia fosse respon savel pelo cumprimento d'aquelles artigos, cuja execução d'elle dependia; «Que sendo a liberdade da imprensa huma das preciosas garantias, por dirigir a opiniãopu blica, illustraros povos, ésero flagello dos maos governantes; mas cumprindo prevenir seus inconvenientes e abusos, se restabelecesse o tri

bunal dos Jurados, como tinha sido creado em 1822, até que houvesse huma lei definitiva da imprensa; «Que o Governo da Provincia punisse severamente os empregados, de qualquer classe ou graduação, que attrahissem sobre si a censura publica por suas prevaricações, ou quaesquer attentados; «Que se estabelecesse huma embarcação de registo para vigiar nas entradas de navios, e seus passageiros; e se tratasse de manter a policia, e cuidar nas fortificações, e em tudo que fosse conducente a pôr a Provincia fórado al cance dos ataques do inimigo, e de qualquer surpresa. » Esta declaração socegou algum tanto os animos, mas desagradou muito á Córte do Rio de Janeiro; todavia o Imperador dissimulou e até affectou louvar o zelo dos redactores d'ella. Estes forão os seguintes : José Lino Coutinho, e Francisco Agostinho Gomes, ambos ex-deputados nas Córtes de Lisboa; Miguel Calmon du Pin e Almeida, o Desembargador Antonio da Silva Telles, os doutores José Avellino Barbosa, e Antonio Polycarpo Cabral, o Vigario Vicente Ferreira d'Oliveira, o coronel Governador das armas, Felisberto Gomes Caldeira, e os chefes dos corpos da guarnição. D. Pedro ° infatuado da prospera fortuna

concebeo o louco projecto de ajuntar o Para guay ao novo Imperio, e fez proposicões a este effeito ao dictador Francia; mas este astuto e habil chefe não se deixou embair por promessas vans e illusorias. Agitação em Pernambuco. — Pernambuco continuava a ser agitado por facciosos e turbulentos declamadores, sendo o principal d'elles o ex-deputado ás Cortes de Lisboa, Cypriano José Barata d'Almeida. Este exaltado tribuno atigava o odio e vingança dos Brasileiros contra os Portuguezes, e ao mesmo tempo tratava o Imperador de despota, e aconselhava aos Brasileiros que o proscrevessem. Nomeado deputado á Assembleia, recusou formalmente esta missão, allegando não poder considerar-se seguro onde o Imperador estava á frente da força armada, e punha a espada na garganta aos Deputados, e que a sua consciencia lhe não permittia dar assento a hum projecto de Constituição que preparasse para o Brasil o Governo absoluto. Barata preso por ordem da Junta. Desordens por este motivo.—Barata continuou a permanecer em Pernambuco; a Junta do Governo lhe intimou que se apromptasse a partir para o Rio de Janeiro; mas resistindo elle a repetidas instancias, foi preso e embarcado para o Rio de Janeiro. Este acto arbitrario causou grande

sensação e grandes desordens. Outros indivíduos foram igualmente presos como partidários de Barata. - Goyana e outras povoações recusarão prestar obediência ao Governo de Pernambuco, e no meirão huma deputação de tres membros do Senado da Camara autorisados para exigirem a soltura dos presos por opiniões politicas, e quanto fosse conducente ao bem publico. Ven do a Junta a impossibilidade de conservar a sua autoridade, cedeo á necessidade. Convo cou-se pois o grande Conselho em Pernambuco a 15 de Dezembro; e presidido por Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque, começou a deliberar. Expozo estado da Provincia, a efervescencia dos animos e a necessidade de nomear outra Junta de Governo, offerecendo os membros do actual demittir-se dos seus cargos, e pedindo se nomeasse outro Governo na fórma determinada pela lei de 2o de Outubro d'aquelle anno, modificando as suas disposições em razão do estado convulso da Provincia. Concordou-se que se procedesse á nova eleição de huma Junta, cujas funcções durariam até á chegada do Presidente e secretarios nomeados pelo Imperador, aos quaes se entregaria a governança. Procedeo-se á votação, e foi eleito Presidente Manoel do Carvalho Paes de Andrade; para secretario José da Na

tividade Saldanha, e para membros do Conselho: Bernardo Luiz Pereira Portugal, Francisco Xavier Pereira de Brito, Manoel Ignacio de Carvalho, Felix José Tavares de Lira, Luiz José Cavalcante Lins, e Bento Joaquim de Miranda Henriques. O coronel José de Barros Falcão de Lacerda foi eleito General das armas. Todos elles são acerrimos republicanos. Estado das cousas em Montevideo. — Havendo D. Alvaro da Costa recebido ordens do Governo de Portugal de voltar com a divisão á Europa, communicou elle immediatamente ao barão da Laguna a sua resolução de evacuar a praça, propondo hum armisticio. Depois de vivas contestações, assignou-se a 18 de Novembro huma convenção regulando a evacuação pelas tropas portuguezas de Montevideo e da Banda oriental do Rio da Prata. A tropa brasileira ás ordens do barão de Laguna entrou em Montevideo a 2 de Março do anno de 1824.



, CAPITULO XVII.". Acontecimentos no Brasil no decurso de 1824.

Mova revolução no Pará. Perseguição dos Portuguezes. — A provincia do Pará opprimi da pelos facciosos continuava a ser theatro de roubos, assassinios e perseguições, dirigidas pela maior parte contra os Portuguezes ricos. A Junta, em vez de proteger as propriedades e vidas dos cidadãos, tolerava, e até favorecia estes attentados. O mal chegou a tal excesso que emfim, no dia 25 de Janeiro de 1824, se reunirão, no Largo do Trem, os corpos de cavallaria, artilharia e milicias, em grande parte compostos de Europeos, e o negociante Antonio Mattozo lhes fez huma viva e veridica exposição dos attentados diariamente perpetrados contra os Portuguezes nos arrabaldes da cidade, e no interior da Provincia, sendo o fóco d'estes crimes a villa de Cametá, d'onde sahião continuamente facinorosos, que não só roubavão, mas matavão impunemente, as mais das vezes depois de terem feito soffrer ás victimas as mais atrozes crueldades, mutilando-as, e ator

mentando-as por mil maneiras. Decidio-se que

era indispensavel mandar huma expedição con tra os de Cametá, e eleger huma nova Junta, dando-lhe o capitão Grenfell por presidente. os membros do Governo responderão com apparente docilidade, e affectada brandura, que estavam promptos a se retirarem ; mas pretextando ser tarde, propuzerão que fosse differida a eleição para o dia seguinte. Satisfeitas se retirarão as tropas, não suspeitando a damnada tenção; mas na noite do dia 25 a Junta fez prender todas as pessoas que tinham proposto a dissolução do Governo. No dia 31 perto de cento e cincoenta Europeos foram lançados em calabouços, e alguns foram desterrados; a 7 de Fevereiro foram demittidos todos os officiaes dos corpos da 1ª e 2ª linha, e os empregados de quem desconfiavam os facciosos. No dia 5 de Março deu à vela a galera Maria em que iam duzentas e quinze pessoas obrigadas a sahir da Provincia. No dia seguinte partirão perto de mil e trezentas pessoas a bordo da fragata novamente construida, do brigue de guerra Maranhão, e de doze navios mercantes. Retirou-se tambem o Consul Britannico, acompanhado de muitos de seus compatriotas, e protestando contra o Governo, pelas perdas e danos que fazia experimentar aos negociantes

-o "Abreu, Marcher, Ribeiro, Lacerda, e Mattos.

inglezes, ordenando o embarque violento dos Europeos. Na Paraiba forão tambem presos todos os Portuguezes, e em consequencia da resolução de hum Conselho convocado a 16 de Janeiro, expulsos da Provincia. A villa de Campo-Maior, no Ceará, rejeita o Imperador e a sua drnastia. - Em quanto em algumas partes do Brasil se jurava obediencia ao Imperador, e se admittia antes de discutido o projecto de Constituição, em outras se mani festava a maior opposição a D. Pedro , por ter dissolvido a Assembleia Constituinte. Na villa de Campo-Maior, comarca do Crato, no Ceará, a Camara junta em sessão extraordinaria lavrou hum termo, declarando excluido do throno o Imperador e sua dynastia, por ter dissolvido com força armada as Córtes, faltando ás stias promessas. Declararão sua tencão de formar huma Republica Federativa. Nomearão para huma deputação geral, o general José Pereira Felgueiras, a quem confiárão o mando das tro pas da Provincia, o padre Loyola, o tenente coronel Barreiros, e o capitão-mór Leca. O termo foi assignado por mais de trinta pessoas notaveis da Provincia. O exemplo de Campo—Maior he seguido por outras povoagões. — Outras povoações da Pro vincia seguirão o exemplo de Campo-Maior. Em

Icó, onde os animos estavam mais exaltados, houve a 20 de Fevereiro, hum combate com o capitão de Cavalcante, que foi destruído e remetido para a capital, onde o Governador Francisco Felis protestava não ceder do commando em quanto tivesse pólvora e bala, e fez convocar hum Conselho que mandou prender os facciosos. Este governador protegia os Portuguezes contra os insultos dos levantados. Carvalho presidente da Junta de Pernambuco recusa entregar o governo ao Morgado do Cabo. — Em Pernambuco onde predominava o partido republicano, encontrou D. Pedro grande opposição, que nunca teria vencido sem as forças navaes de que podia dispor. Começou o Governo de Pernambuco dirigido pelo Presidente Carvalho, a desobedecer ás ordens da Corte do Rio de Janeiro, recusando remetter-lhe as sobras das rendas publicas, e annuir a outros actos arbitrarios. Aos officios em que se lhe ordenava jurasse o novo projecto de Constituição, respondeu, que primeiro devia verificar-se a reunião da Representação Nacional que o examinasse e approvasse, em conformidade da promessa solenne feita por D. Pedro. Escreveu a varias Camaras induzindo-as a não aceitarem semelhante projecto. Entretanto, sabendo que no Rio de Janeiro, se preparava hum expedicoes contra Pernam

bucos por mar, e outra por terra ás ordens do Morgado do Cabo, Francisco Paes Barreto, no meado por D. Pedro (a 25 de Novembro 1825) Governador da Provincia, tomou Carvalho todas as medidas de defesa que estavam a seu alcance; mas vio-se contrariado pelo Governador da Ilha de Fernando de Noronha, e pelo partido favoravel ao Imperador, que se agitava na capital da Provincia, e que só era reprimido pela tropa commandada pelo Governador das armas Falcão. Este official chamou, no dia 5 de Março, a Conselho toda a officialidade de ambas as linhas, a qual decidio que se não intro metta em assumptos politicos, e que se conservaria obediente á Junta do Governo.

D. Pedro presta juramento d Constituição. -Em quanto o Brasil estava entregue a dis sensões intestinas, D. Pedro procurava satis fazer os Brasileiros expulsando os Portuguezes que não prestassem juramento de obediencia ao Governo Imperial; e a 25 de Março, prestou juramento de manter a nova Constituição Política da Nação Brasileira, e a Imperatriz o prestou igualmente. Este acto foi celebrado por demonstrações publicas de regozijo, e á noite foi festejado por hum espectáculo brilhante no theatro de S.—João; mas hum funesto accidente veio enlutar esta solemnidade. Apenas havia o Imperador com sua esposa sahido do

theatro, rompeo hum furioso incendio, elavrou com tal rapidez que depressa consumio todo o theatro, a pezar de todos os esforços, dirigidos com incrivel actividade pelo Imperador em pes soa. Felizmente o espectaculo estava terminado quando o incendio começou, o que permittio aos espectadores escapar do recinto inflamado. A nova Constituição ° he hum arremedo da que as Córtes Portuguezes tinham promulgado em 1822, com algumas modificações, das quaes as seguintes são as mais importantes. Estabe lece duas Camaras legislativas, huma de Depu-, tados, eleitos directamente pelos Eleitores de cada Provincia; e outra com o nome de Sena do, composta de membros vitalicios, nomea dos pelo Imperador sobre listas triplices de candidatos escolhidos pelos mesmos Eleitores. Aos tres poderes, legislativo, executivo e judi ciario, ajunta o poder moderador, que com prehende as prerogativas do imperante inde pendent dos outros poderes: taes são o direito de convocar extraordinariamente, de dissolver e prorogar as Camaras, o de suspender magis trados, etc. A mais importante modificação consiste na instituição de Conselhos Provin

“Veja-se o Appendix, onde vai transcripta a Consti tuição Política do Brasil. -

ciaes electivos, e deliberantes, com attribuições mui amplas, e que tornão em muitos respeitos cada Provincia independente das outras. Esta instituição imperiosamente necessitada pela extensão, distancia e falta de nexos das Provincias entre si, e com o centro do Governo imperial, conduz inevitavelmente á futura e não remota scissão do Brasil em tres ou quatro Estados independentes, ou apenas ligados por hum frouxissimo vinculo; e com effeito as difficuldades que esta Constituição tem já recebido nestes ultimos annos, tendem a fortificar e a ampliar as attribuições dos Conselhos de Provincia. - Os deputados nomeados por quatro annos, duração de cada legislatura, erão 102, a saber: \* Provincia Cisplatina. . . . . Rio-Grande do Sul. . . . . Santa Catharina. . S.-Paulo. . . . . Mato-Grosso. . . . . São Paulo. . . . . Minas-Geraes. . . . . 20

Rio de Janeiro. . . . .

Espirito Santo. . . . . 1

Bahia. . . . . 15 , Sergipe d'Elrei. . . . . 1

Alagoas. . . . . 5 Pernambuco. . . . . 15

Paraíba. . . . . 5 Rio-Grande do Norte. . . . . 1 Ceará. . . . . 8 Piauí. . . . . 1  
 Maranhão. . . . . 4 Pará. . . . . 3

O numero dos Senadores era fixado da maneira seguinte. As que nomeavam Deputados em numero par, devião ter metade d'este numero no Senado, e sendo o numero impar, metade do numero par inferior: as que só nomeassem um Deputado, terião todavia um Senador. -

He jurada successivamente em todo o Brasil. O Imperador he reconhecido pelos Estados-Unidos, e o seu ministro Rebello recebido em Vashington. —A Constituição foi successivamente jurada em todo o Brasil; mas o Imperador não foi reconhecido por potencia alguma, excepto o Governo dos Estados-Unidos, cujo Presidente recebeu o ministro e enviado Rebello, em virtude do principio adoptado por esta Republica de se não intrometer nos negocios internos das outras nações, reconhecendo todo o Governo que existe de facto, sem inquirir se o he tam bem de direito.

Desordens no Maranhão.—No Maranhão esta vão para ser executados os barbaros bandos do 1º e 2º de Abril, mandando, debaixo de penas rigorosas, que todos os Portuguezes fossem ex



pulsos, quando a indignação de todos os homens de bem fez convocar huma Camara geral, que mandou sustar esta deshumana e injusta medida. Neste estado estavam as cousas quando aportou a S.—Luiz o novo Governador das armas Burgos, nomeado pelo Imperador. Não tardou a conhecer o deploravel estado da Provincia, e a força da facção anti-portuguesa e anti-imperial; e as desordens que romperão no interior por influencia do Governo provincial acabarão de lhe mostrar a necessidade de tomar medidas promptas e energicas para atalhar a sublevação geral. Mas como não tinha trazido tropas que o fizessem sem respeitar, procurou com o auxilio dos par tidarios do Imperador obstar á catastrophe, fazendo prender os principaes chefes dos facciosos, o que effectuou felizmente. Tudo promettia o mais completo socego quando no dia 4 de Junho rebentou huma cruenta sedição que encheo de luto todos os bons cidadãos. Os soldados da 1ª linha inteiramente debaixo da influencia do ex-governador, correrão ás cadeas, soltarão os presos e commetterão alguns assassinios, sendo humadas victimas do seu furor o capitão Carlos Pereira de Burgos, irmão do Governador, o qual á custo escapou ferido, e foi depois preso e remettido para o Rio de Janeiro em companhia de seu irmão o capitão Antonio Raymundo Belfort Pereira de Burgos, e do

Arcipreste Luiz Maria da Luz e Sá. A facção victoriosa renovou então as perseguições, as vinganças, os roubos e outros attentados contra os Portuguezes, e os partidarios de D. Pedro. Finalmente o partido opprimido reunindo as suas forças correio ás armas, elegeo novas Camaras municipaes, e formou Juntas para o governo da Provincia até o Imperador dar as providencias necessarias para se obter a tranquillidade definitiva. Prepara-se em Lisboa huma grande expedição contra o Brasil. — Depois de derribada a Constituição Portugueza, o novo ministerio do Rei absoluto querendo popularisar-se e agra dar ao corpo do commercio, contrahio hum em prestimo de vintemilhões de cruzados destinado principalmente a preparar huma grande expedição para obrigar o Brasil a voltar á obediencia de Portugal. Começarão com effeito os preparativos; mas como havia dissensão no gabinete, foi desde logo manifesto a toda a pessoa de penetração que não se realisaria tal projecto, servindo o dinheiro do emprestimo a enriquecer cortezãos e contractadores. O celebre Pamplona, tres vezes traidor, era agora a alma do partido anti-brasileiro, e o instrumento dogabinete absolutista de Madrid, sendo o marquez de Palmella, pelo contrario, favoravel ao gabinete de S.-James, que aconselhava negociações

com o Brasil, e o reconhecimento da sua Independencia. D. João VI era opposto a hostilidades contra seu filho. Todavia a noticia da projectada expedição produzio grande sensação no Brasil; e he inegavel que, se no estado de anarchia em que se achava então, apparecesse força naval preponderante com tropa sufficiente, grande risco teria corrido a mal assente e com testada autoridade de D. Pedro. Ao ministerio inglez deveo este principe a conservação da dignidade imperial. Carvalho proclama em Pernambuco a Republica Federativa das Provincias Septentrionaes do Brasil. — Em quanto Pernambuco soffria rigoroso assedio por terra dirigido pelo governador nomeado por D. Pedro, e estava bloqueado pelas forças navaes de Taylor, crescia a fermentação, mas não esmorecia Carvalho, e o partido democratico. Este chefe publicou hum manifesto em que declarou estar resolvido a plantar e defender o systema republicano, a favor do qual os Pernambucos, e em geral todos os Brasileiros suspiravão, formando huma União federativa entre seis provincias do Norte, cujo auxilio devia ser mutuo e decisivo. Erão repetidos os combates entre os Republicanos e os Imperiaes com diversa fortuna, mas o partido de D. Pedro tinha a vantagem numerica e o apoio do Governo da Paraíba.

-

Por este tempo o Imperador annunciou o perigo imminente que corria a causa da liberdade e da Independencia do Brasil, ameaçada pela formidavel expedição que se preparava em Lisboa, para resistir á qual chamava á capital todas as forças de mar e de terra. Aproveitando esta conjuntura, accusou Carvalho ao Imperador de querer favorecer a invasão desguarnecendo as Provincias de tropas; mas na realidade cobrou animo com a esperanza que, sendo chamados ao Rio de Janeiro os navios de guerra, ficaria desbloqueado Pernambuco, cujo assedio seria igualmente levantado retirando-se as tropas imperiaes; mas pouco durou esta lisongeira e illusoria esperanza. Expedição de Cochrane contra Pernambuco. — D. Pedro, bem informado dos projectos do gabinete de D. João VI, e quasi certo que nunca se effectuaria a invasão do Brasil pela esquadra e tropas portuguezas, fez com a sua conhecida actividade apromptar huma expedição para subjugar Pernambuco. Com effeito a 2 de Agosto se fez á véspera do Rio de Janeiro a esquadra de D. Pedro, ás ordens do almirante Lord Cochrane, levando mais de dois mil homens de tropa, e composta da nao D. Pedro I", da fragata Carolina, do brigue Maranhão e alguns transportes. Para cobrir as despesas extraordinarias a que se via obrigado, contrahio em

Londres hum empréstimo de hum milhão de libras esterlinas, que foi negociado pelos commissarios, o general Brant Pontes, e Ga meiro.

Chegou Cochrane diante de Pernambuco a 17 de Agosto, desembarcou as tropas e muni cões, e intimou á cidade que se rendesse, amea çando-a de hum castigo exemplar, se persis tisse em sua obstinação. Carvalho dotado de singular energia e coragem, desprezando estas ameaças tomou todas as medidas para prolon gar a defesa. As hostilidades começárão lan cando nacidade algumas bombas. Cochrane partio, deixando Taylor encarregado de manter o bloqueio. Este chefe em vão tentou evitar a effusão do sangue propondo termos de conciliação, e promettendo em nome do Imperador o inteiro esquecimento do passado. Carvalho e os mais chefes Republicanos rejeitárão todas as proposicões, talvez esperancados de que a Bahia tomasse o seu partido assim como outras pro vincias, e com effeito na Paraiba, a não ser o presidente Felipe Neri Ferreira, terião preva lecido os Republicanos, e a Bahia se levantou, mas quandojá Pernambuco tinha succumbido. Os principaes chefes do partido democrata em Pernambucojerão, alem de Carvalho, Rogers, cidadão dos Estados-Unidos, Rangel, e o mu lato Saldanha.

A pezar porém de todos os esforços, cada dia peorava a condição dos patriotas Pernambuca nos. As duas unicas embarcacões de guerra que possuião, a Constituigão ou Morte, brigue de dezoito pegas, e a Maria da Gloria, escuna de 4, forão tomadas pelos Imperiaes, que igualmente retomárão alguns navios mercantes por ellas apreizados, e nos quaes foi apprehendido João Guilherme Ratcliff emissario de Carvalho, e ardente republicano. Este infeliz e honrado patriota, depois de ter sido guarda-livros em Lisboa, foi nomeado official da secretaria pelo ministro José da Silva Carvalho, e por effeito da contra-revolução de 1825, fugio para o Brasil. Conduzido ao Rio de Janeiro, padeceo morte affrontosa, conservando até ao ultimo instante a maior firmeza de principios e constancia. O sacrificio d'este digno patriota será mancha in delevel no character de D. Pedro; este ambicioso Principe que tantos actos arbitrarios tinha per petrado, devia mostrar—se tolerante para com os homens que pugnavão de boa fé em pró de direitos que o despota tinha tão escandalosa mente violado.

Tomada de Pernambuco. — Continuavão os ataques por terra, e no dia 12 de Setembro se apoderárão os Imperiaes dos importantes pos tos de Santo Antonio, e da Boa-Vista. O gene ral brasileiro Lima intimou a Carvalho que

entregasse a cidade; mas recusando este, houve novo combate a quatro legoas da cidade nas margens da Jaboatão, em que os Republicanos foram batidos, retirando-se em desordem, apesar dos esforços de Carvalho e mais chefes, que mostrarão grande coragem e sangue frio. A este combate seguirão outros, e finalmente fizeram os Imperiaes um ataque decisivo combinado com as tropas de terra, e a esquadra commandada pelo inglez David Jewett. Carvalho, perdendo toda a esperanza de prolongar a resistencia, se refugiou a bordo do navio de guerra britannico Tweed, e propoz a Jewett uma capitulação, que este rejeitou. Offercia entregar a cidade e a Provincia dez dias depois de ratificada a capitulação, exigia que ninguém fosse perseguido por opiniões politicas ou actos d'ellas emanados, sendo a todos os habitantes livre o ficar ou sair, excepto o Presidente a quem se forneceria meios de passagem para fóra do Brasil, com quanto lhe pertencesse; e que a todos, em geral, se conservasse a posse de seus empregos e bens. Apesar da fuga de Carvalho persistirão os Republicanos na defesa, afim de obter uma honrosa capitulação. Decidido o general Lima a apoderar-se do Recife, fez uma marcha forçada, e apesar de porfiada resistencia em caminheiros quasi intransitaveis, conseguiu cortar

em parte a communicação entre a cidade e a ponte dos Carvalhos. Acommettidos por todos os lados fizeram os Republicanos hum derra deiro esforço no Campo dos Affogados, onde soffrêrão derrota, e recuárão para a ponte, na qual resistirão como desesperados; mas os Imperiaes victoriosos occupárão parte do Recife. Intimou então o general Lima ao commandante das forcas republicanas, o coronel João de Ramos Falcão e Lacerda, que depuzesse as armas e deixasse o passo livre ao exercito imperial, ameaçando de não dar a ninguem quar tel, no caso de prolongada resistencia. Respondeo o Senado pedindo tres dias de armisticio para se tratar da capitulação, Recusou Lima; mas o coronel Falcão lhe declarou que d'alli em diante seria responsavel Deos e aos homens dos estragos e desgraças que ião acontecer, pois as tropas preferião acabar gloriosamente com batendo, aovilipendio de serem mudos espec tadores dos males da patria. Esta briosa ameaça commoveo o animo de Lima, e com seu assen timento nomeou o Senado huma deputação encarregada de tratar dos artigos da capitula ção. Constava das seguintes pessoas : Fr. Miguel Joaquim Pegado, Lente e Reitor do Seminario de Olinda, e os capitães Manoel Ignacio de Carvalho Mendonça, e João Francisco Regis Quintella. Offerecêrão as seguintes condicões :



1.º Que fosse reconhecido o Presidente no meado pelo Imperador. 2.º Que houvesse hum total esquecimento das opiniões politicas, e que nenhum proceder, castigo ou perseguição afligisse os individuos implicados nos mesmos acontecimentos. 3.º Que as tropas ficassem no serviço da Província. 4.º Que os empregados fossem conservados no exercício de seus empregos. 5.º Que se levassem em conta as despesas feitas pelo governo dissolvido. 6.º Que fosse livre a qualquer embarcar para fóra da Provincia com seus bens e familias, e tomar o destino que julgasse conveniente. D'estas condições só annuo o general Lima á amnistia e esquecimento de opiniões a officiaes inferiores e soldados, exceptuando os cabecas da rebellião, cuja sorte seria decidida pelo Imperador. O Senado fez sahir Falcão e a tropa da cidade, e os Imperiaes entráão nella a 17 de Setembro. Desordem na Bahia.—Por este tempo hum incidente veio perturbar o socego na Bahia. Tinha o Imperador deposto o batalhão deno minado dos Piriquitos composto de negros e mulatos, gente insubordinada e revoltosa. Excitados por perturbadores e persuadidos que o Governador das armas, o coronel Felisberto

Gomes Caldeira, era quem tinha solicitado a demissão do commandante, sublevárão se e assassinarão o Governador, no dia 25 de Outubro, e procurarão attrahir ao seu partido as mais tropas da guarnição, que todavia indigna das da aleivosa morte do Governador, parecião dispostas a vingã-lo, e a reprimir os excessos a que se entregárão os facciosos; mas depois de hum dia de hesitação dois batalhões sahirão da cidade e forão occupar os entrincheiramentos que a cingião, ficando a cidade entregue a ladrões e assassinos. Algumas Camaras de S.—Paulo offerecem a D. Pedro proclamá-lo soberano absoluto. — Se entre os Brasileiros prevalecia o amor da liberdade, e das instituições que a garantem, não faltavão homens vis, cortezãos dispostos a ser vir de instrumento ao despotismo, com tanto que este os gratificasse com distincções e cargos, e lhe confiasse a autoridade, para que estes satellites da tyrannia pudessem tambem opprimir a seu salvo. Persuadido que agradaria a D. Pedro, o Juiz de fóra Azeredo Coutinho, de accordo com varios magistrados, fez lavrar ás Camaras das villas de Taubaté, S.-Luiz, e Pin damunhangava, na Provincia de S.-Paulo, actas em que offerecião ao Imperador o poder absoluto, declarando estarem promptas a acclamá-lo logo que a capital da Provincia o fi

zesse. Asseveração que tal era a opinião geral. Coutinho teve a audácia de participar esta in fame proposta ao ministro dos negócios do Imperio Rubeiro de Hezende, e recebeu d'este em resposta que o Imperador era constante, e sabia manter, como tinha por obrigação, a Constituição solemnemente jurada. Mandou que o dito Juiz de fóra ficasse suspenso do exercicio das suas funcções, e se recolhesse á Córte a dar conta por actos tão culpaveis e es candalosos. Com effeito nem era a occasião opportuna para assumir o poder absoluto, nem sufficiente o voto de tres Camaras insignifican tes para tomar tão temeraria resolução. Apparatos bellicos contra a projectada expe dição portugueza. — Em quanto estes aconteci mentos occupavão os animos, procurou D. Pedro tirar partido da consternação geral causada pela expedição que se estava apromptando em Lisboa contra o Brasil. Publicou hum ful minante proclamação excitando os Brasileiros a tomarem as mais energicas medidas de de fesa, e representando D. João VI como domi nado e constrangido pelos seus Conselheiros, como o fóra d'antes pelas Córtes (dizia o au gusto autor), se entregava ás mais violentas declamações contra os Portuguezes. Como as forcas navaes lhe erão indispensaveis para conter as sublevacões das Provincias do Brasil, con

graçou-se com Cochrane restituindo o quinhão das prezas feitas por elle, e que D. Pedro lhe tinha violentamente arrebatado. Satisfeito o insaciavel almirante, cuidou seriamente e com actividade em armar os navios de guerra de que se compunha a Marinha Imperial.

CAPITULO XVIII.

Successos notaveis durante o anno de 1825.

O Senado do Rio de Janeiro propõe a inauguração de huma estatua ao Imperador. — O Senado da Camara do Rio de Janeiro havendo proposto a D. Pedro erigir-lhe huma estatua por subscrições voluntarias, em memoria dos eminentes e heroicos servicos feitos por elle á nação Brasileira, o Imperador aceitou a offerta e todas as Camaras da Provincia assentirão com enthusiasmo.

Negocios da Provincia Cisplatina. Guerra com Buenos-Ayres. — Em quanto o ambicioso D. Pedro considerava segura a posse da Provincia Cisplatina, era geral entre os habitantes da margem Oriental do Rio da Prata o desejo da independencia debaixo da protecção de Buenos-Ayres. Entendião-se os patriotas com Fructuoso Ribeiro, antigo socio de Artigas, cujo partido tinha abandonado para se unir ás tropas portuguezas. Commandava em Montevideo dois batalhões do paiz, e á testa d'elles se retirou da praca para as vizinhanças, em principios de Maio de 1825. Em breve se vio reforçado

com gente que se lhe offerecia. O incauto Lecór nada precaveo, porque nada suspeitava; ficou attonito, e sem saber tomar huma resolução. Tinha dois mil homens debaixo do seu com mando; procurou alistar gente, e pediu soccor ros ao Rio de Janeiro, avisando o Imperador do apoio clandestino que o Governo de Buenos Ayres dava a Fructuoso Ribeiro. Assustado D. Pedro, e querendo por energi cas e promptas medidas atalhar os progressos dos Independentes, fez partir huma expedição, composta da fragata Maria da Gloria, duas corvetas, tres brigues, huma escuna e tres barcas canhoneiras debaixo do commando do vice-almirante Rodrigo José Ferreira Lobo, e que comboiava transportes em que ião dois mil homens de tropa. Lançou ferro em Montevideo a 11 de Junho, e nos seguintes; achá rão a praga sitiada pelos Insurgentes comman dados pelo corajoso e emprehendedor D. João Antonio Lavalleja, que para dar maior força á insurreccão, fez installar no dia quatorze hum Governo Provisional, presidido por D. Manoel Calleros, e tendo por secretario Francisco Araujo, incumbido da direcção dos negocios até que o Congresso Provincial, que ia convocar, ex pressasse a vontade geral, e decidisse a fórma e attribuições do Governo. Entrárão os novos governantes no exercicio das suas funcções,

confirmarão Lavalleja no commando do exercito, derão certa ordem ao systema de finanças, expedirão emissarios para propagarem a insurreccão, e proclamarão a sua Independencia, e a separação definitiva do Brasil; reconhecendo o protectorado da Republica de Buenos-Ayres, em quanto se não assentasse na forma definitiva de Governo. Lobo ameaça Buenos-Ayres. — Entretanto entrou Lobo com parte das suas forças na enseada exterior de Buenos-Ayres, e a 5 de Julho a bordo da corveta Liberal, dirigio huma nota insolente ao Governo da Republica Argentina, accusando-o de favorecer Fructuoso Ribeiro, e Lavalleja, e ameaçando a cidade de hum vigoroso bloqueio, se não empregasse o Governo toda a sua influencia para impedir que os insurgentes recebessem socorros das Provincias de Entre-Rios e Santa Fé. O Governo de Buenos-Ayres respondeo com dignidade e firmeza, que não julgava o Vice-Almirante autorizado para entrar em negociações diplomaticas, e que para esse fim ia expedir hum agente ao Imperador, sendo a medida preliminar para a negociação, a retirada das forças imperiaes d'aquellas paragens. Todavia foi recebido o novo Consul do Brasil, Antonio José Falcão da Frotta. A guerra proseguio, sendo continuos os combates e escaramuças,

mas sem resultado decisivo. O combate mais consideravel foi em Arbolito, onde as tropas Brasileiras commandadas pelo coronel Ribeiro batêrão as de Fructuoso. - Invasão de Chiquitos.—Hum acto de singular imprudencia commettido pelo Governador de Mato-Grosso, Araujo e Silva, esteve a ponto de expór o Brasil a grandes perigos. Convidado pelo Governador Ramos, que na Provincia de Chiquitos no alto Peru se conservava fiel á Hespanha depois das victorias de Boli var, e do general Sucre, a occupar a Pro vincia em nome do Imperador como parte integrante do Brasil, o Governador de Mato Grosso fez marchar tropas, e a 26 de Abril, di rigio da cidade de Santa-Anna huma insolente nota ao general Sucre, declarando-lhe que a Provincia de Chiquitos ficava annexa ao Brasil. Sucre respondeo com energia, ameagando de prompto e exemplar castigo o audaz Governa dor. D. Pedro, informado do que se passava, mandou evacuar a Provincia invadida, e des approvou o procedimento do Governador de Mato Grosso. Sem duvida este official cuidou lisongear o Imperador pela perspectiva de vir hum dia a dominar sobre o Peru. Estado dos negocios na Bahia e Pernambuco. - A Bahia recobrou a tranquillidade com a nomeação para Presidente de João Severiano



Maciel da Costa, e do brigadeiro Gordilho, para Governador das armas. Maciel tomou posse no dia 4 de Junho. Este benemerito magistrado foi pouco depois elevado á dignidade de visconde de Queluz. Pernambuco, tanto tempo agitado por facções, gozou em fim de socego pela nomeação de José Carlos Mairinck da Silva Ferrão; ao mesmo tempo foi a Divisão do General Lima rendida por outra com mandada pelo brigadeiro Antero. D. João JVI reconhece a Independencia do Brasil. — Não obstante as recentes vantagens obtidas pelas forças de D. Pedro sobre os Republicanos de Pernambuco, estava ainda vacillante a autoridade do Imperador, envolvido em huma guerra impolitica com os Independentes da Banda Oriental, em vespera de guerra com a Republica de Buenos-Ayres, e tendo a contender no interior com o partido democratico. Nestas circumstancias muito teria a recear de huma expedição portugueza, dirigida por hum Governo energico; mas depois que a facção absolutista derribára a Constituição, estava D. João VI outra vez entregue ao gabinete britannico, que governava Portugal a seu bel prazer. Tendo pois resolvido fazer reconhecer a Independencia do Brasil por Elrei de Portugal, fez nomear Sir Charles Stuart, embaixador de D. Pedro, para negociar hum Tratado

com D. Pedro. Só hum Reitão pusillanime co mo D. João VI podia encarregar hum diplo mata estrangeiro de semelhante missão; não he portanto de admirar que a preenchesse tendo mais em vista os interesses da Inglaterra, que os de Portugal. No estado em que se achavão os negocios do Brasil, podia Portugal obter condições equitaveis e vantajosas ao seu com mercio, se a negociação fosse apoiada por huma forte expedição, que occupasse a Bahia e blo queasse Pernambuco e o Rio de Janeiro; o que era mui facil vista a grande superioridade da Marinha Portuguesa. Desembarcou Sir Charles Stuart no Rio de Janeiro no dia 18 de Julho, e dentro de pouco tempo concluiu as negociacões já começadas em Londres entre os commissarios Portuguezes e Brasileiros. A 29 de Agosto se assignou o Tratado de Paz e Alliança entre Portugal e o Brasil, firmado por parte de D. João VI por Sir Charles Stuart, e pela de D. Pedro, pelo ministro dos negocios Estrangeiros Luiz José de Carvalho, o Conselheiro d'Estado Barão de Santo Amaro, e pelo ministro da Marinha, Francisco Villela Barboza, e debaixo da mediação d'Elrei do Reino—Unido da Gran-Bre tanha, etc.

- D. João VI tinha, por seu Diploma de 15 de Maio de 1825, reconhecido o Brasil Imperio in

dependente, e separado dos Reinos de Portugal e Algarves, e o Principe Real D. Pedro d'Alcantara, por Imperador, cedendo a elle, e a seus successores a soberania do dito Imperio, reservando só para si o mesmo titulo. Este Tratado foi ratificado em 15 de Novembro. Em razão da sua importancia, vou transcrever os Artigos. Art 1º. S. M. F. reconhece o Brasil, ha cate—goria de Imperio Independente, e separado do Reino de Portugal e Algarves; e a seu sobre todos muito amado e prezado filho D. Pedro, por Imperador, cedendo e transferindo de sua livre vontade, a soberania do dito Imperio ao mesmo seu filho, e a seus legitimos successores. S. M. F. toma sómente, e reserva para a sua pessoa o mesmo Titulo. Art. 2. S. M. I. em reconhecimento de respeito e amor a seu augusto pai, o Senhor D. João VI, annue a que S. M. F. tome para a sua pessoa o Titulo de Imperador. Art. 5. S. M. L. promette não aceitar propos tas de quaesquer colonias Portuguezas, para se reunirem ao Imperio do Brasil. Art. 4. Haverá d'ora em diante paz, allianca e a mais perfeita amizade entre o Emperio do Brasil, e os Reinos de Portugal e Algarves, com total esquecimento das desavencas passa das entre os povos respectivos.

Art. 5. Os subditos de ambas as nações, Brasileira e Portuguesa, serão considerados e tratados nos respectivos Estados como os da nação mais favorecida e amiga; e seus direitos, e propriedades religiosamente guardados, e protegidos, ficando entendido que os actuaes possuidores de bens de raiz serão mantidos na posse pacífica dos mesmos bens. Art. 6. Toda a propriedade de bens de raiz ou móveis, e acções, sequestradas ou confiscadas, pertencentes aos subditos de ambos os soberanos, do Brasil e Portugal, serão logo restituídas, assim como os seus rendimentos passados; deduzidas as despesas da administração, ou seus proprietários indemnizados reciprocamente pela maneira declarada no artigo oitavo. Art. 7. Todas as embarcações e cargas apreçadas, pertencentes aos subditos de ambos os soberanos, serão semelhantemente restituídas, ou seus proprietários indemnizados. Art. 8. Huma commissão nomeada por ambos os Governos, composta de Brasileiros e Portuguezes em numero igual, e estabelecida onde os respectivos Governos julgarem por mais conveniente, será encarregada de examinar a matéria dos Artigos sexto e sétimo; entendendo-se que as reclamações deverão ser feitas dentro do prazo de hum anno, depois de formada a com

missão, e que no caso do empate nos votos, será decidida a questão pelo representante do soberano mediador. Ambos os Governos indicarão os fundos, por onde se hão-de pagar as primeiras reclamações liquidadas. Art. 9. Todas as reclamações publicas dego verno a governo serão reciprocamente recebidas, e decididas, ou com a restituição dos objectos reclamados, ou com huma indemnisação do seu justo valor. Para o ajuste d'estas reclamações, ambas as altas partes contractantes convierão em fazer huma convenção directa e especial. Art. 10. Serão restabelecidas desde logo as relações de commercio entre ambas as nações, Brasileira e Portuguesa, pagando reciproca mente todas as mercadorias quinze por cento de direitos de consumo provisoriamente, ficando os direitos de baldeação e reexportação da mesma fôrma que se praticava antes da se paração. Art. 11. A reciproca troca das ratificações do presente Tratado se fará nacidade de Lisboa, dentro do espaço de cinco mezes, ou mais breve, se for possível, contados do dia da assignatura do presente Tratado. Rio de Janeiro, 29 de Agosto de 1825. Por hum Alvará de 15 de Novembro, recoheceo formalmente D. João VI seu filho pri

mogenito Príncipe Real de Portugal e Algarves, e Imperador do Brasil. A convenção annunciada no artigo 9, estipulou que o Brasil pagaria a Portugal dois milhões de libras esterlinas, para pagamento do emprestimo contrahido em 1825 em Londres depois da contra-revolução, a titulo de indemnisação de todas e quaesquer reclamações, salvo as relativas ao transporte de tropas. - Derrota dos Brasileiros em Sarandi. — Livre de todo o receio de hostilidades da parte de Portugal, toda a attenção de D. Pedro se concentrou na guerra da Banda Oriental, onde hum desastre recente annunciava luta prolongada e terrivel. O combate de Sarandi, funesto ás tropas do Brasil, foi dado a 1.º de Outubro. As forças dos Republicanos, commandados por Lavalleja, obtiverão hum victoria completa; os Imperiaes, commandados pelo coronel Vicente Manoel, perderão quatrocentos mortos e quatrocentos e setenta soldados, e cincoenta e dois officiaes prisioneiros, e quasi toda a bagagem. A noticia d'esta derrota consternou a Córte do Rio de Janeiro. O Imperador enfurecido resolveo enviar promptamente hum reforço de mil e duzentos homens, que seria seguido de todas as tropas disponiveis, não só da capital, mas das Provincias. Em vez de renunciar a suas loucas pretenções sobre a Provincia Cisplatina,

e de se occupar exclusivamente da organização do Brasil, precipitou a si e a nação em huma guerra ruinosa, e depois de ter exaurido os recursos nacionaes, e de ter attrahido sobre si o descontentamento geral, vio-se reduzido a reconhecer a Independencia da Banda Oriental, que tanto sangue e dinheiro tinha custado. Movo Ministerio. — Parte do ministerio de sapprovando a continuacão da guerra, e não querendo assumir a responsabilidade das medidas tomadas pelo fogaoso Imperador, se retirou. O barão de Valença, ministro dos negocios do Imperio, foi substituido por José Feliciano Fernandes Pinheiro, Presidente do Rio-Grande do Sul; o dos negocios estrangeiros visconde da Cachoeira, pelo visconde de Santo-Amaro; o da Justica, visconde da Nazareth, pelo de sembargador Sebastião Luiz Tinoco, e o da Fazenda, visconde de Maricá, pelo visconde de Barbacena. Admissão do ministro dos negocios estrangeiros Carvalho e Mello, foi devida á opposição que mostrou ao Plenipotenciario britannico, ancioso de renovar com o Brasil os Tratados, existentes entre a Gran-Bretanha e Portugal. O novo ministerio mostrou-se docil a todas as vontades do Imperador, o qual, não existindo então Representação Nacional para fiscalizar seus actos, obrava como soberano absoluto.

D. Pedro confere muitos Titulos. — Era já prodigioso o numero de titulos de fidalguia conferidos por D. João VI, depois da sua vinda ao Brasil, a individuos, os mais d'elles obscuros e destituídos de merecimento. D. Pedro excedeo ainda o Pátria desmedida criação de barões, viscondes, condes e marquezes, e, por ocasião do seu anniversario neste anno de 1825, elevou o conde da Palma, á dignidade de marquez de S.-João da Palma ; deo o titulo de visconde de Marica ao ministro da Fazenda Marianno José Pereira da Fonseca; de visconde da Nazareth ao ministro da Justiça Clemente Ferreira França; de visconde de Paraguará, ao ministro da Marinha Francisco Villela Barbosa. O ministro dos negocios do Imperio, Estevão Ribeiro de Rezende, foi creado barão de Valença; e o da Guerra, João Vieira de Carvalho, barão de Lages.

Conspiração republicana no Maranhão mal lograda. — Os Republicanos indignados da má neira arbitraria com que D. Pedro dispunha dos recursos do Brasil, suspiravão por ocasião favoravel para sacudir o jugo. No Maranhão tramou-se huma conspiração, que devia romper dia do Corpo de Deos, e proclamar a Republica; mas foi atalhada pelo Presidente do Governo Pedro José da Costa Barros, que exercia o cargo de Governador das armas. Tomou ju



diciosas e opportunas medidas, e publicou huma proclamação bem adaptada ás circumstancias, e que produzio o melhor effeito. Chegão quinhentos Allemães ao Rio de Janeiro. — A ao de Dezembro, chegarão ao Rio de Janeiro quinhentos Allemães, recrutados para o servico militar do Imperio, e alguns destinados á agricultura. O publico não vio sem desconfiança estes mercenarios, antevendo que erão destinados a formar o casco de guerra das pretorianas, dóceis satellites do Imperador e dispostos a tratar os cidadãos como inimigos. O emprego que D. Pedro tinha mais de huma vez feito da forza armada contra os mandantes do povo, justificava este receio. Tratado para a abolição do commercio da escravatura.—O Governo Britannico, tendo conseguido a Independencia do Brasil, fez hum Tratado pelo qual o Imperador se obrigou a renunciar ao commercio da escravatura na costa de Africa dentro de quatro annos, e limitando a extensão de costa onde seria ainda licito aos subditos de S. M. I. fazê-lo no decurso dos ditos quatro annos. Foi assignado a 28 de Outubro. - O Congresso das Provincias-Unidas do Rio da Prata decreta a União da Banda Oriental. - A victoria de Sarandi, e o voto geral dos habitantes da Banda Oriental decidio o Con

gresso das Províncias-Unidas do Rio da Prata a decretar na sessão de 25 de Outubro de 1825, a incorporação da Banda Oriental á Confederação. Esta resolução foi immediatamente comunicada á Córte do Brasil, pelo ministro dos negocios estrangeiros da Republica, D. Manoel José Garcia. Apenas D. Pedro recebeu esta participação, publicou o Decreto de 1o de Dezembro, no qual declara a guerra á Confederação, expondo em hum Manifesto os seus motivos, e apoiando os seus direitos á posse da Banda Oriental. Ambos os exercitos forão reforçados; o de Lavalleja era mais forte em cavallaria. Em quanto a forças navaes, as de Buenos-Ayres erão mui diminutas, e se reduzião a algumas barcas canhoneiras, e dois ou tres brigues, commandados pelo habil official inglez Brown. A marinha de guerra do Imperador constava então de 1 nao, 6 fragatas, 5 corvetas, 54 brigues, brigues-escunas, e escunas, e 68 barcas canhoneiras, lanchas armadas, transportes e paquetes. D'esta forga estavam empregadas II 3. guerra do Sul. 2 fragatas, 4 corvetas, 5 brigues, 2 brigues-escunas, 11 escunas, 15 lanchas canhoneiras, 6 lanchas armadas, 6 transportes e 1 paquete. Estavão em construcção nos estaleiros, a naos, 4 fragatas e 4 corvetas. Nascimento do Principe Imperial D. Pedro. — A 2 de Dezembro de 1825, deo a Imperatriz

Leopoldina á luz hum menino, que foi baptizado no dia 9, com o nome de D. Pedro. Houve grandes festas por esta occasião, Como era fallecido o principe D. João, foi reconhecido Principe Imperial, e he hoje Imperador do Brasil, com o titulo de D. Pedro II.

## CAPÍTULO XIX.

Acontecimentos do anno de 1826. Morte de D. João VI; abdicação de D. Pedro ao throno de Portugal.

Partida de D. Pedro para a Bahia. — Determinado a proseguir a guerra com vigor, resolveu D. Pedro ir em pessoa ao Rio da Prata, visitando antes a cidade da Bahia, como tinha promettido aos habitantes : a este effeito fez apromptar huma expedição, e se embarcou a 2 de Fevereiro, a bordo da nao D. Pedro Iº. E no dia seguinte deu á véla para a Bahia, acompanhado da Imperatriz, e da Princeza D. Maria da Gloria, do ministro da marinha, e mais comitiva, com huma companhia da Imperial guarda de Honra. Alem da nao constava a expedição das fragatas Paraguassu e Piranga, ás ordens do vice-almirante barão de Souza. Chegou á Bahia no 27 de Fevereiro, foi acolhido com grandes demonstrações de jubilo, fez muitas promoções, concedeu graças, e partiu a 21 de Março de volta ao Rio de Janeiro.

Tratado de Commercio com a Franca. — A 8 de Janeiro se assignou hum Tratado de Com

mercio entre o Brasil e a Franca, que foi ratificado a 19 de Março, e ao qual se ajuntarão alguns artigos addicionaes a 7 de Junho. He fundado no principio da reciprocidade, e os productos de ambos os paizes são admittidos no mesmo pé que os das nações as mais favorecidas, não entrando Portugal como termo de comparação. A França supprime o direito de dez por cento additional, sobre os algodões importados por navios estrangeiros, a favor dos navios Brasileiros; e pelos artigos addicionaes estabelece o direito de quinze por cento do valor das fazendas, avaliadas pelo preço corrente, e suspende por seis annos a clausula que exige para estabelecer a nacionalidade dos navios Brasileiros, que os dois terços da tripolação sejam nacionaes.

Pantagens obtidas por Brown.—Lobo declarou Buenos-Ayres em estado de bloqueio no dia 51 de Dezembro de 1825, mas nos primeiros dias de Janeiro de 1826, entrão 6 navios estrangeiros em Buenos-Ayres, não obstante. A 15 de Janeiro, Brown chefe das forças da Republica-Argentina fez-se ávêla com a sua frotilha, e adiantou-se até áilha de Martim Garcia, no confluente do Uruguay e da Prata, onde os Brasileiros tinham estabelecido hum battery de quatorze peças, defendida por duzentos homens; encontrou alli a esquadra inimiga com

posta de 5 corvetas, 5 escunas, 5 lanchas canhoneirase 1 cutter. A pezar da superioridade numerica, os Brasileiros forão constrangidos a retirar-se. A 9 de Fevereiro, Brown deo caca á esquadra brasileira até tres legoas da Colonia, e tendo-se adiantado demais, achou-se sepa rado dos seus brigues, e assim mesmo manteve o combate por espaço de huma hora contra duas corvetas. No dia 19 destrogou no Uru guay huma frotilha brasileira, e lhe tomou alguns navios pequenos com que voltou a Bue nos-Ayres. Creagáo da Ordem de D. Pedro Iº.—A 16 de Abril creou o Imperador a nova Ordem de D. Pedro primeiro, fundador do Imperio do Brasil, cujas insignias distribuio ás pessoas as mais distinctas da Córte, do exercito e das duas Camaras. Chega a noticia da morte de D. João PWI. —. A 26 de Abril chegou ao Rio de Janeiro, a noticia de haver fallecido D. João VI, a o de Março, e huma Deputação que vinha felicitar D. Pedro, sobre a sua elevação ao throno de Portugal. Era composta do duque de Lafões, do Arcebispo de Lacedemonia, e do Juiz de fôra de Coruche. D. Pedro abdica o throno de Portugal, em sua filha D. María da Gloria. — D. Pedro con vocou o seu Conselho, e depois de ouvido o

seu parecer, resolveo ceder a Corôa de Portugal a sua filha D. Maria da Gloria, Princeza do Gran-Pará, o que fez por huma declaração solemne datada de 2 de Maio; havendo a 29 de Abril publicado huma Carta Constitucional outorgada á Nação Portuguesa. Poz por condição que esta Carta seria jurada pela Nação, e que o Infante D. Miguel celebraria os desposorios com D. Maria. A abdicação ficaria nulla no caso de não execução de qualquer d'estas condições. D. Pedro dá huma Carta Constitucional aos Portuguezes. — Bem quizera D. Pedro conservar Portugal e seus dominios annexos ao Brasil, mas não ousou contrariar neste ponto 3. Inglaterra, e a opinião dominante no Brasil, opposta a esta reunião. Receavão com razão ós Brasileiros que D. Pedro, Rei de Portugal, se servisse dos seus subditos europeos para opprimir os do Brasil. A Constituição que outorgou aos Portuguezes, he mais aristocratica que a do Brasil; dá ao Rei veto absoluto, e tem huma Camara de Pares vitalicios nomeados por Elrei: os primeiros forão nomeados por D. Pedro. Posto que esta Constituição, fosse muito mais favoravel ao Monarcha que a de 1822, todavia procurou Sir Charles Stuart dissuadir o Imperador de fazer tão importante concessão, e aconselhou-lhe que convocasse os Tres Esta

dos do Reino e lhes incumbisse a reforma das instituições da Monarchia. Não annuo D. Pedro, cuja paixão dominante era o desejo de adquirir celebridade: nesta occasião julgou-se superior a Luiz XVIII, não só por ter promulgado duas Constituições, mas por ser a dadora d'ellas, e particularmente a da Carta Portuguesa, espontanea. D'esta maneira, á gloria do fundador de hum imperio, e de conquistador, quiz ajuntar a de legislador liberal. Pouco lhe importava a sorte d'esta Constituição, cuja ruina era facil antever, considerando a influencia da Rainha D. Carlota, e de D. Miguel: bem conhecia D. Pedro o character da mãe e do irmão, e bem sabia por experiencia o pouco caso que este Principe fazia de juramentos; mas que importava a D. Pedro a sorte de humanação que elle tinha tão indignamente trahido e vilipendiado? Pôde até affirmar-se que para facilitar a execução de seus projectos liberticidas no Brasil, muito lhe convinha que D. Miguel assumisse o poder absoluto. E com effeito passa por certo que, quando recebeu a noticia de ter D. Miguel dissolvido as Córtes, e abolido a Carta, exclamára, cheio de satisfação : « Fez muito bem ! »



CAPITULO XX.

1826 a 1830.

Dos principaes successos posteriores á separação defini tiva do Brasil.

Se D. Pedro reconhecido por todas as poten cias chefe independente do imperio que fun dára, houvera exclusivamente cuidado de me lhorar a sorte dos Brasileiros promovendo a agricultura, a industria, o commercio e a navegação, disseminando os conhecimentos uteis, e procurando corrigir a corrupção ge ral, que a funesta influencia de huma córte dissoluta tinha diffundido, teria o seu reinado sido glorioso, e o nome de Pedro passaria á posteridade a par dos poucos honarchas bem feitores dos povos. Mas não era cousa compativel com a indole do Imperador e com os maos ha bitos adquiridos desde a infancia pela falta de educação, maos exemplos, e frequentação de quanto o Rio de Janeiro encerrava de mais vil e corrompido. D. Pedro, facil em conce ber, e prompto em executar, mas versatil, inconstante, e superficial, tudo encetava, e

nada sabia proseguir com assidua perseverança; por isso, depois de inesperadas venturas, se viu dentro de quatro annos abandonado de todos os seus partidarios, e reduzido a renunciar ao imperio. - A impolitica e malfadada guerra com a Republica de Buenos-Ayres, em que persistio com obstinada teima o Imperador do Brasil, foi huma das causas que excitou o descontentamento geral, e que esgotando os recursos nacionaes poz o fisco em deploravel penuria. Ainda quando esta guerra tivesse sido coroada de brilhantes victorias, nem assim houvera compensado os enormes gastos e sacrificios que tinha custado. D. Pedro partio do Rio de Janeiro a 24 de Novembro de 1826 para a ilha de Santa-Catherina onde aportou a 2 de Dezembro, com huma esquadra composta da nao D. Pedro Iº, duas fragatas e mais vasos, commandada pelo almiranté Rodrigo Pinto Guedes, official habil. Sahio d'aquella ilha para Monte video. D'alli fez huma proclamação aos habitantes da Provincia Cisplatina, dirigida contra o Congresso de Buenos-Ayres, a 2o de Dezembro. O Congresso. publicou igualmente huma proclamação aos habitantes da Republica. Pouco depois da sahida do Imperador do Rio de Janeiro, falleceo a Imperatriz Leopoldina, a 11 de Dezembro, tendo perto de trin

ta annos de idade. Esta Senhora soffria ha via tempo de molestia, aggravada pelo mau tratamento que recebia do marido, inteiramente entregue á influencia de huma amiga que elevou á dignidade de marqueza. A noticia da morte da Imperatriz decidio D. Pedro a voltar á capital, tendo deixado as suas forças de terra nas guarnições de Montevideo e Colonia, e as de mar no Rio da Prata. De volta ao Rio de Janeiro a 15 de Janeiro 1827, despedio os ministros e substituiu-os por outros. Brown obteve algumas vantagens, mas as suas forças são insufficientes para resistir á esquadra brasileira; todavia em luta tão desigual fez prova de singular pericia, coragem e actividade. O pequeno exercito brasileiro ás ordens do inhabil Felisberto Caldeira Brant foi completamente derrotado a 2o de Fevereiro, nas planicies de Ituzaingo. Os Brasileiros perderão mil e duzentos homens entre mortos, feridos e prisioneiros, dez peças de artilharia e todas as munições e bagagens. Esta accção foi muito renhida: custou oitocentos homens, mortos ou feridos, aos vencedores; estes marcharão contra Cacique, e a 26 entrarão em S.-Gabriel onde acharão armazens com sideraveis. o general brasileiro Abreu morreu na accção, assim como Brandzen que commandava a reserva dos Republicanos.

A 7 de Marco a expedição brasileira dirigida contra o estabelecimento da Patagonia, foi derrotada pelos Argentinos que se apoderarão da corveta Itaparica de 20 peças, do brigue Escudero de 28 e da Constancia de tres peças. Os Republicanos fizeram seiscentos e cinquenta prisioneiros, dos quaes duzentos e cinquenta Inglezes e Americanos se unirão aos Republicanos. No mesmo dia Brown perdeu duas das suas embarcações em hum combate contra a esquadra brasileira. Ao mesmo tempo os Imperiaes tomáram Maldonado na embocadura do Rio da Prata. A 9 de Abril tentou Brown dar vela com huma frotilha composta dos brigues Republica e Independencia, e de duas embarcações menores; mas os dois brigues encalharam na costa, e nesta difficil posição resistio quatro horas á esquadra de Guedes, que constava de huma grande fragata, quatro corvetas, oito brigues e outras embarcações menores. Brown vendo a impossibilidade de salvar os brigues, poz fogo á Republica, depois de ter recolhido a tripolação na galiota Sarandi; a Independencia saltou ao mesmo tempo. Os Brasileiros tiveram duzentos homens entre mortos e feridos. O almirante Brown foi ligeiramente ferido; o capitão Drummond da Independencia foi morto, e o capitão Granville perdeu hum braco. Além d'estes officiaes tiveram os Republicanos

vinte e cinco mortos, e cinquenta e hum feri dos. Aberta a sessão legislativa a 5 de Maio de 1827 expoz D. Pedro o estado dos negocios do Imperio; annunciou os desposorios da Rainha de Portugal com o Infante D. Miguel, cuja chegada ao Brasil esperava em breve. Procu rou justificar a guerra contra Buenos-Ayres, e terminou a falla, declarando que olharia co 772O inimigos do throno, da patria e da religião, todos aquelles que não pensassem como elle acerca dos negocios publicos. As camaras respondêrão em termos respeitosos, mas derão a entender que não approvavão inteiramente a guerra. O Imperador replicou em phrase laconica e pouco civil. Nesta legislatura se fixou a dotação do Imperador em mil contos de réis annuaes; a da Imperatriz em cem contos; a do Principe Real, durante a sua minoridade, em doze con-<sup>tos</sup>, e depois de attingir a idade de dezoito annos, em vinte e quatro contos; e a do Princi pe do Gran-Pará em seis contos, em quanto mienor, e doze tendo attingido a maioridade. Tambem fixárão as dotacões annuaes aos se guintes estabelecimentos publicos : a Capella Imperial, Academia de Medicina e Cirurgia, das Bellas Artes, o Museo, a Bibliithea, o Jardim botanico, etc. Huma lei, em sessenta e hum ar tigos, para regular a responsabilidade dos mi

nistros e conselheiros d'Estado; outra em se tenta e cinco artigos, regulando a divida pu blica, livro-mestre d'ella, fundo de amortisação, e outras relativas ao estabelecimento das es cholas de primeiras letras, e ás cadeiras de di reito patrio civil, forão os principaestrabalhos das camaras durante o anno de 1827, e sancionados pelo Imperador. Depois da derrota do exercito brasileiro e sua retirada, deixou-se surprehender hum corpo de quatrocentos Brasileiros, que forão todos mortos ou aprisionados, sendo dos pri sioneiros Lavalleja, sobrinho do general d'es te nome. Depois d'esta vantagem, fortificarão se os Republicanos em Beja, cerca de quarenta legoas do Rio-Grande do Sul. No 1º de Junho hum destacamento d'elles veio a vinte legoas da cidade, e tomou muitos cavallos egado. Em quanto a fortuna era contraria ao Brasil, assignava no Rio de Janeiro D. Manoel Garcia, plenipotenciario de Buenos-Ayres (a 24 de Marco) huma convencão, pela qual a Repu blica renunciava ás suas pretencões á Provincia de Montevideo, que cedia ao Imperador do Brasil. Mas apenas foi conhecido este ajuste em Buenos-Ayres, excitou a indignação geral; o Governo recusou ratificà-la, e chamou Gar cia para explicar o seu estranho procedimento. Elle procurou justificar-se, allegando ser o

unico meio de obter a paz, que era o objecto de que tinha sido encarregado. . Por hum Decreto de 5 de Julho nomeou D. Pedro o infante D. Miguel seu Lugar-tenente e Regente de Portugal, o qual, antes de partir de Vienna, respondeo ao Imperador promet tendo conformar-se com as suas determinacões soberanas; posto que bem decidido a assumir o poder absoluto, e a usurpar o throno. No decurso de 1827 concluiu o Imperador varios Tratados, a saber : hum Tratado de commercio e navegacão com a Austria, em deza sete artigos, assignado em Vienna a 16 de Junho e ratificado por D. Pedro a 29 de Novembro; outro de amizade, navegacão e com mercio com a Prussia, assignado no Rio de Janeiro a 9 de Julho de 1827, e ampliado por hum artigo addicional de 9 de Julho 1828; outro de amizade e commercio com a Gran Bretanha, em vinte e oito artigos, assignado no Rio de Janeiro a 17 de Agosto e ratificado a 1o de Novembro. Fixa os direitos de importacão no Brasil das fazendas inglezas ao maximo de 15 por 100, sobre a avaliacao de huma pauta geral para todo o Imperio. Outro Tratado entre o Brasil e as Cidades Anseaticas de Lubeck, Bremen e Hamburgo, em quatorze artigos, foi assignado no Rio de Janeiro a 17 de Novembro, e ratificado. Este era favoravel aos

generos do Brasil, mas arruinava, como todos os outros, a navegação mercante do Brasil, toda entregue a estrangeiros, em cujas mãos se ia concentrando igualmente quasi todo o commercio e industria mercantil da Bahia, Rio de Janeiro e dos outros principaes portos de mar do Imperio. - O bloqueio de Buenos-Ayres declarado pelo almirante Guedes, deo lugar a huma serie de contestações, e reclamações da parte dos Estados-Unidos, cujo Encarregado de Negocios no Rio de Janeiro, depois de repetidas notas di rigidas ao ministro dos negocios estrangeiros do Brasil, pedio emfim os seus passaportes. O Imperador enviou Rebello a Washington para dar satisfação ao Governo americano, e este expedio huma força naval ás ordens do Commodore Biddle para fazer respeitar a bandeira americana no Rio da Prata. O almirante francez Rosamel teve tambem contestações com o vice-almirante Guedes relativamente aos navios apreizados da sua nação. Em quanto ao direito, deve confessar-se que se as Potencias neutraes têm razão de reclamar contra as prezas feitas no alto mar, justificadas pela mera suspeita de serem destinadas para portos bloqueados, por outro lado he inegavel que muitos dos navios americanos e francezes apreizados têm incorrido a pena da tenta



tiva de violação de hum bloqueio effectivo. O presidente Quincy Adams desaprovou a linguagem nimiamente acerba do consul Ra guet, que foi substituido por W. Tudor, o qual concluiu e assignou hum tratado de amizade, navegação e commercio entre os Estados—Uni dos e o Brasil, em trinta e seis artigos : foi assignado no Rio de Janeiro a 12 de Dezembro de 1828. As reclamações da França terminárão pela convenção de 21 de Agosto, pela qual o Brasil se obrigou a restituir o valor dos navios e cargas illegalmente apreizados, avaliado pelas apolices de seguro, com 6 por 100 de juro. No decurso do mesmo anno concluiu o Imperador dois tratados de commercio e navegação; o primeiro com a Dinamarca em onze artigos, assignado no Rio de Janeiro a 26 de Abril, e ratificado a 26 de Outubro de 1828, e o segundo com o Rei dos Paizes-Baixos em quinze artigos, assignado a 2o de Dezembro do mesmo anno. Pela separação da Belgica ficão de facto nullas as suas disposições. A 5 de Maio se abriu a terceira sessão da Assembleia legislativa do Brasil, e o Imperador em huma falla dirigida a este congresso, o informou de ter concluido diversos tratados de commercio, e informou as Camaras que o Governo Hespanhol era o unico que ainda não ti

nha reconhecido a Independencia do Imperio

Brasilico... Ajuntou que tinha aberto negociações com a Republica de Buenos-Ayres, e completado o seu acto de abdicación á Coróia de Portugal. No mesmo dia em que D. Pedro assim se expressava, publicava em Lisboa D. Miguel hum Decreto abolindo a Carta Constitucional, e convocando os Tres Estados do Reino. Logo que esta violação escandalosa do prestado juramento foi conhecida dos plenipotenciarios do Brasil em Vienna e Londres (o marquez de Rezende, e o visconde d'Itabayana), estes protestarão, e o seu exemplo foi seguido pelos encarregados de Portugal em Paris e Bruxellas.

A 26 de Junho a Assembleia convocada por D. Miguel, violando todas as leis e fundando se em principios errados, annullou todos os ac

tos de D. Pedro relativos a Portugal, declarou

igualmente nullos os juramentos prestados por

D. Miguel, e reconheceu este como Rei legi

timo de Portugal. D. Pedro protestou contra a

usurpação de D. Miguel, em huma proclama

ção dirigida, a 25 de Julho 1828, á nação Por

tugueza, como Pai e tutor de Rainha D. Ma

ria II". Outra protestação contra a usurpação da

Coróia de Portugal foi assignada pelo marquez

de Rezende e visconde de Itabayana em Lon

dres, a 8 de Agosto de 1828, em que se refu

tavam victoriosamente os fundamentos em que

se estribava a decisão da assemblea illegal dos

Tres Estados.

Hum deploravel acontecimento de que foi theatro o Rio de Janeiro, no mez de Junho de 1828, convenceo a todos do perigo a que se expunha a nação admittindo em seu paiz tropas estrangeiras. D. Pedro, parte por falta de solda dos nacionaes, parte pela confianca que lhe inspiravão mercenarios estrangeiros, alem dos Allemães, tinha feito vir dois mil e quatro centos Irlandezes, a maior parte dos quaes foi organisada pelo coronel Cotter official irlan dez; mas apenas erão passados seis mezes, ma nifestou-se entre elles grande discontentamen to, em parte causado pelos insultos que de continuo recebião da gentalha que lhes chama va escravos brancos. Depois de varias rixas sublevárão-se, e os Allemães igualmente des contentes se unirão a elles, e matárão o seu ma jor Teola, que accusavão de lhes roubar o soldo. Foi preciso atacà-los com tropas do paiz, e de pois de muito sangue derramado, e tres dias de tumulto, forão dissolvidos estes corpos a 5 de Julho : mil e quatrocentos Irlandezes forão embarcados para a Irlanda, por intervenção de M. Aston Secretario da Legação Ingleza; qua trocentos ficárão no paiz; duzentos evinte se ti nhão estabelecido em Taporoa na comarca dos Ilheos, e forão os unicos com quem o Governo se houve de boa fé. Os moleques e negros, em quanto durou o tumulto, esfaqueavão quantos

Irlandezes desarmados encontravão, e foi preciso tirar-lhes as facas: sessenta d'estes infelizes foram mortos, e mais de cem feridos. Hum dos Allemães cabecas de motim foi julgado por hum Conselho de guerra, e arcabuzado : morreo com o maior sangue frio, e recusou soccorros espirituaes, dizendo ao padre que fosse converter o Imperador que mais que elle carecia do seu ministerio. O regimento allemão foi mandado para o Sul, e os Diarios do Rio de Janeiro declamarão com violencia contra as tropas estrangeiras. O Imperador indignado accusou os seus ministros, e particularmente o da Guerra de serem igualmente hostis aos militares estrangeiros, e demittio este ministro. A 27 de Agosto decretou D. Pedro que todos os trabalhos relativos á navegação e canalisação, á construcção de ruas, estradas, pontes, aqueductos, poderão ser feitos por companhias nacionaes ou estrangeiras. - Finalmente concluiu-se a guerra contra Buenos-Ayres, e a 28 de Agosto, foi assignado o Tratado preliminar de Paz entre a Republica das Provincias-Unidas do Rio da Prata e o Imperio do Brasil por mediação de S. M. B. Foi ratificado a 5o do mesmo mez por D. Pedro. Por elle foi reconhecida a independencia da Provincia de Montevideo : consta de dezanove artigos. Tal foi o resultado d'esta imprudente

luta, prolongada pela emperrada obstinação de D. Pedro. Entretanto triumphava D. Miguel; as suas tropas retomarão a cidade do Porto, e obrigarão as que se tinham pronunciado a favor de D. Maria a se refugiarem na Galiza, d'onde se embarcáram para Inglaterra. A ilha da Madeira capitulou e reconheceu D. Miguel, e a ilha Terceira era a unica possessão da Coróa de Portugal, em que depois de varias vicissitudes triumphára a causa de D. Maria II". Neste estado estavam os negocios de Portugal, quando o marquez de Barbacena (Felisberto Caldeira Brant), e o marquez de Palmella, que se tinha pronunciado contra D. Miguel, pouco depois que este se fizera proclamar Rei, começaram huma negociação com o duque de Wellington, e lord Aberdeen, tendente a obter a intervenção da Inglaterra a favor de D. Maria, mas inutilmente. O gabinete Britannico não só recusou, mas apressou-se de reconhecer o bloqueio do Porto declarado por D. Miguel, em quanto este porto esteve occupado pelas tropas constitucionaes, e obstou a força armada á tentativa feita pelo general Saldanha de desembarcar na ilha Terceira alguns centos de refugiados. D. Maria chegou a Falmouth, no mez de Setembro, e foi recebida em Londres com todas as honras; mas a sua presença nada mudou nas

determinações do gabinete de S.-James, favo ráveis a D. Miguel, bem como as dos mais gabinetes, que só recusavam reconhecer-lo como Rei com o fim de o obrigar a concluir o casamento com D. Maria da Gloria, sancionando por esta união a legitimidade da successão, e consolidando o Poder absoluto. Este resultado era sem duvida igualmente desejado por D. Pedro, e teria sido infallivelmente obtido, se a Rainha D. Maria tivesse seguido a sua viagem até Trieste, como seu Pai o tinha determinado. Huma vez em Vienna d'Austria, e conduzida a negociação por Metternich, de accordo com os outros gabinetes, forçoso seria a D. Miguel consentir. He facto inquestionavel que D. Pedro, depois de alguma hesitação de o seu sentimento a este plano, e he notorio que José Egydio não trazia outras instrucções, quando veio a Londres e a Paris em 1850. A Revolução de Paris em Julho d'aquelle anno, e a subsequente abdicção de D. Pedro, fizeram mallograr este funesto e detestavel plano. A suspensão da viagem de D. Maria e a sua volta a Inglaterra foi obra do marquez de Rezende. - Nada caracteriza melhora duplicidade e perfidia de D. Pedro, que a insidiosa intriga com que procurou forçar os desgraçados Portuguezes refugiados em Inglaterra a partirem para o Brasil, onde elle os destinava a supprimirem o

lugar das tropas de mercenários estrangeiros. A penúria a que se achavam reduzidos, e as instancias do gabinete inglez, para que tivessem de sahir da Inglaterra, apoiadas pelo marquez de Barbacena, e pelo marquez de Palmella, não parecião deixar outro arbitrio a estes infelizes. O acolhimento feito em França ao general Saldanha, e a seus companheiros de infortunio mudou a face dos negocios, e aos poucos foram sahindo dos portos inglezes os refugiados para as ilhas dos Acores. D. Pedro tinha já feito vir de Inglaterra o armamento destinado aos Portuguezes que devião ser organisados no Rio de Janeiro; mas quiz a sorte que este infame projecto se mallograsse. He de notar que em todo o decurso da negociação relativa a D. Maria D. Pedro não mostrou nem boa fé, nem dignidade, e ainda menos a energia necessaria. Nem sequer se prestou a garantir hum emprestimo que facilitasse huma expedição contra D. Miguel; e não foi por falta de fundos, pois he bem sabido que este Principe tinha por sua severa economia ajuntado avultadas sommas, que ainda augmentava por especulações mercantis em que se interessava. No principio de 1829 novas desordens perturbáram a cidade de Pernambuco, mas foram de pouca importancia e duráram pouco; mas D. Pedro, sempre inclinado a medidas arbitra

- -

rias, fulminou dois Decretos (17 de Fevereiro), suspendendo as leis protectoras da liberdade individual, e creando huma commissão militar para julgar os culpados sem appellação. Estes actos inconstitucionaes excitárão hum descon tentamento geral, e forão universalmente des— approvados. Forão finalmente revogados a 27 de Abril, depois de ter sido rejeitada a petição dos habitantes, e a accusação dirigida contra o Ministro da Guerra, como responsavel dos di tos Decretos. A 2 de Abril se ajuntárão as Camaras, con vocadas em sessão extraordinaria pelo Impera dor para tomarem em consideração a situação do Erario, e do Banco do Brasil, que se acha vão em estado deploravel, e afim de votarem subsidios para a manutenção dos numerosos refugiados Portuguezes cuja chegada se espe rava. E com effeito duzentos d'elles vindos no navio dinamarquez Cecrops, desembarcárão a 1o de Maio, e forão alojados e mantidos á custa do Governo. A 5 de Maio se abriu a ses são annual legislativa. No discurso de abertura fallou o Imperador da usurpação do throno de Portugal, declarando a sua determinação de proteger os direitos de D. Maria, sem comtudo comprometter os interesses e a tranquillidade do Brasil. Explicou os motivos que o tinham de cidido a estabelecer huma commissão militar



em Pernambuco. Fez menção dos Tratados concluidos com varias Potencias, e dos preliminares de Paz com Buenos-Ayres. Passando aos negocios do interior, chamou a attenção das Camaras sobre o estado das Finanças, e recommendou medidas repressivas dos abusos da Imprensa. Insistio sobre a necessidade de organizar completamente o Poder judicial, de conceder auxilios aos colonos, de fazer regulamentos relativos aos terrenos incultos, e de huma lei de naturalisação appropriada ás circumstancias. As Camaras responderão em termos conformes aos desejos do Imperador. A 29 de Agosto a Comissão da Fazenda da Camara dos Deputados fez o seu relatorio. O ministro da Fazenda tinha annuciado hum desfalque annual de 5 a 6000 contos de réis, que esperava cobrir por hum augmento das rendas publicas, valendo-se de recursos extraordinarios, ou por meio de hum emprestimo. Mas a Comissão foi de parecer que cumprida a despesa ao nivel da receita presumida, e para conseguir este fim, propoz huma redução nas despesas de 29:470:712 a 19:672:225 réis, ou de quasi 10:000 contos de réis. A maior diminuição era nas despesas do exercito e da marinha. A Comissão propunha que fossem despedidos do servico os officiaes estrangeiros, isto he os Portuguezes.

A suspensão do pagamento dos juros do empréstimo português, a cujo reembolso o Brasil se havia obrigado, foi objecto de viva discussão. O ministro da Fazenda Calmon expoz os motivos allegados pelo Visconde de Itabayana, para suspender os pagamentos aos agentes de Portugal, depois que D. Miguel tinha usurpado o throno. Calmon observou que a usurpação da Coroa Portuguesa não podia invalidar as obrigações contrahidas anteriormente pelo Brasil, e propoz que os fundos destinados a este objecto fossem depositados no Banco de Inglaterra, até áchegada de hum agente de Portugal, accreditado pelo gabinete britannico. O Imperador descontente da tendencia da discussão, declarou a sessão terminada.

Depois de ter em vão solicitado a mão de varias princezas, conseguiu enfim por esposa a princeza Amelia Augusta Eugenia Napoleão, filha do principe Eugenio Napoleão, duque de Leuchtenberg, e da princeza Amelia, irman d'Elrei de Baviera. O marquez de Barbacena a desposou por procuração a 2 de Agosto; a noiva Imperatriz partio para Ostende, onde se embarcou para Plymouth, e d'este porto partio para o Brasil em companhia da Rainha D. Maria, do joven duque de Leuchtenberg, e sua comitiva. As duas fragatas em que iam embarcados chegarão ao Rio de Janeiro a 17 de Outubro.

tubro. Depois de recebida a benção nupcial, fez a Imperatriz a sua entrada solemne na capital e foi recebida com vivas unânimes houve

ve iluminação geral dos navios e dos edificios,

e o Imperador instituiu a nova ordem da Rosa, de que se declarou Gran-Mestre, e os Principes da familia imperial Gran-Cruzes. Tinha por divisa Amor e Fidelidade. Pouco antes da partida da Rainha D. Maria de Inglaterra para o Brasil, publicou o Marquez de Barbacena huma declaração, expondo os motivos que determinavão o Imperador a chamar junto de si sua querida filha, afim de a proteger, até que a pudesse fazer subir ao throno. Ajuntava, que D. Pedro tinha tomado a firme resolução de nunca tratar com o usurpador do throno de D. Maria II", e terminava offerecendo a hospitalidade e auxilios aos Portuguezes fieis á Rainha, que se refugassem no Brasil. Com effeito a partida de D. Maria, apesar d'estas promessas, devia fazer esmorecer todo o seu partido; e D. Pedro com razão esperava que os emigrados, reduzidos á ultima extremidade, se acolherião ao Brasil, onde serião submissos instrumentos do Imperador. Na abertura da sessão de 1850 annunciou D. Pedro ás Camaras o seu casamento, e a volta da Rainha D. Maria. Repetio que não comprometteria os interesses e a tranquillidade do

Brasil nos negocios de Portugal. Insistio de novo na necessidade de reprimir os abusos da Imprensa, de cuidar das Finanças, de organizar o exercito e a marinha. Expoz os motivos que o tinham obrigado a suspender a liberdade individual no Ceará. Annunciou a abolição de finitiva do commercio da escravatura, e recommendou medidas efficazes para obstar a continuação d'este trafico; recommendação que até ao dia de hoje tem ficado sem effeito. Recommendou tambem medidas para favorecer a vinda e estabelecimento de agricultores estrangeiros, e para promover a educação nacional, dando-lhe por base os principios da religião catholica, apostolica e romana. Esta sessão não correspondeo aos desejos do Imperador, que a terminou a 5 de Setembro, manifestando hum vivo descontentamento. Abriu huma sessão extraordinaria a 8 de Setembro.

No decurso d'esta sessão fizeram as Camaras, e approvou D. Pedro diversas leis de utilidade publica. Estabelecerão-se escolas elementares; creou-se hum director do Jardim botanico de S.—Luiz do Maranhão. Promulgou-se huma lei em oitenta e sete artigos sobre os delictos da Imprensa; outra lei relativa á condição dos escravos negros; outra relativa á fixação das despesas de cada Provincia durante o anno fiscal, que começará no ° de Julho de 1851, e

acabará no 5o de Junho de 1852. Publicou-se o Codigo criminal do Imperio do Brasil em tre zentos e treze artigos : o seu principal defeito consiste na instituição do juizo commettido a jurados, apenas applicavel ao estado da popu lação mixta do Brasil, e funestissima quando alguma facção domina. As Camaras nomearão a 4 de Dezembro huma commissão de tres membros para examinar os negocios da lega cão de Londres. Muitas povoações forão erigi das em villas.

CAPITULO XXI. 1831.

Revolução do Brasil. Abdicação de D. Pedro a favor de seu filho D. Pedro II.

O limite natural da presente Historia devéra ser a separação definitiva do Brasil, reconhe cida a sua independencia da Coróa de Portu gal, começando então huma nova epocha; mas pareceo-nos acertado reservar para remate a Revolução que obrigou o Imperador D. Pedro a descer de hum throno onde, tão pouco tempo havia, o tinha elevado o voto geral dos Brasileiros, e do qual agora descia sem que hum só individuo compadecesse á sua sorte.

Apenas D. Pedro se apoderou da autoridade suprema, todas as pessoas que observavão de perto os seus actos, bem virão que os vicios do joven principe, fomentados pela vida dis soluta e sem freio em que tinha passado a ado lescencia, e a falta de solida instruccão, erão obstaculos insuperaveis á acquisição dos requi sitos de hum Rei, e muito especialmente do fundador de hum imperio. D. Pedro possuia concepção viva, audacia para commetter qual quer empreza, e sobeja dissimulação para en

cobrir os seus projectos; mas nem tinha ta lento para meditar e coordenar hum plano, nem perseveranca para o seguir com firme resolu ção. Todo o seu fito era brilhar, e a esse ca pricho sacrificava tudo. Despota por inclina ção e habito, criado entre miseros escravos, tyrannicos senhores, e vis cortezãos, o pri meiro impulso de D. Pedro foi sempre a vio lencia”, e quando não podia vencer a resisten cia, então recorria á astucia. Summamente pre sumpçoso e desconfiado, não dava ouvidos a conselhos, salvo se erão conformes ás suas proprias inspiraçõs: teve validos, mas nem hum só amigo, e por isso mudava a cada passo de ministros e de medidas. Esta conti nua instabilidade, quando o Brasil carecia de hum bom systema de administração adoptado com madureza e seguido com constancia, não podia deixar de ter funestos resultados. Che gou a tal ponto a convicção da impossibilidade

\* Entre muitos attentados commettidos por D. Pedro, antes e depois de subir ao throno, contra diversas pes soas, e até contra mulheres solteiras e casadas, citaremos huma das expedigões nocturnas que fez mascarado e acompanhado de dois valentões, contra hum jornalista, cujo Diario continha artigos que lhe desagradavão. D'esta vez pagou o Imperador caro a patuscada; por quanto apa gando—se as luzes, seguio-se hum conflicto em que elle re cebeo huma forte contusão na testa com hum castigal.

de desempenhar com honra as funcções de ministro, que no decurso de 1850 não achava D. Pedro quem quizesse aceitar este cargo, e José Bonifácio de Andrada a quem o Imperador solicitou, lhe respondeu nos seguintes termos, os quaes, se considerarmos as relações que haviam subsistido entre ambos, bastariam para dar uma justa idéa do character de D. Pedro : De Vossa Magestade nem hum copo d'agua aceitarei. O mau exito da guerra contra Buenos-Ayres, o estado deploravel do fisco, as continuas tentativas feitas por D. Pedro contra a Imprensa, e mais que tudo, o favor com que havia algum tempo, tratava os Portuguezes residentes no Brasil, e procurava attrahir os que se haviam refugiado em Inglaterra, excitavam o descontentamento geral entre os Brasileiros. D. Pedro com a sua costumada levianidade, não só desprezou a opinião publica, mas teve ainda a inexplicavel imprudencia de tomar por ministro da Fazenda hum homem de cujas intrigas e perfidia tinha cabal conhecimento, e que sabia ser seu inimigo declarado . Era este Felisberto Caldeira Brant

\* D. Pedro tinha lido em huma carta interceptada de

Felisberto Caldeira Brant a hum amigo, escripta de Lon

dres em 1821, a seguinte phrase : Devemos servir-nos do

rapaz travesso, e quando tivermos conseguido o nosso

intento, desembaraçar-nos d'elle: 7



tes, que D. Pedro tinha feito marquez de Bar bacena. Em todas as missões diplomaticas que lhe forão confiadas, se tinha portado mal, e até o casamento com a princeza Amelia se não teria concluido sem a intervenção do visconde de Pedra-Branca, que o negociou. Começou por afastar os dois validos do Imperador, que fo rão enviados para a Europa debaixo de varios pretextos. Estes homens erão com effeito mal vistos dos Brasileiros, nã só por serem nasci dos em Portugal, mas porque na realidade erão pouco recommendaveis. Todavia deve confessar-se que forão sempre fieis a seu amo. Francisco Dias Gomes era secretario particular do Imperador, e João da Rocha Pinto admi nistrador das propriedades imperiaes. Gomes, apenas chegou a Londres, colligio documentos mui desfavoraveis a Brant, e que fazião suspei tar a sua má fê e falta de probidade, e os re metteo ao Imperador. Huma circumstancia confirmava esta accusação : o novo ministro da Fazenda nã aceitou este cargo senão depois de obter do Imperador a promessa formal de que sem exame se lhe darião as contas por justas. D. Pedro abrio em fim os olhos e demit tio o indigno ministro, que se poz immedia tamente á testa dos descontentes, e dirigio todas as suas baterias contra o Imperador, de terminado a derribà-lo do throno, Para o

conseguir, fez inserir nos diários republicanos artigos violentos contra o systema monarchico, e recommendando as instituições da Federação Americana como modelo que se devia imitar. No meio da agitação que causavam nos annos estas declamações, D. Pedro viu o perigo que o ameaçava, e procurou meios de o evitar, indo buscar hum apoio na população de Minas-Geraes, a mais instruida, energica e influente de todo o Brasil. Partiu pois para esta Provincia, onde já tinha estado, acompanhado da Imperatriz, e foram ambos acolhidos com as mais vivas demonstrações de jubilo. Os habitantes de Villa-Rica, capital da provincia, se distinguirão particularmente nesta occasião pela magnificencia e zelo com que festejarão os augustos viajantes. Se D. Pedro tivesse sabido aproveitar estas disposições, facilmente teria sido recobrar a sua popularidade; mas em vez de ganhar os animos dos Mineiros, ao contrario tratou mal o presidente da Provincia, e retirando-se intempestivamente. Antes de partir publicou hum proclamação em que fazia hum pomposo elogio da Constituição, e dizia que seus inimigos espalhavam falsamente que elle estava mentecapto. Esta imprudente denegação fez suspeitar a muitos não ser de todo falsa a voz espalhada. Durou a ausencia de

D. Pedro mais de tres mezes, e neste inter vallo descuidou-se inteiramente dos negocios do Rio de Janeiro; e tal foi a negligencia dos ministros, que o Imperador nem sequer rece bia officios regularmente, estando por vezes dez e doze dias sem correspondencia. Desper tando subitamente do lethargo em que jazia, poz-se a caminho, e por huma marcha rapi da apresentou-se ás portas da capital, quando todos o suppunhão mui longe. Fez a sua entra da no Rio de Janeiro a 12 de Margo, e foi re cebido com muita frieza só os Portuguezes e alguns cortezãos, e a criadagem do Imperador o applaudirão. As poucas casas que puzerão luminarias naquella noite, tiveram as vidragas quebradas pelo povo; o que deo lugar a rixas, sendo varios individuos feridos e mortos. D. Pedro descorcoado nomeou hum ministe rio composto de deputados que se tinham mos trado affectos ás opiniões republicanas, mas, depressa se arrependeo da escolha, e dez dias depois despedio este ministerio, e nomeou ou tro cujos membros erão todos mal vistos do povo, que começou a agitar-se a 5o de Março, apparecendo bandos de mulatos e outra gente armada nas ruas e pracas. Por huma singular contradicção D. Pedro tinha conservado no mando das tropas da capital Francisco de Lima, hum dos chefes do partido popular; e

o

como era de presumir, este official favoreceo a insurreccão do povo, e induzio os soldados a abandonarem o Imperador; logo que vio a guarnição sublevada, apresentou-se a D. Pedro, e em nome do povo exigio que fossem restituídos a seus cargos os ministros recém demittidos. D. Pedro respondeo com dignidade, mas não ousou destituir Lima. Pouco depois as tropas de guarda ao palacio de S.—Christovão forão unir-se aos insurgentes, e D. Pedro se vio por fim inteiramente abandonado. Só hum official e tres soldados se lhe conservárão fieis O official era Bastos, da artilharia a cavallo ; foi hum dos que acompanhou o Imperador na sua viagem de volta á Europa. Reduzido a esta extremidade, resolveo-se D. Pedro a abdicar a favor de seu filho D. Pedro II. A 7 de Abril pelas duas horas da madrugada veio o major Frias, da parte de Lima, solicitar de novo a restituição do ministerio demittido. O Imperador, entregando-lhe o seu acto de abdicação, lhe respondeo nos seguintes termos: « Esta he a unica resposta digna de mim ; abdiqueei a corôa e saio do Imperio : sejão felizes

na sua patria. »

No mesmo dia pelas sete horas da tarde D. Pedro e sua esposa se embarcárão a bordo do navio inglez Varspite. O ministro foi a bordo

e offereceo-lhe huma escolta, que D. Pedro recusou. Antes de abdicar, nomeou tutor de seus filhos a José Bonifacio de Andrada e Silva, a quem chamou seu verdadeiro amigo, e de bordo escreveu á Assembleia pedindo houvesse de confirmar este Decreto de nomeação; o que ella fez. No dia 8 installou-se hum Conselho de Regencia provisional, e a 9 de Abril D. Pedro II foi conduzido á Igreja e procla-

mado Imperador. Por esta occasião foi abolido o beija-mão.

FIM.

NO TEXT ON PAGE

This page does not contain any text recoverable by the OCR engine.

## A PPENDIX.

### Constituição politica do Imperio do Brasil.

#### TITULO I.

Do imperio do Brasil, seo territorio , governo, dynastia, e religião.

ARTIGO 1. O imperio de Brasil he a associação politica de todos os cidadãos brasileiros. Elles formam uma nação livre, e independente, que não admitte com qualquer outra lago algum de união, ou federação, que se opponha á sua independencia.

ART. 2. O seo territorio he dividido em provincias na forma, em que actualmente se acha, as quaes poderão ser subdivididas, como pedir o bem do estado.

ARt. 3. O seo governo he monarchico hereditario, constitucional e representativo.

ART. 4. A dynastia imperante he a do senhor DoM Prdro I, actual imperador, e defensor perpetuo do Brasil.

ART. 5. A religião catholica, apostolica romana conti nuará a ser a religião do imperio. Todas as outras religiões serão permittidas com seo culto domestico, ou par ticular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo.

## TITULO II.

## Dos cidadãos brasileiros.

ARTIGO 6. São cidadãos brasileiros : S 1. Os que no Brasil tiverem nascido, que sejam in genuos, ou libertos; ainda que o pae seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço da sua nação. S 2. Os filhos de pae brasileiro, e os illegitimos de mãe brasileira, nascidos em paiz estrangeiro, que vierem estabelecer domicilio no imperio. - S3. Os filhos de pae brasileiro, que estivesse em paiz, estrangeiro, em serviço do imperio, embora elles não venham estabelecer domicilio no Brasil. S 4. Todos os nascidos em Portugal, e suas possessões, que sendo já residentes no Brasil na epocha, em que se proclamou a independencia nas provincias, onde habitavam, adherirão a esta, expressa, ou tacitamente, pela continuação da sua residencia. S 5. Os estrangeiros naturalisados, qualquer que seja a sua religião. A lei determinará as qualidades precisas para se obter carta de naturalisação. ART. 7. Perde os direitos de cidadão brasileiro: S 1. O que se naturalisar em paiz estrangeiro. - S 2. O que sem licença do imperador aceitar emprego, pensão ou condecoração de qualquer governo estrangeiro. - S 3. O que for banido por sentença. ART. 8. Suspende—se o exercicio dos direitos politicos S 1. Por incapacidade physica, ou moral. S 2. Por sentença condemnatoria á prisão, ou degredo, em quanto durarem os seus effeitos.



## TITULO II.

Dos poderes, e representação nacional.

ARTIGO 9. A divisão, e harmonia dos poderes politicos. he o principio conservador dos direitos dos cidadãos, e o mais seguro meio de fazer efectivas as garantias, que a constituição offerece. ART. 10. Os poderes politicos reconhecidos pela cons tituição do imperio do Brasil são quatro : o poder legis lativo, o poder moderador, o poder executivo, e o poder judicial.

ART. 11. Os representantes da nação brasileira são o imperador, e a assembléa geral.

ART. 12. Todos estes poderes no imperio do Brasil são delegações da nação.

## TITULO IV.

Do poder legislativo.

### CAPITULO I.

Dos ramos do poder legislativo, e suas attribuições.

ARTIGO 13. O poder legislativo he delegado á assem bléageral, com a sancção do imperador.

Aar. 14. A assembléa geral compõe-se de duas camas. ras camara de deputados, e camara de senadores, ou senado. ,

ART. 15. He da attribuição da assembléa geral : -

S 1. Tomar juramento ao imperador, ao principe imperial, ao regente, ou regencia. S 2. Eleger a regencia, ou o regente, e marcar os limites da sua autoridade. S3. Reconhecer o principe imperial, como successor do throno, na primeira reunião logo depois do seu casamento. S4. Nomear tutor ao imperador menor, caso seu pae o não tenha nomeado em testamento. S5. Resolver as duvidas, que occorrerem sobre a successão da coroa. S6. No morte do imperador, ou vacancia do throno, instituir exame da administração, que acabou, e reformar os abusos n'ella introduzidos. S7. Escolher nova dynastia, no caso da extinctão da imperante. - S8. Fazer leis, interpreta-las, suspende-las, e revoga-las. S9. Velar na guarda da constituição, promover o bem geral da nação. S 10. Fixar annualmente as despesas publicas, e repartir a contribuição directa. - S 11. Fixar annualmente, sobre a informação do governo, as forças de mar, e terra ordinarias, e extraordinarias. S 12. Conceder, ou negar a entrada de forças estrangeiras de terra e mar dentro do imperio, ou dos portos d'elle. \*S 13. Autorisar ao governo, para contrahir empréstimos, \* - S 14. Estabelecer meios convenientes para pagamento da divida publica.

S 15. Regular a administração dos bens nacionaes, e decretar a sua alienação. - - S 16. Criar, ou supprimir empregos publicos, e esta belecer-hes ordenados. - S 17. Determinar o peso, valor, inscripcio, typo, e denominação das moedas, assim como o padrão dos pe sos, e medidas. ART. 16. Cada uma das camaras terá o tratamento de — augustos, e dignissimos senhores representantes da mação. ART. 17. Cada legislatura durará quatro annos, e cada sessão annual quatro mezes.

ART. 18. A sessão imperial de abertura será todos os annos no dia 3 de Maio.

Aar. 19. Tambem será imperial a sessão do encerra mento; etanto esta como a da abertura se fará emassem bléageral, reunidas ambas as camaras.

Aar. 20. Seo ceremonial, e o da participacto ao im

perador será feito ma formado regimento interno.

ART. 21. A momeação dos respectivos presidentes, vice-presidentes, e secretarios das camaras, verificação dos poderes dos seos membros, juramento, e sua policia interior, se executará na forma dos seos regimentos.

Anr. 22. Na reunião das duas camaras, o presidente do senado dirigirá o trabalho; os deputados, e senadores tomarão logar indistinctamente. . . . ART. 23. Não se poderá celebrar sessao em cada uma das camaras, sem que esteja reunida a metade , e mais um, dos seos respectivos membros. ART. 24. As sessões de cada uma das camaras serão pu blicas, á excepção dos casos, em que o bem do estado exigir, que sejam secretas. -

Arr.25. Os negocios se resolverão pela maioria absoluta dos votos dos membros presentes. \*- ART. 26. Os membros de cada uma das camaras são inviolaveis pelas opiniões, que proferirem no exercicio das suas funcções. Aar. 27. Nenhum senador, ou deputado, durante a sua deputação, pode ser preso por autoridade alguma, salvo por ordem da sua respectiva camara, menos em flagrante delicto de pena capital. ART. 28. Se algum senador, ou deputado for pronun ciado, o juiz, suspendendo todo o ulterior procedimento, dará conta á sua respectiva camara, a qual decidirá, se o processo deve continuar, e o membro ser, ou não sus penso no exercicio das suas funcções. ART. 29. Os senadores, e deputados podero Ser nO meados para o cargo de ministro d'estado, ou concelheiro d'estado, com a diferença de que os senadores continuam a ter assento no senado, e o deputado deixa vago o seo logar na camara, e se procede a nova eleição, na, qual pode ser reeleito, e accumular as duas funcções. ART. 30. Tambem accumulam as duas funcções, se já exerciam qualquer dos mencionados cargos , quando fo ram eleitos. - Aar. 31. Não se pode ser ao mesmo tempo membro de ambas as camaras.

ART.32. O exercicio de qualquer emprego, á excepção dos de concelheiro de estado, e ministro de estado, cessa interinamente, em quanto durarem as funcções de depu tado, ou de senador.

ART.33. No intervallo das sessões não poderá o impera dor empregar um senador, ou deputado fóra do imperio; mem mesmo irão exercer seos empregos, quando isso os

impossibilite para se reunirem no tempo da convocação da assembléa geral ordinaria ou extraordinaria. ART. 34. Se por algum caso imprevisto, de que depen da a segurança publica, ou o bem do estado, for indispensavel, que algum senador, ou deputado saia para ou tra commissão, a respectiva camara o poderá determinar.

, CAPITULO II.

Da camara dos deputados. -

ARTico 35. A camara dos deputados he electiva, e temporaria.

Aar. 36. He privativa da camara dos deputados a ini ciativa :

S 1. Sobre impostos.

S 2. Sobre recrutamentos.

S 3. Sobre a escolha da nova dynastia, no caso da ex tinccio da imperante.

Art. 37. Tambem principiarão na camara dos deputa dos : . -

S 1. O exame da administração passada, e reforma dos abusos n'ella introduzidos.

S 2. A discussão das propostas, feitas pelo poder exe cutivo.

ART. 38. He da privativa attribuição da mesma camara decretar, que tem logar a accusação dos ministros de esta do, e concelheiros de estado.

ART. 39. Os deputados vencerão, durante as sessões, um subsidio pecuniario, taxado no fim da ultima sessão da legislatura antecedente. Alem d'isto se lhes arbitrará

uma indemnisação para as despesas da vinda, e volta.

\* -, - CAPITULO III. - Do senado.

\*,

Artigo 40. O senado he composto de membros vitali cios, e será organizado por eleição provincial. ART.41. Cada provincia dará tantos senadores, quan tos forem metade de seos respectivos deputados; com a differença, que quando o numero dos deputados da pro vincia for impar, o numero dos seos senadores será me tade do numero immediatamente menor, de maneira que a provincia, que houver de dar onze deputados, dará cinco senadores." - - ART. 42. A provincia, que tiver um só deputado, elegerá todavia o seo senador, não obstante a regra acima estabelecida. Aar.43. As eleicões serão feitas pela mesma maneira, que as dos deputados, mas em listas triplices, sobre as quaes o imperador escolherá o terço na totalidade da lista. ART. 44. Os logares de senadores, que vagarem, serão preenchidos pela mesma forma da primeira eleição pela sua respectiva provincia. ART. 45. Para ser senador requer—se : S 1. Que seja cidadão brasileiro, e que esteja no gozo a de seos direitos politicos. \* S 2. Que tenha de idade quarenta annos para cima. S3. Que seja pessoa de saber, capacidade, e virtudes, com preferencia os que tiverem feito servicos á patria. S4. Que tenha de rendimento annual por bens, in dustria, commercio, ou empregos, a somma de oito centos mil réis. -

Aar.46. Os principes da casa imperial sio senadores por direito, e terão assento no senado, logo que chega rem á idade de vinte e cinco annos. ART. 47. He da attribuição exclusiva do senado : S 1. Conhecer dos delictos individuaes, commettidos pelos membros da familia imperial, ministros de estado, concelheiros de estado, e senadores; e dos delictos dos deputados, durante o periodo da legislatura. S 2. Conhecer da responsabilidade dos secretarios, e concelheiros do estado. S 3. Expedir cartas de convocação da assembléa, caso o imperador o não tenha feito dois mezes depois do tempo, que a constituição determina; para o que se reunirá o senado extraordinariamente. S 4. Convocar a assembléa na morte do imperador para a eleição da regencia, nos casos, em que ella tem logar, quando a regencia provisional o não faça. ART. 48. No juizo dos crimes, cuja accusação não pertence á camara dos deputados, accusará o procurador da coroa, e soberania nacional. . ART.49. As sessões do senado comegam e acabam ao mesmo tempo, que as da camara dos deputados. Aar. 50. A excepção dos casos ordenados pela constituição, toda a reunião do senado fóra do tempo das sessões da camara dos deputados he illicita, e nulla. ART. 51. O subsidio dos senadores será de tanto, e mais metade, do que tiverem os deputados.

## CAPITULO IV.

Da proposição, discussão, sancção, e promulgação das leis. °. a ARTIGO 52. A proposição, discussão, e approvação dos projectos de lei compete a cada uma das camaras. ART. 53. O poder executivo exerce por qualquer dos ministros d'estado a proposição, que lhe compete na formação das leis, e só depois de examinada por uma commissão da camara dos deputados, aonde deve ter principio, poderá ser convertida em projecto de lei. ART. 54. Os ministros podem assistir, e discutir a proposta, depois do relatorio da commissão; mas não poderão votar, nem estarão presentes á votação, salvo se forem senadores, ou deputados. Art. 55. Se a camara dos deputados adoptar o projecto, o remetterá á dos senadores com a seguinte formula : — A camara dos deputados envia á camara dos senadores a proposição juntado poder executivo (com emendas, ou sem ellas) e pensa que ella tem logar. ART. 56. Se não poder adoptar a proposição, participará ao imperador por uma deputação de sete membros da maneira seguinte : — A camara dos deputados testemunha ao imperador o seu reconhecimento pelo zelo, que mostra em vigiar os interesses do imperio : e lhe supplica respeitosamente, digno-se tomar em ulterior consideração a proposta do governo. ART. 57. Em geral as proposições, que a camara dos deputados admittir, e approvar, serão remettidas á camara dos senadores com a formula seguinte : — A camara dos deputados envia ao senado a proposição junta, e pensa que tem logar pedir-se ao imperador a sua sancção,



ART. 58. Se porém a camara dos senadores não adoptar inteiramente o projecto da camara dos deputados, mas se o tiver alterado, ou addicionado, o reenviará pela maneira seguinte: — O senado envia á camara dos deputados a sua proposição (tal) com asemendas, ou addições juntas, e pensa, que com ellas tem logar pedir-se ao imperador a sancção imperial. ART. 59. Se o senado, depois de ter deliberado, julga, que não pode admittir a proposição, ou projecto, dirá nos termos seguintes — o senado torna a remetter á camara dos deputados a proposição (tal), á qual não tem podido dar o seu consentimento. ART. 60. O mesmo praticará a camara dos deputados para com a do senado, quando n'este tiver o projecto a sua origem. ART. 61. Se a camara dos deputados não approvar as emendas, ou addições do senado, ou vice versa, e to davia a camara recusante julgar que o projecto he vantajoso, poderá requerer por uma deputação de tres membros a reunião das duas camaras, que se fará na camara do senado, e conforme o resultado da discussão, se seguirá o que for deliberado. "... e Arr. 62. Se qualquer das duas camaras, concluida a discussão, adoptar inteiramente o projecto, que a ou tra camara lhe enviou, o reduzirá a decreto, e depois de lido em sessão, o dirigirá ao imperador em dois autographos, assignados pelo presidente, e os dois primeiros secretarios, pedindo-lhe a sua sancção pela formula seguinte - A assembléa geral dirige ao imperador o decreto incluso, que julga vantajoso e util ao imperio, e pede a S. M. I. se digne dar a sua sancção. Arr. 63. Esta remessa será feita por uma deputação de sete membros, enviada pela camara ultimamente deli

berante, a qual ao mesmo tempo informará á outra camara onde o projecto teve origem, que tem adoptado a sua proposição, relativa a tal objecto, e que a dirigio ao imperador, pedindo-lhe a sua sancção. ART. 64.

Recusando o imperador prestar o seu consentimento, responderá nos termos seguintes : — O imperador quer meditar sobre o projecto de lei, para a seu tempo se resolver. — Ao que a camara responderá, que — Louva a S. M. I. o interesse, que toma pela nação. ART. 65. Esta denegação tem effeito suspensivo só mente : pelo que todas as vezes que as duas legislaturas, que se seguirem áquella, que tiver approvado o projecto, tornem - successivamente a apresenta-lo nos mesmos termos, entender-se-ha, que o imperador tem dado a sancção.

ART. 66. O imperador dará, ou negará a sancção em cada decreto dentro de um mez, depois que lhe for apresentado. - Art. 67. Se o não fizer dentro do mencionado prazo 3. terá o mesmo effeito, como se expressamente negasse a sancção, para serem contadas as legislaturas, em que poderá ainda, recusar seu consentimento, ou reputar se o decreto obrigatorio, por haver já negado a sancção nas duas antecedentes legislaturas. Art. 68. Se o imperador adoptar o projecto da assembléa geral, se exprimirá assim — O imperador consente - com o que fica sancionado, e nos termos de ser promulgado como lei do imperio; e um dos dois autographos, depois de assignados pelo imperador, será remetido para o archivo da camara, que o enviou, e o outro servirá para por elle se fazer a promulgação da lei, pela respectiva secretaria d'estado, onde será guardado." Art. 69. A formula da promulgação da lei será con

cebida nos seguintes termos : - Dom (N.) por graça de Deos, e unanime acclamação dos povos, imperador constitucional, e defensor perpetuo do Brasil : fazemos saber a todos os mossos subditos, que a assembléa geral decre tou, e nós queremos a lei seguinte (a integra da lei nas suas disposigões sómente): mandamos por tanto a todas as autoridades a quem o conhecimento, e execução da referida lei pertencer, que a cumpram, fagam cumprir e guardar, tão inteiramente, como n'ella se contém. O secretario d'estado dos negocios d.... (o da repartição competente) a faça imprimir, publicar, e correr. ART. 70. Assignada a lei pelo imperador, referendada pelo secretario d'estado competente, e sellada com o sello do imperio, se guardará o original no archivo publico, e se remetterão os exemplares d'ella impressos a todas as camaras do imperio, tribunaes e maislogares, onde convenha fazer-se publica.

## CAPITULO v. .

Dos concelhos geraes de provincia, e suas attribuições.

ARTIGO 71. A constituição reconhece e garante o di reito de intervir a todo o cidadio nos negocios da sua provincia, e que são immediatamente relativos a seos in tereSSeS peculiares. Aar.72. Este direito será exercitado pelas camaras dos districtos, e pelos concelhos, que com o titulo de — con celho geralda provincia — se devem estabelecer em cada provincia, aonde não estiver collocada a capital do im perio. Aar.73. Cada um dos concelhos geraes constará de

vinte e um membros nas provincias mais populosas, como sejam Pará, Maranhão, Ceará, Pernambuco e Bahia, Minas Geraes, São Paulo, e Rio Grande do Sul; e nas outras, de treze membros. ° ART. 74. A sua eleição se fará na mesma occasião, e da mesma maneira, que se fizer a dos representantes da nação, e pelo tempo de cada legislatura. ART. 75. A idade de vinte e cinco annos, probidade, e decente subsistencia, são as qualidades necessarias para ser membro d'estes concelhos. ° -, Aar. 76. A sua reunião se fará na capital da provin- cia; e na primeira sessão preparatoria nomearão presi dente, vice-presidente, secretario, e supplente; que ser virão por todo o tempo da sessão, examinarão, e veri ficarão a legitimidade da eleição dos seos membros. ART. 77. Todos os annos haverá sessão, durará dois mezes, podendo prorogar-se por mais um mez, se misso convier a maioria do concelho. -. AAr. 78. Para haver sessão, deverá achar-se reunida mais da metade do numero dos seos membros. ". ART. 79. Não podem ser eleitos para membros do concelho geral o presidente da provincia, o secretario, e o commandante das armas. Aar, 80. O presidente da provincia assistirá á instal lação do concelho geral, que se fará no primeiro dia de Dezembro, e terá assento igual ao presidente do conce lho, e á sua direita; e ahi dirigirá o presidente da pro vincia sua falla ao concelho, instruindo-o do estado dos negocios publicos, e das providencias, que a mesma pro vincia mais precisa para seo melhoramento. ART. 81. Estes concelhos terão por principal objecto propor, discutir, e deliberar sobre os negocios mais inte-" ressantes das suas provincias; formando projectos peculia

res, e accommodados ás suas localidades, e urgencias. ART.82. Os negocios, que começarem nas camaras, serão remettidos officialmente ao secretario do concelho, aonde serão discutidos a portas abertas, bem como os que tive rem origem nos mesmos concelhos. As suas resoluções serão tomadas á pluralidade absoluta de votos dos mem bros presentes. ART. 83. Não se podem propor, nem deliberar nestes concelhos projectos : s° S 1. Sobre interesses geraes da nacio. S 2. Sobre quaesquer ajustes de uma com outras pro vincias. S3. Sobre imposições, cuja iniciativa he da compe -tencia particular da camara dos deputados: art. 36. S 4. Sobre execução de leis, devendo porém dirigir a esse respeito representações motivadas á assembléa geral, e ao poder executivo conjunctamente. ART. 84. As resoluções dos concelhos geraes de pro vincia serão remettidas directamente ao poder executivo, pelo intermedio do presidente da provincia. ART. 85. Se a assembléa geral se achar a esse tempo reunida, lhe serão immediatamente enviadas pelares pectiva secretaria d'estado, para serem propostas como projectos de lei, e obter a approvação da assembléa por uma unica discussão em cada camara. ART. 86. Não se achando a esse tempo reunida a as "sembléa, o imperadoras mandará provisoriamente exe cutar, se julgar que ellas são dignas de prompta provi dencia, pela utilidade, que de sua observancia resultará ° ao bem geral da provincia. ART.87. Se porém não occorrerem essas circunstancias, o imperador declarará, que— suspende o seo juizo a res peito d'aquelle megocio — ao que o concelho responderá,

que- recebo mui respeitosamente a resposta de S. M.I. Aar.88. Logo que a assembléageral se reunir, lhe serão enviadas assim essas resoluções suspensas , como as que estiverem em execução, para serem discutidas, e delibere radas, na forma do art. 85. - Anr.89. O methodo de proseguiremos concelhos ge raes de provincia em seos trabalhos, e sua policia interna e externa, tudo se regulará por um regimento, que lhe será dado pela assembléageral.

- . . . . . CAPITULO VI. - Das eleições. -

ARTIGO 9o. As nomeações dos deputados, e senadores para a assembléageral, e dos membros dos concelhos geraes das provincias, serão feitas por eleições indirectas, elegendo a massa dos cidadãos activos em assembléas pa rochiaes os eleitores de provincia , e estes os representan tes da nação, e provincia. ART.91. Tem voto nestas eleições primarias : S 1. Os cidadãos brasileiros, que estão no gozo de seos direitos politicos. S 2. Os estrangeiros naturalizados. - Aar. 92. São excluidos de votar nas assembléas paro chiaes: S 1. Os menores de vinte e cinco annos, nos quaes se - não comprehendem os casados, e officiaes militares, que forem maiores de vinte e um annos, os bachareis forma dos, e clérigos de ordens sacras. S 2. Os filhos-familias, que estiverem na companhia de seos paes, salvo se servirem officios publicos. S 3. os criados de servir, em cuja classe nio entram

os guarda-livros, e primeiros caixeiros das casas de commercio, os criados da casa imperial, que não forem de galão branco, e os administradores das fazendas rurais, e fabricas.

S 4. Os religiosos, e quaesquer que vivam em communidade claustral.

S 5. Os que não tiverem de renda liquida annual cem mil réis, por bens de raiz, industria, commercio, ou em pregos.

ART. 93. Os que não podem votar nas assembleas primarias de parochia, não podem ser membros, nem votar na nomeação de alguma autoridade electiva nacional, ou

local. " e"

- - ° • Amr. 94. Podem ser eleitores, e votar na eleição dos deputados, senadores, e membros dos concelhos de provincia, todos os que podem votar na assemblea parochial. Exceptuam-se - S 1. Os que não tiverem de renda liquida annual dezentos mil réis por bens de raiz, industria, commercio, ou emprego. ° \*S 2. Os libertos. S3. Os criminosos pronunciados em querella, ou de Vassa. \* ART. 95. Todos os que podem ser eleitores, são habéis para serem nomeados deputados. Exceptuam-se : S 1. Os que não tiverem quatrocentos mil réis de renda liquida, na forma dos art. 92 e 94." S 2. Os estrangeiros naturalizados. S 3. Os que não professarem a religião do estado. ART. 96. Os cidadãos brasileiros, em qualquer parte que existam, são elegiveis em cada districto eleitoral para deputados, ou senadores, ainda quando ahi não sejam nascidos, residentes, ou domiciliados.

ARr.97. Uma lei regulamentar marcará o modo pratico das eleições, e o numero dos deputados, relativamente á população do imperio.

TITULO v. .

Do imperador. CAPITULO I.

Do poder moderador. \*- --

ARTIGO 98. O poder moderador he a chave de toda a organização politica, e he delegado privativamente ao imperador, como chefe supremo da nação, e seo primeiro representante, para que incessantemente vele sobre a ma. nutenção da independencia, equilibrio, e harmonia dos mais poderes politicos.

ART. 99. A pessoa do imperador he inviolavel, e sa grada; elle não está sujeito a responsabilidade alguma.

ART. 100. Os seus titulos são : imperador constitucio nal, e defensor perpetuo do Brasil, e tem o tratamento de magestade imperial.

ART. 101. O imperador exerce o poder moderador :

S 1. Nomeando os senadores, na forma do art. 43.

S 2. Convocando a assembléa geral extraordinaria mente nos intervallos das sessões, quando assim o pede o bem do imperio.

S 3. Sanccionando os decretos, e resoluções da assembléa geral, para que tenham força de lei art. 62.

S 4. Approvando, e suspendendo interinamente as. resoluções dos concelhos provinciaes : art.86 e 87.

S 5. Prorogando, ou adiando a assembléa geral, e



dissolvendo a camara dos deputados, nos casos, em que o exigir a salvação do estado; convocando immediatamente outra, que a substitua. S 6. Nomeando, e demittindo livremente os ministros d'estado. S7. Suspendendo os magistrados, nos casos do art. 154. S8. Perdoando, e moderando as penas impostas aos réos condemnados por sentença. S 9. Concedendo amnistia em caso urgente, e quando assim o aconselhem a humanidade, e bem do estado.

## CAPITULO II.

Do poder executivo. sº Aarico 102. O imperador he o chefe do poder executivo, e o exercita pelos seus ministros d'estado. São suas principaes attribuições : S 1. Convocar a nova assembléa geral ordinaria no dia 3 de Junho do terceiro anno da legislatura existente. S 2. Nomear bispos, e prover os beneficiados ecclesiasticos. S 3. Nomear magistrados. S 4. Prover os mais empregos civis, e politicos. S 5. Nomear os commandantes da força da terra, e mar, e remove—los, quando assim o pedir o serviço da nação. § 6. Nomear embaixadores, e mais agentes diplomaticos, e commerciaes. S7. Dirigir as negociações politicas com as nações estrangeiras. S8. Fazer tratados de alliança offensiva, e defensiva, de subsidios, e commercio, levando—se depois de conclui

dos, ao conhecimento da assembléa geral quando o interesse, e segurança do estado o permittirem. Se os tratados concluidos em tempo de paz envolverem cessação, ou troca de territorio do imperio, ou de possessões, a que o imperio tenha direito, não serão ratificados sem terem sido approvados pela assembléa geral. , S9. Declarar a guerra, e fazer a paz, participando á assembléa as communicacões, que forem compatíveis com os interesses, e segurança do estado.. S 1 o. Conceder cartas de naturalisação na forma da lei. S 1 1. Conceder titulos, honras, ordens militares, e distincções em recompensa de servigos feitos ao estado, dependendo as mercês pecuniarias da approvação da assembléa, quando não estiverem já designadas, e taxadas

por lei. S 12. Expedir os decretos, instruccões, e regulamentos adequados á boa execução das leis. s°

S 13. Decretar a applicação dos rendimentos destina dos pela assembléa aos varios ramos da publica administração. - ° \* S 14. Conceder, ou negar o beneplacito nos decretos dos concilios, e letras apostolicas, e quaesquer outras constituicões ecclesiasticas, que se não eppuzerem á constituição; e precedendo approvação da assembléa; se con tiverem disposicão geral. S 15. Prover a tudo, que for concernente á segurança interna e externa do estado, na forma da constituição. ART. 103. O imperador antes de ser acclamado pres tará nas mãos do presidente do senado, reunidas as duas . camaras, o seguinte juramento: — Juro manter a reli gião catholica, apostolica romana, a integridade, e indivisibilidade do imperio, observan, e fazer observar a

constituição politica da nação brasileira, e mais leis do imperio, e prover ao bem geral do Brasil, quanto em mim couber. e \* - ART. 104.0 imperador não poderá sahir do imperio do Brasil, sem o consentimento da assembléa geral, e se o fizer, se entenderá, que abdicou a coroa.

### CAPITULO III.

Da familia imperial, e sua dotação.

ARTIGO 105. O herdeiro presumptivo do imperio terá o titulo de — principe imperial; — o seo primogenito o de — principe do Grão Pará. — Todos os mais terão o de — principes. — Otratamento do herdeiro presumptivo será o de — alteza imperial, — e o mesmo será o do principe do Grão Pará; os outros principes terão o tratamento de — alteza. - Arr. 106. O herdeiro presumptivo, em completando quatorze annos de idade, prestará nas mãos do presi dente do senado, reunidas as duas camaras, o seguinte juramento — Juro manter a religião catholica, apostolica romana, observar a constituição politica da nação brasileira, e ser obediente ás leis, e ao imperador. Aar. 107. A assembléa geral, logo que o imperador succeder no imperio, lhe assignará, e á imperatriz sua augusta esposa, uma dotação correspondente ao decoro de sua alta dignidade. . ART. 108. A dotação assignada ao presente imperador, e á sua augusta esposa, deverá ser augmentada, visto que as circumstancias actuaes não permittem, que se fixe desde já uma somma adequada ao decoro de suas augustas pessoas, e dignidade da nação.

Aar. 109. A assembléa assignará também alimentos ao príncipe imperial, e aos demais príncipes, desde que nascerem. Os alimentos dados aos príncipes cessarão sómente, quando elles sahirem para fóra do imperio.

Aar. 110. Os mestres dos príncipes serão da escolha, e nomeação do imperador, e a assembléa lhes designará os ordenados, que deverão ser pagos pelo thesouro nacional. ART. 111. Na primeira sessão de cada

legislatura, a camara dos deputados exigirá dos mestres uma conta do estado do adiantamento dos seus

discipulos. ART. 112. Quando as princezas houverem de casar, a assembléa lhes assignará o seu dote, e com a entrega d'elle cessarão os alimentos. Aar. 113. Aos príncipes, que se casarem, e forem residir fóra do

imperio, se entregará por uma vez sómente uma quantia determinada pela assembléa; com o que cessarão os alimentos, que percebiam. Aar. 114. A dotação, alimentos, e dotes de que fallam os artigos antecedentes,

serão pagos pelo thesouro publico, entregues a um mordomo, nomeado pelo imperador, com quem se poderão tratar as accções activas e passivas, concernentes aos interesses da casa imperial. ART. 115. Os palacios e

terrenos nacionaes, possuidos actualmente pelo senhor D. PEDRO I, ficarão sempre pertencendo a seus successores; e a nação cuidará nas acquisições, e construcções, que julgar convenientes para a decencia, e recreio do imperador, e sua familia,

s°

#### CAPITULO IV. -.

Da successão do imperio.

ARTIGO 116. O senhor D. PEDRO I, por unanime ac clamação dos povos, actual IMPERADORA  
CONSTITUCIONAL., E Derensor perpetuo, imperará sempre no Brasil. Art. 117. Sua descendencia legitima  
succederá no throno, segundo a ordem regular de primogenitura, e representação, preferindo sempre a linha  
anterior ás posteriores; na mesma linha, o gráo mais proximo ao mais remoto; no mesmo gráo, o sexo  
masculino ao feminino; no mesmo sexo, a pessoa mais velha á mais moça. ART. 118. Extinctas as linhas dos  
descendentes legitimos do senhor D. PEDRO I, ainda em vida do ultimo descendente, e durante o seu  
imperio, escolherá a assembléa geral a nova dynastia. ART. 119. Nenhum estrangeiro poderá succeder na  
coroa do imperio do Brasil. ART. 120. O casamento da princeza herdeira presumtiva da coroa será feito a  
aprazimento do imperador; não existindo imperador, ao tempo em que se tratar d'este consorcio, não poderá  
elle effectuar—se, sem approvação da assembléa geral. Seu marido não terá parte no governo, e sómente se  
chamará imperador depois que tiver da imperatriz filho, ou filha. \*

#### CAPITULO V.

° e . ° "e ° Da regencia, da menoridade, ou impedimento do imperador.

” ° ° Antico 121. o imperador he menor até á idade de dezoito annos completos. -

ART. 122. Durante a sua menoridade, o imperio será go vernado por uma regencia, a qual pertencerá ao parente mais chegado do imperador, segundo a ordem da succes são, e que seja maior de vinte e cinco annos.

ART. 123. Se o imperador não tiver parente algum, que reuna estas qualidades, será o imperio governado por uma regencia permanente, nomeada pela assembléa ge ral, composta de tres membros, dos quaes o mais velho em idade será o presidente. \* ART. 124. Em quanto esta regencia se não eleger, go vernará o imperio

uma regencia provisional, composta dos ministros de estado do imperio, e da justiça, e dos dois concelheiros d'estado mais antigos em exercicio, presidida pela imperatriz viuva, e ma sua falta, pelo mais antigo concelheiro d'estado. ART. 125. No caso de fallecer a imperatriz imperante, será esta regencia presidida por seo marido.

Aar. 126. Se o imperador por causa physica ou mo ral, evidentemente reconhecida pela pluralidade de cada uma das camaras da assembléa, se impossibilitar para governar, em seo logar governará, como regente, o principe imperial, se for maior de dezoito annos. "

Aar. 127. Tanto o regente, como a regencia prestará o juramento mencionado no art. 1 o 3, accrescentando a clausula de fidelidade ao imperador, e de lhe entregar o governo, logo que elle chegue á maioridade, ou cessar o impedimento.

ART. 128. Os actos da regencia, e do regente serão expedidos em nome do imperador pela formula seguinte : — Manda a regencia em nome do imperador... Manda o principe imperial regente em nome do imperador.

Aar. 129. Nem a regencia, nemo regente será respon

savel. \*

ART. 130. Durante a menoridade do successor da co roa, será seo tutor, quem seo pae lhe tiver nomeado em testamento; na falta d'este, a imperatriz mãe, em quan to mão tornar a casar : faltando esta, a assembléa geral nomeará tutor; com tanto que nunca poderá ser tutor do imperador menor aquelle, a quem possa tocar a successão da coroa na sua falta. - CAPITULO VI. •

Doministerio.

ARTIgo 131. Haverá diferentes secretarias d'estado. A lei designará os negocios pertencentes a cada uma, eseo numero; as reunirá ou separará, como mais convier. Art. 132. Os ministros destado referendarão ou assignarão todos os actos do poder executivo; sem o que, não poderão ter execução. ART. 133. Os ministros d'estado serão responsaveis : S 1. Por traição. - S 2. Por peita, suborno ou concussão. S 3. Por abuso do poder. S 4. Pela falta de observancia da lei. S5. Pelo que obrarem contra a liberdade, segurança, ou propriedade dos cidadãos. S6. Por qualquer dissipação dos bens publicos. ART. 134. Uma lei particular especificará a natureza d'estes delictos, e a maneira de proceder contra elles. Aar. 135. Nao salva aos ministros da responsabilidade a ordem do imperador, vocal, ou por escripto. ART.136. Os estrangeiros, posto que naturalisados, não podem ser ministros d'estado.

- -

## CAPITULO VII.

## Do concelho d'estado.

ARTIGO 137.- Haverá um concelho d'estado, composto de concelheiros vitalícios, nomeados pelo imperador. Aar. 138. O seu numero não excederá a dez. ART. 139. Não são comprehendidos neste numero os ministros d'estado, nem estes serão reputados concelheiros d'estado sem especial nomeação do imperador para este cargo. ART. 140. Para ser concelheiro d'estado requerem-se as mesmas qualidades, que devem concorrer para ser senador. -. Aar. 141. Os concelheiros d'estado, antes de tomarem posse, prestarão juramento nas mãos do imperador de manter a religião catholica, apostolica romana; ob servar a constituição, e as leis; ser fieis ao imperador, aconselha lo, segundo suas consciencias, attendendo só mente ao bem da nação. e ARr. 142. Os concelheiros serão ouvidos em todos os negocios graves, e medidas geraes da publica adminis tração; principalmente sobre a declaração da guerra, ajustes de paz, negociações com as nações estrangeiras, assim como em todas as occasiões, em que o imperador se proponha exercer qualquer das attribuições proprias do poder moderador, indicadas no art. 100, á excepção do S6. Arr. 143. São responsaveis os concelheiros d'estado pelos conselhos, que derem, oppostos ás leis, e ao inte resse do estado, manifestamente dolosos. Aar. 144. O principe imperial, logo que tiver dezoito



annos completos, será de direito do concelho d'estado; os demais principes da casa imperial, para entrarem no concelho d'estado, ficam dependentes da nomeação do imperador. Estes, e o principe imperial não entram no numero marcado no art. 138.

## CAPITULO VIII.

Da força militar. ARTIGO 145. Todos os Brasileiros são obrigados a pegar em armas para sustentar a independencia, e integridade do imperio, e defende-lo dos seus inimigos externos, ou internos. ART. 146. Em quanto a assembléa geral não designar a força militar permanente de mar, e terra, subsistirá a que então houver, até que pela mesma assembléa seja alterada para mais, ou para menos. • Aar. 147. A força militar he essencialmente obediente; jámais se poderá reunir sem que lhe seja ordenado pela autoridade legitima. \* - ART. 148. Ao poder executivo compete privativamente empregar a força armada de mar, e terra, como bem lhe parecer conveniente á segurança, e defesa do

imperio. -

Aar. 149. Os officiaes do exercito, e armada não po

dem ser privados das suas patentes, senão por sentença proferida em juizo competente. ART. 150. Uma ordenanga especial regulará a organização do exercito do Brasil, suas promoções, soldos, e disciplina, assim como da força naval.

TITULO VI. Do poder judicial. CAPITULO UNico. -

Dos juizes, e tribunaes de justiça.

ARTIGO 151. O poder judicial he independente, e será composto de juizes, e jurados, os quaes terão logar assim no cível, como no crime, nos casos, e pelo modo, que OS codigos determinarem. -.

". ART. 152. Os jurados pronunciam sobre o facto, e os  
juizes applicam a lei.

Art. 153. Os juizes de direito serão perpetuos, o que  
todavia se não entende, que não possam ser mudados  
de uns para outros logares, pelo tempo, e maneira, que  
a lei determina. °

e

ART. 154. O imperador poderá suspende-los por queixas contra elles feitas, precedendo audiencia dos  
mesmos juizes, informação necessaria, e ouvido o concelho de estado. os papeis, que lhe são concernentes,  
serão remettidos á relação do respectivo districto, para proceder na forma da lei.

ART. 155. Só por sentença poderão estes juizes perder o logar.

Arr. 156. Todos os juizes de direito, e os officiaes de justica são responsaveis pelos abusos de poder, e prevari  
cações, que commetterem no exercicio de seos empregos; esta responsabilidade se fará efectiva por lei  
regulamentar.

ART. 157. Por suborno, peita, peculato, e concussão

haverá contra elles accção popular, que poderá ser inten tada dentro de anno e dia, pelo proprio queixoso, ou. por qualquer do povo, guardada a ordem do processo estabelecida na lei. ART. 158. Para julgar as causas em segunda e ultima instancia, haverá nas provincias do imperio as relações, que forem necessarias para commodidade dos povos. ART. 159. Nas causas crimes a inquirição das testemu mhas, e todos os mais actos do processo, depois da pro nuncia, serão publicos desde já. ART. 160. Nas civeis, e mas penaes civilmente inten tadas, poderão as partes nomear juizes arbitros. Suas sentenças serão executadas sem recurso, se assim o con vencionarem as mesmas partes. ART. 161. Sem se fazer constar, que se tem intentado

o meio de reconciliação, não se começará processo al gum. - - ART, 162. Para este fim haverá juizes de paz, os quaes serão electivos, pelo mesmo tempo, e maneira, porque se elegem os vereadores das camaras. Suas attribuições, e districtos serão regulados por lei. ART. 163. Na capital do imperio, alem da relação, que deve existir, assim como nas demais provincias, ha verá tambem um tribunal com a denominação de — su premo tribunal de justiça — composto de juizes letrados, tirados das relações por suas antiguidades; e serão con decorados com o titulo de concelho. Na primeira orga misação poderão ser empregados neste tribunal os minis tros d’aquelles, que se houverem de abolir. Aar. 164. A este tribunal compete : S 1. Conceder, ou denegar revistas nas causas, e pela maneira, que a lei determinar.

S 2. Conhecer dos delictos, e erros de officio, que

committerem os seus ministros, os das relações, os empregados no corpo diplomatico, e os presidentes das pro VlnClaS. S 3. Conhecer, e decidir sobre os conflictos de juris diccao, e competencia das relagões provinciaes.

TITULO VII. - Da administração, e economia das provincias. CAPITULO I. \* D. administração.

ARTIGO 165. Haverá em cada provincia um presidente, nomeado pelo imperador, que o poderá remover, quando entender, que assim convem ao bom serviço do estado.

Aar. 166, A lei designará as suas attribuições, competencia, e autoridade, e quanto convier ao melhor desempenho d'esta administração.

-

CAPITULO II.

Das camaras.

ARTIGO 167. Em todas as cidades, e villas ora existentes, e mas mais que para o futuro se crearem, haverá camaras, ás quaes compete o governo economico, e municipal das mesmas cidades, e villas. -

ART. 168. As camaras serão electivas, e compostas do numero de vereadores, que a lei designar; e o que obtiver maior numero de votos, será presidente.

-

ART. 169. O exercicio de suas posturas policiaes, applicação das suas rendas, e todas as suas particulares, e uteis attribuições serão decretadas por uma lei regulamentar. s - CAPITULO III,

Da fazenda nacional.

ARRIGO 170. A receita, e despeza da fazenda nacional será encarregada a um tribunal, debaixo do nome de — thesouro nacional— aonde em diversas estações, devidamente estabelecidas por lei, se regulará a sua administração, arrecadação e contabilidade, em reciproca correspondencia com as thesourarias, e autoridades das provincias do imperio.

Aar. 171. Todas as contribuições directas, á excepção d'aquellas, que estiverem applicadas aos juros, e amortização da divida publica, serão annualmente estabelecidas pela assembléa geral, mas continuarão, até que se publique a sua derogação, ou sejam substituidas por

Outras. ARr. 172. O ministro d'estado da fazenda, havendo recebido dos outros ministros os orçamentos relativos ás despesas das suas repartições, apresentará na camara dos deputados annualmente, logo que esta estiver reunida, um balango geral da receita, e despeza do thesouro nacional do anno antecedente, e igualmente o orgamento geral de todas as despesas publicas do anno futuro, e da importancia de todas as contribuições, e rendas publicas. -

o.

.

## TITULO VIII.

Das disposições geraes, e garantias dos direitos civis, e politicos dos cidadãos brasileiros.

ARTIGO 173. A assembléa geral no principio das suas sessões examinará, se a constituição politica do estado tem sido exactamente observada, para prover, como for justo. - ART. 174. Se passados quatro annos, depois de jurada a constituição do Brasil, se comhecer, que algum dos seus artigos merece reforma, se fará a proposição por escripto, a qual deve ter origem na camara dos deputados, e ser apoiada pela terça parte d'elles. ART. 175. A proposição será lida por tres vezes, com intervallo de seis dias de uma a outra leitura; e depois da terceira, deliberará a camara dos deputados, se poderá ser admittida á discussão, seguindo-se tudo o mais que he preciso para a formação de uma lei. ART. 176. Admittida a discussão, vencida a necessidade da reforma do artigo constitucional, se expedirá lei, que será sanccionada, e promulgada pelo imperadorem for ma ordinaria; ena qual se ordenará aos eleitores dos deputados para a seguinte legislatura, que nas procurações lhes confirmem especial faculdade para a pretendida alteração, ou reforma. ART. 177. Na seguinte legislatura, e na primeira sessão será a materia proposta, e discutida, e o que se ven cer, prevalecerá para a mudança, ou addição á lei fundamental, e juntando-se á constituição, será solemnemente promulgada. ART. 178. He só constitucional o que diz respeito aos

limites, e attribuições respectivas dos poderes politicos, e aos direitos politicos, e individuaes dos cidadãos. Tudo o que não he constitucional, póde ser alterado sem as formalidades relativas, pelas legislaturas ordinarias. ART. 179. A inviolabilidade dos direitos civis, e politicos dos cidadãos brasileiros, que tem por base a liber dade, a segurança individual, e a propriedade, he ga rantida pela constituição do imperio, pela maneira se guinte : - S 1. Nenbum cidadão póde ser obrigado a fazer, ou deixar de fazer alguma cousa, senão em virtude da lei. S 2. Nenhuma lei será estabelecida sem utilidade pu blica. \* S3. A sua disposição não terá effeito retroactivo. S4. Todos podem communicar os seos pensamentos por palavras, escriptos, e publica-los pela imprensa, sem dependencia de censura; com tanto que hajam de res ponder pelos abusos, que commetterem no exercicio d'este direito, nos casos, e pela forma, que a lei determinar. S 5. Ninguem póde ser perseguido por motivo de re ligião, uma vez que respeite a do estado, e não offenda a moral publica. - S6. Qualquer póde conservar-se, ou sahir do imperio, como lhe convenha, levando comsigo os seos bens, guardados os regulamentos policiaes, e salvo o prejuizo de terceiro. S7. Todo o cidadão tem em sua casa um asilo invio lavel. De noite não se poderá entrar n'ella senão por seo consentimento, ou para a defender de incendio, ou inundação; e de dia só será franqueada a sua entrada nos casos, e pela maneira, que a lei determinar. S8. Ninguem poderá ser preso sem culpa formada, excepto nos casos declarados na lei; e nestes, dentro de

vinte e quatro horas contadas da entrada na prisão, sen do em cidades, villas, ou outras povoações proximas aos logares da residencia do juiz; e nos logares remotos, den tro de um prazo razoavel, que a lei marcará, attenta a extensão do territorio, o juiz por uma nota, por elle assignada, fará constar ao réo o motivo da prisão, os no mes do seo accusador, e os das testemunhas, havendo-as. S 9. Ainda com culpa formada, ninguem será condu zido á prisão, ou nella conservado estando já preso, se prestar fiança idonea, nos casos que a lei a admite e em geral nos crimes, que não tiverem maior pena, do que a de seis mezes de prisão, ou desterro para fórada comarca, poderá o réo livrar-se solto. S 1o. A excepção de flagrante delicto, a prisão não pode ser executada, senão por ordem escripta da autori dade legitima. Se esta for arbitraria, o juiz, que a deo, e quem a tiver requerido, serão punidos com as penas, que a lei determinar. - O que fica disposto ácerca da prisão antes de culpa formada, não comprehende as ordenanças militares, esta belecidas como necessarias á disciplina, e recrutamento do exercito; nem os casos, que não são puramente cri minaes, e em que a lei determina todavia a prisão de al guma pessoa, por desobedecer aos mandados da justica, ou não cumprir alguma obrigação dentro de determinado prazo. S 11. Ninguem será sentenciado, senão pela autoridade competente, por virtude de lei anterior, e na forma por ella prescripta. S 12. Será mantida a independencia do poder judicial. Nenhuma autoridade poderá avocar as causas pendentes, susta-las, ou fazer reviver os processos findos. S 13. A lei será igual para todos, quer proteja, quer



castigue; e recompensará em proporção dos merecimentos de cada um. S 14. Todo o cidadão pôde ser admittido aos cargos publicos, politicos, civis ou militares, sem outra differença, que não seja a dos seus talentos, e virtudes. S 15. Ninguém será exempto de contribuir para as despesas do estado em proporção dos seus haveres. S 16. Ficam abolidos todos os privilegios, que não forem essencial, e inteiramente ligados aos cargos, por utilidade publica. ” - S 17. A excepção das causas, que por sua natureza pertencem a juizos particulares, na conformidade das leis, não haverá foro privilegiado; nem commissões especiaes nas causas civeis, ou crimes. S 18. Organisar-se-ha quanto antes um codigo civil e criminal, fundado nas solidas bases da justica e equidade. . S 19. Desde jáficam abolidos os açoutes, a tortura, a marca de ferro quente, e todas as mais penas crueis, S 20. Nenhuma pena passará da pessoa do delinquente. Por tanto, não haverá em caso algum confiscação de bens, nem a infamia do réo se transmittirá aos parentes em qualquer gráo, que seja. S 21. As cadeas serão seguras, limpas, e bem arejadas, havendo diversas casas para separação dos réos, conforme suas circumstancias, e natureza dos seus crimes. S 22. He garantido o direito de propriedade em toda a sua plenitude. Se o bem publico legalmente verificado exigir o uso e emprego da propriedade do cidadão, será elle previamente indemnizado do valor d'ella. A lei marcará os casos, em que terá logar esta unica excepção, e dará as regras para se determinar a indemnisação. S23. Tambem fica garantida a divida publica,

S 24. Nenhum genero de trabalho, de cultura, industria, ou commercio póde ser prohibido, uma vez que não se opponha aos costumes publicos, á seguranca, e saude dos cidadãos. \$ 25. Ficam abolidas as corpóracões de officios, seos juizes, escrivães, e mestres. . S 26. Os inventores terão a propriedade das suas descobertas, ou das suas produccões. A lei lhes assegurará um privilegio exclusivo temporario, ou lhes remunerará em resarcimento da perda, que hajam de soffrer pela vulgarisação. S 27. O segredo das cartas he inviolavel. A administração do correio fica rigorosamente responsavel por qual quer infracção d'este artigo. - \$ 28. Ficam garantidas as recompensas conferidas pelos servigos feitos ao estado, quer civis, quer militares; assim como o direito adquirido a ellas na forma das leis. ° « S29. Os empregados publicos são strictamente responsáveis pelos abusos, e omissões praticadas no exercicio das suas funcções, e por não fazerem effectivamente responsáveis aos seos subalternos. S30. Todo o cidadão poderá apresentar por escripto ao poder legislativo, e ao executivo reclamações, queixas, ou petições, e até expor qualquer infracção da constituição, requerendo perante a competente autoridade a effectiva responsabilidade dos infractores. S31. A constituição tambem garante os soccorros publicos. S 32. A instrucção primaria, e gratuita a todos os cidadãos. S 33. Collegios, e universidades aonde serão ensinados os elementos das sciencias, bellas letras, e artes.

S34. Os poderes constitucionaes nao podem suspen der a constituição, no que diz respeito aos direitos indivi duaes, salvo nos casos, e circunstancias especificadas no S seguinte. . . -

S 35. Nos casos de rebelião, ou invasão de inimigos, pedindo a segurança do estado, que se dispensem por tempo determinado algumas formalidades, que garan tem a liberdade individual, poder-se-ha fazer por acto especial do poder legislativo. Não se achando porém a esse tempo reunida a assembléa, e correndo a patria perigo imminente, poderá o governo exercer esta mesma providencia, como medida provisoria, e indispensavel, suspendendo—aimmediatamente que cessea necessidade ur gente, que a motivou; devendo num, e outro caso re metter á assembléa, logo que reunida for, uma relação motivada das prisões, e d'outras medidas de preven ção tomadas; e quaesquer autoridades, que tiverem mandado proceder a ellas, serão responsaveis pelos abu sos, que tiverem praticado a esse respeito.

Rio de Janeiro, 11 de Dezembro de 1823.

João Severiano Maciel da Costa; Luiz José de Car valho e Mello; Clemente Ferreira Franga ; Ma riano José Pereira da Fonseca ; João Gomes da Silveira Mendonga; Francisco Villela Barboza; Barão de Santo Amaro; Antonio Luiz Pereira da Cunha; Manoel Jacinto Nogueira da Gama; José Joaquim Carneiro de Campos.

Mandamos por tanto a todas as autoridades, a quem o conhecimento, e execução d'esta constituição pertencer, que a jurem, e façam jurar, a cumpram, e façam cum prir, e guardar tão inteiramente como n'ella se contém. O secretario d'estado dos negocios do imperio a faça im

primir, publicar, e correr. Dada nacidade do Rio de Ja neiro aos vinte e cinco de Março de mil oitocentos e vinte e quatro.

--

° IMPERADOR com guarda. João Severiano Maciel da Costa.

Carta de lei, pela qual Vossa Magestade Imperial manda cumprir, e guardar inteiramente a Constituição politica do Imperio do Brasil, que vossa Magestade Imperial jurou, annuindo ás representagoes dos povos.

Para Vossa Magestade Imperial ver.

Luiz Joaquim dos Santos Marrocos a fez. Registada na secretaria d'estado dos negocios do impe rio a fol. 17 do liv. 4 de leis, alvarás, e cartas regias. Rio de Janeiro em 22 de Abril de 1824.

José Antonio d'Alvarenga Pimentel.

Nota. Conservei a orthographia do original.

s - 4.

— —

## ANALYTICo E CHIRONOLOGICO.

## TOMO PRIMEIRO.

Pag. Advertencia. . . . . j Introducao geographica. . . . . 1 Limites do  
Brasil. . . . . ibid. Divisões territoriaes. . . . . 3 Divisão do Brasil em  
1851. . . . . ••••• 24 Do terreno do Brasil. . . . . ° --- e ° e- ... 26 Montanhas, lagos, rios,  
etc... . . . . 28 clima. . . . . 53 Reino mineral. . . . .  
. ibid. Ossos fosseis. . . . . 4 ° « ••••• ° 555 Animaes. . . . . ibid. Reino  
vegetal. . . . . 58 Agricultura. . . . . • --- • - •••• - • - .59 População. . . . .  
. . . . . ibid. Escravos africanos. . . . . 60 Longevidade, doenças. . . . .  
. . . . . ibid.

-

## CAPITULO I.

D0 descobrimento do Brasil, e origem d'este nome, 1500 a 1850. . . . . e - ° e ° - - e e e 65

Pag.

CAPITULO II. Aspecto do paiz, costumes e lingua dos indigenas. . . . . 85

CAPITULO III. — Estado do Brasil desde 1550 até 1580.

Estado do Brasil em 1550, segundo Herrera. . . . . 400

Primeiros donatarios das nove capitancias. . . . . ibid.

Martim Affonso de Sousa he nomeado por hum alvará de 20 de Novembro de 1550. Governador da America Lusitana ou Terras Brazilianas. . . . . 105

Estabelecimento dos colonos em S. Vicente. . . . . 104

Capitania da Paraiba ou de S. Thomé, 1551. . . . . 406 Capitania da Bahia, 1551 a 1540 . . . . .

107 Naufragio de Diogo Alvares, denominado pelos indigenas Caramuru. . . . . 109

Sua vinda a França e volta ao Brasil. . . . . - 440 Capitania de Santo Amaro e d'Itamaracá, 1532. . . . .

114 Capitania de Pernambuco, 1554 a 155s. Fundação da cidade de Olinda. . . . . • • • - ° « • • 112

Capitania do Espirito Santo, 1554. . . . . 145 Capitania de Porto Seguro, 1554. . . . . 115

Capitania do Maranhão, 1558-1556. . . . . 116 Capitania dos ilheos, 1540. . . . . 117

Viagem de Guilherme Hawkins ao Brasil, de 1550 a 1552. 148 Expedição de Luiz de Mello da Silva. . . . .

. . . ibid. Viagem de descoberta de Francisco de Orellananorio Maranhão. . . . . ° ° e e • -

149 Expedição ingleza á Costa do Brasil, 1540. . . . . • 122 Viagem de Alvaro Nunez Cabeça de Vaca,

1540 a 1545. . ibid. Ereção da villa de Santos em cidade, 1846. . . . . 123 Hostilidades dos Cahetés em

Pernambuco, 1548. . . . . ibid. Expedição de Thomé de Sousa nomeado Governador geral do Brasil.

Fundação de S. Salvador, 1549. . . . . 424

Chegão sete Jesuitas ao Brasil com o novo Governador D. Duarte da Costa, 1554. . . . . 128

Pag. Pedro Fernandes Sardinha, primeiro bispo de S. Salvador, 1552. . . . . - - - \*... 429 0  
 Jesuita Manoel Nobrega funda o primeiro Collegio em Piratininga, 1555. . . . . - . . . . . ibid.  
 Estabelecimento da cidade de S. Paulo, 1554. . . . . 150 Expedicao franceza de villegagnon, 45ss. . . . .  
 4354. Segunda expedição franceza, 1536 a 1887. . . . . 454 Desavenças entre o Governador Mem de Sá e  
 o bispo Sar dinha. . . . . 441 Expedição de D. Pedro de Ursua para explorar orio  
 Ama ZOlldS. . . . . 442 Expedição de Mendo ou Mem de Sá, 1580. . . . . 145  
 Hostilidades dos Aymores, e sua derrota, Asso. . . . . 448 Hostilidades dos Tamoyos, 1561. . . . .  
 149 Depredacões dos Tamoyos, Tupinambas, e grandes servi- °, gos feitos por Nobrega. . . . .  
 450 Nova expedição portugueza contra o resto do estabeleci mento francez, 1564 a 1567. . . . .s°...  
 460 Expedição infeliz de D. Luiz de Vasconcellos, 1570. . . . . 170 Chegada á Bahia do novo Governador Luiz  
 de Brito de \* Almeida, e morte de Mem de Sá, 1572. . . . . 472 Divisão do Brasil em dois governos. . . . .  
 . . . . . 47.5 Derrota e dispersão dos Tamoyos. . . . . ibid. Expedicao de Tourinho para descobrir  
 minas. . . . . 474

Expedição de Antonio Dias Adorno, para o mesmo objecto. 175

Supprime-se a divisão do Brasil em dois governos. Diogo Lourenço da Veiga, Governador, 1578. . . . . 176

Estado do Brasil em 1580. . . . . 178

#### CAPITULO IV. — O Brasil debaiaro de Felipe II" e Felipe III. 1580 a 4621.

Expedição ingleza. Combate naval. . . . . 192 Estado dos negocios na provincia da Paraiba em 1585.  
 . . 495 Expedição ingleza commandada pelo capitão Roberto Wi thrington, 1886. . . . .95

- Pag. Fundação da cidade de Cannanéa, 1587. . . . . 195 Conquista e colonisação de Serecipe d'Elrei, 1890. . . . 196 Descobrimento, real ou supposto, de minas de prata, 1591. ibid.

Expedição de Thomás Cavendish, 1595. . . . . 497 Expedição de Jaime Lancaster, 1594 a 1595. . . . . 202 Expedições de Pedro Coelho em busca de minas de ouro, e contra os Tapuyas, 1605. . . . . 207 Guerra e pacificação dos Aymores. . . . . 210 Fundação da villa ou cidade de Mugi das Cruzes, na capi tania de S. Paulo, 1611. . . . . 215 Expedições francezas para conquistar o Maranhão, 1641 a. . 1642. . . . . ibid.

Primeira tentativa de conquista do Maranhão pelos Portu guezes, expedição de Jeronymo d'Albuquerque, 1612. 218

Capitulação de La Rivardière. . . . . 222 Expulsão dos Francezes, 1615. . . . . 226 Fundação de Belem ou Pará, 1615. . . . . 227 Estabelecimento da cidade de Cabo-Frio. . . . . 228 Levantamento dos Tupinambas, 1616. . . . . ibid. Discussões no Pará, 1618. . . . . 229 Jorge de Lemos Betencourt introduz colonos das ilhas dos

Agores, 1621. . . . . 252

## CAPITULO V. — O Brasil debaixo de Felipe IV. 1621 a 1640. s - ° -

Negocios do Brasil desde 1621 a 1622. . . . . 255 Formação da Companhia Hollandeza das Indias Occiden

taes, 1624. . . . . 237 Expedição hollandeza contra o Brasil. . . . . 240 Missões do Maranhão, 1624. . . . . 248 Fundação da cidade da Parnaíba, 1625. . . . . 249

Expedição da armada combinada de Hespanha e de Portu gal, destinada a expulsar os Hollandezes do Brasil, 1625. ibid.

Segunda expedição de Heyne contra a Bahia, 1626 a 1627. 256

Estabelecimento de Serinhaem, 1627. . . . . 258



- Pag. Colonia holandesa estabelecida na ilha de Fernão de No

ronha, 1628. . . . . 2358 Nova expedição holandesa debaixo do mando de Pedro

Heyne, e Henrique Lonck vice-almirante, 1628. . . . . 259

Segunda expedição holandesa contra o Brasil. 1629 a 1650. ibid.

Tentativa dos Inglezes para se estabelecerem no Pará, 1650. 268 Hostilidades entre os Hespanhoes do Paraguay e os Pau

listas, 1651. . . . . a es e ° s a s es ° s es e ibid. Chegada de reforços portuguezes e holandezes.

Tentativa contra a ilha de Itamaracá. Combate naval, 1651. . . . . 269 Incendio da cidade de Olinda. Ataque

infructifero da ci dade da Paraiba, 1654. . . . . 272 Outra tentativa infructifera contra a fortaleza

e cidade de Rio-Grande do Norte. . . . . 275 Novo ataque dos Holandezes contra o Pontal de

Nazareth, 1652. . . . . e e e s» e ° e e e e . . . . . 276 Saque da cidade de Iguaçu pelos Holandezes. . . . .

. ibid. Campanha de 1655. . . . . - e - 9 ° e . . . . . 280 Derrota dos Holandezes diante do campo do Bom-

Jesus. 282 Tomada da ilha de Itamaracá pelos Holandezes. . . . . 284 Tentativa dos Holandezes para pôr

cerco ao campo portu guez. . . . . 286 Expedição holandesa contra as Lagóas. . . . .

. . . . . 288 Chegada e desastre de hum reforço portuguez. . . . . 291 Tomada do Rio-Grande pelos Holandezes.

. . . . . 294 Fundação da Republica dos Palmares. . . . . 297 Campanha de 1654. . . . .

. . . . . 299

Tentativa dos Holandezes contra a Paraiba. . . . . 500 Tentativa dos Portuguezes para recuperar o Recife, 1634. . 302

Tomada da cidade de Nazareth pelos Holandezes. . . . . 504

Campanha de 1655. . . . . é e e ° e e 546

Fundação da cidade de S. Sebastião, na capitania e comarca de S. Paulo, 1656. . . . . , . 557

Expedição do capitão Juan de Palacios para explorar o Rio Maranhão ou das Amazonas, e noticia das explorações anteriores. . . . . ibid.

Pag. Viagem do capitão Pedro Teixeira, 1657-8 e 9. . . . .	340	Expedição hollandeza debaixo do commando de João Maurício, conde de Nassau. . . . .	542	Campanha de 1657. . . . .	545
Medidas politicas de Nassau. . . . .	352	Tomada do forte de S.-Jorge da Mina, 1657. . . . .	a 555	Campanha de 1658. . . . .	555
Campanha de 1659 a 1640. . . . .	3568	Expedição portugueza para defender o Brasil, 1659. . . . .	372	Desordens no Brasil causadas pelos Jesuitas, 1640. . . . .	577
Devastações dos Mamalucos. . . . .	380	CAPITULO VI. — 1641 a 1656.			
Revolução de Portugal. Tratado de tregoa entre Dom João IV e as Provincias-Unidas, a pezar do qual os Hollandezes proseguem as hostilidades no Brasil ena costa d'Africa. Guerra com os Hollandezes, e expulsão total d'elles. Acclamação de D. João IV, 1641, e consequencias d'ella no Brasil. . . . .	384	Expedição hollandeza contra Angola. Tomada de Loanda. . . . .	583	Expedição hollandeza contra a ilha de S. Thomé. . . . .	586
Expedição hollandeza contra o Maranhão. . . . .	587	Sublevação dos Portuguezes no Maranhão, 1642 e 1645. . . . .	590	Partida do Conde Mauricio para Hollanda. . . . .	599
Sublevação das provincias conquistadas, por influencia de João Fernandez Vieira, 1644. . . . .	ibid.	Levantamento em Serinhaem. . . . .	421	Tomada de Olinda pelos Portuguezes. . . . .	426
Combate naval. . . . .	ibid.	Sublevação dos habitantes da Goyana. . . . .	428	Sublevação dos habitantes da villa do rio S. Francisco. . . . .	452
Tomada do forte de Santa-Cruz. . . . .	455	Tentativa dos Portuguezes contra a fortaleza de Cinco			

Pontas. . . . .	es a es e a s a a . . . . .	454	Representação dos patriotas de Pernambuco a Elrei. . . . .	457
-----------------	-----------------------------	-----	--	-----

Pag. Morticínio dos Portuguezes de Pottengy feito pelos Tapuyas. 458 Traição dos escravos desertores. . . . .  
 . . . . . ibid.

Victoria ganha por Camarão. . . . . 441 Incendio das cannas de assucar mandado executar pelo  
 Governador general Antonio Telles da Silva. . . . . 442 Fundação da cidade de Taubaté, 1645. . . . .  
 444 Expedição portugueza para proteger o districto de Pottengy, 1646. . . . . ibid.  
 Derrota dos Hollandezes em S. Lourenço de Tejucoape. 446 Tentativa para matar Vieira. . . . .  
 450 Expedição dos Portuguezes contra Itamaracá. . . . . ibid. Translação dos Indios alliados dos Hollandezes  
 de Itamaracá para o Pottengy. . . . . 452 Assassinato de Jacob Rabbi. . . . . ibid.  
 Fome no Recife. . . . . ibid. Expedição de Hinderson ao rio S. Francisco. . . . . 455  
 Negocios do Maranhão, 1647. . . . . 457 Expedição hollandeza contra o Maranhão. . . . . ibid.  
 Bombardeamento do Recife pelos Portuguezes. . . . . 460 Batalha de Guararapés, 1648. . . . . 464  
 Expedição portugueza para retomar Angola. . . . . 466 Capitulação das tropas hollandezas de Angola, e  
 embarque d'ellas em Cassandana. . . . e o s o • - o \* \* 468 Negociação entre a Córte de Portugal e a  
 Hollanda. . . 469 Continuação das hostilidades. . . . . 474 Segunda batalha de Guararapés. . . . .  
 . . . . . 476 Negocios do Maranhão. . . . . 481 Expulsão completa dos Hollandezes do Brasil,  
 1654. . . 484 Assento e condições da evacuação. . . . . 486 Entrada de Vieira no Recife. . . . .  
 . . . . 497

TOMO SEGUNDO.

CAPITULO VII. — 1657 a 1706.

Morte de D. João IV; menoridade de D. Affonso VI e regencia da Rainha D. Luiza. Paz definitiva com os Estados Geraes. Tratado com a França. Paz com Hespanha. Reinado de D. Affonso; sua abdicação forçada; regencia e reinado de D. Pedro II, 1657 a 1706. . . . . e. e Regencia da Rainha D. Luiza. . . . . Negociações entre Portugal e os Estados-Geraes. . . . . O Rio de Janeiro constituido Governo separado, 1658. . . Expulsão dos Jesuitas de S. Luiz do Maranhão, 1658. . . Paz definitiva com a Hollanda. . . . . Negocios do Maranhão. Expedição contra os Indios sublevados do rio Urubu. . . . . Fome e doengas mortíferas no Brasil, 1666. . . . . Tratado de liga offensiva e defensiva entre Luiz XIV e D. Affonso VI. . . . e o . . . a s e e o . . . Tratado entre D. Carlos II, Rei de Hespanha, e D. Pedro, Regente de Portugal, por mediação de Carlos II, Rei

de Inglaterra, 1668. . . . . l, e e Descobrimento do Rio-Negro, 1668 a 1669. . . . . Expedição contra os Paulistas, 1672. . . . .

Incursões dos Guaranys na provincia da Bahia e terras adjacentes, 1671 a 1675. . . . . Expedição para descobrir minas, 1674 a 1675. . . . . Principio da conquista da provincia de Piahy. . . . . A Igreja da Bahia elevada a séde metropolitana e arcebis pado; as de Pernambuco, Maranhão e Rio de Janeiro a cathedraes e bispados. . . . . Expedição contra os Taranambazes. . . . . Contestação com Hespanha sobre a Colonia do Sacramento, 1680. . . . . Restabelecimento dos Jesuitas no Maranhão, 1680. . . .

Pag.

ibid.

13 14 15 16 17 19

20 21

22

ibid. 28

Pag. Companhia do Pará e Maranhão, 1680. . . . . 50 Insurreccão dirigida por Manoel Beckman. . . . .  
 . . . ibid. Beckman e dois dos chefes da insurreccão condemnados e executados. . . . . 33  
 Epidemia, 1685. . . . . e - - - e - ° a 34 Expedição contra os Indios do Rio Orelhana, 1686. . . 5s 0  
 Governador Gomes Freire volta a Portugal, com bem mágoa dos Brasileiros. . . . . 358 Os  
 Paulistas formão o estabelecimento do Sabará perto das minas de oiro, 1690. . . . . ibid.

Contestações comos Francezesácerca dos limites da Guyana. ibid. Casas de moeda estabelecidas em  
 Pernambuco e no Rio de

Janeiro, 1694. . . . . •••••••••• 59 Destruição de Palmares, 1695. . . . . ibid. Sedição  
 em Seregipe, 1696. . . . . 42 Morte do padre Antonio Vieira, 1697. . . . . ibid.  
 Descobrimento das Minas do Sul, 1698. . . . . 44 Organização de Minas-Geraes, 1700. . . . .  
 ibid.

Tratado de alliança entre a Hespanha e Portugal, 1701. . 46 Tratados de alliança e de commercio com  
 Inglaterra, ne

gociados por Methuen, 1705. . . . . 47 Novascontestações com Hespanha, e segundo cerco da Colo  
 nia do Sacramento, 1705. . . . . 48

# CAPITULO VIII. - 4707 a 1750.

-

O Brasil durante o reinado d'Elrei D. João V. Grande pro ducto das minas de oiro. . . . . 50 Os  
 Portuguezes expulsão os missionarios hespanhoes dos seus estabelecimentos nas margens do Orelhana. . . .  
 ibid. Primeiro synodo diocesano celebrado no Brasil, 1707. . . 31 Guerra entre os Paulistas e os Forasteiros  
 dos districtos das Minas, 1708 a 1709. . . . . 52 Insurreccão em Pernambuco, 1740 a 1711. . . .  
 . . . 55 Insurreccão dos Paulistas contra os Jesuitas, 1740. . . . 54

Pag. Expedição franceza contra o Rio de Janeiro, commandada por Duclerc, 1710. ....	55
Nova expedição franceza contra o Rio de Janeiro, debaixo do commando de Duguay-Trouin, 1711. ....	57
Insurrecção da Bahia, 1711. .... - - ° s ° e 62 Creação da villa de Carmo, depois cidade de Marianna, e de outras villas. .... e ° e ° e ° ° . ....	65
Estabelecimento de Villa Rica, d'antes denominado do Ouro Preto. .... ibid. Tratado de Utrecht, 1715. ....	64
Tratado de paz entre D. João V e o Duque de Anjou em qualidade de Rei de Hespanha, 1715. ....	65
0 Piahy, erigido em capitania, 1718 a 1749. ....	66
Exploração da provincia de Cuiabá. ...., 67 Levantamento dos Mineiros, 1720. ....	69
Exploração da provincia de Goyaz, 1726. ....	75
Fundação de villas. . ....	78
Ataque feito pelos Indios Payagoas. ....	79
Estabelecimento de Real de Minas, depois S. Francisco Xa vier de Mato-Grosso, 1752. ....	82
Expedição contra os Indios do Paraguay, 1754. ....	85
Negocios de Mato-Grosso em 1756. ....	84
Conselho dado por D, Luiz da Cunha a Elrei de Portugal, sobre a translação da Côte ao Brasil. ....	87
Occupação da ilha de Fernão de Noronha pelos agentes da Companhia franceza das Indias Orientaes, 1758. ....	88
Viagem de Nicolao Hortsman em busca do lago Parima ou Doirado, e da cidade del Dorado, 1741. ....	90
Nova expedição contra os Indios Payagoas, 1745. ....	92
Comunicação entre os rios Sumidouro, afluente do Ari nos, e o Sipotuba, afluente do Paraguay, 1747. ....	95
Expedição do Pará a Mato-Grosso, 1749. ....	96
Linha das Missões, 1749. ....	99

Tratado de limites entre a Hespanha e Portugal, 1750. . . ibid.

Substituição da capitação ao Quinto, por conselho de Ale-. xandre de Gusmão. .... 101

Pag. - CAPITULO IX. — 1750 a 1777. Morte de D. João V. Reinado d'Elrei D. José. . . . . 103 Negociações com Hespanha sobre o Tratado dos limites, 1755. . . . . 104 Injustiças feitas aos Índios. . . . . 109 Expedição do chefe d'esquadra D. José d'Yturiaga, para terminar a contestação sobre os limites da America Meridional, 1754. . . . . 110 Sublevação dos Índios e sua derrota pelas forças combinadas de Hespanha e Portugal, 1756. . . . . 112 Insurreccão dos Índios de Rio-Negro. . . . . 418 Paz com os Goitacazes, 1758. . . . . 419

Contestação entre as autoridades portuguezas e hespanholas. Guerra entre as duas nações na America, 1762. . . 122 Tratado de paz entre as duas Coróas, 1765. . . . . 126 Contestação sobre a execução do Tratado de 1764. . . . . ibid. Expulsão dos Jesuitas dos Estados d'Elrei de Portugal. . 129

Fundação de villas. . . . . 154 Insurreccão dos escravos negros, e índios. . . . . 155 Fundação de villas e parochias. . . . . ibid. Hostilidades contra os Paulistas. . . . . 154 Viagens de exploração. . . . . 155 Expedição hespanhola contra o Brasil. Tomada da ilha de Santa-Catherina, e da Colonia do Sacramento. . . . , 156 Influencia da administração do marquez de Pombal em quanto ao Brasil. . . . . 458

#### CAPITULO X. — 1777 a 1792.

Reinado de D. Maria Iª, até á Regencia de seu filho D. João. 142

Fundação de villas. . . . . ibid. Submissão dos Cayapós de Goyaz. Estabelecimento da Aldeia Maria. . . . . , 145 Traição dos Guaycurus. . . . . 144 Fundação de villas. . . . . 145

Expedição contra os Chavantes. . . . . ibid.

Pag. Fundação de villas. . . . . 146 Conspiração em Minas-Geraes. . . . . 147  
Fundação de villas. . . . . 149 Expedição contra os Canoeiros. . . . . ibid  
Fundação de villas. . . . . 150 Tratado entre os Guaycurus e o Capitão-general de Mato  
Grosso. . . . . ibid. Fundação de villas. . . . . 154 0 Príncipe D.  
João assume a regencia do Reino em razão da alienação mental da Rainha D. Maria I. . . . . ibid.  
CAPITULO XI. — 1795 a 1807. Das causas que prepararão e decidirão a emigração do Re gente, o Príncipe  
D. João, e da Familia Real para o Bra sil. . . . . 1535 Fundação de villas. . . . . -  
. . . . . 156 Hostilidades entre Hespanha e Portugal. . . . . 157 Fundação de villas. . . . . - ° \* e  
- e - ° a e 153 Expedição do Rio-Pardo. . . . . ••••• « •••••••••• ibid. Fundação de villas. . . . .  
. . . . . 460 Causas que determinarão o Príncipe Regente a ir estabele cer a séde do governo no Brasil. . . . .  
. . . . . ibid. Partida do Príncipe Regente e da Familia Real de Lisboa. 166 Chegada do Regente ao Brasil. . . . .  
. . . . . 168 CAPITULO XII. - 1815. Estado dos negocios do Brasil desde 1808 até á Paz de Pa ris em 1815.  
. . . . . 170 Novo ministerio. . . . . ibid. Providencias diversas; novas  
instituições, e actos do go Ve'l'I10. . . . . ••• - ° - e - - •••••••••• ibid. Creação do Banco. . . . . ••••••••  
•••••••••• 172 Restabelecimento da Ordem da Torre e Espada. . . . . 175 Introduccão de plantas exóticas. . .  
. . . . . 177

Academia militar. . . . . e . . . . . 181



Pag. Publicação dos dois Tratados de paz, amizade e alliança, e de commercio com Inglaterra, e observagões a  
 esteres peito. . . . . 181 Fundação de villas. . . . . 184 Vantagens  
 obtidas sobre os Botocudos. . . . . ibid. Introducção da vaccina no Brasil. . . . . 185  
 Fallecimento do Conde de Linhares, e do infante D. Carlos de Hespanha. . . . . 186  
 Modifica-se por hum novo ajuste o Tratado de 1840 co a Inglaterra, e observação a este respeito. . . . . 187  
 Depredagões commettidas pela marinha ingleza contra o commercio portuguez. . . . . 189  
 Abrem-se novas estradas, e concedem-se grandes privilegios aos exploradores de oiro. . . . . 190  
 Abertura do novo theatro do Rio de Janeiro. . . . . 192 Noméa o Regente tres plenipotenciarios ao  
 congresso de Vienna. . . . . s • • • • - ° \* - ibid. Fallecimento dos marquezes de Borba, de Vagos,  
 e do conde das Galvéas. . . . . ° « ° • • • • ° ibid. Fundação de villas. . . . . - - ° - - . . . 195

Abertura da Bibliotheca Real no Rio de Janeiro. . . . . 194

### CAPITULO XIII. — 1815 a 1820.

Tratado definitivo de paz geral. Congresso de Vienna. Re vocação do Tratado de Alliança de 1810, entre a  
 Coróa de Portugal e a Gran-Bretanha. Reino Unido de Portu gal, Brasil e Algarves. Guerra com Artigas.  
 Situação do

Brasil até á Revolução de Portugal. . . . . 1935 Morte da Rainha D. Maria Ia. O Regente toma o titulo  
 de

Rei. . . . . , 198 Chegada de artistas francezes destinados a fundar huma

Academia de Bellas Artes. . . . . 199 Casamento das infantas. . . . . , . . . . 200 Chegada  
 de huma divisão de tropas de Portugal. . . . . ibid.

Fundação de villas. . . . . 201

Pag. Guerra mo Rio da Prata. . . . .	201	Levantamento de Pernambuco. . . . .	204
Derrota dos levantados, apprehensão e execução dos che fes. . . . .	206	Novo ministerio. . . . .	208
Chega ao Rio de Janeiro a Archiduqueza Leopoldina. . . . .	ibid.	Chegada de naturalistas allemães encarregados de explorar	
o Brasil. . . . .	4 ° e - ° e	209 Convenção com Inglaterra restringindo o commercio de es	
CTaVOS. . . . .	210	Tratado com a França. Restituição de Cayenna. . . . .	211
Acclamação d'Elrei D. João VI. . . . .	212	Continúa a guerra contra Artigas. Desastrosas consequen	
cias d'ella. . . . .	214		
Depredagões piraticas de corsarios tripolados por cidadãos dos Estados-Unidos contra o commercio portuguez, de			
baixo da bandeira de Artigas. . . . .	216	Colonia Suissa. . . . . e e ° e - a e ° e e ° n° e e	217
Fundição de ferro de Ipanema. . . . .	218		
Izenções e privilegios concedidos aos Indios do Ceará, Pernambuco e Paraiba, que tinham marchado contra os			
levantados de Pernambuco. . . . .	249	Nascimento da Princeza D. Maria da Gloria, . . . . .	220
Erecção de hum templo protestante no Rio de Janeiro. . . . .	ibid.	Instancias do gabinete britannico para que Elrei volte á *	
Europa. . . . . e ° a es e e ° e a a es ° a e - °	221	Creação de villas. . . . . e ° e ° s e - e e - e ° e - e -	222
Numero de embarcacões que entrão no porto do Rio de			
Janeiro no decurso de 1819. . . . .	ibid.	Creação de villas. . . . .	225
Abertura da Praça do Commercio do Rio de Janeiro. . . . .	ibid.	Modificação dos direitos de entrada. . . . .	224
Vinda do marechal Beresford. . . . .	ibid.	Chega ao Rio de Janeiro o conde de Palmella. . . . .	225
Prosegue a guerra contra Artigas. . . . .	226		
Creação da Relação de Pernambuco. . . . .	227		

Pag. Nascimento do Principe Real D. João Carlos Pedro. . . . 227 Revolução de Portugal e suas consequencias no Brasil. ... ibid. D. João VI presta juramento á Constituição que estavam fazendo as Córtes de Portugal. O Principe D. Pedro o ti mha prestado antes em seu proprio nome, e no de seu Pai. . . . . • • • • • • « • ° « 255 Novo ministerio. . . . . ibid. Carta em que o novo ministro dos negocios estrangeiros, Silvestre Pinheiro Ferreira, participa ás Córtes de Lisboa o juramento prestado á futura Constituição, e a proxima partida d'Elrei para a Europa. . . . . 258 Decreto de 7 de Março nomeando o Principe D. Pedro Regente do Brasil. . . . . - ° a e « e ° e e ° a a 241 Projecto de Governo provisório que devia reger o Brasil até á promulgação da Constituição das Córtes. . . . . 245 Agitação causada por este projecto. Novo Decreto annuindo ao desejo dos eleitores e do povo, e proclamando interinamente a Constituição Hespanhola. . . . . 246 Violenta expulsão dos eleitores da sala em que deliberavão, effectuada pela tropa. . . . . e ° e ° a - e e e Novo Decreto lavrado revogando o antecedente e confirmando o Principe em qualidade de Regente. . . . . ibid. Decreto estabelecendo no Brasil hum Governo provisório. 249 Instruccões que acompanhavão o referido Decreto. Descon

247

tentamento geral. . . . . 250 Parte Elrei para Portugal. . . . . 254 Agitação no Brasil, e Suas consequencias. . . . . 255

O Congresso provincial de Montevideo, por influencia de Lecór, decreta a sua incorporação ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, debaixo da denominação de Provincia Cisplatina. . . . . 258

Agitação, tumultos, e desordens em Pernambuco. Junta de

Goyana; guerra civil, Embarca-se Luiz do Rego para a Europa. . . . . , . . . 259

## CAPITULO XIV. — 1821 a 1822.

Acontecimentos que preparáram a separação e independen cia do Brasil. . . . . 0  
 Representação da Camara e provincia de S. Paulo ao Prin cipe D. Pedro, dissuadindo-o de obedecer ao  
 Decreto das Córtes que o chamava á Europa. . . . . ° e a e ° a

## CAPITULO XV. — 1822.

Estado dos negocios no Brasil até á proclamação do Prin cipe D. Pedro como Imperador do Brasil. . . . . 0  
 Principe Regente declara a sua intenção de ficar no Brasil. . . . . ° e e ° ° « ° a ° e e a a Hostil  
 tratamento feito ás tropas portuguezas europeas pelo Principe, que as obriga a se retirar á Praia Grande, e em  
 fim as faz embarcar para a Europa. . . . . A Bahia e o Maranhão recusão reconhecer a autoridade de D.  
 Pedro. . . . . ° e Continúa a agitação em Pernambuco. . . . . ° a • “e ° ° Desordem no Rio-  
 Grande do Norte ena Paraiba. . . . .

Pag.

265

274

281

ibid.

282

283

284 286

Começa na Bahia a luta entre os dois partidos das Córtes .

e o da Independencia. . . . . e e ° Decreto de D. Pedro convocando no Rio de Janeiro hum  
 Conselho de Procuradores geraes das Provincias do Bra sil, para o aconselhar sobre negocios importantes. . .  
 Novo Decreto declarando que nenhuma lei emanada das Córtes de Lisboa seria d'alli em diante executada no  
 Bra sil, sem primeiro ser submettida ao exame do Principe Regente. . . . . ° e es e « e • • • « e • °  
 Chegada ao Rio de Janeiro da esquadra commandada por Francisco Maximiano de Sousa, que he obrigado a  
 vol tar a Portugal, depois ter deixado tomar a fragata Ca rolina pelos Brasileiros. . . . .  
 Opposição a D. Pedro manifestada pelas provincias do Pa rá, Maranhão, Alagóas, Pernambuco, Minas-Geraes,  
 e Ba hia. . . . . "I, °

287

292

293

295

296

D. Pedro se faz acclamar Principe Regente, e Defensor Perpetuo e Constitucional do Brasil. . . . . O Senado da Camara do Rio de Janeiro representa a D. Pedro, em nome das Provincias confederadas, a necessidade de convocar huma Assembleia Geral de Deputados de todo o Brasil, a que o Principe responde de maneira evasiva. . . . . 4 ° e a e « a es ° a ° Pernambuco reconhece a autoridade de D. Pedro, com cer tas restricções. . . . . Encontro das esquadras portugueza e brasileira, sem resul tado. . . . . O general Madeira fortifica a Bahia, e se prepara a susten tar hum cerco. . . . . Nomeação dos irmãos Andrada ao ministerio. . . . . Declaração de guerra contra Portugal. . . . . d Firmeza e fidelidade da Divisão de Voluntarios Reaes na Banda Oriental do Rio da Prata. . . . ° e • • • a e ° D. Pedro convoca as Córtes do Brasil. . . . . b) ° Tentativas infructiferas das Córtes de Lisboa para conser var o Brasil dependente de Portugal. . . . . D. Pedro se declara Imperador do Brasil, adopta novo es cudo de armas e nova bandeira. . . . . Prosegue o cerco da Bahia. . . . . e e d e ° ° Nomes dos Deputados do Brasil que assignarão a Consti tuição Política da Monarchia Portugueza no dia 25 de Setembro de 1822. . . . . Decretos contra os Portuguezes residentes no Brasil. . . .

Pag.

298

Instituição da Ordem Imperial do Cruzeiro, e de huma Guarda de honra da Pessoa Imperial. . . . . e es en Sequestro das propriedades Portuguezas. . . . 4 e °

# CAPITULO XVI. — 1825.

D. Pedro manda regressar ao Brasil todos os Brasileiros ausentes. . . . . e e e ° e e ° s a e e ° a e.

299 304 303 ibid. 504 ibid.

306 308

340 312

5135

315 517

. ibid. . ibid.

Pag. Lord Cochrane entra ao serviço do Brasil como chefe das forças navaes. . . . .	520
Perseguição dos Portuguezes em Pernambuco. . . . .	ibid.
No Pará e no Maranhão começa a agitar-se o partido da Independencia. . . . .	321
Ataque de Itaparica pelas tropas portuguezas, mallogrado por culpa do commandante da esquadra Campos. He roismo do aspirante guarda-marinha João Maria Ferreira do Amaral. Combates renhidos. . . . .	522
Sahe do Rio de Janeiro a esquadra brasileira commandada por Cochrane. A esquadra portugueza, posto que superior, fica surta no porto da Bahia. . . . .	525
O brigadeiro Lima aperta o cerco da Bahia, cuja guarnição he enfraquecida por combates repetidos, e pela escassez de viveres. . . . .	525
Installação da Assembleia Constituinte do Brasil. . . . .	ibid.
Crítica situação da Bahia. Conselho de guerra. . . . .	526
Os Portuguezes evacuação a Bahia. . . . .	3529
Successos no Pará. . . . .	° ° e ° a • • • •
ibid. Cochrane surprende o Maranhão. . . . .	554
Successos no Maranhão. . . . .	332
Agitação dos Republicanos na Bahia e em outras provincias. 555 Demissão dos Andradas. . . . .	3354
Chegão ao Rio de Janeiro emissarios de D. João VI. . . . .	556
D. Pedro os despede sem querer entrar em negociação, a não ser previamente reconhecida a Independencia do Brasil. . . . .	3358
D. Pedro declara boa preza a corveta que tinha trazido os commissarios, e os faz embarcar em hum navio. . . . .	ibid.
Mudança de ministerio, por effeito da demissão dada pelo precedente. . . . .	541
Conflicto entre a Assembleia constituinte e D. Pedro. . . . .	ibid.
O Imperador dissolve a Assembleia, e promette convocar outra, para discutir hum projecto de Constituição mais liberal do que aquelle que estava em deliberação. . . . .	542
São presos alguns Deputados, e outros desterrados. . . . .	545

Pag. Indignação geral no Brasil. . . . . 545 Resoluções tomadas pela Camara da Bahia e dirigidas ao Imperador. . . . . 346 Tentativa inutil do Imperador para unir o Paraguay ao Brasil. . . . . 350 Agitação em Pernambuco. . . . . ibid. Barata preso por ordem da Junta. Desordens por este motivo. . . . . ibid. Estado das cousas em Montevideo. Convenção assignada para a evacuação pelas tropas europeas. . . . . 352 CAPITULO XVII. — 1824, Acontecimentos no Brasil no decurso de 1824. . . . . 353

Nova revolução no Pará. Perseguição dos Portuguezes. . . ibid. A villa de Campo-Maior, no Ceará, rejeita o Imperador e a sua dynastia, e projecta formar hum Republica Fe

derativa. . . . . 355 O exemplo de Campo-Maior he seguido por outras povoações. Combate. . . . . ibid. Carvalho presidente da Junta de Pernambuco recusa en tregar o governo ao Mórgado do Cabo. . . . . 356 D. Pedro presta juramento á Constituição Politica da Nação Brasileira . . . . . 557 Incendio do Theatro do Rio de Janeiro. . . . . 558 Caracter da Constituição Brasileira. . . . . ibid.

He jurada successivamente em todo o Brasil. O Imperador he reconhecido pelos Estados-Unidos, e o seu ministro

Rebello recebido em Washington. . . . . 360 Desordens no Maranhão. . . . . ibid. Prepara-se em Lisboa hum grande expedição contra o Bra

sil. . . . . 562 Carvalho proclama em Pernambuco a Republica Federativa

das Provincias Septentrionaes do Brasil. . . . . 565 Expedição de Cochrane contra Pernambuco. . . . . 564

Tomada de Pernambuco, depois de multiplicados e renhi

Pag. dos combates. Carvalho foge para bordo de hum navio britannico. . . . . 566  
 Desordem na Bahia. . . . . 569 Algumas Camaras de S.-Paulo offerecem a D. Pedro procla-  
 mã-lo soberano absoluto. . . . . 570 Apparatos bellicos contra a projectada expedição portu Eue  
 Za. . . . . 571 CAPITULO XVIII. — 1825. Successos notaveis durante o anno de  
 1825. . . . . 3.73 O Senado do Rio de Janeiro propõe a inauguração de hu ma estatua ao Imperador. . . . .  
 . . . . . ibid. Negocios da Provincia Cisplatina. Guerra com Buenos Ayres. . . . . 4 - - - -  
 ibid. O almirante Lobo ameaça Buenos-Ayres. . . . . 375 Invasão de Chiquitos. . . . .  
 576 Estado dos negocios na Bahia e Pernambuco. . . . . ibid. D. João VI reconhece a Independencia do  
 Brasil. . . . 57 Artigos do Tratado. . . . . - - - ° - ° \* - - • 579

D. João, por seu Alvará de 15 de Novembro de 1825, re conhece formalmente seu filho primogenito Principe  
 Real de Portugal e Algarves, e Imperador do Brasil. 584

O Brasil se obriga a pagar a Portugal dois milhões de li

bras esterlinas. . . . . - - a es a es - ° 582 Derrota dos Brasileiros em Sarandi... . . . . ibid.  
 Novo Ministerio. . . . . s - ° \* - ° 585 D. Pedro confere muitos Titulos. . . . . 534.  
 Conspiração republicana no Maranhão mallograda. . . . . ibid. Chegão quinhentos Allemães ao Rio de Janeiro.  
 . . . . 585

Tratado para a abolição do commercio da escravatura. -- ibid.

O Congresso das Provincias-Unidas do Rio da Prata decre ta a União da Banda Oriental. . . . . ibid.

Nascimento do Principe Imperial D. Pedro... . . . . 586



Pag. CAPITULO XIX. — 1826. - Acontecimentos do anno 1826. Morte de D. João VI; abdicação de D. Pedro ao throno de Portugal. . . . .	588
Partida de D. Pedro para a Bahia. . . . .	ibid.
Tratado de Commercio com a Franga. . . . .	ibid.
Vantagens obtidas por Brown. . . . .	389
Creacão da Ordem de D. Pedro Iº. . . . .	590
Chega a noticia da morte de D. João VI. . . . .	ibid.
D. Pedro abdica o throno de Portugal em sua filha D. Maria da Gloria. . . . .	ibid.
D. Pedro dá hum Carta Constitucional aos Portuguezes. . . . .	594
CAPITULO XX. — 1826 a 1850. Dos principaes acontecimentos posteriores á separação de finitiva do Brasil. . . . .	395
D. Pedro parte do Rio de Janeiro para o Rio da Prata. . . . .	594
Morte da Imperatriz Leopoldina. . . . .	ibid.
D. Pedro volta ao Rio de Janeiro, e noméa novos minis tros. . . . .	395
Derrota do exercito brasileiro em Ituzaingo. . . . .	ibid.
Derrota da expedição brasileira contra o estabelecimento de Patagonia. . . . .	3596
Os Imperiaes tomão Maldonado. . . . .	ibid.
Combates navaes entre Brown e as forças brasileiras. . . . .	ibid.
Abertura da sessão legislativa de 1827. Discurso de D. Pedro. . . . .	597
Leis decretadas pela Legislatura. . . . .	ibid.
Hum corpo de tropas brasileiras he sorprendido e feito prisioneiro. As tropas de Buenos-Ayres entrão em Beja e se adiantão até vinte legoas da Capital do Rio-Grande do Sul. . . . .	398
D. Manoel Garcia assigna, no Rio de Janeiro, hum Con venção em nome da Republica Argentina, renunciando á Provincia de Montevideo. He chamado pelo Governo de Buenos-Ayres, que recusa ratificara convenção. . . . .	ibid.

Pag. D. Pedro noméa o infante D. Miguel seu Lugar-tenente e Regente de Portugal. . . . . 399  
 Tratados de commercio enavegação com a Austria, a Gran Bretanha, a Russia, as cidades Anseaticas. . . . .  
 ibid. Contestações com a França e com os Estados -Unidos relativamente ao bloqueio de Buenos-Ayres. . . . .  
 . 400 Tratado de amizade, navegação e commercio entre os Esta dos-Unidos e o Brasil. . . . .  
 401 Convenção com a França . . . . . ibid.

Tratados com a Dinamarca, e com o Rei dos Paizes-Baixos. ibid.

Abertura da terceira sessão da Assembléa legislativa do Brasil. Falla do Imperador. . . . . ibid.

D. Miguel, depois de abolir a Carta Constitucional, convoca os Tres Estados do Reino, e se faz proclamar Rei de Por tugal. Os plenipotenciarios do Brasil, em Londres, em Vienna, em Paris e Bruxellas protestáo contra estes actos. Proclamação de D. Pedro aos Portuguezes, protestando

como Pai e tutor da Rainha D. Maria IIa. . . . . 402 Sedição dos soldados irlandezes e allemães no Rio de Ja

neiro. Dissolução d'estes corpos. . . . . 405 Morte corajosa de hum cabeça de motim allemão. Indispo

sição geral contra as tropas estrangeiras. . . . . 404 O Imperador demitte o ministro da guerra. . . . . ibid.

Permitte a companhias nacionaes ou estrangeiras executar trabalhos relativos á navegação, ruas, pontes, estradas, canalisação. . . . . ibid. Tratado preliminar de paz entre a Republica das Provin cias-Unidas do Rio da Prata e o Imperador do Brasil, por mediação de S. M. Britannica. . . . . ibid. Negociações com Inglaterra para obter a sua intervenção contra D. Miguel, sem resultado. Chega D-Maria a Fal mouth, e he bem recebida em Londres. . . . . 405 A Rainha D. Maria, em vez de continuar a sua viagem até Trieste, como seu Pai o havia ordenado, volta a Ingla terra, e assim se mallogra o plano do casamento com

D. Miguel, ao qual D. Pedro, de accordo com as Potencias, consente, ainda depois da usurpação do Infante. . . .  
 Projectos insidiosos de D. Pedro relativamente aos emigrados portuguezes em Inglaterra. . . . . e e e e e e  
 Desordens em Pernambuco, e decretos do Imperador, revogados pouco depois. . . . . Sessão  
 extraordinaria das Camaras legislativas, afim de tomar em consideração o estado do Erario, e do Banco, e  
 votar subsidios para a manutenção dos Portuguezes emigrados que se esperavão. . . . . e Abertura  
 da sessão annual legislativa. Discurso do Imperador. . . . . Relatorio da  
 Commissão da Fazenda, propondo grande redução das despesas. . . . . e e - e e e e e ° D. Pedro  
 descontente da tendencia das discussões, declara a sessão terminada. . . . . e Casamento do  
 Imperador com a princeza Amelia, filha de Eugenio Napoleão, duque de Leuchtenberg. . . . . Chegada da  
 Princeza ao Rio de Janeiro, em companhia da Rainha D. Maria II°. . . . . O Imperador institue  
 a nova Ordem da Rosa, de que se de clara Gran-Mestre. . . . . Declaração do marquez de  
 Barbacena, publicada em Londres pouco antes da partida de D. Maria para o Brasil. . . . Abertura da sessão  
 legislativa de 1850. Falla do Imperador, recommendando muitas medidas uteis, e insistindo sobre a  
 necessidade de reprimir os abusos da Imprensa. Actos das Camaras nesta sessão. . . . . e ° el e ° e Publica-  
 se o Codigão criminal do Imperio do Brasil. . .

Pag.

ibid.

407

CAPITULO XXI. — 1851.

Revolução do Brasil. Abdicação de D. Pedro a favor de seu filho D. Pedro II°, 1854. . . . . a es e - e - e - -  
 Appendia. Constituição Politica do Imperio do Brasil. . .

FIM DO INDEX.

408 ibid. 409 410 ibid. 411 ibid. ibid. 412

ibid. 415

414 425

-----•-----

PARIS. — NA TYPOGRAPHIA DE CASIMIR, auA DE LA vIRILLR-MoNNAIE, 12.

-

NO TEXT ON PAGE

This page does not contain any text recoverable by the OCR engine.

—T —T —T —T —T

Genera Libra Univers of ifornia 3erkeles

v.-----•--4.-----\*-----

NO TEXT ON PAGE

This page does not contain any text recoverable by the OCR engine.